

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Leonardo Seabra Puglia**

**REAÇÃO CONECTADA**  
**As direitas brasileiras em perspectiva histórica**

**Tese de doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio para requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna

Rio de Janeiro,  
setembro de 2020



**Leonardo Seabra Puglia**

**REAÇÃO CONECTADA**

**As direitas brasileiras em perspectiva histórica**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Luiz Jorge Werneck Vianna**

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho**

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Prof. Antonio Carlos Alkmim dos Reis**

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

**Profa. Alessandra Aldé**

UERJ

**Prof. Jorge Gomes de Souza Chaloub**

UFJF

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

## Leonardo Seabra Puglia

Possui graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), Pós-Graduação em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva pela ESPM-RJ - Escola Superior de Propaganda e Marketing (2012) e Mestrado em Ciências Sociais pela PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Trabalhou com design, edição de vídeo, rádio, web, jornalismo e marketing esportivo, mídias digitais, TV, impresso, ONG e crítica de cinema, além de ter atuado, durante seis anos, como analista de marketing da Rede Telecine. Atualmente é cineclubista e professor nos cursos de Comunicação Social e Administração da Faculdade Católica Salesiana, em Macaé-RJ.

### Ficha Catalográfica

Puglia, Leonardo Seabra

Reação conectada : as direitas brasileiras em perspectiva histórica / Leonardo Seabra Puglia ; orientador: Luiz Jorge Werneck Vianna. – 2020.

313 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Direita brasileira. 3. Conservadorismo. 4. Liberalismo. 5. Nova direita. 6. Reacionarismo. I. Vianna, Luiz Jorge Werneck. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Vânia, e ao meu pai, José Luís, pelo amor incondicional e pelos livros emprestados.

Ao meu orientador e mestre, Werneck, pela generosidade e amizade nesses sete anos de intenso aprendizado.

Aos professores Jorge Chaloub, Alessandra Aldé, Antonio Alkmim e Maria Alice Rezende de Carvalho pelas imprescindíveis contribuições.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, em especial às sempre solícitas Ana, Mônica e Aline.

Aos amigos Fábio Peixoto, Thiago Louback, Gerson Dudus, Pedro Campello, Mário Jorge Paiva, Thiago Moreira, Theófilo Rodrigues, Caíque Bellato, Taísa Sanches, André Monnerat, Paolo Kury, Vinicius Fantezia, Camila Rocha, Daniel Fassa, Alessandra Maia e Dimitri Potolowsky pela ajuda ao longo da caminhada.

Aos companheiros de Cineclubes Marighella e irmãos, Fábio e Gustavo, pela parceria incansável.

Ao meu irmão Bernardo, pelo apoio e por Antônio.

Aos meus familiares, especialmente à minha avó Delma e à minha tia Simone.

À Bia, Hugo, Kauan e Adroaldo, por me acolherem em sua família.

Aos companheiros do Sindicato dos Professores de Macaé e Região, do Núcleo José do Patrocínio e das equipes Ari Galo e OAK jiu-jitsu, pela amizade.

A todos os alunos e colegas de trabalho da Faculdade Católica Salesiana de Macaé-RJ, pelo apoio, aprendizado e convivência.

## Resumo

Puglia, Leonardo Seabra; Werneck Vianna, Luiz Jorge. **Reação conectada: as direitas brasileiras em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 2020, 313p. Tese de doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese analisa o processo de formação histórica das direitas brasileiras, tendo como eixo de investigação a verificação empírica de duas hipóteses centrais inter-relacionadas. A primeira aponta que a união entre liberalismo econômico e conservadorismo no plano dos costumes, que caracteriza o campo da direita no Brasil contemporâneo, deita longas raízes na história nacional; enquanto a segunda identifica a internet como elemento-chave para a compreensão do avanço das direitas - incluindo sua reativação como fenômeno de massa – registrado no país no período posterior às manifestações de junho de 2013. Além de confirmar ambas as hipóteses, a pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica, discute como atores políticos de direita reagiram de maneira especialmente eficiente aos diferentes ciclos de desenvolvimento tecnológico e de difusão das redes digitais, que modificaram dinâmicas políticas na direção de uma intensa polarização verificada na sociedade durante as eleições presidenciais de 2018. Com destaque para o papel desempenhado pelo escritor Olavo de Carvalho na renovação da tradição anticomunista brasileira - consolidada ainda na década de 1930 -, a partir da popularização de uma leitura reacionária do pensamento de Gramsci influenciada pela direita dos Estados Unidos. A opção por uma abordagem histórica, que não perca de vista dinâmicas sistêmicas internacionais, nem a análise de outras variáveis de caráter interdisciplinar, busca dar conta do dinamismo e da complexidade do fenômeno, identificando, entre continuidades e elementos novos, vetores capazes de conectar a diversidade das direitas em uma ação política unificada.

## Palavras-chave

Direita brasileira; conservadorismo; liberalismo; nova direita; reacionarismo; internet; polarização; Gramsci; anticomunismo; Olavo de Carvalho.

## Abstract

Puglia, Leonardo Seabra; Werneck Vianna, Luiz Jorge. **Linked reaction: the Brazilian Right from a Historical Perspective**. Rio de Janeiro, 2020, 313p. Tese de doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to analyze the History of Brazilian right-wing movements building process by pursuing the empirical verification of two main interrelated hypothesis. The first one points out that the union between economic liberalism and moral conservatism, which characterizes contemporary Brazilian right-wing, has deep roots in national History; while the second hypothesis identifies the internet as a key element for understanding the rising of Brazilian right-wing after the June 2013 demonstrations, including its rebirth as a mass phenomenon. In addition to confirming both hypothesis, the research, based on literature review, discusses how right-wing political actors reacted efficiently to the different cycles of digital networks' technological development and diffusion, which modified political dynamics towards on a growing polarization seen in 2018 presidential election. A special attention is paid to the role played by the writer Olavo de Carvalho in the renewing of Brazilian anti-communist tradition from the 1930s through the popularization of a reactionary understanding of Gramsci's thought inspired by the right-wing movements from the United States. By choosing a historical approach, which does not lose sight of international dynamics, nor of other interdisciplinary variables, this thesis aims to understand the phenomenon's dynamism and complexity, identifying, among continuities and new elements, vectors capable of connecting the diversity of right-wing movements in an unified political action.

## Keywords

Brazilian right-wing; conservatism; liberalism; Brazilian new right; reactionary; internet; Political polarization; Gramsci; Olavo de Carvalho; anti-communism.

## Sumário

1. Introdução	9
2. Liberalismo, conservadorismo e as direitas contemporâneas	33
2.1. Crise do Estado de bem-estar social e a reação aos novos movimentos sociais	45
2.2. A mobilização civil-militar pelo golpe de 1964	59
2.3. Reorganização liberal na transição democrática	72
2.4. Permanências conservadoras na Nova República	87
3. Renovação e unidade das direitas brasileiras na internet	101
3.1. Gramsci e a reinvenção do anticomunismo no Brasil	117
3.2. Início da reação conectada	129
3.3. Avanço progressista	148
4. Junho de 2013 entre utopias e distopias digitais	168
4.1. Utopia das multidões conectadas	179
4.2. O lado sombrio da internet	189
4.3. A realidade brasileira	195
5. A volta da direita às ruas do Brasil	217
5.1. Impeachment, polarização e novas dinâmicas nas redes	235
5.2. Triunfo da reação conectada nas urnas	263
6. Considerações finais	282
7. Referências bibliográficas	300

## Lista de figuras

Figura 1 – Cartografia da Rede Antipetista no Facebook	225
Figura 2 – Cluster Miscelânea de Direita	227
Figura 3 – Cluster Liberal Anticomunista	228
Figura 4 - Cluster Anticorrupção	229
Figura 5 - Cluster Institucional	229
Figura 6 - Cluster Intervencionista	230
Figura 7 - Cluster Trolls	231
Figura 8 – Páginas de política no Facebook antes de 2013	250
Figura 9 – Páginas de política no Facebook março 2014	251
Figura 10 – Páginas de política no Facebook em 2016	253
Figura 11 – Estrutura dos canais políticos do YouTube	259
Figura 12 – Rede Conservadora Facebook	262
Figura 13 – Notícia Falsa sobre o TSE viralizando	274



# 1 Introdução

Trabalhava como analista de marketing digital numa programadora de TV por assinatura quando iniciei o curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios na Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro. Era o início de 2011, e a economia brasileira vinha de crescimento de 7,52% ao ano<sup>1</sup>, justificando o otimismo generalizado entre os alunos. Parte enxergava no curso um investimento no desenvolvimento da carreira no mercado privado, enquanto o restante buscava se capacitar para o empreendedorismo individual.

Um tema onipresente nas aulas era a expansão crescente do consumo na base da pirâmide social, levando professores e alunos a um debate constante sobre as melhores estratégias de venda para os milhões de brasileiros das classes C, D e E. As aulas eram ministradas no centro da cidade, e eu costumava a caminhar pela Avenida Rio Branco antes de pegar o ônibus de volta pra casa. Cumpria essa rotina semanalmente, quando algo me chamou atenção num sábado de outubro de 2011: barracas de camping haviam sido montadas no meio da Cinelândia, e um grupo de jovens estudantes universitários realizava roda de conversa.

Criticavam a corrupção do governo Sergio Cabral, as remoções de famílias para a realização das obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, o impacto ambiental da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e a concentração de riqueza nas mãos dos 1% mais ricos. Seriam todas manifestações de uma crise sistêmica de proporção global. Por isso decidiram seguir o exemplo dos Indignados espanhóis e do *Occupy Wall Street*, que acontecia simultaneamente em Nova York, acampando por tempo indeterminado no meio da Cinelândia com objetivo de denunciar à população carioca “o esgotamento do sistema capitalista”<sup>2</sup>.

Quando voltei no sábado seguinte o acampamento tinha crescido. Havia o triplo de barracas, e o número de rodas de conversa também se multiplicara. Agora eram divididas por temas e contavam, em alguns casos, com a participação de

---

<sup>1</sup> THE WORLD BANK. GDP Growth (annual %). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=1W-BR>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>2</sup> FRANCE PRESSE. 'Indignados' ocupam Cinelândia no Rio de Janeiro. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/indignados-ocupam-cinelandia-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

professores e intelectuais progressistas que passaram a dar suporte à ocupação. Alguns moradores de rua também tinham se juntado ao acampamento, atraídos pelas refeições diárias, que a ideologia igualitária levava os jovens estudantes universitários a compartilhar com orgulho.

Uma semana depois a paisagem era outra: o número de moradores de rua na ocupação havia se multiplicado. A notícia do acampamento vinha atraindo pessoas de toda a cidade em busca, não somente das refeições gratuitas, mas também da segurança que a presença de jovens de classe média trazia nas madrugadas. Uma barraca havia sido descartada num canto após ter sido incendiada acidentalmente por um usuário de crack, e o número de estudantes agora era bem menor.

Um professor insistia em dar uma aula pública, mas era constantemente interrompido por um morador de rua com transtorno psíquico. Acabou desistindo após receber um soco na boca. Para completar a cena, uma jovem de classe média praticava acrobacias num tecido amarrado a um poste, enquanto o ator americano John Malkovich tomava tranquilamente um chope no tradicional bar Amarelinho, poucas horas antes de entrar em cena no Theatro Municipal. Os ingressos para a peça *The Infernal Comedy – Confissões de um Serial Killer* custavam 100 reais na galeria e 2400 reais no camarote<sup>3</sup>. Quando voltei à Cinelândia sete dias depois, o “Ocupa Rio” tinha chegado ao fim.

A experiência passou praticamente despercebida pelos analistas, mas ali já estavam condensadas algumas das tensões e contradições latentes que eclodiriam no Brasil, em grande escala e de maneira abrupta, menos de dois anos depois. Eu havia acabado de iniciar o mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio quando uma postagem chamou minha atenção na linha do tempo do Facebook. Era a imagem de um fotógrafo hospitalizado, com um curativo no olho esquerdo, após ter o globo ocular fraturado por uma bala de borracha disparada por um policial militar durante manifestação em São Paulo pelo passe livre no transporte público.

Também recebi relatos diretos da repressão violenta num ato similar organizado no mesmo dia no centro do Rio e decidi, então, comparecer a uma nova manifestação marcada pelo Facebook para o dia 16 de junho de 2013, antes da

---

<sup>3</sup> UOL. Ingressos para peça de John Malkovich no Brasil estão à venda. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2011/10/17/ingressos-para-peca-com-john-malkovich-no-brasil-estao-a-venda.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

partida entre Itália e México pela Copa das Confederações de futebol. Algumas dezenas de estudantes de classe média protestavam pacificamente do lado de fora do estádio do Maracanã, com cartazes contra a corrupção e por serviços públicos de qualidade, quando a Polícia Militar disparou a primeira bomba de gás. Em meio à nuvem espessa de fumaça branca, consegui enxergar os policiais que atiravam balas de borracha em minha direção e assim seguiam até que eu conseguisse finalmente escapar, já perto da estação de metrô do Estácio. Foi minha primeira experiência com violência policial.

A repercussão da brutalidade do episódio, e de outros similares que se multiplicavam pelo Brasil, fez com que mais de 100 mil pessoas participassem do ato seguinte no centro do Rio, mas eu cheguei já no final, quando um carro era incendiado, e manifestantes tentavam invadir o prédio do Assembleia Legislativa estadual. O ápice de mobilização na cidade aconteceu no dia 20 de junho, quando meio milhão de pessoas marcharam na Avenida Presidente Vargas, com pautas variadas, até serem brutalmente dispersadas em frente ao prédio da Prefeitura. Enquanto fugia das balas de borracha e das bombas de gás pelas ruas da Gamboa, vi jovens destruindo agências bancárias e incendiando ônibus com incentivo dos próprios motoristas e cobradores. Dessa vez, a Polícia decidiu perseguir manifestantes noite adentro, e eu só fui me ver livre da brutalidade já no bairro da Glória, após assistir, incrédulo, às bombas de gás que eram arremessadas dentro de bares e restaurantes da Lapa.

A partir dali as manifestações perderiam força até cessarem, mas – ainda que ninguém soubesse explicar efetivamente o que havia acontecido – não restaram dúvidas de que aquele momento havia representado um divisor de águas na história da Nova República. Após disputa acirrada nas eleições presidenciais de 2014, um novo ciclo de manifestações de grandes proporções emergiu nas cidades brasileiras pedindo o impeachment da presidenta reeleita.

Fiquei impressionado com o mar de gente vestida de verde amarelo que inundou a praia de Copacabana no dia 15 de março de 2015, mas a presença de carros de som e cartazes pedindo intervenção militar me deixaram especialmente preocupado. Segui comparecendo aos atos seguintes pela destituição de Dilma Rousseff, mas já com o olhar do cientista social que havia decidido estudar a ascensão daquele movimento de massas de direita no âmbito de uma pesquisa de doutorado.

Busquei, então, monitorar as publicações, grupos de estudo e eventos acadêmicos que se multiplicavam à medida que as direitas avançavam sobre o cenário político nacional. As entrevistas com *As Bases da Nova Direita* realizadas por Antônio Flávio Pierucci em 1987 e o estudo de André Singer sobre *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro* (2002) seguiam sendo referências fundamentais, assim como o trabalho de Rodrigo Sá Motta sobre a história do anticomunismo no Brasil (2000). Ao mesmo tempo, elementos novos importantes emergiram da pesquisa sobre o site *Mídia Sem Máscara* publicada por Lucas Patschiki em 2012. Foi o primeiro trabalho de fôlego a apontar a importância da internet e do papel desempenhado pelo escritor Olavo de Carvalho para a compreensão do fenômeno.

Com a emergência das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, foram publicados: *Direita, volver!* (2015), organizada por Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas; *Tempos conservadores* (2016), sob direção de Patschiki, Smaniotto e Barbosa; e *O que resta das jornadas de junho* (2017), organizada por Cei et al. As três coletâneas se somaram à *Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e Política no Brasil*, organizada em 2010 por Ferreira e Botelho.

Assim, foram se consolidando no campo de estudos das direitas brasileiras diferentes linhas de investigação que objetivavam dar conta da complexidade e do dinamismo do fenômeno. Enquanto Machado (2013) e Cowan (2014) vinham investigando as relações entre a atuação de lideranças evangélicas e a moralização do debate público que desaguarda na “onda conservadora” apontada por Almeida (2017), Codato, Bolognesi e Roeder (2015) buscavam compreender como diferentes segmentos sociais eram recrutados na formação de novos partidos políticos, e Chaloub; Perlatto (2016) e Messemberg (2017) discutiam a relevância crescente da atuação de intelectuais de direita na esfera pública.

Diante da dimensão das manifestações pelo impeachment e em favor da Operação Lava Jato, Tataçiba; Trindade; Teixeira (2015), Telles (2016), Alonso (2017) e Pinto (2019) se debruçaram sobre as especificidades das dinâmicas dos atos de rua; e, nessa direção, um subcampo especialmente fértil emergiu das relações entre as manifestações e o fluxo cada vez mais intenso e polarizado de conteúdo político nas redes sociais digitais a partir das diversas pesquisas de Solano, Ortellado e Ribeiro.

A análise do ecossistema de direita no Facebook seria aprofundada por Santos Junior (2016) e Lerner (2019), mas o cenário midiático continuaria se

complexificando com a expansão do YouTube e a presença crescente do WhatsApp na vida social brasileira. Passos importantes para a compreensão da importância do aplicativo de mensagens instantâneas nas eleições presidenciais de 2018 foram dados pelas pesquisas de Santos et al. (2019), Kalil (2018) e Cesarino (2019, 2020). Enquanto o trabalho ligado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital se debruçou sobre as dinâmicas de circulação de mensagens - especialmente *fake news* - nessa rede criptografada e descentralizada; Kalil mapeou 16 perfis diferentes de apoiadores de Bolsonaro, e Cesarino deu ênfase ao conteúdo das mensagens, discutindo - a partir de perspectiva antropológica - padrões discursivos, estéticos e simbólicos. As conclusões desses trabalhos empíricos apontam, todavia, numa mesma direção: a do predomínio de práticas comunicativas microdirecionadas, adaptadas às transformações no ecossistema midiático.

Outro aspecto importante para a compreensão do resultado das urnas veio à luz com a pesquisa de Valle (2018) sobre o enfraquecimento do lulismo nas bases eleitorais evangélicas, e novas coletâneas buscaram dar conta das dinâmicas que levaram à eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Foi o caso de *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil* (2018), organizado por Solano; *Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização* (2019), de Pinheiro-Machado e Freixo; *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil* (2019), de Solano e Rocha; e *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise* (2019), organizado por Galvão e Zaidan.

Mais dois volumes da série *Tempos Conservadores* foram publicados em 2018 e 2020, já sem a participação de Lucas Patschiki, falecido precocemente enquanto concluía tese de doutorado sobre o Instituto Millenium na Universidade Federal de Goiás. O IMIL era um entre diversos *think tanks* brasileiros que cresciam em articulação com uma rede internacional de organizações em defesa do Estado mínimo e do livre-mercado, chamando atenção de pesquisadores como Flávio Henrique Casimiro (2016), Camila Rocha (2018) e Gabriel Onofre (2018).

Em linhas gerais, essa bibliografia diversificada compartilhava dois diagnósticos centrais: o primeiro diz respeito à importância da internet e do antipetismo no fortalecimento do campo da direita registrado no país nos últimos anos; e o segundo está relacionado à própria definição do conceito de direita no Brasil contemporâneo, que seria caracterizado pela união, cada vez mais intensa, entre liberalismo econômico e conservadorismo no plano dos costumes.

Tal constatação insere o Brasil numa dinâmica de dimensão global, irradiada do centro para a periferia do capitalismo a partir da crise do Estado de bem-estar social nos anos 1970. Trata-se de um momento-chave da história contemporânea, relacionado a transformações tecnológicas, econômicas e geopolíticas, que teria impulsionado a aproximação entre tradições conservadoras renovadas e o amplo movimento radicalizado em defesa do livre-mercado que se expandia com capilaridade internacional.

Essa superação de contradições históricas entre a valorização da modernidade econômica e a rejeição da modernidade cultural foi captada por Habermas na década de 1980 através da noção de “Nova Obscuridade”, que fraturava a herança do Esclarecimento (2015). Foi quando o avanço da racionalidade econômica e administrativa individualista, voltada à reprodução infinita do capital, finalmente conseguiu se liberar da face cultural da modernidade, que atuava no sentido de destruir os próprios fundamentos morais necessários ao funcionamento dessa sociedade racionalizada, ao subverter “a disposição à produtividade e à obediência ancorada na religião”<sup>4</sup>.

Em seus esforços para elevar o capitalismo a um estágio de desenvolvimento superior no início do século XX, Henry Ford e Frederick Taylor tiveram que lidar com a questão, confrontando os impulsos autodestrutivos emergidos de uma sociedade secularizada e de uma cultura profana<sup>5</sup> através do controle sistemático da moralidade e da vida privada dos trabalhadores. Enquanto muitos enxergavam apenas “manifestação hipócrita de puritanismo”, Gramsci compreendeu o “fenômeno americano” em sua real profundidade, enquanto esforço coletivo para criar “com extraordinária rapidez e com a consciência da finalidade nunca vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem” (2008, p. 66).

As tensões entre modernidade econômica e cultural permaneceram, contudo, mesmo com o triunfo universalizante do americanismo, sendo conciliadas de maneira mais efetiva somente na década de 1980, momento em que o capitalismo globalizado entrava em novo estágio de desenvolvimento com o fim da Guerra Fria e a emergência da computação em rede. Foi quando a desconfiança do conservadorismo clássico em relação ao mercado e à hegemonia da lógica do

---

<sup>4</sup> HABERMAS, 2015, p. 71.

<sup>5</sup> Ibid.

interesse deu lugar ao elogio irrestrito da modernização econômica. Os “neoconservadores” identificados por Habermas passaram, então, a perceber o capitalismo não apenas como compatível com sua visão de mundo, mas também desejável, rompendo com a lógica progressista que marcava os dois lados da Guerra Fria<sup>6</sup>.

O que restou de resistência ao moderno ficou restrito ao mundo da cultura - onde antigos valores e instituições seriam de fato destruídos -, e a atitude afirmativa em relação à modernidade social foi compensada pela intensificação do ímpeto de desvalorização da modernidade cultural. Na prática, isso implicava a moralização do debate público, o retorno à religião e ao senso comum esquecido, bem como a responsabilização dos “intelectuais de esquerda” pela maior parte das mazelas contemporâneas<sup>7</sup>.

Foi esse o cenário identificado por Habermas nos Estados Unidos e na Alemanha dos anos 1980, e tais dinâmicas parecem ter se aprofundado nas décadas seguintes, com a rápida desintegração do bloco soviético e o triunfo, à esquerda, do “neoliberalismo progressista” nos países centrais (Fraser, 2017), de onde foi irradiado para às nações periféricas. Ainda que fossem sistêmicas, essas dinâmicas deveriam se acomodar, todavia, às especificidades de cada realidade nacional, tanto no âmbito socioeconômico (estrutural) quanto no plano da cultura e das tradições políticas. Isso é colocado pelo próprio Habermas na distinção que é feita entre a manifestação norte-americana e alemã do fenômeno.

Por mais que ambas fossem especialmente relevantes do ponto de vista sistêmico, em função da centralidade econômica dos dois países, a reconciliação dos neoconservadores alemães com a modernidade capitalista teria se dado de maneira mais negociada e menos convicta do que o registrado nos Estados Unidos. Sobretudo, devido às especificidades das tradições culturais da nação europeia. “Desde os dias de Hegel”, a sensibilidade para “o preço exigido pela modernização social” teria sido talhada com mais profundidade entre os intelectuais alemães “do que a Oeste”<sup>8</sup>. O que resultou numa defesa mais pragmática – e, portanto, menos dissociada da herança do Esclarecimento - da tradição de fé religiosa a partir de sua função de integração social.

---

<sup>6</sup> CHALOUB; PERLATTO, 2016, p. 27.

<sup>7</sup> Ibid., p. 27.

<sup>8</sup> HABERMAS, 2015, p. 77.

Partindo do pressuposto estabelecido por Habermas de que o movimento histórico de conciliação entre uma atitude afirmativa perante a modernidade capitalista e o combate à modernidade cultural assume formas distintas de acordo com a realidade de cada nação, buscou-se compreender, na presente pesquisa, como essas dinâmicas irradiadas dos países centrais, especialmente dos Estados Unidos, se acomodaram à paisagem brasileira, marcada por especificidades político-culturais e por uma brutal desigualdade socioeconômica.

Os ecos da crise chegaram ao Brasil antes que o projeto de Estado de bem-estar social delineado na Carta Constitucional de 1988 tivesse tido a chance de ser implementado em seus fundamentos básicos e encontraram terreno especialmente fértil num país que - mais que qualquer outra nação latino-americana – havia chegado “à modernização em compromisso com o seu passado”<sup>9</sup>. Diferente de seus vizinhos hispânicos, o processo revolucionário nacional-libertador, inspirado pelos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII, foi abortado pela transmigração da família real em 1808, cabendo a iniciativa do ato político que efetivou a independência ao príncipe herdeiro da Casa Real metropolitana. Já no momento de fundação nacional, o nativismo revolucionário de inspiração liberal cedeu terreno “à lógica do conservar-mudando”, e essa marca de nascença permaneceria, fazendo do Brasil “o lugar por excelência da revolução passiva”, nas palavras de Werneck Vianna:

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se a sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro. Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário – a revolução: Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se automeando como representação de antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização (Werneck Vianna, 2004, p. 43).

Essa marca duradoura de conciliação entre progresso e tradição, compreendida por Werneck Vianna a partir da chave gramsciana da “revolução passiva”, também vai ser notada à direita do pensamento social brasileiro nas

---

<sup>9</sup> WERNECK VIANNA, 2004, p. 43.



reflexões de Paulo Mercadante sobre o ímpeto de mediação e conciliação como características de *A Consciência Conservadora no Brasil* (1965).

Numa cultura política marcada, desde seu momento de fundação nacional, por uma relação especialmente imbricada entre liberalismo e conservadorismo, a apresentação da união dessas duas tradições políticas como um dado novo da história deveria ser certamente relativizada; mas é possível ir além na afirmação de que a caracterização da direita brasileira contemporânea a partir da perspectiva liberal-conservadora deita raízes anteriores aos diagnósticos neoconservadores do fim da Guerra Fria.

Já no início dos anos 1960, setores ligados à defesa do liberalismo econômico, articulados em organizações civis internacionalmente conectadas, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), atuaram pela derrubada do presidente João Goulart em conjunto com os militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e associações civis dedicadas à justificação filosófica do autoritarismo, como o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), e à promoção de valores tradicionais religiosos no plano dos costumes, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

Além da influência da tradição de modernização conservadora nacional, o que cimentou e impulsionou a coligação civil-militar vencedora em 1964 foi o anticomunismo, que ganhava novo sentido de urgência no ápice da Guerra Fria. Desde a tentativa fracassada de levante militar em 1935, a ideia de reação diante da “ameaça vermelha” se tornara elemento-chave da cultura política brasileira, capaz de impulsionar as grandes manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O anticomunismo serviu de justificativa para a implantação tanto da ditadura do Estado Novo, em 1937, quanto do golpe militar de 1964, justificando também o aprofundamento da repressão na passagem da década de 1960 para 1970, que contou com o apoio – ou mesmo patrocínio direto - de empresas multinacionais e de parte das elites empresariais brasileiras.

Esse dado é significativo por expressar a dissociação entre liberalismo político e liberalismo econômico que predominava nos projetos de modernização da burguesia nacional, também pouco apegada ao liberalismo no plano dos costumes, já que intimamente ligada a organizações conservadoras cristãs. Apenas dois anos após sua publicação, o clássico liberal *O Caminho da Servidão* (1944),

de Friedrich Hayek, foi traduzido para o português por iniciativa de um dos fundadores da TFP, que lideraria, nas décadas seguintes, uma intensa campanha contra a legalização do divórcio, mobilizando milhões de católicos de direita muito anos antes da emergência do que se convencionou chamar de “guerras culturais” ou da difusão do pensamento gramsciano no país.

Nesse sentido, a defesa da modernização econômica em associação à rejeição da modernidade cultural teria uma longa tradição no Brasil, facilitando a acomodação das dinâmicas sistêmicas características do desenvolvimento capitalista pós-Guerra Fria. Se por um lado a articulação civil-militar em torno do golpe de 1964 serve de demonstração do fenômeno, a desarticulação desses mesmos atores políticos estimulada pelo fechamento do regime também acabou por preparar o terreno para a reconstrução de redes de direita durante a redemocratização sob hegemonia de organizações pelo livre-mercado que se multiplicavam em conexão com *think tanks* internacionais, ao mesmo tempo que organizações conservadoras importantes, como a TFP e o IBF, perdiam força ou haviam mesmo desaparecido, como no caso da CAMDE.

Através de um esforço de reconstrução histórica empreendido a partir de revisão bibliográfica, o segundo capítulo busca testar essa hipótese de que a conciliação entre o elogio à modernidade econômica e a recusa da modernidade cultural havia se consolidado de maneira bastante efetiva no campo da direita brasileira antes dos diagnósticos neoconservadores habermasianos, ainda que essa conciliação também tenha sido aprofundada no país pelas novas dinâmicas sistêmicas emergidas da passagem para um novo estágio de desenvolvimento capitalista globalizado.

Daí que o capítulo comece justamente pela abordagem sistêmica, analisando a ascensão e a queda do consenso em torno do Estado de bem-estar social que marcou os “trinta anos gloriosos” nos países centrais. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender a especificidade do caso brasileiro sem perder de vista sua inserção no quadro amplo de um mundo integrado pelas forças do mercado. Assim, é discutido como a social-democracia teve dificuldade de se renovar diante do enfraquecimento das “energias utópicas” relacionadas ao mundo do trabalho (Habermas, 2015), sendo golpeada no flanco cultural-comportamental pela resposta neoconservadora à ascensão dos novos movimentos sociais dos anos 1960, chamada por Hunter (1991) e Hartman (2015) de “guerras culturais”; e no plano

propriamente econômico pela consolidação de uma hegemonia neoliberal, preparada por décadas de trabalho de construção de uma ampla rede internacional de organizações dedicadas à difusão da ideologia do livre-mercado liderada por intelectuais como Hayek, Mises e Friedman.

Quando essa rede fincou raízes no Brasil durante a transição democrática, nos anos 1980, encontrou uma direita desorganizada na sociedade civil e constrangida de sua filiação ideológica pelo desgaste gerado pelos 21 anos de ditadura militar. Isso facilitou a primazia do liberalismo sobre o campo direitista, passando a circular no circuito pró-mercado conservadores veteranos da mobilização civil de 1964. Foi o que se buscou demonstrar nos itens 2 e 3 do segundo capítulo.

Ainda que o constrangimento em relação à identidade política não impedisse importantes vitórias nas urnas, como a do presidente Fernando Collor em 1989, a reativação das direitas como fenômeno de massas, capaz de levar multidões novamente às ruas, dependia da massificação da ideia de uma nova ameaça vermelha que fosse capaz de unificar todas as frações direitistas numa ação reativa contra um inimigo comum. Mesmo avançando sobre importantes veículos de mídia, universidades e a classe política, o neoliberalismo difundido pelos *think tanks* tinha dificuldade de convencer as próprias bases de direita do projeto de Estado mínimo.

Isso foi demonstrado na demanda por serviços públicos presente nas entrevistas realizadas por Pierucci em 1987 com as bases de direita paulistana, que também revelou a persistência de um conservadorismo no plano dos costumes aliado ao entusiasmo pela modernização capitalista. A pesquisa apontou ainda a emergência do tema da segurança pública como questão central - a partir da perspectiva de intensificação da repressão policial - e o esvaziamento do anticomunismo como fator de mobilização.

Se a segurança pública permaneceu como tema-chave nas direitas brasileiras diante da continuidade do recrudescimento da violência urbana, a noção de “ameaça vermelha” capaz de unificar a diversidade de um campo político plural, mas marcado congenitamente pela lógica da reação, teve que ser reinventada para se acomodar à realidade de um mundo sem a presença da União Soviética e seus satélites. Isso se deu inicialmente a partir do mercado editorial e da imprensa com a popularização de reações alarmistas ao pensamento de Antonio Gramsci, difundidas pelos livros e artigos publicados pelo jornalista Olavo de Carvalho sob

influência da noção de “guerras culturais” emergida da direita norte-americana nos anos 1990. Foi quando o fenômeno neoconservador caracterizado por Habermas pela moralização dos debates públicos, pelo recurso à religião e ao senso comum, bem como pela recusa da modernidade cultural e a responsabilização dos intelectuais de esquerda por todos os males contemporâneos se assentou definitivamente no Brasil.

A difusão da ideia de que a vida cultural brasileira seria dominada por um consenso gramsciano velado, sobretudo na academia e na mídia profissional, forneceu a atores políticos de direita uma autoimagem de resistência heroica e apontou a internet comercial, introduzida no Brasil em 1995, como espaço preferencial das disputas por hegemonia cultural, apesar do alcance ainda limitado da rede mundial de computadores no país.

É certo que a percepção da internet como espaço de ampliação do debate público não era exclusividade da direita, mas a criação do site Mídia Sem Máscara em 2002, no contexto da eleição do presidente Lula, revela, na maneira como empreendimento foi concebido, um senso mais apurado para as potencialidades políticas das novas tecnologias de comunicação. Criado por um grupo de intelectuais liderados por Carvalho, o MSM tinha o objetivo de imprimir unidade ao campo da direita nas redes digitais, reunindo suas diferentes frações numa atuação comum contra a ameaça comunista. Renovado inicialmente pela interpretação “gramscista” da vitória eleitoral do PT e de outros partidos progressistas na América Latina, o anticomunismo do MSM ganhou novo impulso sob inspiração do movimento americano *Tea Party*, que surgiu em 2009 acusando o presidente Obama de implementar o socialismo nos Estados Unidos.

Além de unificar o combate às esquerdas, o MSM também atuava no sentido de formar quadros preparados para novas práticas de militância adequadas às dinâmicas da internet. Daí que esses grupos tenham avançado com a emergência das redes sociais digitais, aproveitando os fóruns do Orkut, criado em 2004, para difundir ideias e conectar militantes conservadores, liberais e reacionários de todo o país (Patschiki, 2012; Rocha, 2018).

Esse processo foi discutido em seu sentido histórico no terceiro capítulo, encerrando com uma reflexão sobre como os avanços progressistas registradas no plano institucional durante o primeiro governo Dilma (2011-2014) foram percebidos negativamente e deram sentido de urgência à ação cada vez mais

articulada desses atores políticos. A forma como eles mobilizaram novas dinâmicas de circulação de informação emergidas de plataformas como o Facebook e de aplicativos como o WhatsApp também contribuiu para intensificar a rejeição aos movimentos sociais de esquerda a partir da viralização de imagens de episódios pontuais de excessos performáticos em manifestações. Assim, a oposição aos movimentos feministas e LGBT, entre outros, assumia formas cada vez mais abertas, ganhando legitimidade social com o sucesso crescente de autores de direita no mercado editorial e o crescimento de bancadas conservadoras e reacionárias no Congresso Nacional.

Essas dinâmicas pareciam ser ignoradas pelo campo progressista, em parte acomodado pelas seguidas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores; e, mesmo entre os setores que faziam oposição ao PT pela esquerda, a perspectiva de retrocessos sociais parecia fora do horizonte. Inspiradas pelo exemplo da Primavera Árabe, dos Indignados espanhóis e do *Occupy Wall Street*, vanguardas autonomistas anticapitalistas, influenciadas pelo anarquismo, enxergavam na internet o caminho para imprimir ritmo revolucionário às conquistas progressistas que estariam sendo freadas pela conversão do PT em partido da Ordem e pela própria arquitetura institucional da Nova República.

Esse “cyber-utopismo” (Morozov, 2011) progressista, inspirado por autores como Castells (2013), que marcou inicialmente junho de 2013, é discutido no capítulo quarto, buscando-se compreender os sentidos desse momento disruptivo da história brasileira através de um esforço de reconstrução da cadeia de acontecimentos centrado nas dimensões ideológica e comunicacional-organizativa do ciclo de manifestações emergidas abruptamente do Facebook. Nesse ponto, a inter-relação entre rede sociais e televisão não é perdida de vista, assim como a importância dos anos de atuação da grande mídia brasileira no sentido de promover o punitivismo, a judicialização da política e o descrédito das instituições que prepararam o terreno para a emergência do violento antipartidarismo que mudou os rumos das jornadas de junho de 2013.

A tensão permaneceria no ar, sendo agravada pela deterioração dos indicadores econômicos e pelo avanço da Operação Lava Jato sobre a elite política e empresarial. Nesse cenário, as eleições presidenciais vencidas por Dilma Rousseff se tornaram as mais disputadas desde 1989, e a partir daí a polarização política se

aprofundou, em parte impulsionada por dinâmicas próprias das redes sociais que alcançavam setores cada vez mais amplos da população.

Foi também a partir de mobilização via Facebook que milhões de brasileiros saíram às ruas de todo o país em 2015 para exigir o impeachment de Dilma, aprovado em abril do ano seguinte após novas demonstrações ainda maiores. Esse processo que abriu passagem para a reemergência das direitas como fenômeno de massa é analisado em sua relação com as redes sociais no quinto capítulo, incluindo a transição para um ecossistema midiático ainda mais complexo e descentralizado, que fez com que o WhatsApp desempenhasse papel central na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018.

A partir desse esforço, fundamentado em revisão bibliográfica, de reconstrução da trajetória de formação histórica das direitas brasileiras contemporâneas busca-se testar a segunda hipótese da pesquisa, que aponta a internet com um elemento-chave para a sua ascensão. Analisando a ação de atores políticos direitistas em cada etapa de desenvolvimento da internet brasileira, desde a introdução de sua versão comercial em 1995 até a preponderância no ecossistema comunicacional consolidada nas eleições de 2018, seria possível fazer emergir elementos úteis à compreensão do fenômeno. Não somente no sentido de entender como se deu a apropriação eficiente de tecnologias de comunicação digital em constante transformação por atores políticos de direita, especialmente os mais radicais, mas também para mapear, em linhas gerais, a própria configuração contemporânea do ecossistema midiático.

A descentralização na produção e emissão de conteúdo se aprofundou com a transição de um modelo inicial mais estático e concentrado - composto por sites, blogs e fóruns - para um ecossistema pulverizado por um número crescente de redes sociais e aplicativos móveis. Junto à aceleração das conexões e ao barateamento dos componentes, esse processo tem contribuído para transformar a economia mundial, impulsionando o atendimento imediato de demandas segmentadas, ao mesmo tempo que estimula a concentração de mercado - sobretudo no varejo - e contribui para precarização das relações de trabalho.

Assim, a digitalização avança sobre todas as esferas da experiência humana, tanto privadas quanto públicas, impactando subjetividades, afetos e visões de mundo dos usuários à medida que os ciclos cibernéticos se tornam mais capilares (Cesarino, 2020, p. 115). Por motivos que buscamos compreender, atores políticos

de direita teriam captado essas dinâmicas de maneira especialmente eficaz, mobilizando conscientemente as tecnologias de comunicação digital com objetivo de formar um novo consenso social capaz de aprofundar a modernização capitalista repelindo os conteúdos culturais da modernidade. Em alguns casos, pregando abertamente o retorno a um passado idealizado, que passou a incluir o elogio da ditadura militar, viabilizado por um movimento de revisionismo histórico iniciado no mercado editorial, mas amplificado em seu alcance pela internet, especialmente, através da distribuição de conteúdo audiovisual.

O uso eficiente de modernas tecnologias de comunicação para a massificação de um projeto reacionário também não é um dado novo da história ocidental, já que a expansão da rede global de correios e telégrafos, em conjunto com a invenção da fotografia, havia sido central no crescimento do integrismo católico no século XIX. Isso se deu, sobretudo, através da massificação da “devoção do papa” e do culto do ideal de pureza feminino mariano a partir da circulação global de livros, gravuras, panfletos e, sobretudo, de fotografias do *Sumo Pontífice* e das personagens ligadas às novas aparições da Virgem em Santa Catarina Labouré (1830), em La Salette (1846) e em Lourdes, em 1858 (Gilley, 2003, p. 273).

Ainda que não sejam propriamente uma novidade, os conteúdos políticos das direitas contemporâneas não deixam de ser impactados por inovações nas linguagens, estéticas e símbolos articulados através de práticas de sociabilidade e circulação de informações cada vez mais assertivas e pulverizadas. Compreender como a dialética forma-conteúdo se manifesta no ecossistema midiático contemporâneo é um dos objetivos secundários da presente pesquisa.

Além de possibilitar a testagem das duas hipóteses centrais e o cumprimento dos objetivos secundários, a opção pela abordagem historiográfica também é justificada pela própria natureza do tema. Por serem conceitos relacionais, as definições de direita e esquerda tendem a oscilar de acordo com as configurações de cada contexto e são disputadas pelos próprios atores políticos. Isso não impede, todavia, que sejam buscados elementos definidores capazes de resistir aos testes do tempo, desde que essa busca seja ancorada numa perspectiva histórica. “Seria uma abstração perigosa realizar um exame (da direita) em termos exclusivamente teóricos, evitando ressaltar correlações entre doutrinas e grupos sociais”, afirma Giordano num alerta metodológico compartilhado por Camila Rocha:

Dessa maneira, direita e esquerda seriam termos relacionais que só poderiam ser compreendidos tendo em vista o desenrolar histórico da disputa política em espaços específicos, o auto-posicionamento dos atores e suas percepções sobre seus opositores, ainda que estejam conectados a tradições teóricas e ideologias políticas específicas (2018, p. 35).

Desde sua origem, a distinção manifestou sua natureza dinâmica à medida que as posições dos atores políticos se alteravam diante dos acontecimentos que se sucederam à reunião dos Estados Gerais, em 1789, quando o Terceiro Estado se sentou à esquerda do Rei, demandando a supremacia do legislativo sobre a Coroa, como no modelo inglês. Formado, sobretudo, por burgueses e profissionais liberais, o grupo mobilizava o apoio de setores populares a partir da defesa da igualdade dos homens perante a lei, enfrentando a resistência da maior parte da nobreza e do clero, sentados à direita de Luís XVI.

O desdobrar dos fatos levariam, três anos depois, à divisão da Convenção Nacional no julgamento do rei, fazendo de sua execução um momento definidor da política moderna, expressão paradigmática de um aspecto-chave da distinção entre esquerda e direita que permanece na atitude de enfrentamento ou de defesa da ordem, do *status quo* e do poder da autoridade fundado sobre a força da tradição (Bobbio, 2011).

Outro elemento definidor da díade foi se consolidando durante o processo revolucionário francês com o aprofundamento dos questionamentos sobre o caráter absoluto e a natureza sagrada da propriedade privada, que acompanhou as medidas de combate à fome provocada pela especulação no comércio de alimentos. Por “igualdade”, devia-se entender a ausência de privilégios e a extensão da cidadania a todos os membros da República, ou a distribuição equitativa da propriedade e da renda?<sup>10</sup>

Foi pressionado pelas massas camponesas e “sans-culottes” que o liberalismo francês superou, sob inspiração de Rousseau, o formalismo do individualismo britânico e “incorporou o tema democrático ao pensamento liberal”<sup>11</sup>. Difundiram-se, então, as noções de que a propriedade privada deveria estar submetida ao bem público e de que a igualdade deveria ser social e não apenas jurídica. Na prática, isso implicava a ação do Estado no sentido de minimizar as

---

<sup>10</sup> Ibid., 2019, p. 92.

<sup>11</sup> WERNECK VIANNA, 1978, p. 14.



diferenças entre pobres e ricos, visando criar uma sociedade de pequenos proprietários (Grespan, 2019, p. 105).

Do ponto de vista da questão racial e da luta das mulheres, os progressos foram limitados, mas a reorganização política provocada pelo avanço dos debates sobre assimetrias socioeconômicas acabou por consolidar a atitude diante do ideal de igualdade como um marcador perene da divisão entre agentes políticos de direita e de esquerda. Enquanto os primeiros valorizam as hierarquias sociais ou, no mínimo, encaram as desigualdades como inevitáveis, os segundos colocam o “princípio de retificação” no centro de sua ação, buscando corrigir e eliminar as diferentes formas de desigualdades (Bobbio, 2011, p. 18).

A rápida radicalização do pensamento igualitário, influenciada por Morelly e Mably, levou a “Conjuração dos Iguais” a propor a abolição da propriedade privada e da diferença entre assalariados e proprietários<sup>12</sup> ainda em 1795. E, mesmo tendo sido rapidamente eliminada, a conspiração liderada por François Babeuf continua sendo considerada um marco fundacional das tradições comunistas e anarquistas de esquerda, também por consolidar uma nova concepção de “revolução”. Assim, a noção extraída da astronomia perdeu o sentido de retorno a uma situação de liberdade primitiva usurpada pela tirania, que havia mobilizado tanto a Revolução Gloriosa Inglesa (1688) quanto a Independência Americana (1776), para assumir o significado de instauração de uma nova ordem, não mais apontando na direção do passado, mas, sim, de um futuro que se queira construir<sup>13</sup>.

Foi preocupado com a possibilidade de universalização desses ideais de subversão radical da estrutura social que Edmund Burke se voltou contra o jacobinismo do processo revolucionário francês, enfatizando os excessos cometidos em nome dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Em 1790, o filósofo e político irlandês escreveu no clássico *Reflections on the Revolution in France*:

Quando todas as fraudes, imposturas, violências, rapinas, queimadas, assassinatos, confiscos, papéis-moedas obrigatórios e toda descrição de tirania e crueldade empregada para realizar e defender esta Revolução têm seu efeito natural, isto é, chocar os sentimentos morais de todas as mentes virtuosas e sóbrias, os cúmplices desse sistema filosófico imediatamente esticam suas gargantas em uma declamação contra o antigo governo monárquico da França. Quando eles tornaram esse poder deposto suficientemente obscuro, eles então prosseguiram na argumentação como se todos aqueles que desaprovam seus novos abusos fossem, é claro, partidários do antigo, que aqueles que reprovam seus esquemas rudes e violentos de liberdade

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 101.

<sup>13</sup> Ibid. p. 88.

devem ser tratados como defensores da servidão. Admito que suas necessidades os compelem a essa fraude baixa e desprezível. Nada pode reconciliar os homens com seus procedimentos e projetos, exceto a suposição de que não há uma terceira opção entre eles e alguma tirania tão odiosa quanto pode ser fornecida pelos registros da história, ou pela invenção dos poetas (Burke, 1790, p. 102).

Essa “terceira opção” significava a defesa do modelo britânico, que submetera a Coroa à vontade do parlamento sem abolir os privilégios políticos da nobreza hereditária. Trata-se não de conservar as instituições do Antigo Regime, mas de reformá-las com base no princípio da reverência e antiguidade<sup>14</sup>. A defesa das hierarquias, da propriedade e de outros elementos de continuidade são compreendidas, nesse sentido, como acúmulo do conhecimento humano que não pode ser desprezado pelos homens no poder, pois o contrato social seria pactuado entre vivos, mortos e aqueles que estão para nascer<sup>15</sup>.

Aí entra a crítica ao ideal abstrato de perfeição como o “defeito prático”<sup>16</sup> da Revolução Francesa, que onera a geração presente “em nome do enriquecimento do futuro”, podendo produzir o que almeja ou falhar<sup>17</sup>. Nesse sentido, o mal é tomado como certo, já que “a raiva e o frenesi destroem mais em meia hora do que a prudência, a deliberação e a previdência conseguem construir em cem anos”<sup>18</sup>.

Ainda que a crença numa ordem transcendente se faça presente no *Reflections*, as tradições não são defendidas por Burke em sentido ontológico, mas prático: enquanto repositório dos conhecimentos que resistiram aos “testes do tempo” e, por isso mesmo, são capazes de “oferecer ao estadista recursos valiosos para condução de uma comunidade política”<sup>19</sup>.

Esse sentido pragmático e racional vai manter a crítica burkeana dentro do horizonte da modernidade, compreendendo o reformismo como necessidade histórica para evitar a destruição revolucionária, através da conciliação do progresso com a preservação da herança civilizacional. Por mais que antecedentes sejam identificados em autores longínquos como Aristóteles, Cícero e Tomás de Aquino<sup>20</sup>, é na obra de Burke que continuamos encontrando os fundamentos do pensamento conservador, compreendido como uma “disposição política” à

<sup>14</sup> BURKE, 1790, p. 27.

<sup>15</sup> Ibid., p. 80.

<sup>16</sup> Ibid., p. 51.

<sup>17</sup> BURKE apud COUTINHO, 2017, p. 370.

<sup>18</sup> BURKE, 1790, p. 138.

<sup>19</sup> COUTINHO, 2017, p. 61.

<sup>20</sup> Ibid., p. 10.

prudência ou uma “ideologia de emergência”, ativada diante da identificação de determinada ameaça radical (Coutinho, 2017, p. 26).

Dá que muitos herdeiros de Burke, como Thomas Carlyle, enxerguem na universalização da “sociedade comercial” uma ameaça às tradições, capaz de “corromper a alma humana”<sup>21</sup>. A crítica, no entanto, se volta contra o aspecto revolucionário do capitalismo, numa chave que mantém a disposição de rejeição às diferentes formas de utopia como elemento de distinção em relação à outra “ideologia de emergência” surgida mais à direita, também como reação ao processo revolucionário francês.

Diferente de Burke, Joseph de Maistre vai rejeitar qualquer tipo de reforma no Antigo Regime, pregando a reversão dos acontecimentos revolucionários através da punição de “seus agentes demoníacos” e a restauração do “Trono e do Altar”:

Só o Rei, e o Rei legítimo, levantando do alto do seu trono o cetro de Carlos Magno, pode extinguir ou desarmar todos os ódios, frustrar todos os projetos sinistros, classificar as ambições pela classificação dos homens, acalmar todos os espíritos agitados e criar subitamente em torno do poder essa muralha mágica que se assume como a sua verdadeira guardiã (De Maistre apud Coutinho, 2017, p. 12).

A pregação do conde francês em *Considerations sur la France* (1797) vai além da crítica aos excessos jacobinos, pregando o retorno a uma ordem transcendental, rigidamente hierarquizada pela autoridade divina, que anulasse a autonomização da agência humana nos processos políticos empreendida 300 anos antes por Maquiavel. Assim nasce a tradição política reacionária, continuada pelo conde francês Louis de Bonald (1754-1840) e pelo marquês espanhol Juan Donoso Cortés (1809-1853); e que encontra justamente nessa recusa radical da modernidade em favor de um projeto de retorno ao um passado idealizado, harmônico e estático, a linha de separação com o conservadorismo clássico.

Para os seguidores do reformismo prudente burkeano, a perseguição de um ideal abstrato de perfeição teria sempre efeitos destrutivos, independentemente do horizonte utópico se projetar em direção ao passado ou ao futuro; ou de se justificar pela defesa da tradição ou da igualdade. Explica Samuel Huntington em *Conservatism as an Ideology* (1957):

Não existe uma distinção válida entre “mudar para trás” e “mudar para a frente”. Mudança é mudança; a história não se retrai nem se repete; e toda a mudança se afasta do *status quo*. À medida que o tempo passa, o ideal do reacionário distancia-se cada vez mais de qualquer sociedade real que tenha existido no passado. O

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 80.

passado é romantizado e, no fim, o reacionário acaba por defender o regresso a uma Idade de Ouro idealizado que nunca de fato existiu. Ele torna-se indistinguível de outros radicais, e normalmente exhibe todas as características singulares da psicologia radical” (Coutinho, 2017, p. 25).

No contexto da segunda grande crise do liberalismo nas décadas de 1920 e 1930, a tradição reacionária vai se diversificar com a ascensão do projeto de revolução conservadora fascista, mas o principal corte dentro do campo da direita entre seus elementos moderados e radicais seguirá ligado à posição diante da ideia de submissão da agência política aos imperativos de uma ordem transcendental divina. A reprodução de uma linhagem laica e cética não vai impedir que esse elemento permaneça como característico do campo político de direita, geralmente associado a expressões mais radicais da defesa da tradição. Outras distinções mais sofisticadas poderiam ser feitas no gradiente direita-esquerda, mas na presente pesquisa optaremos por utilizar alguns conceitos fundamentais, de corte mais clássico, como chaves interpretativas da análise empírica empreendida a partir do próximo capítulo.

Ao extremo do campo direito, temos o fenômeno reacionário, inclinado por sua natureza utópica radical à rejeição religiosa da modernidade política; que, por sua vez, é acolhida pelo conservadorismo clássico, desde que limitada a um reformismo pragmático, voltado à preservação das tradições sociais fundamentais. Enquanto o conservador se contenta em freá-la, o reacionário procura, nas palavras de Marx, “girar a contrapelo a roda da História” (2002, p. 41).

Já o campo esquerdo – identificado com a noção de progressismo - seria composto, em sua franja mais radical, pelo igualitarismo revolucionário comunista e anarquista, passando pelo socialismo e pela social-democracia mais ao centro, espaço em que as inclinações moderadas para a promoção da igualdade encontram pontos de contato com o reformismo conservador.

Nesse arranjo, o liberalismo, que havia nascido como fenômeno revolucionário de esquerda, mas se dividiu durante o processo francês em torno das disputas sobre a promoção da igualdade social e a natureza da propriedade privada, assumiu a forma de um fenômeno político ambivalente. Segundo Bobbio, o liberalismo pode ser classificado como de direita ou de esquerda, dependendo do contexto político (2011, p. 99).

No Brasil, as ideias liberais passaram a ser efetivamente difundidas com a chegada da família real portuguesa em 1808. Foi nesse ano que o jornal *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa de Londres, começou a circular ilegalmente no território nacional defendendo liberdades individuais e uma reforma da monarquia lusa à maneira das instituições inglesas. Também foi quando José da Silva Lisboa escreveu *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil* (1808). O primeiro livro publicado no país versava sobre as vantagens da liberdade comercial, e foi recebido no contexto da Abertura dos Portos às Nações Amigas, instituída por Dom João VI sob influência direta de seu autor, o futuro Visconde de Cairu (Lynch, 2007, p. 217).

Em parte, o liberalismo econômico encontrou melhor acolhida que o liberalismo político porque não era de todo estranho à realidade nacional, já que o “exclusivo” colonial português havia oscilado de acordo com as circunstâncias, “entre a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais” em favor de países parceiros: primeiro Holanda, depois a Inglaterra<sup>22</sup>.

A liberação do comércio também significou a intensificação do tráfico de africanos escravizados, que compunham a principal fonte de mão de obra do país. Esse lucrativo comércio internacional, empreendido por investidores privados da Europa<sup>23</sup>, continuaria, nas décadas seguintes, como importante elemento de dinamização econômica, uma vez que os capitais acumulados em cidades portuárias como Salvador e, sobretudo, o Rio de Janeiro eram em grande parte investidos em prédios urbanos, na usura e em operações de importação e exportação<sup>24</sup>. Por outro lado, a percepção naturalizada da população de origem africana como mercadoria contribuiu para distanciar da realidade nacional o ideário liberal, que se restringiu, no primeiro momento, às demandas por constitucionalização do regime monárquico,<sup>25</sup> intensificadas pela Revolução do Porto em 1820.

Os acontecimentos em torno da proclamação da Independência, dois anos depois, acabariam dividindo o movimento entre uma ala direita (“coimbrã” ou “realista”) e os “liberais” e “vintistas”, à esquerda. Enquanto os primeiros, liderados

---

<sup>22</sup> FAUSTO, 2008, p. 57.

<sup>23</sup> Ao longo do século XVIII, o rendimento sobre os investimentos no comércio de escravos foi de cerca de 6% ao ano (HARARI, 2017, p. 341).

<sup>24</sup> FAUSTO, 2008, p. 59.

<sup>25</sup> LYNCH, 2007, p. 213.

pelos irmãos Andrada, buscavam uma constituição com uma Coroa forte, o segundo grupo demandava o aprofundamento das ideias liberais, com destaque para a atuação de Frei Caneca (1779-1825). Em linhas gerais, a leitura não difere da apresentada por Werneck Sodré (1999), mas Lynch (2007) segue em sua interpretação da política monárquica pela chave direita-esquerda, apontando a reconfiguração da distinção no período regencial (1831-1841). Foi quando os antigos liberais se deslocaram ao centro, combatendo os realistas à direita e, à esquerda, os “exaltados”, defensores do federalismo e do modelo institucional norte-americano.

Em 1834, os moderados se unem à esquerda exaltada para instituir o Ato Adicional que descentralizou o poder, mas o processo passa a ser revertido a partir de 1837, com a morte de Pedro I e a ameaça de fragmentação colocada pelas rebeliões regionais. O “regresso” consolida, então, a aliança entre antigos realistas e a ala direita dos moderados, dando origem ao Partido Conservador; e, em resposta o, restante dos moderados funda o Partido Liberal. Assim, o adjetivo liberal deixa de significar mero antônimo de absolutista para se tornar “sinônimo de pessoa de ideias avançadas, isto é, de progressistas” (Lynch, 2017, p. 230).

No entanto, a divisão clássica entre conservadorismo e liberalismo permaneceria intrincada pela questão da unidade territorial, que foi o grande tema político do Império. Segundo o teórico conservador Visconde do Uruguai, os membros do seu partido é que seriam os verdadeiros liberais brasileiros, por trabalharem em prol da centralização e do reforço da autoridade do Estado, enquanto único agente civilizador “capaz de se impor à aristocracia rural, acessar à população subjugada no campo e fazer valer os direitos civis”<sup>26</sup>. O liberalismo é compreendido, assim, em sentido invertido<sup>27</sup>, como incentivador do despotismo dos caudilhos e elemento fragmentador a bloquear o progresso nacional.

Com a proclamação da República, o Brasil receberia uma constituição formalmente liberal em 1891, mas os sinais de esgotamento do pacto oligárquico que sustentou o regime desde Prudente de Moraes (1894-1895) incentivaram a reemergência da tradição crítica ao liberalismo na obra de Oliveira Viana. Por mais bem-intencionadas e idealistas que fossem, afirma o pensador fluminense, as

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 233.

<sup>27</sup> WERNECK VIANNA, 2004, p. 173.

tentativas de transplantar instituições estrangeiras para um meio que lhes é decididamente hostil apenas reforçavam nossas características mais negativas: a anarquia branca, o predomínio das oligarquias e o risco da fragmentação do país<sup>28</sup>.

Além do impacto da publicação de *Populações Meridionais do Brasil*, a década de 1920 registrou a diversificação das críticas ao liberalismo, em parte acompanhando dinâmicas internacionais. Foi o caso da fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, enquanto seção brasileira da Internacional, e do movimento de leigos católicos estimulados pelo Vaticano a atuar no sentido de reverter, ao menos parcialmente, o caráter laico do Estado republicano. Outro exemplo foi o fenômeno ideologicamente difuso do tenentismo, de onde saíram quadros que se acomodariam tanto à direita quanto à esquerda.

Assim, começava a se delinear uma diferenciação ideológica mais clara na paisagem política brasileira, que havia perdido sentido com o predomínio das disputas intra-oligárquicas durante a Primeira República. Isso se fez notar durante a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, realizadas três anos após a Revolução de 1930, especialmente com a influência do emergente movimento de trabalhadores sobre alguns dos partidos criados, ainda que as agremiações permanecessem estritamente regionais.

O impulso definitivo para a diferenciação entre direita e esquerda viria com a transformação do anticomunismo em política de Estado após a tentativa de levante militar de 1935. E é nesse mesmo contexto que se intensifica a ação política do laicato católico, e a Ação Integralista Brasileira se torna o primeiro movimento de massas da política nacional, reunindo cerca de 200 mil membros antes de ser dissolvida em 1937<sup>29</sup>.

A tomada de consciência - inspirada no fascismo - do valor espiritual da nação a partir do lema conservador “Deus, Pátria e Família” caracterizava a ABI como um movimento de direita; mas a consolidação da distinção ideológica na política brasileira seria bloqueada pelos oito anos de ditadura do Estado Novo. Foi somente com a democratização, em 1945, que a díade direita-esquerda assumiu sentido moderno.

---

<sup>28</sup> BRANDÃO, 2010, p. 119.

<sup>29</sup> FAUSTO, 2008, p. 356.

Não apenas porque emergiram partidos claramente delineados pela distinção, como o PCB, à esquerda, e a União Democrática Nacional, à direita, mas também porque foi nesse momento que “o Brasil viveu sua primeira experiência efetivamente democrática” (Singer, 2002, p. 18). Por isso partimos desse ponto na análise do processo histórico de formação das direitas brasileiras contemporâneas, compreendido em sua inserção no contexto internacional.



## 2 Liberalismo, conservadorismo e as direitas contemporâneas

Um trabalhador norte-americano que começasse a investir US\$15 por semana em ações de alta liquidez em 1921 poderia acumular um portfólio da ordem de US\$80 mil, com dividendos mensais de US\$400 em 1941. Bastava que a performance da economia dos Estados Unidos entre 1921 e 1929 fosse mantida nos anos seguintes<sup>30</sup>. A muitos a hipótese parecia provável, uma vez que a criação de um banco central em 1913 teria trazido solidez ao sistema financeiro, e a economia global crescia, integrando-se na velocidade das redes de energia elétrica, dos automóveis, das linhas telefônicas e das malhas ferroviárias em expansão. A tendência de valorização, no entanto, acabou interrompida de maneira súbita em outubro de 1929, quando o mercado de ações despencou com violência nunca vista.

Em pouco tempo, US\$ 40 bilhões evaporaram de Wall Street, levando investidores ao pânico e afundando o mundo numa depressão que anulava os ganhos da década de 1920. Ao final, se ao invés de ter aplicado na bolsa, esse mesmo trabalhador tivesse colocado semanalmente os mesmos US\$15 debaixo do colchão, teria poupado o dobro da soma acumulada nesses 11 anos de investimento no mercado de ações (Varoufakis, 2011, p. 41).

Bancos faliam, empresas fechavam e trabalhadores eram demitidos aos milhões. Do ponto de vista do governo, isso também significava queda na arrecadação, mas a fé na ortodoxia econômica e o apego ao padrão-ouro impediam que pressões deflacionárias fossem combatidas com injeção de liquidez, inclusive através da impressão de moeda.

Nascida da “paz cartaginesa” de 1919, a Sociedade das Nações também se mostrava congenitamente incapaz de liderar uma ação global articulada, predominando o velho protecionismo como resposta da maior parte dos países ao aprofundamento da grande depressão. Em junho de 1930, o Congresso norte-americano aprovou a elevação das tarifas de importação, sendo rapidamente retaliado por diversas outras nações. O resultado foi a retração no comércio internacional, afundando o mundo em crises econômicas, políticas e sociais, que –

---

<sup>30</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 41.

na Europa Ocidental – fomentariam a ascensão de diversas formas de fascismo, escalonando tensões até a eclosão da Segunda Grande Guerra em 1939.

Se no plano geopolítico a corrida protecionista reavivava tensões entre os diferentes Estados-nação e reduzia o volume de comércio, nos Estados Unidos a eleição do democrata Franklin Roosevelt em 1932 trazia uma mudança substancial nas políticas econômicas. O padrão-ouro foi abandonado, e foram lançados diversos projetos desenhados para reaquecer a economia através de injeção de liquidez e elevação dos níveis de emprego, como grandes obras públicas, programas de moradia, benefícios sociais e serviços de saúde.

Também foram instituídas novas regulações sobre os mercados de capitais que impedissem a repetição de tragédias como a de 1929. Sendo o exemplo mais relevante o *Glass–Steagall Act*, aprovado em 1933 pelo Congresso com o objetivo, entre outros, de limitar a emissão de títulos por bancos comerciais, além de instituir uma agência garantidora de depósitos, a *Federal Deposit Insurance Corporation*.

O “New Deal” encontrava inspiração no institucionalismo americano, especialmente no pensamento de John R. Commons, e nos economistas suecos da “Escola de Estocolmo”: E. Lindhal, E. Lundberg, G. Myrdal e B. Ohlin<sup>31</sup>. Só que mudanças similares também aconteciam na Grã-Bretanha, estimuladas por economistas como John Maynard Keynes, que celebrou quando seu governo abandonou o padrão-ouro em setembro de 1931, resultando numa desvalorização de 30% da libra esterlina em apenas três meses<sup>32</sup>. A partir daí o debate econômico dividiu a academia britânica. De um lado, Cambridge, onde Keynes e Arthur Cecil Pigou defendiam o desenvolvimento de obras públicas; do outro, a *London School of Economics*, que se opunha a esse tipo de política sob liderança de Lionel Robbins e do austríaco Friedrich von Hayek<sup>33</sup>.

No decorrer dos 90 anos seguintes, esse debate se moveria de maneira pendular no ritmo das grandes crises do capitalismo, mas naquele contexto histórico acabaria prevalecendo a revisão da ortodoxia proposta por Keynes e coroada com o sucesso editorial de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, lançado em 1936. Afinal, o triunfo do fascismo na Itália, do nazismo na Alemanha e da revolução bolchevique na Rússia, entre diversos outros exemplos espalhados pelo

---

<sup>31</sup> GAZIER, 2011, p. 20.

<sup>32</sup> Ibid., p. 19.

<sup>33</sup> Ibid., p. 19.

mundo, pareciam demonstrar, de forma ameaçadora, que o princípio dogmático do *laissez-faire* havia deixado de ser útil a condução dos negócios governamentais. Um governo que buscasse assegurar “a maior prosperidade possível e, ao mesmo tempo, a ordem social” não poderia mais se guiar pela ideia de “leis naturais” de caráter fixo, uma vez que a crise do liberalismo se generalizava pelo globo (Dardot; Laval, 2016, p. 68).

Para salvar o capitalismo da ameaça concreta da revolução socialista, que “rondava” a Europa desde 1917, Keynes propunha o reexame do conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual” em proveito de todos. Salvar o essencial dos benefícios de uma sociedade liberal significava, naquele momento, romper os limites impostos pelo dogmatismo do *laissez-faire*, já que se generalizava a perda de confiança nos mecanismos autorreguladores de mercado e na justiça de contratos entre partes supostamente iguais. Isso significava aceitar a realidade de que a preservação dos ideais do liberalismo exigia a utilização calculada de meios aparentemente alheios – ou mesmo opostos - aos princípios liberais, como leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas e nacionalizações<sup>34</sup>.

Esse reformismo keynesiano, lembram Dardot e Laval (2016), só aceita restringir interesses individuais para proteger o interesse coletivo como forma de garantir as condições reais de realizações individuais num momento histórico em que as respostas à crise do *laissez-faire* se radicalizavam, polarizando a opinião pública dos países ocidentais: a parte esquerda concluía que só o socialismo poderia salvá-la do fascismo; enquanto o lado direito acreditava no inverso, que apenas o fascismo poderia salvar o capitalismo da ameaça socialista.

Keynes não foi o primeiro a propor políticas estatais de combate ao desemprego através de grandes obras públicas, mas sua *Teoria Geral* conseguiu articular essa linha de pensamento que ganhava força no debate econômico numa argumentação sistemática e empiricamente fundamentada. Sua influência sobre o governo Roosevelt, no entanto, seria limitada, ainda que o economista tivesse se esforçado, visitando o presidente em maio de 1934. Na prática, os déficits orçamentários dos Estados Unidos permanecerão modestos, predominando um

---

<sup>34</sup> DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69.

intervencionismo permanente em matéria de preços enquadrados, enquanto são lançadas as bases da Previdência Social americana em 1935<sup>35</sup>.

Isso não vai impedir, contudo, a eclosão de reações às políticas do New Deal, percebidas, junto ao keynesianismo, como “coletivistas” e colocadas no mesmo saco do fascismo e do socialismo soviético. Em resposta ao que percebiam como a universalização de práticas governamentais redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas foi organizado em maio de 1938, na cidade de Paris, o Colóquio Walter Lippmann, reunindo muitos dos nomes que marcariam a história do pensamento e da política liberal no pós-guerra, como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow<sup>36</sup>.

Em comum, todos compartilhavam o sentido de necessidade de combater o “intervencionismo de Estado” e a “escalada do coletivismo”, mas essa primeira tentativa de criação de uma “internacional’ neoliberal”<sup>37</sup> - que daria origem a organizações como a Sociedade Mont Pèlerin (1947), o Fórum Econômico Mundial de Davos (1971) e a Comissão Trilateral (1973) – seria marcado inicialmente por uma intensa divisão interna. Como deveriam responder à crise? Refundando o liberalismo sob um novo fundamento teórico ou retornando ao “verdadeiro liberalismo”, contra os desvios e heresias que o perverteram?<sup>38</sup> A última era defendida pelos austríacos Mises e Hayek, argumentado que a cartelização era fruto exclusivo de políticas protecionistas, enquanto o ordoliberal Röpke enxergava a crescente concentração industrial como fruto de dinâmicas de caráter técnico.

O que interessava nesse diagnóstico, entretanto, era definir que tipo de ação estatal deveria moldar politicamente as relações econômicas e sociais regidas pela concorrência dentro daquele contexto histórico marcado pelo avanço do “coletivismo” em suas variadas formas e colorações. Mais apegados à ortodoxia manchesteriana, Mises e Hayek vão insistir na retração do Estado, ainda que a participação desses intelectuais no Colóquio não deixasse de expressar um reconhecimento de que mesmo as leis naturais de mercado eram condicionadas historicamente por construções políticas.

---

<sup>35</sup> GAZIER, 2011, p. 20.

<sup>36</sup> DARDOT; LAVAL, 2016, p. 70.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 73

Por sua vez, e o próprio Lippmann criticava, ao lado dos ordoliberais, o naturalismo do *laissez-faire* no livro cujo lançamento justificava o encontro em Paris. Em *An Inquiry into the Principles of the Good Society* (1938), o jornalista americano lembrava que o regime liberal era o resultado de uma ordem legal que pressupõe um intervencionismo jurídico do Estado:

A vida econômica ocorre dentro de um quadro jurídico que estabelece o regime da propriedade, dos contratos, das patentes, da falência, o estatuto das associações profissionais e das sociedades comerciais, o dinheiro e os bancos, todas as coisas que não são dadas pela natureza, como as leis do equilíbrio econômico, mas são criações contingentes do legislador<sup>39</sup>.

Nesse mesmo ano de 1938, um novo *crash* abalou o mercado financeiro, mostrando que – apesar de ter freado a crise e aliviado o sofrimento dos trabalhadores norte-americanos – o “New Deal” de Roosevelt não havia sido capaz de pôr fim à Grande Depressão. A economia só entrou em rota de recuperação com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Pressionados, os governos dos países envolvidos no conflito perderam os pudores em relação a emissão de moeda, fazendo o déficit público norte-americano, por exemplo, dobrar. Foi nesse cenário de destruição, que levou dezenas de milhões de pessoas à morte trágica e submeteu os sobreviventes à terrível realidade dos racionamentos de guerra, que os setores industriais recuperaram sua capacidade de produção e mobilização de mão de obra.

Enquanto a guerra ainda devastava Europa e Pacífico, 730 delegados se reuniram, em julho de 1944, no luxuoso Mount Washington Hotel, na pequena cidade norte-americana de Bretton Woods, para decidir sobre o arranjo de uma nova ordem monetária internacional e sobre os desafios de reconstrução das economias destruídas pelo conflito.

Em seu discurso de abertura da conferência, Roosevelt ressaltou que “a saúde econômica de cada país” era “objeto de preocupação de todos os seus vizinhos, próximos ou distantes”<sup>40</sup>, mas a delegação norte-americana se opôs ao multilateralismo radical posto na mesa por Keynes, que incluía a criação de uma moeda única para os países capitalistas, além de um banco central global e outras instituições projetadas para impedir que grandes desequilíbrios nos fluxos de capitais entre as nações levassem a novas crises sistêmicas como a de 1929 e a novos conflitos militares de escala global.

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 75.

<sup>40</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 59.

Para a delegação norte-americana, chefiada pelo economista Harry Dexter White, isso significava abrir mão da posição de hegemonia alcançada – inclusive no plano cultural -, já que os Estados Unidos se ergueram da guerra como maior produtor industrial do planeta, ostentando enormes saldos na balança comercial, além de um poderio militar incontestável, apesar dos esforços soviéticos. Daí que o dólar tenha sido definido, no acordo, como referência central de um sistema monetário internacional que passaria a ser definido por taxas fixas de câmbio entre os países signatários.

Para manter sua moeda atrelada ao dólar dentro de uma taxa fixa de conversão, cada governo se comprometia a vender dólares para impedir que flutuações cambiais excedessem limite estreito de 1% para cima ou para baixo. Esse arranjo dependia da credibilidade da moeda norte-americana, o que levou os Estados Unidos a se comprometerem, em contrapartida, não somente a fixar o dólar ao ouro - numa taxa de US\$35 para cada onça (28,4g) -, como ainda a assegurar que qualquer indivíduo, cidadão americano ou não, poderia trocar seus dólares pelo metal quando quisesse.

Se mesmo com todos os cuidados uma nação signatária entrasse em crise fiscal poderia recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional, concedidos sob condições rígidas que garantissem o pagamento através do reequilíbrio das contas públicas. Com 20% dos votos e poder de veto, os Estados Unidos garantiram o controle efetivo sobre o organismo multilateral, fazendo do FMI não apenas um instrumento para garantir o funcionamento sistêmico, como também para impor políticas convenientes aos seus interesses estratégicos.

A delegação norte-americana também garantiu hegemonia sobre as decisões de outro organismo fundado em Bretton Wood ao assumir responsabilidade por 30% do capital disponibilizado pelo Banco Mundial para investimento na reconstrução de nações devastadas pela guerra ou no desenvolvimento de regiões periféricas. Só que as primeiras seriam amplamente privilegiadas, com especial destaque para Alemanha e Japão, destinadas a desempenhar papéis-chave na sustentação da nova ordem mundial liderada pelos Estados Unidos. Ambos países haviam se tornado altamente dependentes, devido à própria ocupação militar. O que facilitava a implementação dos projetos e tornava mais seguro o retorno dos capitais norte-americanos investidos nos gigantescos programas de reconstrução. No caso

do Japão, o controle era quase total, já que o país foi, durante anos, administrado diretamente pelo general Douglas MacArthur, comandante das forças aliadas.

Aplicando quase 2% do seu PIB para reerguer as economias alemã e japonesa, os EUA não apenas evitavam que a prorrogação de um quadro social desastroso fomentasse transformações políticas radicais num momento de expansão do bloco comunista, como ainda garantiam o retorno dos seus investimentos na forma de juros e, sobretudo, através da expansão de novos mercados para a exportação de produtos industrializados norte-americanos, em especial bens de capital necessários à reconstrução dos dois parques industriais.

Recuperando suas capacidades de produção industrial, Alemanha e Japão voltariam a exportar, constituindo, com proteção de Washington, suas próprias zonas de influência ao redor de suas fronteiras, uma forma de *lebensraum* – “espaço vital” - que absorvesse de maneira constante as manufaturas exportadas. Inundadas de dólar norte-americano, estas regiões poderiam ainda absorver a produção de produtos de alto valor agregado exportados pelos EUA.

Batizado oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, o projeto norte-americano de reciclagem de seus excedentes de capitais ficaria conhecido como “Plano Marshall” ao ser implementado por iniciativa do Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall, em abril 1948. No mesmo mês, o presidente Harry S. Truman criou uma agência federal subordinada ao Departamento de Estado e ao Departamento de Comércio com objetivo de planejar o investimento nestas regiões. Além de atender às demandas por investimento da Europa Ocidental, a “Administração de Cooperação Econômica” buscava edificar uma base industrial sólida que garantisse em duas frações estratégicas do globo a hegemonia de duas moedas fortes o bastante para absorver o choque dos momentos de desaceleração cíclica da economia norte-americana: o marco alemão e o iene japonês. Só no primeiro ano foram investidos US\$5,3 bilhões, e quando o Plano Marshall chegou ao fim, em 1951, havia aplicado um total de US\$12,5 bilhões no continente. Como resultado, a produção industrial subiu 35% no período na Europa Ocidental, sustentando e estimulando a demanda regional por produtos manufaturados dos Estados Unidos<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Ibid., p. 52.

Com o fim do Plano Marshall, uma nova fase do processo de desenvolvimento econômico europeu foi iniciada a partir da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), liberando o comércio no setor de indústria pesada entre França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo e Holanda. A criação da instituição seria a pedra fundamental da construção, ao longo das décadas seguintes, do que viria a se tornar a União Europeia.

Ao investir 2% do PIB norte-americano no desenvolvimento de regiões estratégicas do globo, os tomadores de decisão de Washington agiam em direção contrária aos dogmas do *laissez-faire*, tentando centralizar – ainda sob influência do New Deal e do keynesianismo - o planejamento do desenvolvimento econômico mundial. Em resposta, os pensadores e militantes liberais retomavam os esforços de organização internacional com a fundação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947, nove anos após o Colóquio Walter Lippmann.

A iniciativa foi liderada por Hayek, que inspirado pela atuação dos socialistas da Sociedade Fabiana no final do século XIX, buscava uma mudança política e ideológica profunda na sociedade britânica através da ação de uma vanguarda intelectual capaz de influenciar o que chamava de “ideólogos de segunda-classe”: jornalistas, acadêmicos, escritores e professores. Assim seria empreendido um trabalho molecular de difusão do ideário neoliberal junto à opinião pública com o intuito de consolidar, ao longo dos anos, um novo consenso na sociedade (Rocha, 2018, p. 52).

Com o sucesso editorial de *O Caminho da Servidão*, lançado em 1944, o economista austríaco havia ganhado projeção, levando suas ideias além dos círculos acadêmicos e tecendo uma influente rede internacional de sociabilidade envolvendo empresários, jornalistas e políticos, entre outros intelectuais. Foi durante as viagens de divulgação do livro – lembra Onofre (2018) - que Hayek conheceu personagens que fariam história na militância liberal ao fundar, nas décadas seguintes, influentes *think tanks*, como Anthony Fisher – do *Institute of Economic Affairs* (1955), *Manhattan Institute* (1977) e *Atlas Foundation* (1981) – e F.A. Harper – criador do *Institute for Humane Studies* (1961).

As iniciativas anteriores para organizar pensadores e militantes liberais internacionalmente haviam fracassado devido a divergências pessoais, intelectuais e pelo início da Guerra, mas seria diferente com a Sociedade Mont Pèlerin. A posição conquistada com *O Caminho da Servidão* e as redes de sociabilidade



construídas nos anos anteriores permitiram a Hayek equilibrar, num projeto comum de combate à expansão do socialismo e do capitalismo de bem-estar social, as rivalidades entre as correntes ortodoxas influenciadas pelo próprio Hayek e pelo também austríaco Ludwig von Mises, defensores ainda mais intransigentes do *laissez-faire* como Murray Rothbard e o grupo ordoliberal alemão, de Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow, mais abertos à ação estatal como forma de garantir o bom funcionamento da sociedade de mercado<sup>42</sup>.

Segundo Onofre (2018, p. 334), isso só foi possível porque a proposta de renovação liberal havia sido apresentada em *O Caminho da Servidão* como uma “posição intermediária”, que defendia a “expansão dos mecanismos de livre-mercado sem abdicar de um papel para o Estado em algumas questões econômicas e sociais fundamentais”. Ainda sob o impacto da Grande Depressão e da crise econômico-social produzida pela guerra, a crítica ao socialismo e ao capitalismo de intervenção estatal não foi colocada no clássico de 1944 como uma defesa intransigente do *laissez-faire*, e essa posição mais moderada acabou permitindo a Hayek assumir papel agregador no movimento liberal internacional do pós-guerra. Isso teria tornado possível acomodar dentro da Mont Pèlerin a diversidade de pensamento que ainda caracterizava o movimento de renovação liberal naquele momento histórico. Nas décadas seguintes, os representantes do ordoliberalismo perderiam a disputada dentro da Sociedade, que assumiria uma posição cada vez mais ortodoxa, prevalecendo os austríacos e a Escola de Chicago.

Um marco desse processo de radicalização do movimento liberal internacional que ganharia força nas décadas seguintes foi a divulgação, nos anos 1950, da teoria desenvolvida pelo economista Simon Kuznets a partir da análise de uma larga base de dados sobre declarações de imposto de renda instituída nos Estados Unidos a partir de 1913. A constatação do economista foi de que houve uma forte redução das desigualdades de renda nos Estados Unidos entre 1913 e 1948. Enquanto nos anos 1910-1920 os 10% mais ricos dos americanos abocanhavam 45%- 50% da renda nacional, no fim dos anos 1940 essa parcela havia caído para 30 %- 35%. Uma redução bastante significativa, lembra Piketty (2013, p. 33), uma vez que equivalia à metade do tudo que recebiam os 50% mais pobres da população.

---

<sup>42</sup> ONOFRE, 2018, p. 334.

Debruçando-se sobre a evolução da distribuição de renda nos EUA durante um período de 35 anos (1913-1948), o estudo de Kuznets representava um marco nas Ciências Econômicas, pela profundidade e amplitude inéditas de um trabalho estatístico só tornado possível pela disponibilização de informações sobre rendas individuais que acompanharam a implementação de impostos progressivos em diversos países na primeira metade do século XX<sup>43</sup>.

Quando publicou sua pesquisa pela primeira vez, em 1953, Kuznets evitou generalizações e fez ressalvas em relação à especificidade do objeto. Além de ter se limitado a uma única nação, o estudo analisava um período bastante específico da história, marcado pelas duas grandes guerras mundiais (1914-18 e 1939-45) e pela grande depressão dos anos 1930, combatida internamente com as políticas de investimento estatal do New Deal. Ou seja, seria bastante forçoso afirmar que a economia de mercado havia funcionado de maneira espontânea e natural nos Estados Unidos entre 1913 e 1948.

Mesmo assim, Kuznets vai mudar rapidamente de posição, extraindo da sua pesquisa uma teoria universal aplicável a qualquer país capitalista, em qualquer contexto histórico. Ainda em 1955, é publicado *Economic Growth and Income Inequality* a partir de uma palestra realizada no ano anterior em Detroit, cidade que era o centro da indústria automotiva norte-americana. Foi quando o economista passou a afirmar que o moderno desenvolvimento capitalista passava por duas etapas naturais. No momento inicial de industrialização, as desigualdades tenderiam a aumentar, pois apenas uma minoria estaria em condições de se beneficiar das transformações; mas, atingido certo nível de maturação econômica e desenvolvimento industrial, seria estabelecida uma tendência oposta, diminuindo as desigualdades à medida que parcelas cada vez maiores da sociedade passariam a desfrutar do crescimento econômico. Tudo aconteceria de forma endógena e espontânea, numa lógica natural ao sistema capitalista que se reproduziria por toda a parte, independente de características culturais, intervenções políticas ou choques externos<sup>44</sup>.

No contexto da Guerra Fria, apresentar a chamada “curva de Kuznets” como um modelo universal significava fornecer às elites das nações em desenvolvimento,

---

<sup>43</sup> PIKETTY, 2013, p. 31.

<sup>44</sup> Ibid., p. 35.

em especial as envolvidas nas lutas de libertação colonial, um argumento persuasivo para se manter “dentro da órbita do mundo livre”<sup>45</sup>, uma vez que a elevação das desigualdades seria passageira. Bastava preservar o funcionamento do livre-mercado e ter paciência até que repartição das riquezas começasse a se equilibrar naturalmente.

Esse argumento, no entanto, parecia ser confirmado pelo desenvolvimento das nações centrais no pós-guerra. Durante os “Trinta Anos Gloriosos”, os países desenvolvidos experimentaram crescimento econômico acompanhado de melhorias constantes na condição de vida dos trabalhadores. O que foi desarmando a luta de classes internamente e contrariando as previsões de Marx sobre uma inevitável revolução proletária.

Assim como os autores que o antecederam, Marx rejeitou as hipóteses de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo — duas forças que poderiam, em alguma medida, se contrapor ao processo de acumulação e concentração do capital privado. Sem dúvida, faltavam-lhe dados estatísticos para refinar suas previsões. Certamente Marx também sofreu as consequências de decidir expor suas conclusões em 1848, antes de realizar as pesquisas necessárias para justificá-las (Piketty, 2013, p. 28).

Piketty também lembra que Marx não chegou a se debruçar “sobre a espinhosa questão de como uma sociedade em que o capital privado foi abolido reorganizaria os seus sistemas político e econômico”<sup>46</sup> e sua análise também não considerou que o desenvolvimento capitalista pudesse entrar numa nova fase pós-industrial, marcada pela pulverização e isolamento da classe trabalhadora.

É preciso ressaltar, contudo, que essa melhoria contínua nas condições de vida dos trabalhadores dos países centrais só se tornou possível, entre outros fatores, graças à superexploração nas nações periféricas. Com o tempo, as massas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental se tornaram mais conscientes dessa posição privilegiada, ao mesmo tempo que transformaram sua percepção do papel do Estado, que passaria a ter a obrigação de equilibrar assimetrias e compensar os efeitos nocivos da economia de mercado do ponto de vista social (Emanuel, 1972).

Apesar de originárias da tradição social-democrata, as metas do Estado de bem-estar social passam a ser adotadas nos países centrais também por governos à direita – ainda que nem sempre de maneira declarada - como forma de obter e manter maiorias parlamentares para os partidos no governo (Habermas, 2015).

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 36.

<sup>46</sup> Ibid., p. 28.

Assim esses aparelhos estatais em expansão conseguiram, durante três décadas, estimular o crescimento econômico aplacando as crises sociais e assegurando, ao mesmo tempo, a capacidade de concorrência internacional das empresas que garantia os empregos locais. Tratava-se de um equilíbrio delicado, uma vez que as intervenções estatais no sentido de garantir melhorias nas condições de vida dos trabalhadores não poderiam inibir investimentos privados. Era preciso acumular capital para distribuí-lo, especialmente através de serviços públicos de qualidade.

Nos Estados Unidos, essas pressões sobre o governo traziam um componente especialmente explosivo: a questão racial. Apesar da violenta repressão policial e da oposição furiosa de grupos racistas como a Ku Klux Klan, o movimento pelos direitos civis dos negros avançava e desestabilizava a ordem social, especialmente nos estados segregacionistas do Sul. Foi tentando responder a esse cenário que os governos John Kennedy (1961-63) e Lyndon Johnson (1963-69) implementaram políticas públicas destinadas a reduzir a pobreza e estimular a demanda nas camadas mais baixas da sociedade.

Reunidas a partir das eleições presidenciais de 1964 sob o selo “Grande Sociedade”, as iniciativas de inspiração keynesiana trariam resultados sociais concretos. Só nos primeiros três anos foram gastos cerca de US\$ 3 bilhões em saúde, educação e assistência Social, resultando numa redução expressiva do percentual de cidadãos norte-americanos vivendo abaixo da linha de pobreza: passou de 22% (1964) para 13% (1968). Entre a população negra, os números são ainda mais expressivos, tendo o percentual reduzido de 55% em 1960 para 27% em 1968 (Varoufakis, 2011, p. 84).

Por outro lado, o esforço de guerra no Vietnã se tornava cada vez mais impopular à medida que o conflito iniciado em 1955 se arrastava, sacrificando vidas de jovens americanos. Protestos cada vez maiores contra o envio de tropas foram se somando a novos tipos de movimento sociais que se fortaleciam mesmo com o crescimento econômico e a redução das desigualdades, sobretudo a partir da expansão do acesso ao ensino superior. Num curto espaço de tempo, o consenso cultural conservador em torno de valores como o trabalho, o mérito individual e o modelo familiar heteronormativo, com papéis de gênero bem definidos, que havia marcado os anos 1950 como um período de estabilidade, deu lugar a um cenário de intensa transformação.

## 2.1.

### Crise do Estado de bem-estar social e a reação aos novos movimentos sociais

Segundo Hartman (2015), os valores da “América normativa” vão ser desafiados na década de 1960 por uma “Nova Esquerda”, emergida da articulação frouxa entre movimentos sociais de um novo tipo: mais voltados para transformações culturais, através de mudanças de comportamento, do que para reivindicações no plano das leis. Um exemplo seria a segunda onda do movimento feminista, que passa a denunciar o caráter político das experiências pessoais de opressão vividas pelas mulheres no cotidiano. Sintetizada no lema “o pessoal é político”, essa postura vai marcar sua diferença em relação ao movimento sufragista desenvolvido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX com foco na igualdade de direitos legais, em especial o direito das mulheres ao voto.

Outros exemplos significativos de movimentos sociais que emergem nesse contexto são os Panteras Negras, as organizações indígenas e o que se chamava então de “movimento gay”. Todos voltados à busca da igualdade, direitos e a afirmação orgulhosa de suas identidades. O impacto que causaram na sociedade norte-americana, especialmente através da penetração de suas pautas na indústria cultural, levaria à reação de um grupo de intelectuais organizados em torno do jornal *The Public Interest*, fundado em 1965 por Daniel Bell e Irving Kristol e que contou com a contribuição frequente da historiadora e esposa de Kristol, Gertrude Himmelfarb.

Esses “neoconservadores”<sup>47</sup> vão enxergar na atuação da “Nova Esquerda” a degradação da cultura norte-americana, justificando, assim, sua ação de combate ao movimento feminista e ao movimento gay. Historicamente, as vanguardas modernistas haviam desafiado a cultura burguesa dominante, mas sempre buscando se afastar do *mainstream* cultural. O que os anos 1960 traziam de novo, segundo

---

<sup>47</sup> Se os Novos Esquerdistas deram forma a um lado das guerras culturais, aqueles que passaram a ser chamados de neoconservadores foram extremamente influentes moldando o outro lado. Neoconservadorismo, um rótulo aplicado a um grupo de intelectuais liberais (de esquerda) proeminentes que se moveram à direita do espectro político americano durante os anos sessenta, tomou forma precisamente em oposição à Nova Esquerda. Em sua reação à Nova Esquerda, em sua defesa vigorosa de instituições americanas tradicionais, e em seu ataque total àqueles intelectuais que compuseram, nas palavras de Lionel Trilling, um “Cultura adversária”, os neoconservadores ajudaram a redigir os próprios termos das guerras culturais (HARTMAN, 2015, p. 38).

esses intelectuais, era que a contracultura estava se direcionando, pela primeira vez, às massas, causando assim a corrosão dos valores tradicionais norte-americanos. É nesse sentido que os militantes gays vão ser vistos como uma “nova classe”, compreendida como um tipo de elite esquerdista que conquistava poder adquirindo cultura (Hartman, 2015).

Tal argumentação se apresentava em linha de continuidade com o duro ataque ao sistema universitário norte-americano lançado pela publicação, em 1951, de *God and Man at Yale: The Superstitions of 'Academic Freedom'*. No livro, o católico William Buckley Jr. mobilizava suas experiências como graduando na prestigiosa universidade de Yale para denunciar – inclusive, mencionando nomes – a postura de professores que forçavam ideologias coletivistas, keynesianas e secularistas sobre os estudantes, com objetivo de quebrar seu senso de individualidade e suas crenças religiosas cristãs. A publicação representou um marco do combate que o conservadorismo travaria nas décadas seguintes contra as elites progressistas, além de apontar as instituições de ensino como espaço preferencial de disputa ideológica.

Buckley também se dedicou a organizar a intelectualidade conservadora através da revista *National Review*, criada em 1955 reunindo nomes como James Burnham, Frank Meyer, Willmoore Kendall, Brent Bozell, Garry Wills, Robert Nisbet e Russell Kirk, que dois anos antes havia renovado o pensamento conservador norte-americano com o lançamento de *The Conservative Mind* (1953). Além de rebater os questionamentos à tradição do conservadorismo num país nascido de uma revolução liberal, o livro de Kirk sintetizava as características da mente ou do espírito conservador. Entre elas: a opção por uma sociedade com hierarquias; a defesa da propriedade privada; a crença numa ordem transcendente e no caráter religioso de problemas políticos; além da recusa dos “sofistas, calculadores e economistas”, representantes do racionalismo iluminista francês e de seus herdeiros da esquerda (Pondé, 2012, p. 79).

Essa polarização crescente da vida intelectual americana faria dos anos 1960 o marco inicial do que se convencionou chamar de “guerras culturais”, atingindo um ponto de inflexão nas eleições presidenciais de 1972. Pela primeira vez, a candidatura democrata contou com a participação massiva de mulheres, negros e LGBTs, que tiveram suas bandeiras incorporadas na campanha. O senador George McGovern, no entanto, acabaria derrotado pelo republicano Richard Nixon, num

momento significativo para a reação conservadora. Sobretudo a partir da articulação, iniciada nos 1970, das alas direitas de diferentes religiões numa aliança contra o que chamavam de “humanismo laico” ou “humanismo secular”. Progressivamente, conservadores protestantes, católicos, judeus e mórmons foram deixando suas diferenças históricas de lado para se unir no combate à secularização da sociedade – em especial das leis e das escolas – e na defesa dos “valores da família”, conceito que passou a aglutinar bandeiras como a luta contra o aborto, o matrimônio igualitário e o sexo antes do casamento.

Muitos dentro da esquerda americana buscaram explicar a derrota de McGovern para Nixon em 1972 estabelecendo relação causal entre o enfraquecimento dos trabalhadores organizados e a ascensão da luta por igualdade dos gays, das mulheres e de outros movimentos da “Nova Esquerda”.

Embora McGovern tenha um histórico quase perfeito de votação em questões trabalhistas enquanto senador, e mesmo que ele tenha, desde muito, se interessado genuinamente por questões trabalhistas, tendo escrito uma tese de doutorado sobre a infame Greve do Carvão do Colorado de 1913 e 1914 - a greve que resultou no trágico massacre de Ludlow -, os sindicatos mais poderosos nunca se uniram em seu apoio. Isso incluiu a massiva Federação Americana do Trabalho e o Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO), liderada por George Meany. Meany não apenas se absteve de apoiar a campanha de McGovern, mas também implicitamente ajudou os esforços de reeleição de Nixon, classificando McGovern como um lacaio dos movimentos de identidade que muitos sindicalistas brancos acreditavam ter capturado o Partido Democrata (Hartman, 2015, p. 34).

É certo que o preconceito contribuiu para afastar lideranças sindicais tradicionais – compostas, em maioria, por homens brancos heterossexuais – dos novos movimentos sociais que emergiam, especialmente nesse momento inicial de organização da luta LGBT e de emergência da segunda onda feminista. No entanto, as novas dinâmicas sociais que fizeram da década de 1960 um período especialmente intenso não foram as únicas responsáveis pela reacomodação das bases eleitorais dos partidos defensores do Estado de bem-estar social.

Além dos democratas nos EUA, também os trabalhistas ingleses e a social-democracia alemã enfrentavam problemas similares devido, entre outros fatores, ao enfraquecimento do poder de convencimento e de mobilização da “utopia ligada à sociedade do trabalho”. Isso foi se tornando cada vez mais visível nos países centrais na década de 1970 - afirma Habermas (2015, p. 216) - seja porque as forças produtivas haviam perdido sua inocência, ou porque havia se difundido a percepção de que a abolição da propriedade privada dos meios de produção não desembocaria

automaticamente na autogestão dos trabalhadores. Além disso, as transformações tecnológicas, econômicas e as reconfigurações na divisão internacional do trabalho, puxadas pelo aprofundamento da globalização das grandes corporações transnacionais, também alteraram a capacidade do trabalho de estruturar as relações sociais, especialmente em âmbito local.

Ao mesmo tempo que organizações sindicais tradicionais se sentiam pressionadas por essas novas dinâmicas, nada impedia que os eleitores que mais haviam se beneficiado do desenvolvimento do Estado de bem-estar social nos anos anteriores abraçassem, em tempos de crise, uma mentalidade de conservação do padrão de vida, unindo-se à velha classe média e aos setores “produtivistas” para formar um bloco defensivo contra a competição de empresas estrangeiras e contra os grupos subprivilegiados ou excluídos dentro do próprio país<sup>48</sup>.

Essas dinâmicas vão se delineando de forma mais nítida à medida que o crescimento econômico dos países centrais perde fôlego, e os partidos e organizações de direita passam a responsabilizar os gastos sociais pelo crescente endividamento público, disputando a opinião pública no sentido de expor as limitações estruturais do arranjo que manteve o compromisso em torno do Estado de bem-estar social, com objetivo de implodi-lo.

No caso específico dos Estados Unidos, não seria possível atribuir exclusivamente aos gastos sociais a retração de 0,254 do PIB registrada em 1970<sup>49</sup>, nem o déficit nas contas públicas que se estabeleceu a partir de 1971<sup>50</sup>. Ainda que os investimentos da Grande Sociedade tivessem contribuído para onerar o Estado, eram os milhões gastos com a Guerra do Vietnã que mais chamavam atenção da opinião pública e geravam insatisfação, especialmente com a morte de 2,3 milhões de pessoas - mais de 58,2 mil norte-americanos segundo números oficiais<sup>51</sup> –, além dos 3,5 milhões gravemente feridos e 14 milhões de refugiados<sup>52</sup>. Para parcela crescente da população, nada parecia justificar o envolvimento do país naquele

---

<sup>48</sup> HABERMAS, 2015, p. 222.

<sup>49</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=US>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

<sup>50</sup> VAROUFAKIS, 2011.

<sup>51</sup> BALAGO, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/total-de-vitimas-da-covid-19-nos-eua-supera-numero-de-americanos-mortos-na-guerra-do-vietna.shtml>>.

Acesso em: 6 set. 2020.

<sup>52</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 232.



esforço de guerra que se arrastava muito além do que fora prometido inicialmente por Washington. O que era para ser um conflito rápido acabou custando ao Tesouro americano, ao final de 10 anos, cerca de US\$ 113 bilhões e outros US\$ 220 bilhões à economia do país como um todo<sup>53</sup>.

Foi garantindo retirar as tropas norte-americanas do Vietnã que o republicano Richard Nixon derrotou Hubert Humphrey nas eleições presidenciais de 1968, após dois mandatos democratas, mas só terminou de cumprir sua promessa em 1973, um ano depois de ser reeleito. Apesar de um breve cessar-fogo, a guerra só terminaria em 1975, com o exército de Ho Chi Minh conquistando a parte sul do país e unificando o Vietnã sob domínio comunista.

Além dos gastos militares, a dívida americana crescia também devido à deterioração da posição do país no comércio mundial, perdendo gradualmente espaço diante do crescimento das exportações intensivas em tecnologia de países como Japão e Alemanha. Sendo esse processo, em parte, resultado dos próprios investimentos de Washington via Plano Marshall. Quando o arranjo de Bretton Woods entrou em crise em 1971, os EUA haviam perdido 2% da fatia da riqueza mundial que controlavam em 1950, enquanto Alemanha e Japão viram suas parcelas crescerem 18% e 157%, respectivamente<sup>54</sup>.

Também no plano interno a situação se agravava: os lucros corporativos caíram 17% só entre 1965 e 1970, e o aumento da inflação corroeu 2% da renda real dos operários<sup>55</sup>. Diante do crescimento do duplo déficit norte-americano – déficit fiscal do governo federal e déficit na balança comercial –, governantes de diversos países passaram a duvidar da capacidade da nação hegemônica de manter em funcionamento um sistema monetário internacional centrado na vinculação do dólar ao ouro. E não sem razão. Os Estados Unidos lidavam com a dívida – que chegaria a US\$ 70 bilhões em 1971 – aumentando a emissão de moeda, ao mesmo tempo que as reservas de ouro se mantinham estáveis em US\$ 12 bilhões<sup>56</sup>.

Essa enxurrada de dólares lançados no mercado mundial fomentou pressões inflacionárias em países como França e Grã-Bretanha, que eram estimuladas ainda mais pela necessidade de seus governos de emitirem moeda própria para manter

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 92.

<sup>54</sup> Ibid., p. 88.

<sup>55</sup> Ibid., p. 92.

<sup>56</sup> Ibid., p. 92.

suas taxas de câmbio atreladas ao dólar. Com o crescimento descontrolado dos déficits fiscais e comerciais norte-americanos, o Sistema de Bretton Woods atingiu um ponto insustentável na virada da década de 1970, mas o grande prejudicado com seu desmoronamento não seriam os Estados Unidos, que na prática ainda preservavam o privilégio de emitir o dólar, principal reserva mundial e único meio de troca realmente global.

Os governos do Japão e da Europa Ocidental sabiam que, sem as amarras do Padrão Ouro, o aumento da emissão levaria à desvalorização do dólar, gerando fortes impactos em suas economias. Sobretudo porque os ativos em dólar acumulados perderiam valor, e suas exportações se tornariam mais caras. Portanto, menos competitivas. Por outro lado, se optassem por compensar a desvalorização do dólar desvalorizando suas próprias moedas, essas nações - altamente industrializadas, porém pobres em recursos naturais - veriam seus custos de energia escalonar, uma vez que o petróleo era negociado em dólar.

Foi com essas preocupações que, em 1971, o presidente francês George Pompidou solicitou a Richard Nixon que recriasse o Sistema de Bretton Woods sobre novas taxas de câmbio fixas adaptadas à realidade da economia mundial. Sem sucesso, todavia. O presidente norte-americano se manteve firme em sua decisão de abandonar o padrão-ouro, e apenas dois anos depois o dólar já havia perdido 30% de seu valor em relação ao marco alemão e 20% em relação ao franco e ao iene<sup>57</sup>.

Quando estourou, em outubro de 1973, a Guerra do Yom Kippur entre Israel e seus vizinhos árabes, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu reduzir a oferta de maneira brusca, elevando os preços do petróleo e seus derivados no mercado. Se em 1971 o barril custava menos de US\$3, dois anos depois o preço saltou para quase US\$9 e atingiu cerca de US\$30 na virada da década de 1980<sup>58</sup>.

Esses choques do petróleo também tiveram forte impacto na economia brasileira, que importava 80% do que consumia em 1973<sup>59</sup>. Não apenas a balança comercial do país se deteriorou, como o aumento brusco no preço do barril fez a dívida externa se multiplicar, passando a ditadura militar a ter dificuldade de

---

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>59</sup> FAUSTO, 2008, p. 495.

renegociá-la à medida que os EUA elevavam gradualmente a taxa de juros como forma de combater a inflação interna: passou de 6% (1971) para 20% (1981)<sup>60</sup>.

Além do petróleo, outras commodities - como bauxita, estanho e prata – sofreram forte valorização no mercado, elevando os custos de produção de nações industriais exportadoras pobres em recursos naturais, como Japão e Alemanha. E foi por isso, segundo Varoufakis (2011), que os Estados Unidos não tentaram conter a elevação nos preços das commodities. Tratava-se, na verdade, de um caminho para melhorar a balança comercial norte-americana, aumentando sua competitividade em relação à concorrência de Alemanha e Japão, que exportavam produtos manufaturados cada vez mais intensivos em tecnologia. Sem dispor de reservas de recursos naturais, esses países assistiriam, então, à elevação dos seus custos de produção, e o PIB japonês encolheu 1,2% em 1974, e o alemão retraiu-se 0,7% no ano seguinte<sup>61</sup>.

No início dos anos 1970, apenas 32,5% do petróleo consumido pelos Estados Unidos eram importados, enquanto a Europa importava praticamente tudo, e o Japão, cada gota<sup>62</sup>. Sendo que mesmo deste um terço importado, os EUA controlavam boa parte, graças à atuação de suas empresas multinacionais. Portanto os choques dos anos 1970 não foram um negócio ruim para o país.

Os governos Nixon também buscaram diminuir os déficits reduzindo os gastos da corrida armamentista ao implementar uma política diplomática de distensão das relações com a União Soviética e de reorganização da ordem mundial. Além da retirada das tropas do Vietnã, Henry Kissinger intensificou negociações com o líder soviético Leonid Brejnev para frear, de maneira recíproca, a produção de armamentos, especialmente de ogivas nucleares. O secretário de Estado também deu início a uma política de aproximação com a China de Mao Tsé-Tung. Primeiramente através de encontros secretos, mas em 1972 o presidente Nixon fez visita oficial, pondo fim a 25 anos de ruptura entre os dois países. Ao prestigiar a China, os EUA buscavam estimular a divisão no mundo comunista e pressionar a URSS nas negociações de *détente* militar, além de expandir relações comerciais

---

<sup>60</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 99.

<sup>61</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=JP-DE>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

<sup>62</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 103.

num mercado com mais de 860 milhões de habitantes e cuja economia havia crescido 19,3% em 1970<sup>63</sup>.

Os intelectuais neoconservadores norte-americanos, que em sua oposição aos movimentos sociais da Nova Esquerda haviam contribuído para as duas vitórias eleitorais de Nixon, “reagiram à derrota no Vietnã e à política de distensão de Kissinger com o sentimento de que a resistência da América ao comunismo mundial” havia estancado “devido a uma espécie de desarmamento moral”<sup>64</sup>. Essa degeneração da política externa de Washington seria mais uma das múltiplas manifestações de uma ampla crise cultural, caracterizada – segundo Steinfeld – pelo afrouxamento das convicções, da moral das pessoas e pela corrupção da decência humana<sup>65</sup>. Segundo Habermas, essa linha de argumentação estaria assentada em três afirmações fundamentais:

A primeira: a vanguarda está enfim esgotada, o modernismo esgotou seu impulso criador; a segunda: é justamente por isso que se difundem os estilos de vida exercitados previamente na boemia, com suas orientações axiológicas hedonistas, subjetivas e sem limites, solapando a disciplina do cotidiano burguês; a terceira: apenas a renovação de uma consciência religiosa, a suplantação da cultura que se tornou profana, pode restaurar os fundamentos da sociedade secularizada (2015, p. 74).

A tese do esgotamento das vanguardas modernistas seria rapidamente desmontada pela cena cultural transformadora dos anos 1960, que renovou a crítica militante da sociedade, mobilizando a tradição do Esclarecimento em toda sua amplitude<sup>66</sup>. A luta antiautoritária não apenas era impulsionada por uma explosão criativa contracultural, com destaque para a música – que teve no festival de Woodstock (1969) seu momento mais simbólico -, como essa vanguarda agora se dirigia às massas, através da indústria fonográfica e dos meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e a TV, em rápida difusão.

Ao corromper os valores tradicionais que estabilizavam as relações sociais, os movimentos da Nova Esquerda minavam a disposição para anuência, obediência e disciplina necessários à produtividade do trabalho. A crítica aos estilos de vida boêmios como forma de preservar a saúde produtiva do trabalhador sistematizada

---

<sup>63</sup> BANDO MUNDIAL. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

<sup>64</sup> HABERMAS, 2015, p. 68.

<sup>65</sup> Ibid., p. 68.

<sup>66</sup> Ibid., p. 82.

por Ford e Taylor na segunda Revolução Industrial retorna nessa argumentação com vigor. Agora somando-se à tese da “inflação de reivindicações”, desenvolvida no sentido de desfazer o compromisso firmado no pós-guerra em torno do Estado de bem-estar social, que havia desarmado o antagonismo de classes<sup>67</sup>.

O crescimento e multiplicação de sindicatos e associações, em especial dos novos movimentos sociais da década de 1960, teriam gerado uma “explosão” das expectativas dos cidadãos, que passaram a exigir, com poder cada vez maior de pressão, “uma ampliação drástica de tarefas estatais”<sup>68</sup>. Essa sobrecarga dos instrumentos de controle da administração teria como resultado a perda de legitimidade do poder público, que, estrangulado por “blocos de poder pré-parlamentares”, ver-se-ia responsabilizado pelas perdas econômicas dos cidadãos<sup>69</sup>.

Impulsionada pela concorrência entre os partidos, pela mídia de massa e pelo pluralismo de associações, essa “inflação” de expectativas e reivindicações fomentaria uma situação de ingovernabilidade crescente. Com essa argumentação, o neoconservadorismo buscava deslocar as causas da crise dos anos 1970 de aspectos de natureza prática, ligados ao funcionamento do sistema econômico e do aparelho estatal, para o plano mais abstrato da legitimação cultural.

No lugar de imperativos econômicos e administrativos, as assim chamadas coerções econômicas, que monetizam e burocratizam cada vez mais as relações em mercadorias e objetos de administração - no lugar do foco real da crise da sociedade, eles colocam o fantasma de uma cultura subversivamente transbordante (Habermas, 2015, p. 96).

Fatores estruturais do desenvolvimento capitalista são colocados de lado, enquanto o hedonismo impulsionado pela modernidade estética é elevado à condição de problema socioeconômico central, responsável pela suposta perda de autoridade das instituições basilares, em especial no sistema político<sup>70</sup>. Esse “estiramento utópico” e “as expectativas luxuriantes”<sup>71</sup> decorrentes são apresentados como resultado da uma abertura ampla, a partir de baixo, dos canais de decisão democratizados, que sobrecarregam a máquina estatal, desestabilizam hierarquias e relações sociais. O movimento não é apresentado, contudo, como desenvolvimento histórico espontâneo, mas resultado da ação consciente de

---

<sup>67</sup> Ibid., p. 219.

<sup>68</sup> Ibid., p. 67.

<sup>69</sup> Ibid., p. 67.

<sup>70</sup> Ibid., p. 67.

<sup>71</sup> Ibid., p. 69.

intelectuais de esquerda, que passam a ser denunciados como agentes dedicados a promover uma revolução cultural com objetivo de assegurar sua própria dominação, “o domínio sacerdotal da nova classe”<sup>72</sup>. Isso significaria levar a “lógica do modernismo” até o fim para tornar hegemônico na sociedade o “princípio da autorrealização sem limites”<sup>73</sup>. Não mais por utopia, mas por puro cálculo egoístico.

Essa ênfase no poder dos intelectuais vai fazer das instituições de ensino o locus preferencial de combate ideológico, uma vez que a emergência dos novos movimentos sociais de esquerda nos campi universitários americanos e europeus, que se expandiram no pós-guerra, parecia confirmar o alarme soado por Buckley Jr. em 1951. A relevância crescente do sistema científico-educacional não deixava de expressar a consolidação de sociedades pós-industriais, mas o fenômeno é mobilizado pela retórica neoconservadora para superdimensionar o poder social dos intelectuais, entre os quais destacam-se publicistas, padres, assistentes sociais, filósofos e, especialmente, pesquisadores de ciências humanas, estilizados como uma classe exploradora constituída de mediadores do sentido<sup>74</sup>.

Assim busca-se concretizar a tese do esgotamento da modernidade cultural, caracterizada pelo derruimento de três componentes fundamentais: as ciências tecnicamente bem-sucedidas, a arte de vanguarda e a moral universalista, conforme conceituada por Rousseau e Kant. É o que Habermas chama de “parto do pós-Esclarecimento”, um projeto que envolve abrir espaço para uma “consciência saudável da tradição”, isolando suficientemente as “culturas de especialistas” da práxis cotidiana<sup>75</sup>. Trata-se de restaurar a primazia do senso comum (*common sense*) e da religião através de “uma política educacional que talhe a educação escolar fundamental de acordo com habilidades elementares e as virtudes secundárias (como diligência, disciplina e asseio)”<sup>76</sup>.

Nos Estados Unidos, essa marcha conservadora sobre o sistema de ensino vai reagir às conquistas dos movimentos sociais da Nova Esquerda, como o decreto aprovado em 1977 na Flórida proibindo discriminação contra gays. Liderados pela cantora Anita Bryant, conservadores religiosos mobilizaram um movimento contra o item que proibia escolas de discriminar professores homossexuais no momento

---

<sup>72</sup> Ibid., p. 84.

<sup>73</sup> Ibid., p. 72.

<sup>74</sup> Ibid., p. 85.

<sup>75</sup> Ibid., p. 93.

<sup>76</sup> Ibid., p. 93.

de contratação. A concessão de direitos à população LGBT seria, nas palavras de Bryant, “um ataque disfarçado a Deus”<sup>77</sup>, por desprezar sua vontade manifesta no modelo tradicional de família patriarcal. Assim, os professores gays são apresentados como uma ameaça especialmente perigosa, já que agiriam no sentido de “recrutar crianças para seu ‘estilo de vida’”<sup>78</sup>.

Através da convocação de referendo, o *Save Our Children* consegue derrubar o decreto na Flórida, e no ano seguinte o senador republicano John Briggs, ligado ao movimento de Bryant, propõe autorizar escolas da Califórnia a demitir professores “aberta e notoriamente” gays<sup>79</sup>. A “Iniciativa Briggs”, no entanto, seria rejeitada por mais de um milhão de votos na Califórnia em campanha liderada por Harvey Milk, primeiro americano assumidamente gay a ser eleito a um cargo legislativo, em 1978; e que, meses depois, seria assassinado, junto ao prefeito George Moscone, por um ex-colega da Câmara de Supervisores de São Francisco. O crime vai ser interpretado por Jerry Falwell como a sentença de um julgamento divino: “como um câncer espiritual, a homossexualidade se espalhou até a cidade de Sodoma ser destruída. Podemos acreditar que Deus poupará os Estados Unidos se a homossexualidade continuar se espalhando?”<sup>80</sup>, perguntava o pastor batista e popular apresentador de TV.

Através do principal meio de comunicação de massa, personagens como Falwell buscavam atingir a chamada “maioria silenciosa”, explorando as inseguranças que mudanças nas hierarquias, papéis sociais, identidades e padrões de comportamento provocavam em parcelas expressivas da população. Somente recorrendo à evocação de um passado idealizado, sintetizado pelo conceito guarda-chuva de “valores da família”, seria possível reestabelecer âncoras de fé e certeza absoluta numa ordem social também ameaçada pelo crescimento da violência urbana. O tema havia sido central na campanha que elegeu Nixon e serviu de justificativa para a “Guerra às Drogas” que expandiu o encarceramento em massa nos Estados Unidos nos anos 1970, especialmente entre jovens negros.

A busca de retorno a uma ordem social estável vai impulsionar a organização de intelectuais militantes e frações conservadoras de diferentes

---

<sup>77</sup> HARTMAN, 2015, p. 95.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 96.

religiões numa unidade de ação política contrária ao declínio da autoridade religiosa e à laicização da sociedade. Como a retórica da revolução cultural também era mobilizada para explicar a crise do Estado de bem-estar social que se aprofundava, tirando foco de dinâmicas socioeconômicas mais concretas, a unidade crescente do campo da direita nos Estados Unidos não vai encontrar dificuldades para acomodar os movimentos que pregavam a retração do Estado e a radicalização da liberdade econômica.

Desde o fim da Segunda Guerra, vinham sendo fundados nos Estados Unidos *think tanks*<sup>81</sup> dedicados à promoção do ideário pró-mercado, mas com uma postura tida como mais “desinteressada” e neutra, pretensamente equidistante de universidades, partidos, governos e grupos de pressão. Era o caso do *Foundation for Economic Education* (FEE), fundado em 1946 na cidade de Atlanta, com recursos do magnata William Volker. O objetivo oficial da organização seria educar o povo norte-americano para as vantagens do capitalismo de livre-mercado<sup>82</sup>.

Na mesma linha surgiu em 1955 em Londres o *Institute of Economic Affairs* (IEA), um ano antes do radialista anticomunista Robert LeFevre fundar a *Freedom School*, na cidade de Colorado Springs. Depois veio o *Liberty Fund*, surgido em Indianápolis em 1960 por iniciativa de Pierre F. Goodrich, que também participaria do *Institute for Humane Studies* (IHS), criado por F. A. Harper na Califórnia no ano seguinte.

A ampliação de programas sociais da Grande Sociedade e o surgimento de novos movimentos sociais levaram os *think tanks* a adotarem uma postura cada vez mais militante contra o que consideravam um nocivo “ativismo estatal”. Progressivamente, as organizações vão deixando a pesquisa científica e as atividades pedagógicas de lado para concentrar esforços na produção de análises de conjuntura resumidas e materiais de marketing distribuídos a grupos políticos específicos, grandes veículos de mídia e agentes influentes da opinião pública, com o objetivo de favorecer políticas públicas que fossem condizentes com a orientação ideológica dos líderes do *Think Tank*. Um marco dessa guinada foi a *Heritage Foundation*, fundada em 1973 visando promover “políticas públicas conservadoras

---

<sup>81</sup> Os *think tanks* podem ser definidos como instituições permanentes de pesquisa e/ou divulgação de ideias que procuram informar e influenciar instâncias governamentais e a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas (ROCHA, 2017, p. 6).

<sup>82</sup> ROCHA, 2018, p. 50.



baseadas na defesa da livre empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional”<sup>83</sup>.

A multiplicação dessas organizações foi tecendo redes internacionais de ativismo pró-mercado, que ainda encontravam na pioneira Mont Pèlerin uma referência central. A essa altura, o grupo ordoliberal alemão, mais aberto à ação estatal, já havia perdido a disputa dentro da Sociedade, e os prêmios Nobel de economia concedidos em 1974 a Hayek e, dois anos depois, a Milton Friedman acabariam por coroar a primazia da radicalidade dentro do movimento liberal, que dispunha de orçamentos cada vez mais milionários. Grande parte dos recursos vinha de doações de mega empresários mediadas por fundos filantrópicos, sendo o caso mais emblemático o dos bilionários norte-americanos do ramo de petróleo, David e Charles G. Koch, conhecidos como “The Koch Brothers”<sup>84</sup>.

Renovada, mas fragmentada pela multiplicação de movimentos sociais voltados à autonomia de grupos específicos, a esquerda parecia incapaz de apresentar uma solução para as crises dos anos 1970 dentro do quadro de ação do Estado nacional. Este se revelava estreito demais para assegurar a manutenção de políticas keynesianas bem-sucedidas diante dos imperativos de um mercado mundial cada vez integrado, competitivo e dirigido pelos interesses de organizações internacionais que não hesitavam em migrar postos de trabalho industriais para o mundo em desenvolvimento.

É nesse espaço que o pensamento liberal ganha força, aproveitando a oportunidade para difundir entre formadores de opinião a ideia da necessidade de desoneração das burocracias estatais através da transferência do maior número possível de suas atividades para o mercado. Assim, buscava-se reduzir diretamente o rombo fiscal, mas a ideologia do liberalismo econômico também servia a Washington para combater o déficit na balança comercial, elevando a produtividade do trabalho através de investimentos em tecnologia, métodos de gestão mais eficientes e do congelamento dos níveis salariais via retirada de direitos e enfraquecimento de organizações laborais.

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 53.

<sup>84</sup> Ibid., p. 57.

Levando em consideração dados de inflação, o que se viu ao longo dos anos foi um descolamento acentuado entre os indicadores crescentes de produtividade do trabalho e médias salariais reais estagnadas. Até 2011 o trabalhador norte-americano não havia conseguido recuperar os níveis de poder de compra de 1973, resultando na elevação da taxa de lucro interna acima do registrado pelos principais concorrentes<sup>85</sup>.

O processo foi levado adiante pelo governo democrata de Jimmy Carter e se consolidou com a vitória de Ronald Reagan em 1980. No entanto, os dois mandatos do presidente republicano (1981-89) acabaram trazendo uma expansão significativa dos gastos públicos, contrariando o receituário ortodoxo com objetivo de financiar a reativação da corrida armamentista com a União Soviética.

A maneira encontrada para lidar com o crescimento da dívida sem aumentar impostos foi a elevação dos juros internos. Somado ao fato de o dólar continuar gozando do status de reserva mundial, essas taxas mais altas de retorno fizeram do mercado financeiro norte-americano o melhor refúgio para capitais excedentes de todo o mundo. Era para onde fluíam, por exemplo, volumes gigantes de petrodólares acumulados pelos países da OPEP, que eram convertidos em títulos do Tesouro Norte-americano, e mesmo Japão e Alemanha, que respondiam à alta dos custos de produção privilegiando setores industriais intensivos em tecnologia, como a florescente indústria eletrônica, aplicavam seus excedentes em Wall Street.

As políticas norte-americanas desencadearam um movimento de elevação das taxas de juros nos centros financeiros, pouco depois de países do bloco comunista e as nações em desenvolvimento – entre elas, o Brasil – terem tomado largas quantias em empréstimo para investimento em infraestrutura, educação, saúde e crescimento industrial. Como resultado, esses países entraram em grave crise nos anos 1980, sendo as nações socialistas levadas a implementar duras medidas de austeridade para garantir o rápido pagamento dos empréstimos, ao mesmo tempo que eram pressionadas pelos EUA a expandir os gastos militares. O resultado foi o crescimento da insatisfação e desestabilização política crescente até a desintegração da União Soviética, em 1991, celebrada pelas direitas ocidentais como uma grande vitória de Reagan.

---

<sup>85</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 104.

Além de pressionar o colapso das nações de economia planejada, o projeto de universalização da economia de mercado necessitava também de instrumentos de disputa ideológica globalmente articulados e capilarizados. E esse passo havia sido dado em 1981, quando Antony Fischer fundou a *Atlas Economic Research Foundation*, uma espécie de “organização-mãe” capaz de coordenar os inúmeros *think tanks* pró-mercado fundados nas décadas anteriores, fomentando ao mesmo tempo a fundação de novas filiais em países de todo mundo.

Esse “Komintern neoliberal”<sup>86</sup> seria rebatizado como *Atlas Network* e, ao unir forças em 1987 com o tradicional *Institute of Humane Studies* - fundado por F.A. Harper em 1961 -, consolidou-se como uma complexa rede global de articulação de atores – filiados ou não a partidos políticos - e entidades voltadas para a diminuição da intervenção estatal na economia, incluindo departamentos universitários e associações civis. Segundo John Blundell, presidente da Atlas e do IHS entre 1987 e 1990, o objetivo era “abarrotar o mundo com *think tanks* que defendam o livre-mercado” (Rocha, 2018, p. 56).

Funcionou. Hoje praticamente todos os *think tanks* pró-mercado mais importantes do mundo fazem parte da rede. Segundo dados de 2018 (Rocha, p. 58), a articuladora norte-americana conta com mais de 400 afiliados distribuídos em mais de 80 nações; dos quais 71 estão na América Latina.

## **2.2. A mobilização civil-militar pelo golpe de 1964**

No Brasil, as ideias de Mises e Hayek circulavam desde a década de 1950 entre certos grupos de empresários e intelectuais, especialmente entre aqueles que se encontravam insatisfeitos com o estilo populista e os excessos inflacionários do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). É nesse momento que começam a se estabelecer conexões diretas entre intelectuais brasileiros e as principais organizações pró-mercado internacionais. O economista Eugênio Gudín, por exemplo, viajou à cidade americana de Princeton para participar do 9º encontro da Sociedade de Mont Pèlerin, promovido em 1958<sup>87</sup>. Um ano antes de Paulo Ayres Filho estabelecer contato com a *Foundation For Economic Education*<sup>88</sup>. O

<sup>86</sup> COCKETT apud ROCHA, 2018, p. 58.

<sup>87</sup> ROCHA, 2018, p. 62.

<sup>88</sup> ROCHA, 2018, p. 62.

empresário e diretor do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros se tornaria membro da Sociedade de Mont Pèlerin, dedicando-se, por influência do empresário de origem americana Gilbert Huber Jr., a recrutar homens de negócio do Rio e São Paulo para a construção de um movimento nacional contra o que foi percebido como a “tendência esquerdista” da vida política brasileira<sup>89</sup>.

Empresários e gestores como Antônio Gallotti, Glycon de Paiva, José Garrido Torres e Augusto Trajano Antunes foram se alinhando, em reuniões informais, a oficiais do Exército como Golbery do Couto e Silva e civis egressos da Escola Superior de Guerra até que a renúncia de Jânio Quadros – em quem haviam depositado esperanças –, seguida da posse do presidente João Goulart, levou o grupo a fundar oficialmente o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, “a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos”. O IPES passou a existir, oficialmente, no dia 29 de novembro de 1961. Seu lançamento foi recebido favoravelmente pelos diversos órgãos da imprensa, tais como o Jornal do Brasil, O Globo, o Correio da Manhã e a Última Hora. Contou também com o beneplácito do conservador Arcebispo do Rio Dom Jayme de Barros Câmara, enquanto outras figuras políticas, eclesiásticas e intelectuais aplaudiram da mesma forma o seu aparecimento. Rapidamente o IPES se expandiu até Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores (Dreifuss, 1981, p. 163).

A intensificação da propaganda que associava a proposta reformista de João Goulart ao comunismo ateu internacional aproximou ainda mais o conservadorismo católico – intimamente ligado aos grandes proprietários de terra - dessas elites empresariais em processo de organização. Entre as principais bandeiras em comum, estava a defesa da propriedade privada enquanto valor absoluto a ser preservado diante das ameaças colocadas pela perspectiva das reformas de base.

Mantido, sobretudo, por doações de empresários e organizado a partir do Rio e São Paulo, o IPES atuava formalmente na publicação de estudos, análises de conjuntura, projetos educativos, trabalho sindical e assistência social, enquanto seus associados militares agiam em outra frente, de maneira silenciosa. Sob liderança do General Golbery, distribuíam textos anticomunistas à imprensa e investigavam

---

<sup>89</sup> DREIFUSS, 1981, p. 163.

atividades suspeitas de subversão. Esse trabalho se tornaria o embrião do Sistema Nacional de Informações (SNI) que seria criado pela ditadura militar<sup>90</sup>.

Militares também estavam atuando no Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização anticomunista surgida no mesmo período com incentivo do governo dos Estados Unidos. Segundo Dreifuss (1981, p. 102), o diretor-geral do IBAD e ex-integralista Ivan Hasslocher atuava diretamente com a CIA (Agência Central de Inteligência) nesse trabalho - inicialmente discreto - de articulação de lideranças empresariais conservadoras em oposição ao governo do Partido Trabalhista Brasileiro.

Quando anunciou publicamente apoio ao IBAD, Carlos Lacerda (UDN) disse ter sido procurado no Palácio Laranjeiras, logo após a posse de Goulart, por representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, das *American Chambers of Commerce*, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, da Associação de Diplomados da ESG (ADESG) e do Conselho de Classes Produtoras (CONCLAP), que desde sua fundação, em 1955, vinha combatendo o populismo e se dedicara à campanha de Jânio. O objetivo dessas associações de classe, contou o então governador da Guanabara, era organizar as forças econômicas nacionais para “defender a democracia, as instituições efetivas e o regime”<sup>91</sup>.

Isso incluía o financiamento de candidatos de direita através da criação da Ação Democrática Popular (ADEP) e de outras organizações de oposição ao governo Jango, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Frente da Juventude Democrática e a Ação Democrática Parlamentar (ADP). O dinheiro distribuído a esses grupos da sociedade civil veio, em parte, da CIA, e o IBAD acabou sendo fechado em 1963 sob a acusação de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”<sup>92</sup>. O que não chegou a impor obstáculos efetivos ao avanço da articulação civil-militar pela derrubada de Jango, que seguiu conduzida pelo IPES, pela ESG e em torno de publicações anticomunistas como a Revista Convivium, criada em 1962 por Domingos Crippa com financiamento do setor automotivo<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> ROCHA, 2018, p. 63.

<sup>91</sup> DREIFUSS, 1981, p. 102.

<sup>92</sup> GONGALVES, 2016, p. 211

<sup>93</sup> ROCHA, 2018, p. 65.

A ingerência de Washington na política brasileira também não seria reduzida pelo fechamento do IBAD, já que a influência sobre as Forças Armadas remontava às origens da Escola Superior de Guerra, fundada em agosto de 1949 sob orientação de militares norte-americanos – auxiliados por franceses - a partir do modelo dos *war colleges*. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil atuando na estruturação e desenvolvimento da instituição de ensino de 1948 até 1960. Oficialmente, a ESG teria como objetivo treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional”<sup>94</sup>.

Com o sucesso improvável da Revolução Cubana em 1959, o fantasma anticomunista foi reavivado no continente no auge da Guerra Fria, o que levou os teóricos esguianos a reformularem o conceito de “segurança nacional”, elaborado em 1937. Isso significava preparar as Forças Armadas para um novo tipo de confronto no qual a luta armada seria apenas um ponto de culminância.

É nesse sentido que o controle e o combate aos adversários políticos passam a ser vistos como necessários ao cumprimento do dever militar de manutenção da ordem. A noção de segurança interna se alarga, então, a ponto de “englobar todas as esferas da vida social da nação”. Nessa “guerra total”, o puro militarismo perde espaço para a concepção do general Eisenhower de mobilização das “forças civis” em torno de valores morais e de todos os “recursos econômicos” da nação contra a ameaça vermelha<sup>95</sup>. O desenvolvimento do Brasil passaria necessariamente pela preservação do capitalismo e pelo alinhamento automático com o Ocidente cristão num processo conduzido, por cima, por uma “nova elite esclarecida” emergida da ESG, única capaz de fazer oposição à “elite dominante populista”<sup>96</sup> perigosamente amparada pela esquerda ligada ao comunismo internacional.

Em grande parte, a articulação com o complexo IPES/IBAD foi facilitada pelo fato dos cursos da ESG também serem frequentados por civis, mas do ponto de vista da formulação teórica a intelectualidade esguiana receberia reforço de peso com a adesão de Miguel Reale. O jurista paulista vinha se dedicando ao desenvolvimento de uma filosofia autocrática burguesa através do Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado em 1949, e da Revista Brasileira de Filosofia, que

---

<sup>94</sup> FAUSTO, 2008, p. 452.

<sup>95</sup> GONÇALVES, 2016, p. 204.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 204.

passou a circular dois anos depois reunindo intelectuais antimarxistas de diversas tendências.

Nomes como Hélio Jaguaribe, Evaristo de Moraes, Luís Washington Vita, Renato Czerna e Vilém Flusser contribuíram intensamente com a publicação, que teve ampla inserção nas universidades e buscava se contrapor à influência crescente do PCB na intelectualidade brasileira. Também contou com apoio financeiro de empresas, como a Moinho Santista, e das três esferas governamentais. Sediada em São Paulo, a RBF recebeu recursos da prefeitura, do governo do estado e contou, desde sua criação em 1951, com convênio com o Ministério da Educação e Cultura<sup>97</sup>. O acordo foi estabelecido quando trabalhava para o governo Vargas, mas, nos anos seguintes, o ex-integralista Reale daria uma nova guinada à direita. Segundo Gonçalves, o IBF contribuiu para pavimentar, no plano das ideias, o caminho da derrubada de Jango e da instalação do regime ditatorial de modernização capitalista idealizado na ESG através de dois movimentos:

“de *reforma conservadora do hegelianismo* e de *reafirmação do autoritarismo jurídico*, integrados entre si pela crítica do marxismo. O primeiro visa corroer as bases de qualquer movimento antiautocrático por parte dos intelectuais de esquerda; o segundo, assegurar amplo desenvolvimento à autocracia burguesa (2016, p. 176).

Diante da crise colocada pela renúncia de Jânio, Reale vai publicar *Parlamentarismo brasileiro* (1962) com objetivo de fornecer argumentos aos agentes que, após fracassadas as tentativas de impedir a posse do vice, buscavam nessa solução de compromisso uma forma de limitar o poder de Goulart. O parlamentarismo seria revogado pelo plebiscito de 1963, mas o livro não deixou de selar a ruptura de Reale com o populismo. Sendo sua adesão ao golpismo confirmada pela publicação de *Pluralismo e liberdade* (1963), livro que contribuiria para a justificar ideologicamente a instalação e manutenção da ditadura militar.

Além das publicações e da direção do IBF, Miguel Reale trabalhava como consultor da fornecedora de energia Light e como membro da diretoria do Banco Finasa de Investimento, duas empresas que financiavam as atividades do IPES<sup>98</sup>. Também fez parte, ao lado de Antônio Delfim Netto e Horácio Lafer, do Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação de Comércio do Estado

---

<sup>97</sup> GONGALVES, 2016, p. 93.

<sup>98</sup> Ibid., p. 73.

de São Paulo (FCESP), outro foco de organização do movimento civil-militar pela derrubada de Jango.

Em atuação organicamente integrada à ESG, o complexo IPES/IBAD construiu as bases para a tomada do aparelho do Estado e para a implantação da nova correlação de forças políticas que seria implementada. Foram anos de intensa atuação no sentido de preparar o clima para o golpe, fornecendo, ainda, suporte material aos grupos de empresários, economistas e militares engajados na implantação de um projeto renovado de modernização autoritária. Daí o cuidado de Dreifuss (1981) em esclarecer que o 31 de março de 1964 não foi um simples golpe militar, mas um movimento civil-militar. Constatação que havia sido confirmada pelo próprio general Cordeiro de Farias quando reconheceu o caráter “altamente político e civil em sua formação e execução” do movimento vitorioso<sup>99</sup>.

Tanto que o protagonismo da campanha golpista garantiu aos líderes do IPES a ocupação de postos-chave no novo regime, chegando a organização a receber do governo Castelo Branco, em 1966, o status de “órgão de utilidade pública”<sup>100</sup>. Só que, diferente do prometido, a maior parte dos cargos não foi ocupada por quadros técnicos, mas por industriais e banqueiros, que mesmo assumindo funções públicas continuaram exercendo normalmente suas atividades comerciais privadas<sup>101</sup>. Na verdade, esses empresários assumiram, em grande parte, funções diretamente ligadas às atividades de suas companhias, instrumentalizando o Estado de acordo com seus interesses particulares. Isso incluía reformular o aparelho estatal em benefício dos interesses das elites empresariais e, em menor parte, dos setores médios da sociedade. Assim, as demandas das grandes massas foram deixadas em segundo plano, já que seu poder de pressão passou a ser duramente suprimido pela violência de Estado.

O processo de modernização capitalista brasileiro passa, então, a ser conduzido de maneira autárquica, através da associação íntima e interdependente entre Estado e empresas privadas.

Os ativistas do IPES controlaram o processo de formulação de diretrizes e constituíram as figuras centrais nas tomadas de decisão. O fato de que o IPES mantinha uma estrutura de consulta de diretrizes e fornecia canais adequados para um *lobbying* exaustivo só enfatiza a predominância de grandes interesses empresariais na orientação da nova administração. A aliança de dependência mútua

---

<sup>99</sup> DREIFUSS, 1981, p. 397.

<sup>100</sup> ROCHA, 2018, p. 66.

<sup>101</sup> DREIFUSS, 1981, p. 455.



entre o Estado e as empresas privadas não tinha raízes apenas no aprofundamento do processo capitalista mas, em termos bem concretos, na presença desses interesses no Estado, assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia (Dreifuss, 1981, p. 455).

Bertone (2018) ressalta, no entanto, que esse processo de aparelhamento do Estado foi marcado por contradições e disputas entre as classes dominantes. Muitas diferenças haviam sido deixadas de lado em prol do objetivo comum de derrubar Jango, mas voltaram a gerar atritos após a tomada do poder. O governo Castelo Branco implementou medidas de abertura econômica, o que acabou gerando insatisfação nas frações do empresariado nacional que - não conseguindo tirar proveito da integração subalterna às cadeias de comércio globais - sentiram-se pressionadas pelos interesses externos.

No primeiro momento, as frações empresariais associadas ao capital multinacional prevalecem, estimulando o ímpeto reformista de inclinação liberal que marcou o governo Castelo Branco. Só no primeiro ano foram encaminhados e votados pelo Congresso projetos de reforma agrária, bancária, além da criação do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Central, entre outras propostas<sup>102</sup>.

Indicado por lideranças do IPES<sup>103</sup>, Roberto Campos passou a comandar o Ministério do Planejamento, onde também recrutou quadros da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), que ele mesmo havia fundado em 1964 e que seria dissolvida três anos depois. O diplomata assumiu a pasta movido pela convicção de que as lideranças empresariais, políticas e intelectuais reunidas no novo governo não poderiam responder ao crescimento da mobilização das massas apenas com repressão. Seria preciso implementar concomitantemente um projeto de modernização socioeconômico centrado na propriedade privada em oposição às alternativas estatizantes e coletivistas apresentadas pela esquerda com inspiração na industrialização soviética.

Em torno dessa perspectiva giravam as diretrizes do Plano de Ação Econômica do Governo, aprovado em novembro de 1964 com objetivo de “estabilizar a economia” e “fazer funcionar o capitalismo de mercado”<sup>104</sup>. Assim seria possível promover as reformas que, no governo Jango, não teriam passado de

---

<sup>102</sup> SILVA, 2014, p. 87.

<sup>103</sup> Ibid., p. 79.

<sup>104</sup> CAMPOS apud SILVA, 2014, p. 87.

“slogans propagandísticos”<sup>105</sup>. Isso incluía as reformas urbanas e agrárias, que só seriam viáveis, segundo Campos, se fossem conduzidas pela elite tecno-empresarial estatal pelo alto, sem a participação das grandes massas.

Ainda que autocrático, esse reformismo liberal afastava Campos dos setores mais reacionários envolvidos no golpe, como a TFP, organização radicalmente contrária a qualquer alteração na estrutura agrária nacional. A excessiva concentração fundiária vai ser compreendida pelo Ministério do Planejamento de Castelo Branco não somente como fonte de instabilidade social, mas também obstáculo ao próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Desde o início da década de 1960, IPES, IBAD e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social (IJNPS) vinham debatendo propostas de reforma agrária com objetivo de responder à crescente mobilização camponesa preservando a propriedade privada. “Dar terra ao homem e não ao Estado”<sup>106</sup> era lema. A reforma também ajudaria a expandir o mercado consumidor interno, e impulsionaria o processo, ainda inconcluso, de ocupação do interior do país.

Com esses objetivos, são aprovados no Congresso, em 1964, emenda prevendo a indenização das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e o Estatuto da Terra. Os produtores rurais passaram, então, a ser divididos, de acordo com os recursos materiais, entre produtores “familiares” e “empresa rural”. Duas categorias distintas do indesejado “latifúndio”, sujeito à reforma agrária. Ao mesmo tempo, a repressão desarticulava a organização dos trabalhadores do campo que havia sido impulsionada pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e pela criação da CONTAG<sup>107</sup>, em 1963.

Esse projeto autoritário de democratização do acesso à terra perderia força em 1967 com a saída de Roberto Campos do Planejamento e a ascensão de Delfim Netto no governo Costa e Silva, uma vez que o novo ministro da Fazenda apresentava posição crítica em relação ao reformismo agrário. Delfim e seu grupo recusavam o argumento de que uma reforma democratizante da estrutura agrária seria condição para o desenvolvimento do capitalismo no campo e iam além,

---

<sup>105</sup> CAMPOS apud SILVA, 2014, p. 87.

<sup>106</sup> IBAD apud SILVA, 2014, p. 80.

<sup>107</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

afirmando que o latifúndio não somente poderia responder positivamente aos incentivos econômicos, como reunia as melhores condições para isso<sup>108</sup>.

De obstáculo, a grande propriedade se torna vetor estratégico de modernização, e os grandes proprietários, agentes sociais privilegiados de um novo modelo econômico em intensa expansão. O salto nos indicadores econômicos registrado nos dois primeiros anos de Delfim Netto – o crescimento no PIB passou de 4,9% (1967) para 11,4% (1968)<sup>109</sup> – fortaleceu a posição do Ministro da Fazenda e fechou de vez as portas dentro do regime militar para perspectivas de transformação do campesinato em uma pequena burguesia agrária.

O Estado inverte o sentido das políticas para o setor e passa a atuar pelo fortalecimento da uma estrutura de propriedade de terra altamente concentrada através da capitalização do latifúndio como via de modernização da agricultura. Renovado pela racionalidade industrial e integrado a outros setores econômicos pela expansão das redes de infraestrutura, o latifúndio capitalizado se insere no projeto global de industrialização acelerada em curso no país.

Mesmo no processo de ocupação do interior do território nacional foi mantido esse modelo fundiário concentrador, misturando modernas tecnologias de produção com expedientes da “acumulação primitiva” tradicionais no campo brasileiro: desmatamento, degradação ambiental, extermínio de povos indígenas, além do emprego da violência privada e outros mecanismos repressivos de controle da força de trabalho<sup>110</sup>. Tudo ampliado pela magnitude do programa oficial de colonização interna, muito mais ambicioso que as iniciativas anteriores.

Se a expansão de culturas como a de soja demonstrava a resposta positiva da grande propriedade à introdução de novas tecnologias e maquinário, o financiamento desse processo de modernização dava-se em dependência de um Estado capaz de concentrar recursos. A burocracia federal se expande, então, nas mais variadas direções.

Com o aprofundamento do projeto nacional-desenvolvimentista, a intelectualidade pró-mercado que conduzira a economia no governo Castelo Branco não apenas perdeu espaço no núcleo de tomada de decisão, como viu o trabalho de

---

<sup>108</sup> SILVA, 2014, p. 228.

<sup>109</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

<sup>110</sup> SILVA, 2014, p. 229.

articulação civil construído em torno do golpe ser desmontado pelo fechamento do regime, que eles ajudaram a implementar, financiando, em muitos casos, o aparelho de repressão. Segundo Paulo Egydio Martin, ex-ministro de Castelo Branco e governador de São Paulo eleito pelo colégio eleitoral em 1974, “todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”<sup>111</sup>.

A Operação Bandeirante surgiu a partir de uma diretriz expedida pela Presidência da República em julho de 1969 visando centralizar o sistema de segurança através do trabalho de oficiais do Exército classificados na seção de informações do comando militar com poder de requisitar delegados, efetivos à PM e escreventes à polícia. Assim, os DOPS de todas as cidades ficaram obrigados a mandar à Oban todos os suspeitos de atividades terroristas. Estava criada uma polícia política dentro do Exército, funcionando em São Paulo.

A única questão é que a burocracia de Brasília queria que o projeto fosse financiado sem solicitar recursos extras ao Exército. O prefeito Paulo Maluf asfaltou, então, a área do quartel, trocou sua rede elétrica e instalou lâmpadas de mercúrio; enquanto o governador, Roberto de Abreu Sodré, cedeu espaço numa delegacia na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutoia, a cinco minutos do QG do Ibirapuera. Ali seria instalada a Oban. O passo seguinte foi conseguir financiamento com a elite empresarial de São Paulo:

A reestruturação da PE paulista e a *Operação Bandeirante* foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde (Gaspari, 2014, p. 64).

A Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) foi especialmente assídua nas colaborações financeiras. Segundo Gaspari (2014), Geraldo Rezende de Mattos, um gestor das indústrias do barão do sindicalismo patronal Nadir Figueiredo, visitou o DOPS paulista mais de duzentas vezes entre os anos de 1971 e 1978. E

---

<sup>111</sup> GASPARI, 2014, p. 65.

multinacionais como a Ford e a Volkswagen também colaboravam fornecendo carros. A Ultragaz, por sua vez, emprestava caminhões, enquanto a Supergel abastecia a carceragem da rua Toia com refeições congeladas<sup>112</sup>.

É certo que nenhum dos empresários e intelectuais articuladores do golpe civil-militar – muito menos os financiadores da Oban – acabou entre os milhares de torturados e os 343 mortos e desaparecidos, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>113</sup>. Nem estavam entre os 6,5 mil membros das Forças Armadas que foram perseguidos pela ditadura militar<sup>114</sup>, incluindo heróis da Segunda Guerra mundial<sup>115</sup>. Dos protagonistas civis do golpe de 1964, Carlos Lacerda talvez tenha tido o fim mais dramático, até por sua relevância na direita brasileira, já que esperava ser eleito presidente nas eleições previstas para 1965. Acabou cassado e preso após se opor abertamente ao regime, formando a Frente Ampla, em 1966, com os antigos inimigos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Com o endurecimento dos governos Costa e Silva e Médici, mesmo as organizações articuladoras do golpe, e que participaram ativamente da gestão Castelo Branco, passaram a ser impactadas pelo autoritarismo crescente do regime.

O IPES paulista foi desativado em 1970 e, dois anos depois, foram encerradas as atividades da unidade do Rio de Janeiro, acontecendo o mesmo com diversas outras organizações da sociedade civil. A extinção da União Democrática Nacional (UDN) com o Ato Institucional n.º 2, que encerrou o pluripartidarismo em 1965, também contribuiu decisivamente para minar a autonomia da mobilização burguesa pelo livre-mercado, uma vez que o partido de Lacerda historicamente servira como principal vetor político-institucional na defesa de suas pautas. Daí pra frente eles teriam que se acomodar na ARENA ou no MDB, além de perder espaço na burocracia. É importante ressaltar, contudo, que o AI2 foi decretado ainda no governo Castelo Branco, definido pelas lideranças pró-mercado da época como “o auge do liberalismo econômico no Brasil” (Rocha, 2018, p. 66).

A intelectualidade reunida no complexo IBES-IBAD participou ativamente da mobilização golpista com o argumento de que era preciso superar o que

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 64.

<sup>113</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

<sup>114</sup> Ibid., 2014.

<sup>115</sup> MORI, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

consideravam um legado estatista pré-moderno herdado do populismo, mas o que o regime militar promoveu na década de 1970 foi o maior movimento de estatização da história do país. Tomando-se o número de empresas estatais criadas anualmente no Brasil ao longo dos 129 anos que vão de 1857 a 1986 (Musacchio; Lazzarini, 2015, p. 110), fica evidente a desproporção na expansão das empresas públicas durante ditadura militar, em número muito superior ao registrado seja nos governos Vargas, no período de Juscelino ou na presidência de Goulart, pintado como “ameaça comunista” pelos liberais.

Grande parte das estatais criadas tinham o propósito declarado de fomentar novas indústrias, como a aviação, mas a expansão do Estado não se resumiu ao projeto de aprofundamento da industrialização por substituições de importações, incluindo também concessionárias de serviços públicos, como água, saneamento e telecomunicações<sup>116</sup>. Segundo Kohli, 40% da formação bruta de capital no Brasil vinha do setor público na década de 1970 (Musacchio; Lazzarini, 2015, p. 109).

Entre os anos de 1960 e 1973, deu-se o chamado “milagre” econômico brasileiro: o PIB cresceu em média 11,2%, com pico de 13% em 1973, enquanto a inflação média anual não passou de 18%<sup>117</sup>. Com a expansão do comércio internacional e os incentivos estatais, cresceram as exportações de produtos industriais produzidos no país, enquanto, internamente, expandia-se o consumo das classes médias via política de crédito. Por outro lado, foram comprimidos os salários de baixa qualificação, reduzindo os custos de produção e elevando ainda mais as desigualdades socioeconômicas. Daí o crescimento do ingresso de capital no país ter mais que triplicado entre 1970 e 1973, quando atingiu volume de 4,3 bilhões de dólares. Grande parte desses recursos foram investidos por empresas como a Ford e a General Motors no setor automobilístico, líder do crescimento industrial no período com taxas anuais acima de 30%<sup>118</sup>.

Só que além de facilitar o investimento externo, o governo brasileiro também expandia amplamente o gasto público, financiado em parte pelo aumento da arrecadação, mas também através de empréstimos internacionais. A oferta de crédito barato era ampla no período do milagre, mas a situação mudaria radicalmente em outubro de 1973, quando estourou a primeira crise do petróleo,

---

<sup>116</sup> MUSACCHIO; LAZZARINI, 2015, p. 110.

<sup>117</sup> FAUSTO, 2008, p. 485.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 485.

ainda no governo Médici. Como o país importava 80% de tudo que consumia, sua balança de pagamentos deteriorou-se rapidamente, e a elevação dos juros pelo governo dos EUA contribuiu para aprofundar o endividamento externo que financiava o processo de industrialização.

Mesmo assim, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência em março de 1974 disposto a aprofundar o projeto de industrialização conduzido pelo Estado. Se na etapa anterior buscava-se substituir a importação de bens de consumo, o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como objetivo garantir a autonomia na produção de insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes etc.), bem como a expansão da indústria de bens de capital. Para isso, grandes empresas privadas receberam amplo suporte econômico do BNDE, enquanto o Estado expandiu ainda mais seus investimentos, com foco estratégico no setor energético. São do governo Geisel (1974-1979) iniciativas como o Proálcool, o programa nuclear, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, além de um amplo programa de investimento na Eletrobrás, na Petrobrás e na Embratel.

O pico incontrastável na série histórica de criação de empresas estatais foi registrado em 1973-1974<sup>119</sup>, biênio que marcou o primeiro choque do petróleo e a passagem de guarda entre os Generais Médici e Geisel. Só que esse processo de “estatização” da economia brasileira avançava sem um controle efetivo, ao contrário do que era difundido pela propaganda oficial do regime.

Enigmaticamente, o governo não sabia quantas empresas estatais existiam de fato, nem o que seus gestores estavam fazendo com os superávits gerados. O governo federal, na verdade, só vai passar a monitorar os fluxos de caixa das estatais a partir do segundo choque do petróleo, em 1979. À medida que os EUA elevavam as taxas de juros, aumentavam as dificuldades brasileiras para refinar a dívida pública. O governo passou, então, a utilizar as estatais mais saudáveis para contrair empréstimos no exterior, como forma de cobrir os déficits comerciais que cresciam no ritmo do encarecimento do barril de petróleo. Foi quando foi criada a Secretaria de Controle de Empresas Estatais, ligada à Presidência da República e à Secretaria de Planejamento<sup>120</sup>.

---

<sup>119</sup> MUSACCHIO; LAZZARINI, 2015, p. 110.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 113.

### 2.3. Reorganização liberal na transição democrática

A falta de transparência foi minando a confiança de parte da elite empresarial, que desde o golpe mantinha acesso direto à cúpula dos governos militares, mas começava a enxergar na presença crescente do Estado na economia um obstáculo aos seus interesses. Enquanto a Fundação Getúlio Vargas afirmava em 1973 que os governos federal e estadual controlavam 251 empresas, e o Ministério do Planejamento estimava a existência de 175 empresas federais, um censo independente publicado em 1976 pela revista *Visão* apontava números significativamente maiores: o governo federal controlaria sozinho 200 empresas, os governos estaduais, 339; e outras 32 seriam administradas por governos municipais (Musacchio; Lazzarini, 2015, p. 113).

Ao ser adquirida em 1974 pelo empresário Henry Maksoud, dono da empreiteira Hidroservice, a revista *Visão* se tornou o principal foco de divulgação do ideário pró-mercado no Brasil depois do desmonte do complexo IPES-IBAD. Passou a publicar entrevistas e ensaios inéditos das lideranças do movimento neoliberal internacional, como Hayek e Friedman, incluindo Murray Rothbard, um intelectual ainda mais radical na defesa do livre-mercado<sup>121</sup>.

Maksoud também publicou, pela Editora *Visão*, livros de autoria própria e financiou a primeira tradução em português do livro *Fundamentos da Liberdade*, lançado por Hayek em 1960. O empresário ainda promoveu três vindas do economista austríaco ao Brasil entre 1976 e 1981. Incluindo a última uma palestra na Universidade de Brasília que contou, no público, com intelectuais como Eugênio Gudin, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. O trabalho de organização de Maksoud encontrou eco na parcela da elite empresarial insatisfeita com as políticas econômicas do governo Geisel, ajudando a impulsionar o trabalho de propaganda ideológica da publicação para além desses círculos restritos: a tiragem da Revista *Visão* chegaria a 150 mil exemplares entre 1983 e 1986<sup>122</sup>.

A dimensão atingida pelas greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 e 1979, mesmo com a prisão de seu líder Lula, acendeu o sinal de alerta na

---

<sup>121</sup> ROCHA, 2018, p. 68.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 68.



elite empresarial. Especialmente porque Geisel evitava enfrentar o crescente endividamento público adotando uma orientação econômica recessiva, com receio de pressionar ainda mais a massa assalariada num momento de distensão política. Em 1979, foram aprovadas a Lei da Anistia e o retorno ao pluripartidarismo, mas buscava-se garantir o caráter “lento, gradual e seguro” da abertura do regime.

O empresariado buscava, do outro lado, uma resposta diferente do governo, que incluísse a abertura de mercados e a redução da participação do Estado na economia. Foi por isso que, no mesmo momento em que milhares de metalúrgicos cruzavam os braços no ABC, oito dos principais líderes empresariais brasileiros decidiram assinar um manifesto político que pressionasse o regime militar também pela aceleração do processo de democratização e pela liberalização da economia.

Segundo Codato<sup>123</sup>, os oito signatários do “Primeiro Documento dos Empresários”, divulgado em junho de 1978, tinham “autoridade para falar em nome do empresariado nacional como um todo”, já que haviam figurado em lista publicada pela Gazeta Mercantil, um ano antes, com os dez empresários apontados pela própria classe como os mais representativos do país. Além de Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim) e Paulo Villares (Grupo Villares), assinaram o documento: Claudio Bardella (diretor do grupo Bardella e ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), Severo Gomes (ex-ministro da Indústria e do Comércio de Geisel e diretor-presidente do grupo Parahyba), José Mindlin (diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve S/A), Paulo Vellinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Eletro Eletrônicos, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e diretor do grupo Springer-Admiral) e Laerte Setúbal Filho (diretor-presidente do grupo Duratex, que havia dirigido a ANPES, fundada por Roberto Campos na década de 1960) (Rocha, 2018, p. 69).

Ao mesmo tempo que as elites empresariais voltavam a se organizar e se afastavam de um regime militar cada vez mais impopular, alguns economistas que haviam feito pós-graduação na Universidade de Chicago retornavam ao país treinados pelo liberalismo radical que atingira seu auge na instituição americana nos anos 1970. Um deles, Paulo Rabello de Castro, evoluiu-se ativamente no

---

<sup>123</sup> Ibid., p. 96.

movimento de reorganização burguesa em curso, redigindo o estatuto da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, fundada oficialmente em 1980.

No ano seguinte, o PIB brasileiro sofreria retração de 4,4%<sup>124</sup> devida, entre outros fatores, ao agravamento da crise cambial provocado pelo segundo choque do petróleo. Rabello de Castro estava convicto de que a *intelligentsia* reunida na CEDES poderia formular um projeto econômico diferente tanto do modelo nacional-desenvolvimentista autoritário e concentrador dos militares, quanto do desenvolvimentismo redistributivo defendido pela esquerda, que também se reorganizava de olho na perspectiva de instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, a CEDES vai agrupar não somente as lideranças e intelectuais historicamente comprometidos com a ideologia de livre-mercado, como também aqueles diretamente envolvidos no aprofundamento do projeto militar estatizante. Além dos principais empresários industriais e grandes grupos financeiros, a Câmara ainda reuniu representantes do agronegócio emergido das grandes propriedades.

O próprio arquiteto do projeto que levou a estatização da economia ao ápice nos anos 1970, Antônio Delfim Netto, participava ativamente da articulação da organização, formada, sobretudo, por egressos da Universidade de São Paulo, onde o ministro do Planejamento de Figueiredo havia se formado em Economia. Também participava do CEDES a Sociedade Rural Brasileira, definida por Rabello de Castro como “o templo do conservadorismo nacional”, ainda que o economista enxergasse no seu presidente, Renato Ticoulat Filho, uma liderança rural mais intelectualizada e aberta a inovações do que seus pares<sup>125</sup>. Flávio Telles de Menezes, Antônio Sobrinho e Fernando Vergueiro foram outros fazendeiros ativos na organização, além do “rei da soja” Olacyr Francisco de Moraes, dono da mais extensa plantação do mundo na época.

Entre os sócios-fundadores da CEDES, também estavam Ney Bittencourt Araújo (Agroceres); Paulo Cunha (Grupo Ultra); Romeu Chap Chap (presidente do Conselho Consultivo do Sindicato das Empresas de Construção e Administração de Imóveis de São Paulo); Roberto Bornhausen (Unibanco, presidente da Febraban e

---

<sup>124</sup> BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>. Acesso em: 15 jul. 2020.

<sup>125</sup> ROCHA, 2018, p. 70.

Fenaban); Antônio Ermínio de Moraes (Grupo Votorantim) e Luiz Eulálio Bueno Vidigal (grupo Cobrasma, ex-presidente da Fiesp). Esse grupo fornecia apoio financeiro e material à organização, compondo um total de cinquenta empresas e associações, nacionais e internacionais que – segundo Dreifuss<sup>126</sup> – sustentavam a Câmara.

O ex-presidente Ticoulat Filho buscava definir a CEDES como organização de um “apoliticismo absoluto”, dedicada a unir empresários através de “atividades acadêmicas” com objetivo de demonstrar “que o neoliberalismo não era um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social”, como comprovaria o exemplo norte-americano<sup>127</sup>. Esse trabalho de doutrinação visava formar novos quadros de intelectuais orgânicos e estimular a construção de consenso ideológico dentro da elite empresarial. Além de refletir o *zeitgeist* neoliberal da Era Thatcher e Reagan, essa busca por unidade burguesa sob a égide do livre-mercado se apresentava como necessidade de preparação para as dinâmicas políticas mais abertas e complexas que emergiriam do iminente reestabelecimento do jogo democrático. Daí que, ao contrário do afirmado por Ticoulat Filho, o CEDES desenvolvesse

uma série de mecanismos e táticas de ação política no sentido de penetrar na estrutura material do Estado, mantendo uma relação estreita com a sociedade política, seja por meio de lobby, financiamento de campanhas, proposição de políticas públicas e mesmo com o lançamento de candidatos próprios à mandatos políticos (como foi o caso dos empresários e membros da CEDES, Antônio Ermínio de Moraes e Guilherme Afif Domingos) (Casimiro, 2016, p. 53).

Afif Domingos era presidente da Associação Comercial de São Paulo, vice-presidente da Indiana Seguros e foi apontado pela CEDES como candidato a deputado federal pelo PFL. Surgido em 1985 de uma dissidência do herdeiro da ARENA - o Partido Democrático Social (PDS) - durante as articulações que elegeram Tancredo Neves presidente indiretamente, o Partido da Frente Liberal se tornaria o principal braço político-institucional da CEDES na Nova República. Seu vice-presidente, Fernando Vergueiro, além de dirigente da SRB e latifundiário acusado de grilagem e invasão de terras indígenas na Amazônia, também acumulava o posto de secretário-geral do PFL<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> Ibid., p. 70.

<sup>127</sup> CASIMIRO, 2016, p. 53.

<sup>128</sup> Ibid., p. 51.

Outra organização fundada em 1983 com objetivo de articular e financiar candidatos que defendessem os interesses empresariais na Assembleia Nacional Constituinte foi o Grupo de Mobilização Permanente. Inclusive, o deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB), acusou uma das lideranças do GMP e presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, de recolher doações de associados para financiar a eleição de 300 constituintes vinculados ao empresariado<sup>129</sup>.

Além de eleger defensores dos interesses dos cerca de mil empresários associados, o GMP também buscava influenciar os trabalhos da Constituinte apresentando projetos nas áreas sindicais, tributárias e econômicas<sup>130</sup>. Diversas federações industriais e comerciais do estado de São Paulo decidiram compor o Grupo de Mobilização Permanente como entidade patronal alternativa à FIESP, organizando 10 mil associados somente na capital paulista<sup>131</sup>. Entretanto, a atuação do GMP acabaria restrita, na prática, ao estado de São Paulo, limitando-se suas ações às disputas na Assembleia Nacional Constituinte. A organização seria extinta antes mesmo da provação do texto final.

Enquanto durou, o GMP compartilhou alguns de seus principais dirigentes com a CEDES. Sendo o principal exemplo o presidente da Associação Comercial de São Paulo e fundador do GMP Guilherme Afif Domingos, apontado pela CEDES como candidato a deputado em 1986 pelo PFL e como candidato à Presidência em 1989, já pelo Partido Liberal. Domingos acabou eleito deputado com votação expressiva, e no mesmo ano de 1986 seu colega na Câmara, Paulo Rabello de Castro, aceitou o desafio de reunir 140 empresários entre os dias 4 e 5 de outubro num hotel no Guarujá, litoral de São Paulo<sup>132</sup>. O objetivo era unificar a elite empresarial no sentido de pressionar a Constituinte a inserir dispositivos no texto final em favor do livre-mercado e dos interesses das elites econômicas.

“Eu organizei o debate econômico a pedido da CEDES, que tinha o Ticoulat como presidente, e lá compareceu um deputado que foi bem votado, que era o Guilherme Afif Domingos. Quem falou no jantar solene foi o (ministro-chefe do gabinete civil) Marco Maciel, que constituiu a coluna vertebral do então Partido da Frente Liberal, levando para o partido algum tipo de liberalismo. Esse grupo é que formará a base do chamado Centrão a partir de 1987, dando um pouco de orientação racionalizante para uma ‘viagem na maionese’ que o pessoal de esquerda queria

---

<sup>129</sup> Ibid., p. 58.

<sup>130</sup> Ibid., p. 57.

<sup>131</sup> Ibid., p. 58.

<sup>132</sup> ROCHA, 2018, p. 85.

fazer com a Constituinte. O Secretário executivo desse Centrão veio a ser um jovem doutor em direito que foi resgatado pela CEDES e se chamava Gastão Toledo, ele estava lá, 30 anos atrás, auxiliando os constituintes a fazer emendas e formando o que seria a Constituição de 1988”, contou Rabello de Castro (Rocha, 2018, p. 85).

Também estiveram presentes: Flávio Teles Menezes (Sociedade Rural Brasileira); Werner Annichinno (Copersucar) e José Luís Zillo (Sindicato do Açúcar de São Paulo); Carlos Antich (Sanbra), Laerte Setúbal (Duratex); Jacy Mendonça (Volkswagen e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores); Norberto Odebrecht; Flávio Andrade (Standard Ogilvy) e Jorge Simeira Jacob (Grupo Fenícia)<sup>133</sup>.

Apesar da alegação de “apoliticismo” de Ticoulat, mesmo as atividades de caráter acadêmico da CEDES analisavam a conjuntura com objetivo de guiar ações táticas e estratégicas capazes de influenciar os tomadores de decisão de Brasília e a redação da nova constituição. O mesmo valendo para o GMP. Inclusive, alguns veteranos da articulação civil-empresarial pelo golpe de 1964, como Julian Chacel, do IPES Carioca, voltaram a militar pelo livre-mercado na CEDES.

Ainda que o ideário liberal predominasse e fossem realizadas pesquisas e atividades de doutrinação, o foco essencial dessas organizações continuava sendo a ação político-institucional no sentido mais tradicional, voltada às eleições e ao jogo de influências dentro da máquina estatal. A essa altura já havia se consolidado no centro do sistema capitalista um novo modelo de organização que se lançava nas “batalhas das ideias”, fazendo uso de todas as armas disponíveis com objetivo de construir um amplo consenso social em torno do liberalismo econômico. Nesse sentido, o lobby e os contatos com congressistas e suas equipes deixam de ser suficientes. Sendo preciso direcionar modernas estratégias de marketing a formadores de opinião como professores acadêmicos e profissionais de mídia, que difundiam e tornavam compreensíveis as teorias de Hayek e Friedman às grandes massas.

Desde a fundação da *Heritage Foundation* na Capital Americana em 1973, inúmeros *think tanks* ativistas engajados na defesa da ideologia de livre-mercado foram criados em diversos países e se articularam através da rede Atlas, surgida em 1981. No Brasil, a ideia de fundar uma organização nesses moldes circulava desde 1980, quando o principal tradutor brasileiro das obras de Hayek retornou dos

---

<sup>133</sup> Ibid., p. 84.

Estados Unidos. José Stelle havia participado, em 1978, de um seminário de verão da *Foundation for Economic Education*, ingressando no ano seguinte no *Libertarian Party*. Foi na convenção de 1979 do partido que Stelle expôs ao presidente da FEE sua vontade de fundar um *think tank* neoliberal no Brasil, recebendo de Leonard Read, em 1980, uma carta de recomendação a ser entregue, em São Paulo, a seu amigo Paulo Ayres, um dos organizadores da “revolução de 1964” - nas palavras de Stelle (Rocha, 2018, p. 72).

A resposta de Ayres foi negativa, todavia. Ocupado com a compra e venda de firmas, o veterano disse não ter interesse na iniciativa e aconselhou o jovem a entrar em contato com Henry Maksoud, principal articulador e propagandista do ideário pró-mercado durante o governo Geisel. Só que o dono da revista *Visão* também não se interessou pela fundação do instituto, mas o convidou a trabalhar na publicação. No cargo editor de opinião, Stelle seguiu em busca de empresários dispostos a ajudá-lo a fundar um *think tank* pró-mercado no Brasil. Falou com Lawrence Pih, do Moinho Pacífico, e Nahum Manela, fundador da DeMillus, até que em dezembro de 1982 recebeu ligação de um empresário carioca de origem canadense o convidando a traduzir a trilogia *Direito, Legislação e Liberdade* (1973-79), de Hayek (Rocha, 2018, p. 73).

Donald Stewart Jr. era um entusiasta do liberalismo, tendo participado das palestras do economista austríaco no país, além de figurar entre os homens mais ricos do Rio de Janeiro. Era dono da ECISA, empresa de construção civil que executava grandes obras na África em parceria com a Hidroservice, de Maksoud. Sócio do principal divulgador do movimento no Brasil, Stewart tinha acabado de retornar de Londres, onde não somente visitara o *Institute of Economic Affairs* - tradicional *think tank* que fornecia os principais quadros econômicos do governo Thatcher -, como também tivera oportunidade de conhecer seu fundador, Anthony Fisher, um nome lendário no movimento liberal internacional (Rocha, 2018, p.73).

Stewart retorna, então, ao Brasil disposto a utilizar o projeto de tradução de *Direito, Legislação e Liberdade* (1973-79) como pedra fundamental do lançamento de um centro de estudos políticos e econômicos no Rio de Janeiro.

Stelle, animado com a possibilidade de finalmente conseguir fundar um *think tank*, sugeriu o nome de Instituto Liberal e apresentou ao empresário um dos primeiros Chicago Boys brasileiros, o professor Og Leme, o qual havia sido aluno de Hayek e Friedman e trabalhado ao lado de Roberto Campos no governo Castelo Branco (Rocha, 2018, p. 74).

Outros empresários que desde a publicação do manifesto de 1978 vinham se engajando na defesa do ideário pró-mercado decidiram fazer parte do Instituto Liberal, fundado em 1983 com sede no centro do Rio de Janeiro. A presidência do Conselho Mantenedor, por exemplo, foi assumida pelo gaúcho Jorge Gerdau, personagem que se tornaria predominante no movimento liberal, participando das diversas organizações que surgiram, enquanto a figura mais proeminente da década anterior, Henry Maksoud, havia se recusado a integrar o IL, optando por dedicar seus esforços à comunicação. Além da revista *Visão*, o empresário compraria, em 1988, horário na TV Bandeirantes para divulgar a ideologia liberal através do programa *Henry Maksoud e Você*, que contou com mais de 170 edições<sup>134</sup>.

Camila Rocha ressalta também que existiam continuidades geracionais importantes entre os que se engajavam nos novos *think tanks* e aqueles que haviam participado do circuito pró-mercado organizado no início dos anos 1960 em oposição ao governo João Goulart. Em entrevista à pesquisadora, Adolpho Lindenberg chega, inclusive, a igualar os frequentadores do IPES aos do Instituto Liberal:

*“Essas pessoas que circulavam na época, nos anos 60, no IPES, elas continuaram conversando depois da derrubada do Jango? Foi o seguinte, nós tivemos no governo militar uma orientação muito boa do Castelo Branco, mas o Geisel era socialista, então aí essa coisa da revolução não comungava com a nossa ideia e o Paulo Ayres acabou... Aí veio o Instituto Liberal, e era mais ou menos a mesma coisa, as mesmas pessoas. Mas o Instituto Liberal não teve mais aquele brilho que teve antes porque não havia mais aquele perigo imenso (Rocha, 2018, p. 81).*

Apesar da ausência de uma ameaça vermelho no horizonte, novas organizações pró-mercado continuaram surgindo no Brasil. Entre os que começaram a se destacar nesse circuito estavam William e Winston Ling, filhos de um imigrante chinês que, do sucesso na produção de soja, diversificara seus negócios criando a Holding Petropar, hoje Évora S. A. Os irmãos já faziam parte do Conselho do Instituto Liberal quando decidiram fundar, em 1984, o Instituto de Estudos Empresariais, em Porto Alegre.

Diferente do IL, que contava com expressiva presença de acadêmicos, o IEE foi formado inicialmente por empresários, mas o mestre em Economia pela Universidade de Chicago Wiston Ling buscava atingir um público mais amplo. Foi com esse objetivo que contratou jornalistas para distribuir matérias nos principais

---

<sup>134</sup> Ibid., p. 84.

veículos de comunicação e passou a promover palestras em universidades com “nomes de peso”<sup>135</sup>. A nova organização não buscava concorrer, mas complementar a atuação do Instituto Liberal. Tanto que Wiston fundou em 1986 a primeira filial do IL, em Porto Alegre, e a segunda surgiu em São Paulo no ano seguinte, reunindo alguns veteranos anticomunistas do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Revista Convivium, que foram se aproximando do circuito pró-mercado por influência do professor universitário colombiano Ricardo Vélez Rodríguez<sup>136</sup>.

No mesmo ano de 1987, começavam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, marcando um momento histórico de intensa atividade política, com grupos de interesse dos mais variados se organizando para influenciar o processo. A essa altura os empresários e intelectuais de direita haviam estruturado uma rede de organizações em defesa do Estado mínimo composta por CEDES, GMP, IEE e as filiais do IL centralizadas no Rio de Janeiro, mas encontravam dificuldades para atuar segundo as dinâmicas complexas do jogo político democrático. Durante as duas décadas de ditadura, a elite empresarial brasileira havia se habituado aos “contatos de primeiro grau” com ministros e burocratas dos altos escalões<sup>137</sup> e agora tinha que aprender novas práticas políticas, conforme reconheceu o coordenador da União Brasileira de Empresários, Antônio de Oliveira Santos, durante os debates da ANC:

“Nós estamos sem experiência do jogo democrático. Perdemos o jogo de cintura. No regime anterior, o empresário conversava com, no máximo, quatro pessoas: o Figueiredo, o Delfim, o Galvêas e o ministro da área, e o decreto-lei resolvia o resto. Hoje o jogo é democrático, nosso grande interlocutor agora é o Congresso” (Rocha, 2018, p. 82).

O avanço da mobilização de setores subalternos em torno de organizações como o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), formalizada três anos depois, também gerava preocupações na elite empresarial. Além disso, os trabalhos da Constituinte foram abertos em 1987 num cenário de esgotamento do modelo econômico nacional-desenvolvimentista autoritário dos militares, aprofundado pela crise da dívida e pela espiral inflacionária. A classe política se apresentou então à ANC dividida, em linhas gerais, entre os que pregavam o abandono das aspirações

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 75.

<sup>136</sup> Ibid., p. 79.

<sup>137</sup> Ibid., p. 82.



desenvolvimentistas e aqueles que defendiam a continuação desse projeto modificado e adaptado às novas dinâmicas.

Enquanto o primeiro grupo propunha o enxugamento da máquina estatal e a abertura da economia, integrando o país às redes do capitalismo globalizado e eliminando “entraves” aos investimentos estrangeiros; o segundo pregava a continuidade do desenvolvimentismo, entendido como defesa do “patrimônio nacional” e das empresas estatais, mas renovado sob novas bases que incluíssem a redistribuição da renda e da propriedade (urbana e agrária), além da liberdade de organização dos trabalhadores e a ampliação da participação popular na política (Rocha, 2018, p.85).

Na Assembleia, essa disputa assumiu a forma de dois blocos suprapartidários: do lado direito, os ex-arenistas do PDS e do PFL se uniram a PL, PDC, PTB e aos membros do PMDB mais conservadores e favoráveis às pautas neoliberais. Esse grupo ficaria conhecido como “Centrão”, atuando no sentido de bloquear as propostas progressistas e “socializantes”<sup>138</sup> que vinham do lado esquerdo da ANC. Nas palavras de Pilatti, o Centrão era a “mais completa tradução do partido da ordem na Constituinte” (2008, p. 313).

Contando com cerca de 40 parlamentares num total de 559<sup>139</sup>, o Movimento de Unidade Progressista alcançou influência, dentro de uma ANC predominantemente conservadora, bem acima do que poderia garantir sua reduzida expressão numérica. Além das pressões de setores organizados da sociedade civil, pesou também o hábil esforço de articulação, costurado por Mário Covas, entre a ala esquerda do seu partido (PMDB) e PCB, PCdoB, PDT, PSB e PT. Isso garantiu ao MUP um número significativo de presidências das subcomissões e de relatorias dos foros e Comissões Temáticas, distribuídas seletivamente de maneira a garantir vantagens procedimentais ao bloco minoritário.

Covas havia explorado reações internas à concentração de poder no PMDB para se consolidar como líder da maioria e articular a frente progressista. No entanto, a aprovação da extensão do mandato de Sarney e a vitória da mobilização da União Democrática Ruralista (UDR) para fazer retroceder o tratamento constitucional à questão agrária, inclusive, em relação à legislação do regime

---

<sup>138</sup> Ibid., p. 86.

<sup>139</sup> Ibid., p. 86.

militar, tornaram insustentável sua permanência no PMDB<sup>140</sup>. O senador por São Paulo decidiu, então, sair do partido para fundar em junho de 1988, junto a algumas dezenas de constituintes, o Partido da Social Democracia Brasileira.

O PSDB surge de mais uma cisão num quadro partidário bem mais fragmentado do que o registrado no período democrático anterior. Enquanto PSD-UDN-PTB concentraram 80% ou mais das cadeiras nas eleições para a Câmara dos Deputados realizadas entre 1945 e 1964, os três maiores partidos nunca vão ultrapassar 56% das cadeiras na Nova República, chegando a meros 28% em 2018. A única exceção foram as eleições de 1986, quando o sucesso fugaz do Plano Cruzado garantiu uma vitória esmagadora ao PMDB (Miguel, 2019, p. 51).

A “solução” que o sistema político brasileiro encontrou para resolver o problema, de acordo com a visão predominante na ciência política, foi o chamado “presidencialismo de coalizão”, conceito formulado pioneiramente por Sérgio Abranches. Diante da fragmentação das bancadas no Congresso, o presidente da República monta uma base de apoio majoritária distribuindo nacos do aparelho de Estado aos parlamentares. Em troca, comanda a agenda legislativa e é capaz de garantir a aprovação das matérias de seu interesse (Miguel, 2019, p. 51).

O problema desse arranjo, segue Miguel citando Avriltzer, foi ter provocado uma redução ainda maior do vínculo representativo, já que as ações de governo tornaram-se cada vez mais dependentes de uma “permanente barganha autointeressada entre os detentores de mandato, com pouca ou nenhuma referência aos compromissos que teriam sido assumidos com os eleitores” (2019, p. 51).

Do ponto de vista do texto constitucional que emerge desse intenso processo de mobilização e negociação entre diferentes grupos sociais, logrou-se consolidar, através de soluções de compromisso, um patamar mínimo de legitimidade às demandas vindas dos setores subalternos. Sindicalistas, feministas, ambientalistas, movimento negro e povos indígenas buscaram compensar sua sub-representação parlamentar em relação aos adversários organizados - grandes empresas, conglomerados de mídia, latifundiários, grileiros, igrejas e Forças Armadas -, pressionando os trabalhos da Constituinte a partir da sociedade civil.

Além da hábil atuação da pequena bancada do MUP, também contribuiu para o resultado a tendência da elite política brasileira de assumir um discurso público mais progressista do que a prática, que foi reforçada por um contexto histórico em que o campo da direita não conseguia ser dissociar do impopular

---

<sup>140</sup> PERLATTO, 2009, p. 6.

regime militar. O resultado dessas tensas soluções de compromisso foi um texto constitucional marcado por ambiguidades, que elencava um grande número de direitos sociais ao mesmo tempo que assumia o espírito de uma ordem capitalista com traços inclusivos. Se por um lado a Constituição gera um quadro de valores que dificulta a afirmação de discursos que negam legitimidade às demandas vindas de baixo, o conservadorismo predominante na ANC também vai impedir a constitucionalização de demandas históricas dos movimentos de mulheres e LGBTs, em parte devido à atuação ativa da “representação evangélica”, apontada pelo presidente José Sarney como “grande novidade” da ANC (Freston, 1993, p. 226).

Os trinta deputados e duas deputadas de diferentes denominações formaram um bloco voltado à atuação articulada em torno de questões comportamentais (aborto, sexualidade e drogas) e políticas de comunicação, deixando outros assuntos a critério de cada parlamentar. Se fosse um partido, a bancada evangélica seria a quarta bancada da Câmara. O que não deixava de refletir o crescimento protestante no Brasil, que havia passado de 3,4% da população em 1950 para 6,6% em 1980<sup>141</sup>.

O foco da bancada recaiu sobre a subcomissão da Família, do Menor e do Idoso (com participação de sete parlamentares, incluindo relator e presidente) e sobre a subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, com quatro parlamentares, incluindo o vice e o presidente, o ex-militar batista Arolde de Oliveira. O trabalho garantiu aos evangélicos duas concessões de TV e sete de rádio, mas o que dava realmente unidade ao bloco eram as pautas comportamentais, reunidas no discurso de “defesa da família” que tinha justificado, por exemplo, a homologação de candidatos pela Assembleia de Deus. Para além da simples defesa do patriarcado, a família era percebida por esses grupos como principal meio de socialização e reprodução de práticas religiosas, incluindo ainda um traço anti-machista que permitia a mulheres evangélicas periféricas domesticarem companheiros e filhos através da promoção de “uma personalidade diferente do estereótipo do homem [latino-americano], e em parte pela alteração das estratégias de consumo”<sup>142</sup>, especialmente no que diz respeito a bebidas alcólicas.

---

<sup>141</sup> CAMPOS, 2008, p. 14.

<sup>142</sup> FRESTON, 1993, p. 236.

Uma das lideranças mais destacadas da bancada era Benedita da Silva, mulher negra e periférica vinculada à Assembleia de Deus, que se colocava de maneira progressista em relações às questões de sexualidade. Durante as discussões sobre inciso IV *Dos Princípios Fundamentais*, a deputada do PT do Rio de Janeiro abraçou a emenda do movimento LGBT Triângulo Rosa pela inclusão de “orientação sexual” entre as formas de discriminação que não caberiam na República. Seu objetivo seria “garantir a livre manifestação da sexualidade sem prejuízo para a cidadania”, mas só contou com apoio de Lysâneas Maciel (PDT) entre os evangélicos. O restante da bancada se opôs de maneira incisiva. Salatiel Carvalho (PFL) afirmou que este seria o primeiro passo para a legalização do casamento homossexual, enquanto José Fernandes (PDT), da Assembleia de Deus, propôs o termo “desvio sexual”<sup>143</sup>. A questão acabou excluída do texto final, pois era rejeitada não apenas pela bancada evangélica, mas pela maioria da Assembleia.

A posição de Benedita da Silva em defesa dos direitos das minorias gerou críticas e pressões tanto dos colegas quanto das bases eleitorais, mas nenhuma exigência foi feita pela bancada nas votações sobre questões socioeconômicas. A unidade do grupo deveria se dar em torno das questões comportamentais, sendo a legalização do aborto outro ponto unificador. Aqui os evangélicos não hesitavam em se unir a conservadores católicos, ao mesmo tempo que a maioria assumia posição contrária à reforma agrária, para não prestigiar uma bandeira vista como ligada à Igreja Romana. Além da questão da propriedade rural, o bancada evangélica tendeu a votar de maneira um pouco menos favorável aos interesses dos trabalhadores do que a média dos deputados constituintes, segundo critérios do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar<sup>144</sup>. Mesmo assim, aponta Freston (1992), seria exagerado enxergar na bancada uma “nova direita cristã” no estilo do que ascendera ao poder nos Estados Unidos com Ronald Reagan.

Entre as denominações representadas na Constituinte, a Convenção Batista Brasileira era a mais influenciada por americanos, ligando-se diretamente à conservadora Southern Baptist Convention. Tanto que dos seis protestantes que, segundo o DIAP, mais haviam votado contra os interesses dos trabalhadores, cinco eram batistas. Um desses, Fausto Rocha (PFL), aproveitaria o debate sobre o nome

---

<sup>143</sup> Ibid., p. 238.

<sup>144</sup> Ibid., p. 242.

de Deus no preâmbulo para fazer uma apologia neoliberal contra “comunistas” e “radicais de esquerda”<sup>145</sup>.

A pregação ideológica de Rocha, contudo, era exceção. A bancada evangélica não diferia em opiniões econômicas da média dos deputados da Constituinte. Mesmo a diferença de - 0,33 apontada pelo ranqueamento do DIAP não chega a ser significativa<sup>146</sup>: apenas 3% dos constituintes evangélicos se definiam como sendo de “centro-direita ou direita moderada”. Outros 38% se declaravam como de “centro-esquerda ou esquerda moderada”, enquanto a maioria (59%) se definia como parlamentares de centro<sup>147</sup>.

É preciso ressaltar, contudo, que apenas 6% dos deputados constituintes se declaravam como sendo de “direita moderada ou centro-direita” e nenhum se identificou com a “extrema direita”<sup>148</sup>. Outra pesquisa, realizada pela Folha de São Paulo em março de 1987, pediu aos parlamentares que se situassem num gradiente político com sete níveis. O resultado não foi diferente: ninguém se disse de extrema direita, 1% se declarou de direita e 5% se identificou como pertencendo à centro-direita<sup>149</sup>. Se dependesse apenas da autodefinição, a presença da direita na Assembleia seria insignificante, apesar da maioria dos deputados ter atuado de forma conservadora, e boa parte se vinculasse historicamente à ditadura militar. Na verdade, residia aí a distorção: os 21 anos de ditadura deixaram uma “herança envenenada” para as direitas, marcada pela “identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si” (Pierucci, 1987, p. 36).

Os evangélicos não fugiam a esse contexto, e nem mesmo personagens históricos da direita brasileira, fortemente vinculados ao regime militar, assumiam sua identidade ideológica. Ao lançar sua candidatura à governador de São Paulo em 1986, Paulo Maluf declarou sem nenhum constrangimento à imprensa: “porque temos os pés no chão e a cabeça no lugar, nossa posição é de centro, um centro equilibrado e moderno”. Outros como Delfim Netto e Afif Domingos optaram por negar a validade da díade direita-esquerda. Mesma tática adotada por Roberto Campos. O presidente da União Democrática Ruralista Ronaldo Caiado era um dos poucos a se assumir, assim como o líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral

---

<sup>145</sup> Ibid., p. 242.

<sup>146</sup> Ibid., p. 242.

<sup>147</sup> Ibid., p. 224.

<sup>148</sup> PIERUCCI, 1987, p. 38.

<sup>149</sup> Ibid., p. 38.

Netto (RJ), que fazia troça da negação dos colegas apresentando-se publicamente como “direita-que-se-diz” (Pierucci, 1987, p. 36).

Esse constrangimento não ficava restrito, todavia, às lideranças políticas, atingindo também as bases eleitorais de direita. Tanto que o fenômeno do “voto envergonhado”, identificado na eleição de Jânio Quadros a prefeito de São Paulo em 1985, voltou a se repetir no ano seguinte, forçando o candidato a governador Paulo Maluf a “conclamar enfaticamente a seus eleitores que não tivessem vergonha de declarar-se malufistas às pesquisas de intenção de voto” (Pierucci, 1987, p. 38).

Nesse cenário de transição democrática, também perdia influência na sociedade civil o conservadorismo católico, um dos pilares históricos da direita brasileira. As atividades pareciam declinar à medida que organizações como a reacionária Tradição, Família e Propriedade, de Plínio Corrêa de Oliveira, passava a disputar fiéis com o catolicismo progressista da Teologia da Libertação e com as igrejas evangélicas que se multiplicavam pelo país. O Instituto Brasileiro de Filosofia foi outro importante reduto conservador que viu sua influência política declinar com a transição democrática. Daí que vários intelectuais e empresários conservadores que participaram diretamente da articulação do golpe de 1964 tenham passado a circular nos *think tanks* pró-mercado que surgiram na década de 1980<sup>150</sup>.

Do ponto de vista da política institucional, todavia, organizações neoliberais como a CEDES, o Instituto Liberal e o IEE encontravam dificuldades para construir um programa comum com partidos conservadores devido à fragmentação regional e ao caráter personalista das suas lideranças<sup>151</sup>. Mesmo assim, o esforço foi levado adiante dentro da estrutura do PFL, um dos herdeiros da ARENA.

A interlocução dos *think tanks* e intelectuais pró-mercado com o Partido da Frente Liberal, nessa época, era bastante forte, inclusive, alguns destes chegaram a se filiar ao partido. Ilustrativo nesse sentido foi o fato de que o irmão do senador Jorge Bornhausen, Roberto Konder Bornhausen, então dirigente do Banco Unibanco, liderou a criação do Instituto Liberal de São Paulo em 1987, tendo dirigido a organização ao lado do empresário Jorge Simeira Jacob, do Grupo Fenícia (Rocha, 2018, p. 84)

Em maio de 1989, cerca de 30 empresários decidiram dar um passo adiante, fundando o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. O objetivo era

---

<sup>150</sup> ROCHA, 2018, p. 81.

<sup>151</sup> Ibid., p. 83.

atuar dentro da máquina estatal no sentido de reconfigurá-la de acordo com os interesses do setor. Casimiro (2016) enxerga no IEDI um precursor do Movimento Brasil Competitivo, que seria fundado em 2001, já que ambos mobilizam retóricas de neutralidade técnica e missão pedagógica para justificar uma hábil estratégia dialética: ao mesmo tempo que criticam publicamente o Estado, penetram em suas estruturas para aprimorá-lo como instrumento de maximização de lucros. Seja através da drenagem de recursos, via financiamentos, isenções fiscais ou investimentos diretos associados; seja através da retirada de direitos dos trabalhadores como forma de reduzir custos de produção.

#### **2.4. Permanências conservadoras na Nova República**

Menos de um ano após sua promulgação, as direitas se voltavam contra a Constituição de 1988, intensificando o movimento de ação organizada com suporte decisivo de sua elite intelectual, que reagiu em bloco ao quadro legal instituído pela Nova República. Já em 1990 Paulo Mercadante publica *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso*, reunindo artigos de Roberto Campos, Antonio Paim, Ives Gandra, José Guilherme Merquior, Miguel Reale e Ricardo Vélez Rodríguez, entre outros.

Segundo o diagnóstico da coletânea, a Constituição teria nascido com os dias contatos, comprometida por uma enfermidade “de natureza congênita e incurável”, provocada pela inclusão no texto de “reliquias com ranço paternalista” que haviam caído em desuso nos países desenvolvidos. Como a morte da carta era certa, caberia aos cidadãos brasileiros apressá-la para adaptar o país a um “mundo novo” - dominado pelo “pensamento liberal, útil e moderno” - que emergia de Varsóvia, Berlim e Bucareste (Mercadante, 1990). Assim, o projeto de desmonte do pacto social recém-instituído se apresentava em sintonia com o moderno pensamento conservador renovado nos Estados Unidos pela publicação, dois anos depois, de *The End of History and the Last Man*.

Inspirado por Nietzsche, Francis Fukuyama afirmava que a esquerda havia sido finalmente sepultada no Ocidente, não somente porque seus meios para alcançar a igualdade haviam se mostrado equivocados, mas porque a própria ideia da igualdade enquanto fim se revelara um erro do ponto de vista histórico. Ao contrário do que se afirmava, seria a luta pela superioridade o verdadeiro vetor de

progresso. A confirmação desse dado, todavia, não seria capaz de livrar as democracias liberais de ameaças. Estas teriam sido deslocadas para o plano interno, manifestando-se no relativismo cultural que minava o funcionamento da sociedade liberal racional. Diante disso, a única saída seria conciliar a modernidade com tradições anteriores, mesmo que de natureza irracional. Fukuyama vai afirmar, aprofundado o movimento histórico identificado por Habermas na década anterior:

[...] o reconhecimento racional não é autossustentável, mas deve contar com formas pré-modernas e não universais de reconhecimento para funcionar adequadamente. Democracia estável requer uma cultura democrática às vezes irracional e uma sociedade civil espontânea, que cresce a partir de tradições pré-liberais. A prosperidade capitalista é melhor promovida por uma forte ética de trabalho, que, por sua vez, depende dos fantasmas das crenças religiosas mortas, se não das próprias crenças, ou de um compromisso irracional com a nação ou a raça (1992, p. 334).

Assim Fukuyama concilia sua compreensão da competitividade racionalista individualista como motor da história com a legitimação da moralização radical do debate público em curso nos Estados Unidos, identificada no mesmo ano por James Hunter em *Culture Wars: The Struggle to Control the Family, Art, Education, Law, and Politics in America* e impulsionada, no plano da política institucional, com a guerra “pela alma da América” declarada por Pat Buchanan na Convenção Nacional do Partido Republicano de 1992<sup>152</sup>.

Além de cimentar a unidade liberal-conservadora na direita americana, esse esforço intelectual também buscava reformular a política externa de Washington, identificando novas ameaças capazes de substituir a União Soviética no imaginário popular. É o que faz Samuel P. Huntington em *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. No livro lançado em 1996, o cientista político conservador afirma que a rivalidade entre superpotências do período da Guerra Fria estava sendo substituída pela lógica do choque de civilizações. Sendo o conceito compreendido como

o mais amplo agrupamento de pessoas que sintetiza o que distingue os humanos de outras espécies. Ela é definida, por um lado, por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições; por outro, pela própria identificação subjetiva das pessoas (Huntington, 1996, p. 43).

<sup>152</sup> BUCHANAN, 1992. Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=2olwuAy3\\_og&t=44s](https://www.youtube.com/watch?v=2olwuAy3_og&t=44s)>. Acesso em: 16 jul. 2020.



Como modernização e ocidentalização não são sinônimos, o desenvolvimento de países orientais populosos como China e Índia, junto à crescente migração muçulmana em direção às potências centrais, levou o autor a concluir que o mundo se tornava mais moderno e menos ocidentalizado. Nesse contexto histórico, o Brasil queria provar que fazia parte do Ocidente, lançando-se ao desafio de consolidar uma democracia liberal após duas décadas de ditadura militar.

A primeira eleição direta para presidente da República aconteceu em 1989, sob intensa polarização entre o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, e o candidato da direita, Fernando Collor (PRN). Com apoio da grande mídia e da elite empresarial, o jovem governador de Alagoas uniu uma forte retórica anticomunista, embalada em estética verde amarela, para se apresentar como agente de combate à corrupção e de modernização do Estado, comprometido a abrir a economia, privatizar estatais, defender os “valores da família”, combater funcionários públicos (chamados de “marajás”) e acabar com a inflação.

A vitória no segundo turno veio por margem estreita (53% contra 47% dos votos válidos)<sup>153</sup>, mas o governo Collor acabou frustrando as expectativas do movimento liberal que continuava a crescer no Brasil com a organização, em 1988, da primeira edição do Fórum da Liberdade, promovida na cidade de Porto Alegre pelo Instituto de Estudos Empresariais<sup>154</sup>. Primeiro foi o bloqueio por 18 meses de 80% do dinheiro aplicado em cadernetas de poupança, que prometeu, mas não conseguiu conter a inflação. Depois veio a crise de governabilidade e os escândalos de corrupção que levaram ao impeachment no final de 1992. O vice Itamar Franco assumiu sob desconfiança, mas conseguiu controlar a inflação através do Plano Real e imprimiu certa estabilidade política à jovem república. Foi o suficiente para eleger como sucessor seu ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já no primeiro turno, com 54,3% dos votos válidos<sup>155</sup>.

Mesmo assim, a maior parte dos frequentadores do circuito de *think tanks* pró-mercado continuou nutrindo desconfianças em relação ao presidente eleito, por

---

<sup>153</sup> SINGER, 2002, p. 66.

<sup>154</sup> Em 2020, o Fórum da Liberdade chegou à sua 33ª edição reunindo, segundo informações oficiais do IEE, “empresários, profissionais liberais, políticos, professores, estudantes universitários, imprensa e formadores de opinião” “com o intuito de encontrar alternativas objetivas e viáveis para equacionar os problemas brasileiros”. Disponível em: <<https://iee.com.br/forum-da-liberdade/>>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

<sup>155</sup> SINGER, 2002, p. 99.

seu passado marxista e pela origem progressista de seu partido, mas os receios acabaram superados pela aliança com o PFL. Desde sua fundação, em 1985, o partido do vice-presidente Marco Maciel vinha acomodando candidatos ligados às organizações pró-mercado, e, logo após a eleição, o presidente da agremiação, Jorge Bornhausen, intermediou reunião entre FHC e membros do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. O presidente, inclusive, chegou a estampar a capa de uma das publicações do *think tank*. Então diretor do IL-RJ, Arthur Chagas Diniz contou à Camila Rocha:

O Jorge quis nos apresentar ao presidente, porque o presidente achava interessante o que o Instituto escrevia, (...) foi uma reunião diplomática. Eu não achava que ele era liberal, ele não era estatizante, mas daí pra liberal tem uma distância, (é que) no Brasil, não tem meio termo, ou é o Estado ou nada. (Mas) ele foi o presidente mais liberal, fora o maluco do Collor, que era liberal mas era maluco, ladrão, infelizmente o Collor foi um desastre pro Brasil” (2018, p. 94).

O reconhecimento de Diniz vem do fato do governo FHC ter implementado diversas reformas neoliberais, incluindo privatizações. Em parte, essa orientação foi imposta por instituições financeiras internacionais, lideradas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que, hegemônicas pelos Estados Unidos, condicionaram a concessão de auxílio financeiro à aplicação de uma política macroeconômica que incluísse equilíbrio fiscal, estabilidade monetária, abertura comercial, desregulamentação financeira e retração do papel do Estado na sociedade.

Diante da precária situação econômica herdada da ditadura militar, o Brasil se via forçado a aceitar os termos, mas não seria correto qualificar a adesão ao chamado “Consenso de Washington” como fruto exclusivo de imposição externa. Na verdade, as instabilidades macroeconômicas foram utilizadas pelo governo FHC para justificar a implementação de um programa reformista, de retórica gerencialista, que buscava “sepultar a Era Vargas” (Paes, 2017, p. 249). Naquele contexto histórico, modernizar o Brasil significava para FHC adaptar à realidade do país o neoliberalismo progressista de Bill Clinton (1993-2001) e Tony Blair (1997-2007), definido por Nancy Fraser como “uma aliança entre uma versão progressiva das políticas de reconhecimento e uma versão regressiva da política econômica” (2017, p. 43). A formulação da teoria da “terceira via”, de Anthony Giddens, também contribuiu para legitimar essa visão de mundo difundida, após a queda do

bloco soviético, entre as elites progressistas, que passaram a interpretar a retração do Estado como condicionante inexorável da nova ordem econômica global.

Por mais moderadas que fossem aos olhos dos liberais mais radicais, as reformas colocadas em prática nos dois governos FHC (1994-2002) foram suficientes para desmobilizar a rede de *think tanks* constituída ao longo dos anos 1980.

À medida em que o Plano Real atingia sua meta de reduzir os altos índices inflacionários vigentes até então, privatizações eram realizadas e os mercados para educação e saúde privadas se expandiam, muitos dos empresários que colaboravam financeiramente com os Institutos Liberais passaram a compreender que o ideário pró-mercado teria penetrado de fato no governo, e que, portanto, os *think tanks* já haviam logrado êxito e não necessitavam mais de um aporte contínuo de recursos. Deste modo, a partir do final dos anos 1990 as atividades das filiais do IL-RJ foram diminuindo e os institutos foram sendo fechados (Rocha, 2018, p. 96).

Como um presidente considerado “de esquerda” havia controlado a inflação e estava promovendo privatizações, desregulamentação e abertura econômica, os intelectuais e empresários envolvidos no circuito pró-mercado tiveram a certeza de que o liberalismo havia vencido o debate político no Brasil. O momento agora era de ganhar dinheiro. Também contribuiu para a desmobilização da rede liberal no país o falecimento, em 1998, de seu principal financiador e articulador, Donald Stewart Jr. Esvaziados de frequentadores e de recursos financeiros, os *think tanks* foram declinando ao longo da década de 1990, perdendo, inclusive, parte de suas conexões com instituições estrangeiras (Rocha, 2018, p. 99).

Apesar da influência sobre o governo, o neoliberalismo seguia restrito, enquanto ideologia, aos círculos das elites empresariais e políticas. As bases eleitorais da direita brasileira continuavam favoráveis “às mais diferentes formas de intervencionismo” do Estado, como havia revelado, poucos anos antes, as 150 entrevistas em profundidade realizadas por Pierucci (1987) na cidade de São Paulo com ativistas voluntários das campanhas de Jânio Quadros para prefeito, em 1985, e de Paulo Maluf para governador, em 1986.

Os casos de defesa articulada e convicta da economia de mercado e do "Estado mínimo" foram raros e restritos a pessoas com nível superior de escolaridade. O desejo de pagar menos impostos era comum a todos - independente do nível social -, assim como a defesa da responsabilidade individual e de uma visão gerencial da administração pública, mas quando as pessoas menos escolarizadas criticaram o Estado, foi para cobrar maior ação e assistência. Elas queriam mais

serviços públicos de saúde, escola, creches, orfanatos, reformatórios, internatos, às vezes campos de concentração com trabalhos forçados, transporte coletivo estatizado, seguro desemprego e aposentadoria condigna, tudo isto e muito mais eles querem do Estado. O papo liberal anti-welfare, claro está, não é com eles (Pierucci, 1987, p. 27).

Essa resistência das bases da direita à ideia do Estado mínimo e a demanda generalizada por mais justiça social e serviços públicos, Pierucci vai atribuir à centralidade da instituição familiar na vida das pessoas entrevistadas. O que também justificaria o clamor unânime por um maior intervencionismo da legislação em questões ligadas à moralidade familiar e sexual. Assim seria possível impedir que certas identidades culturais calcadas em valores tradicionais desaparecessem diante das aceleradas transformações comportamentais que varriam comunidades, igrejas, famílias e vizinhanças nos anos 1980, especialmente numa grande metrópole como São Paulo.

O tom é de medo, e a esmagadora maioria dos entrevistados se sentem abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral e persistente que, além de econômica e política, é sobretudo cultural. Daí que a ideia de “legítima-defesa” se faça tão recorrente nas falas e seja mobilizada para justificar a necessidade de censura moral de espetáculos culturais e, principalmente, dos programas de TV, vistos como principal agente da destruição dos valores tradicionais e dos bons costumes. Entre esses valores tradicionais, a heteronormatividade se apresenta como elemento central: “para proteger a família deve-se lutar contra o homossexualismo, sem por isso ter que perseguir os homossexuais”<sup>156</sup>, disse um dos entrevistados.

O preconceito contra negros e pardos é outro elemento recorrente nas falas, especialmente em relação ao segundo grupo. “É preto que se miscigenou com nordestino, nordestina, e começaram a sair esses mulatos. Geralmente é disso que aumenta a criminalidade”, declarou uma dentista de 24 anos do bairro da Mooca<sup>157</sup>. Nesse contexto, a miscigenação é interpretada como mais um entre diversos processos de degeneração do povo brasileiro.

A nova direita prima portanto por diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras. Crise moral. Valores que se corrompem na exata medida em que os estilos de vida vão se afrouxando no embalo indulgente da mídia, dos ídolos de massa, do marketing e da publicidade, do voyeurismo, do exibicionismo, da droga, enfim, do hedonismo

---

<sup>156</sup> PIERUCCI, 1987, p. 41.

<sup>157</sup> Ibid., p. 33.

consumista das camadas mais ricas e intelectualizadas da sociedade (Pierucci, 1987, p. 45).

As conclusões de Pierucci sobre a primazia das pautas dos costumes entre as bases eleitorais da direita paulistana vão ser divulgadas quatro anos antes de Hunter publicar sua teoria das “Guerras Culturais”. O sociólogo paulista também não vai poupar críticas às jovens elites intelectualizadas brasileiras, “esnobes” “portadoras tagarelas e autolaudatórias de estilos de vida que agridem e irritam a ‘maioria moral’”. Como o “Outro”, antagonista e “inimigo principal” da direita que emergia de sua pesquisa, Pierucci apontou os “novos” movimentos sociais, “incentivadores ativos” das demandas de “liberalização dos costumes, de descriminalização do aborto e da maconha, de plena realização sensual, de emancipação da mulher e do jovem, de ampliação das áreas de expressão legítima da subjetividade” (1987, p. 45).

Desde o início, inovações comportamentais como a pílula anticoncepcional, introduzida no Brasil em 1962<sup>158</sup>, enfrentaram forte resistência de setores da direita, tanto no plano político-institucional quanto na sociedade civil organizada. Onze anos depois do lançamento do Enovid, deputados como João Alves, da ARENA, continuavam discursando na Câmara contra o controle de natalidade, com apoio do líder da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira, que em artigo publicado em 1973 na Folha de São Paulo denunciava as “raízes materialistas e anticristãs” de uma “campanha contra o livre desenvolvimento da espécie humana” capaz de levar a “incruento e refinado genocídio”<sup>159</sup>. Já a homossexualidade havia sido descrita pelo fundador da organização reacionária católica em texto publicado no mesmo jornal no Natal de 1972, como

a causa do castigo das cidades malditas de Sodoma e Gomorra. Deus fez de ambas claros exemplos, para prevenir em todos os tempos e lugares, contra a cólera de Deus, as nações em que este pecado, o qual - segundo ensina a Igreja - “brada ao Céu e clama por vingança”, se transforma num hábito admitido por todos<sup>160</sup>.

Plínio e a TFP se tornaram os principais inimigos, na sociedade civil organizada, dos movimentos por direitos das mulheres que cresciam no Brasil inspirados pela publicação em 1963 de *A Mística Feminina*, de Betty Friedan.

<sup>158</sup> SANTANA; WAISSE, 2016.

<sup>159</sup> OLIVEIRA, 1973. Disponível em: <<https://www.pliniocorreadeoliveira.info/FSP%2073-10-28%20Vozes.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

<sup>160</sup> OLIVEIRA, 1972. Disponível em: <<https://www.pliniocorreadeoliveira.info/FSP%2072-12-24%20Argumentos.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

Naquele contexto histórico, a principal pauta da luta era o direito ao divórcio, que chegou a ser incluído pelo General Castelo Branco num projeto de Código Civil enviado ao Congresso, mas o presidente acabou sendo forçado a recuar, retirando o item defendido pelo deputado da Guanabara Nelson Carneiro, após intensa mobilização promovida pela TFP. Em 1966, a entidade organizou um "abaixo-assinado antivorcista" que, em apenas 50 dias, obteve 1.042.359 assinaturas em 142 cidades brasileiras<sup>161</sup>.

A campanha "divorcista" liderada por Carneiro era considerada, por Correia de Oliveira, uma agressão às tradições cristãs do país, pois contrariava a vontade do povo. Nesse sentido, a maioria conservadora silenciosa estaria disposta a resistir aos ataques das elites cosmopolitas para se manter fiel à vontade de "Nosso Senhor Jesus Cristo" que, "a fim de realçar a dignidade do contrato matrimonial, e de lhe acrescentar a estabilidade, elevou-o à dignidade de sacramento", fechando, assim, "para todos os homens e para todo o sempre, o caminho para o divórcio" (Oliveira apud Foresti, 2013, p. 132).

A resistência da direita católica foi decisiva para que o divórcio só fosse legalizado no Brasil em 1977, mas a posição da TFP não se limitava à lógica conservadora de preservação das tradições diante das ameaças do progresso. Em *Revolução e Contra-Revolução*, espécie de "livro-programa" publicado um ano antes da fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, em 1960, o deputado mais votado na Constituinte de 1933 sistematizava seu projeto reacionário, fiel à linhagem de intransigência aristocrática iniciada por De Maistre.

Oliveira enxergava na passagem do mundo medieval para a modernidade a origem de um processo "universal", "uno", "total" e "dominante" de crise crescente do "homem ocidental cristão", com impacto desagregador sobre diversas esferas do mundo social. Desde o Estado até a família, passando pela economia e pela cultura, tomada em sentido amplo. Nessa leitura "processiva" da história ocidental, a crise na alma do homem, cada vez mais tomado pelo "orgulho" e pela "sensualidade", marcharia no ritmo dos saltos históricos violentos contra a autoridade divina. Sendo o comunismo interpretado como a última das três grandes revoluções da história do

---

<sup>161</sup> OLIVEIRA, 1971. Disponível em: < <https://www.pliniocorreadeoliveira.info/FSP%2071-02-21%20Dizei.htm> >. Acesso em: 19 jul. 2020.

Ocidente. A primeira teria sido a Reforma Protestante (chamada de “Pseudo-Reforma”) e a Renascença; e a segunda: a Revolução Francesa (Oliveira, 1998).

Em resposta a este processo de decadência civilizacional, o autor propõe um movimento de militância contrarrevolucionária radical, voltado à eliminação do comunismo e à restauração de valores e hábitos medievais que, adaptados à realidade contemporânea, possibilitariam a instauração de “uma Idade Média aperfeiçoada” (Foresti, 2013, p. 84) após o hiato nefasto da modernidade. Daí a estética medieval que caracteriza os símbolos e a ritualística da TFP.

Outro elemento fundamental da obra que estabeleceu a visão de mundo e a forma da atuação da organização residia na constatação de que “não há neutros” na guerra total entre revolucionários e contrarrevolucionários, uma vez que todos os indivíduos estariam necessariamente inseridos – ainda que de maneira inconsciente - em algum dos lados que dividem a sociedade em dois polos antagônicos inconciliáveis. Isso significava aceitar que o “moderno centro de embate entre a Revolução e a Contra-Revolução” havia se deslocado para o mundo espiritual católico<sup>162</sup>. Antes uma “floresta verdejante”, a Igreja teria sido convertida pelo “progressismo, instalado por quase toda parte” em “lenha facilmente incendiável pelo comunismo”, levando a uma divisão interna entre, “de um lado, progressistas, criptocomunistas e pró-comunistas, e de outro lado, antiprogressistas e anticomunistas” (Oliveira, 1998, p. 59).

A TFP optou, então, por ignorar não somente as reformas de adaptação da Igreja ao mundo moderno instituídas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), como o próprio dogma da infalibilidade papal estabelecida no Concílio Vaticano I (1869-70). Criticava-se abertamente João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978) pela postura reformista. Se a intransigência reacionária levava ao desrespeito à hierarquia eclesial, contra os setores à esquerda da Igreja os cruzados de Côrrea de Oliveira vão se lançar numa guerra implacável, atacando organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC) e, principalmente, a Conferência Nacional dos Bispos – CNBB, fundada em 1952 e controlada nos anos 1960 “por reformistas moderados”, mais afeitos “às reformas sociais”<sup>163</sup>. Nesse contexto foi lançada, em 1968, campanha internacional contra a “infiltração comunista nos meios católicos”

---

<sup>162</sup> Id., 1998, p. 59.

<sup>163</sup> GONGALVES, 2016, p. 220.

tendo, entre seus objetivos principais, expulsar da Igreja o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, chamado de "arcebispo vermelho". Entre os meses de julho e setembro, foram coletadas 1.600.368 assinaturas só no Brasil e outras 400 mil na Argentina, Chile e Uruguai<sup>164</sup>.

Durante o processo de democratização nos anos 1980, a TFP vai perdendo força, mas não deixa de atuar nos trabalhos da Constituinte divulgando, em matérias pagas nos principais veículos impressos, os esforços dos parlamentares conservadores do "Centrão" para impedir a promoção da "sovietização do país". Além da preocupação com a reforma agrária, os cruzados de Oliveira lutavam contra "a 'absurda' igualdade entre homens e mulheres, o 'reconhecimento' da existência do homossexual no seio da sociedade e a 'equiparação' ao casamento da união estável"<sup>165</sup>.

Nos anos 1990, a TFP intensificou sua aproximação com outras organizações conservadoras, como a União Democrática Ruralista, de Ronaldo Caiado, e o Movimento Direita Volver, integrado por antigos militantes do extinto Comando de Caça aos Comunistas. Também se destacou na campanha pela Monarquia no plebiscito que definiu a forma do governo do Brasil em 1992<sup>166</sup>, mas a morte do supremo líder Côrrea de Oliveira, dois anos depois, acabou precipitando longas disputas internas que levariam a cisões. Em 1999, o Monsenhor João Clá Dias criou os Arautos do Evangelho e, em 2006, foi fundado o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, por iniciativa de Adolpho Lindenberg. No entanto, as décadas de propaganda e combate aos setores progressistas da Igreja Católica havia deixado marcas nas bases sociais da direita brasileira, especialmente no que diz respeito à animosidade em relação aos setores ligados à Teologia da Libertação, emergida da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizada em 1968 na Colômbia no contexto das reformas do Concílio Vaticano II.

Além da inclinação quase unânime pela defesa dos valores da família tradicional e pelo resgate da primazia da dimensão espiritual católica sobre a vida cotidiana, um dos dados mais relevantes levantados pela pesquisa realizada por Pierucci em 1987 foi a constatação de um intenso sentimento de anticlericalismo

---

<sup>164</sup> FORESTI, 2013, p. 99.

<sup>165</sup> KORNIS; HEYE. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>. Acesso em: 19 jul. 2020.

<sup>166</sup> Ibid.



nas bases da direita paulistana. Mesmo se declarando católicos e negando a existência concreta do ateísmo (seria apenas “exibicionismo”), grande parte dos entrevistados demonstrou forte animosidade pelas autoridades eclesiásticas. Não em virtude do apoio da Igreja à reforma agrária ou pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base junto à classe trabalhadora organizada. Surpreendentemente, a maior parte se mostrou simpática à reforma agrária e favorável ao direito de greve (desde que não degenerasse em “bagunça”), ainda que reprovasse veementemente invasões de terras urbanas. O sentimento anticlerical dos católicos paulistanos tinha origem em um novo problema que ganhava centralidade na vida nacional nos anos 1980. Uma advogada de 40 anos da Mooca disse ao pesquisador:

E o pior de tudo é que houve uma inversão de valores. Quer dizer, o bandido, ele é muito mais importante do que o civil, do que o coitado do cidadão que trabalha. O bandido, hoje em dia, ele é endeusado, é um coitado que está expiando [...] Quer dizer, efetivamente ele não está sendo punido; ele está vivendo às nossas custas. Então, houve assim uma inversão de valores muito grande. Inclusive a palavra de um bandido é muito mais importante que a da polícia. Você verifica que o policial é massacrado quando acontece alguma coisa, entende? Se ele dá um tiro por acaso, ele é massacrado, e o bandido não, ele é exaltado [...] Essa inversão de valores, eu digo que ela foi introduzida pela igreja: direitos humanos? direitos humanos dos bandidos! Isso é uma coisa que é realmente lamentável (Pierucci, 1987, p. 28).

A simples menção ao termo “direitos humanos” era suficiente para tirar a maioria dos entrevistados do sério. Muitos se inflamavam e se enfureciam por compreender a expressão como sinônimo de “mordomia para os presos” e não como uma série de garantias fundamentais que os beneficiava. O conceito de direitos humanos não apenas era interpretado pela chave da impunidade, como sua promoção seria resultado de uma política deliberada de proteção a criminosos promovida pela Igreja Católica através da ação de padres e bispos progressistas. Sendo um dos principais alvos o arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns.

Com o aprofundamento da crise econômica e social, os últimos anos da ditadura militar brasileira haviam registrado uma escalada nos indicadores de violência urbana, num processo histórico captado pelos diretores Fernando Meirelles e Kátia Lund no filme *Cidade de Deus* (2003). Em apenas sete anos, a taxa de homicídios cresceu 66% no Brasil, passando de 13,91 (1980) para 23,08 (1987) mortes por 100 mil habitantes. Mais de 145 mil brasileiros foram assassinados durante esse curto período (Souza, 1998, p. 191). Além da crise econômica e da degradação social, contribuíram para o crescimento da violência políticas de segurança equivocadas implementadas pela ditadura militar, que

fizeram nascer o moderno crime organizado ao misturar presos comuns com presos políticos no Instituto Penal da Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Daí surgiu, por exemplo, o Comando Vermelho em 1979.

Assustados com esse processo, os entrevistados de Pierucci responsabilizaram a política de defesa de direitos humanos promovido pela Igreja Católica e passaram a exigir penas mais severas, assim como o incremento do aparelho de repressão policial. A demanda por melhores salários para policiais e o elogio à ROTA<sup>167</sup> aparecem de maneira recorrente nas falas como “direitos urgentes de todos os cidadãos decentes e homens de bem” (Pierucci, 1987, p. 27).

Outro elemento muito presente é a associação do aumento da criminalidade à miscigenação racial e, principalmente, à migração nordestina. O que não deixa de expressar a permanência entre as elites e classes médias brancas do sudeste de traços culturais ligados à tradição eugenista, que predominou incontestemente entre as elites nacionais do século XIX às primeiras décadas do século XX, bem como da brutalidade de um processo de colonização que escravizou milhões de africanos e dizimou povos indígenas. As estimativas dos pesquisadores em relação ao número de nativos exterminados no Continente Americano entre 1492 e 1650 variam entre um quarto e 95% da população (Schwarcz, 2019, p. 163).

Esse conservadorismo autoritário manifesto na pesquisa de Pierucci também vai carregar um elemento abertamente reacionário, por idealizar o passado como “uma época de ouro, em que não havia tanto bandido” porque não havia imigrantes nordestinos<sup>168</sup>. Isso não significava, contudo, que esses atores políticos fossem resistentes à modernização capitalista. Ao contrário: muito do apoio dado a Maluf se fazia justificar pela imagem do ex-prefeito biônico da ditadura militar como um agente do progresso e do futuro, um realizador da modernização econômica e social. “Maluf faz” foi uma frase que se repetiu com frequência, e mesmo o veterano Jânio Quadros era apresentado como um “homem que enxerga na frente” ao mesmo tempo que defendia “a instituição familiar em sua armação patriarcal” e “os valores morais pequeno-burgueses, da lei e da ordem” (Pierucci, 1987, p. 35).

---

<sup>167</sup> A Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) é uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo que se tornaria nacionalmente conhecida pelos crimes denunciados pelo jornalista Caco Barcelos no livro *Rota 66: a História da Polícia que Mata* (1992).

<sup>168</sup> PIERUCCI, 1987, p. 30.

Ou seja, o processo de conciliação entre modernidade econômica capitalista e conservadorismo no plano dos costumes identificado por Habermas (2015) nos Estados Unidos e na Alemanha dos anos 1980, também se delineava nas bases metropolitanas da direita brasileira, assim como outro elemento característico do fenômeno. Além da “mídia policial”, que reforçava a sensação de insegurança e fundamentava o discurso punitivista, também foram apontados como aliados estratégicos das bases de direita católica paulistana, os grupos conservadores evangélicos que se expandiam rapidamente através de intenso trabalho de base e da atuação em meios de comunicação de massa.

Num longo, mas constante, processo de transição demográfica, o percentual de católicos havia caído de 95% da população em 1940 para 83,3 % em 1990, enquanto o número de protestantes passou de 2,7% (1940) para 9% (1990) no mesmo período<sup>169</sup>. Só que ao invés de um acirramento de rivalidades entre religiões, o estudo de Pierucci (1987) apontava uma tendência de aproximação entre a direita evangélica em rápida expansão e os conservadores católicos. Uma vez que estes pareciam priorizar disputas dentro da Igreja Romana, como revelava o intenso anticlericalismo das falas. Assim como nos Estados Unidos, ambos os grupos colocavam no centro do debate político valores morais tradicionalistas – especialmente no âmbito da sexualidade -, agrupando esses valores em torno do conceito guarda-chuva de “defesa da família”. Também tendiam a compartilhar visões de mundo que interpretavam mesmo os problemas materiais cotidianos e as crises econômicas em chave moral, enquanto consequências de um processo de degradação da sociedade em sentido amplo.

Antes da força da bancada evangélica na Constituinte chamar atenção de Sarney, os protestantes já vinham estreitando relações com a cúpula do regime militar em seus anos finais, a partir da luta contra temas como o aborto e a pornografia, que se difundia rapidamente nos anos 1980 com a popularização dos aparelhos e fitas de vídeo VHS. Tanto que o último presidente militar não somente participou, em 1982, da famosa passeata “Deus Salve a Família”, promovida pelo pastor Nilson Fanini, como discursou ao final do ato no Maracanã. Diante da multidão que lotava o estádio, João Baptista Figueiredo elogiou o trabalho do

---

<sup>169</sup> INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

império Reencontro, de Fanini, por defender os “valores elementares da criatura humana, da sua dignidade e da sua espiritualidade” em um “mundo tumultuado pela mudança constante”. No ano seguinte, o presidente garantiria a concessão do Canal 13 de televisão, no Rio de Janeiro, ao grupo empresarial controlado pelo famoso pastor da Primeira Igreja Batista de Niterói (Cowan, 2014, p. 124).

O crescente protagonismo protestante emergia, nos anos 1980, como dado novo na velha tradição de mobilização política em defesa dos valores da família patriarcal nuclear, cujas origens remetiam, no Brasil, ao integrismo católico do século XIX e à organização do laicato em torno da Liga Eleitoral Católica durante as eleições para a Assembleia Constituinte de 1934. Daí que a emergência do conservadorismo evangélico não tenha surpreendido Pierucci, ao contrário do que aconteceu nas perguntas relativas ao comunismo, as últimas das entrevistas.

Todos os entrevistados sabiam do que se tratava, não importa o quão estereotipadamente. O grau de informação é variável, em função obviamente da renda e da escolaridade ou do nível de organização, mas para todos eles — isto não foi dito — é como se o comunismo fosse um cachorro morto. Nem sequer dá sustos. O que, convenhamos, lhes poupa agressividade, que acaba canalizada para adversários "muito mais perigosos" na vida cotidiana (Pierucci, 1987, p. 34).

O Muro de Berlim ainda não havia caído, e o bloco soviético continuava de pé, mas as bases da direita paulista não conseguiam mais enxergar nas ideias de comunismo ou socialismo qualquer tipo de ameaça. Citando Francisco de Oliveira, Pierucci vai buscar explicações na ausência do socialismo na cultura política brasileira, especialmente após 21 anos de ditadura militar de direita: “nem mesmo as bases eleitorais de seus adversários mais raivosos sequer dão atenção às assombrações manipuladas por seus chefes” (1987, p. 34).

No entanto, a fato da retórica da ameaça comunista das lideranças não encontrar mais eco nas bases de direita paulistana no final dos anos 1980 chama atenção e deve ser interpretado como elemento-chave para a compreensão do processo histórico, já que o anticomunismo foi, durante décadas, um elemento capaz de inflamar multidões e de unir os diferentes setores que compõe tradicionalmente o campo da direita no Brasil. Mais do que isso: o anticomunismo serviu de justificativa para a implantação e manutenção dos mais longos períodos ditatoriais no século XX, lembra Rodrigo Sá Motta (2000).

### 3 Renovação e unidade das direitas brasileiras na internet

Durante o mês de outubro de 1937, um plano falso de golpe comunista foi divulgado com estardalhaço em diversos veículos de imprensa e no programa de rádio oficial “Hora do Brasil” como se tivesse sido descoberto pelo Estado-Maior do Exército. O documento - que projetava “massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc.”<sup>170</sup> - havia sido redigido, na verdade, pelo então Capitão Olímpio Mourão Filho, que paralelamente à carreira militar atuava como membro do serviço de informações da Ação Integralista Brasileira<sup>171</sup>.

Não por acaso, o documento foi batizado como “Plano Cohen”, utilizando um dos sobrenomes judaicos mais comuns. Buscava-se, assim, dar dimensões internacionais à conspiração e mobilizar o antissemitismo presente não só na organização anticomunista fundada por Plínio Salgado, como também no governo Vargas, em setores conservadores católicos e na imprensa profissional. Um ano antes, o jornal O Diário havia se manifestado abertamente contra a entrada no país de judeus refugiados da Alemanha nazista: “Quantos comunistas não viriam entre eles?”<sup>172</sup>.

De imediato, a divulgação do Plano Cohen justificou a aprovação no Congresso do estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. A oposição e militares legalistas ainda tentaram reagir, mas no dia 10 de novembro de 1937 tropas da Polícia Militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos parlamentares. À noite, Vargas anunciou em rede de rádio “uma nova fase política e a entrada em vigor de uma nova carta constitucional, elaborada por Francisco Campos”<sup>173</sup>. Iniciava ali a ditadura do Estado Novo, que reprimiria duramente as esquerdas brasileiras, prendendo – entre outros – a médica psiquiatra Nise da Silveira e o escritor alagoano Graciliano Ramos, além dos militantes do PCB Carlos Marighella, Gregório Bezerra, Agildo Barata, Luís Carlos Prestes e sua companheira, Olga Benário. A judia alemã e agente do serviço secreto soviético foi enviada, grávida, para morrer num campo de concentração de Hitler.

---

<sup>170</sup> FAUSTO, 2008 p. 362.

<sup>171</sup> MOTTA, 2000, p. 87.

<sup>172</sup> Ibid., p. 87.

<sup>173</sup> FAUSTO, 2008, p. 364.

A democracia só seria restabelecida no Brasil em 1945, como resultado da intensificação de manifestações populares que denunciavam os nexos lógicos entre a luta internacional contra o fascismo e a necessidade de derrotar o autoritarismo interno.

iniciava-se, nos princípios dos anos 40, uma intensa campanha de mobilização popular exigindo a declaração de “estado de guerra” entre o Brasil e as potências do Eixo. Nas ruas das grandes cidades os estudantes realizavam manifestações antinazistas, coordenadas pela União Nacional dos Estudantes, que havia sido fundada em 1937. Vários sindicatos - entre eles, alguns em que era sensível a influência do Partido Comunista Brasileiro, na clandestinidade - também se posicionaram favoravelmente à guerra contra a Alemanha e a Itália. O próprio exército, que fora até então um dos grandes sustentáculos da política getulista, ansiava pela luta, o que ficava expresso através da palavra de inúmeros oficiais (Almeida Jr. apud Gonçalves, 2016, p. 62).

Preocupados com essa crescente mobilização popular somada à multiplicação no número de membros do PCB, que, mesmo na ilegalidade, passou de 3 mil (1943) para 50 mil associados em 1945<sup>174</sup>, setores da elite brasileira, até então divididos entre “liberais” e “autoritários”, articularam-se em torno do General Dutra no golpe militar que pôs fim ao Estado Novo em 29 de outubro de 1945.

A participação dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira ao lado dos *partigiani* socialistas italianos na luta contra Hitler e Mussolini e o protagonismo soviético na vitória das tropas aliadas também abriram caminho para a regularização do Partido Comunista Brasileiro, que em pouco mais de duas décadas de existência não havia conseguido completar um ano na legalidade<sup>175</sup>. Nas eleições realizadas em dezembro de 1945, o PCB recebeu 10% dos votos para presidente com a candidatura do ex-prefeito de Petrópolis Iedo Fiúza<sup>176</sup>, além de ter eleito Luís Carlos Prestes ao Senado e mais 14 deputados federais. Entre eles, o escritor baiano Jorge Amado e seu conterrâneo Carlos Marighella.

A votação esmagadora de Prestes no Distrito Federal tinha sido apenas o prenúncio do resultado das eleições para vereadores realizadas em janeiro de 1947, quando os comunistas conquistaram a maior bancada da Câmara Municipal carioca<sup>177</sup>. Só que o registro do PCB seria cancelado pelo Tribunal Superior

---

<sup>174</sup> GONÇALVES, 2016, p. 66.

<sup>175</sup> ABREU FGV CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>176</sup> FAUSTO, 2008, p. 398.

<sup>177</sup> FGV CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Eleitoral apenas três meses depois, cassando também seus mandatos e lançando o partido, mais uma vez, num longo período de clandestinidade e repressão.

Enquanto isso, lideranças do conservadorismo católico brasileiro iniciavam movimento de aproximação com o movimento liberal internacional, que começava a se reorganizar em torno da Sociedade Mont Pèlerin, fundada no mesmo ano de 1947 sob liderança de Friedrich Hayek. Fazia tempo que Adolpho Lindenberg vinha defendendo o caráter de “lei natural” da “economia liberal” no popular jornal O Catolicismo, chegando a publicar o livro *Visão Católica da Economia de Mercado* com objetivo de convencer os fiéis da “obrigação de combater a esquerda”<sup>178</sup>, quando decidiu entrar em contato com o famoso economista austríaco:

Quando eu vi a esquerda católica avançar muito eu procurei algum movimento que batia na esquerda, e eu conheci o Hayek, então peguei um livro dele, me entusiasmei e disse: ‘eu vou publicar isso aqui para dar um peso na coisa, alguém respeitado’. Então escrevi para ele, para o Hayek, e ele me autorizou a publicar o livro, e foi bom, viu, porque o Hayek dá uma sustentação científica comprovada, deu uma base (científica) para a defesa que a gente fazia. Aí apareceu depois o Mises também, e um americano, o Friedman, essa trinca é o principal (Lindenberg apud Rocha, 2018, p. 61).

O livro em questão é o clássico *O Caminho da Servidão*, lançado por Hayek em 1944 e publicado em português no Brasil, dois anos depois, por iniciativa do engenheiro e empresário paulista que fundaria a TFP ao lado do primo Plínio Correia de Oliveira em 1960. A essa altura, o anticomunismo estava consolidado como importante tradição política brasileira, hegemônica nas elites nacionais e em partes expressivas das camadas médias. Entre outros motivos, porque seu sentido transcendera a rejeição pontual à “síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético”<sup>179</sup>, tornando-se uma noção ampla o suficiente para abarcar “toda e qualquer ação ou articulação desestabilizadora da ordem social numa perspectiva contra-hegemônica” (Gonçalves, 2016, p. 32).

Com o aprofundamento da Guerra Fria nos anos seguintes, a ideia de “perigo vermelho” ganhou peso e se difundiu no campo da direita na forma de uma linguagem comum, compreensível a amplos setores sociais. O grau de unidade entre diferentes segmentos direitistas passaria a variar de acordo com as conjunturas históricas, oscilando no ritmo das mudanças no imaginário coletivo em relação às ameaças lançadas por atores políticos de esquerda. O próprio sufixo “anti” não

---

<sup>178</sup> ROCHA, 2018, p. 61.

<sup>179</sup> MOTTA, 2000, p. 4.

deixa de indicar a permanência de um vetor unificador do anticomunismo, ligado à ideia “reação” que atravessa a constelação política que compõe a direita desde sua emergência na Revolução Francesa.

No Brasil, o anticomunismo se inicia com a recepção negativa, registrada na maior parte da imprensa, às notícias da Revolução Russa de 1917, interpretada como “apodrecimento do colosso moscovita” provocado por “traidores covardes”<sup>180</sup>, e segue com a publicação de obras como *O comunismo russo e a civilização cristã*, do Bispo Dom João Becker; *A sedução do comunismo*, de Everardo Backheuser e *A Rússia dos Sovietes*, de Vicente Martins. Em sua maioria, os trabalhos que se limitavam a traduzir para o português argumentos de autores europeus como Chessin, Istrati, Douillet, Marion e Béraud<sup>181</sup>.

Essas construções discursivas e imagéticas anticomunistas eram recebidas, todavia, de maneira distinta em cada país, acomodando-se às diferentes realidades culturais. Nos Estados Unidos, por exemplo, a recusa ao comunismo vai se fundamentar, sobretudo, na crítica à supressão da liberdade política e à eliminação da propriedade privada através da estatização de bens particulares<sup>182</sup>, enquanto no Brasil “os valores religiosos católicos se constituíram”, desde o primeiro momento, “na base principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posição secundária”<sup>183</sup>.

A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (Motta, 2000, p. 38).

Interpretada nessa chave, a experiência revolucionária soviética vai ser difundida pela intensa propaganda anticomunista católica como a maior ameaça à existência à Cristandade, por renovar o projeto iluminista de corrosão gradual da autoridade e dos costumes tradicionais no sentido de afastar o povo dos ensinamentos da moralidade religiosa. Daí que a matriz anticomunista cristã enfatizasse, desde o início, o tema da ameaça moral à “boa sociedade”<sup>184</sup> e

<sup>180</sup> *Diário de Minas*. 2 dezembro 1917 (Motta 2000, p. 20).

<sup>181</sup> MOTTA, 2000, p. 17.

<sup>182</sup> Id., 2019.

<sup>183</sup> Id., 2000, p. 17.

<sup>184</sup> Id., 2019, p. 89.



interpretasse os movimentos de laicização herdados do Esclarecimento como encarnação do Mal, em sentido bíblico. Dessa forma, os comunistas vão ser representados no imaginário do conservadorismo cristão como sedutores diabólicos, hábeis artífices no ofício militante de corromper a alma e conduzir inocentes para longe de Deus, em direção ao abismo do pecado. Não surpreende, portanto, a associação propagandística recorrente entre comunismo e a serpente<sup>185</sup>, que para além da simbologia erótica se apresenta no livro do Gênesis como “o mais astuto de todos os animais dos campos que o Senhor Deus tinha formado”<sup>186</sup>.

Ainda que os excessos cometidos na Revolução Francesa estivessem se repetindo para além dos montes Urais, a grande distância e a comunicação precária dificultavam a chegada ao Brasil de informações sobre o que realmente acontecia na Rússia. E no que diz respeito ao pensamento marxista propriamente, a intensidade do pânico difundida nos meios católicos parecia infundado, uma vez que o filósofo alemão pouco se dedicou às questões religiosas. Quase todo o debate sobre a posição de Karl Marx a respeito do tema gira em torno de um pequeno fragmento da Introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, publicada em 1844 nos *Anais Franco-Alemães*. Aos 25 anos, Marx afirmou:

A supressão [*Aufhebung*] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião (2010, p. 44).

A crítica, na verdade, não se voltava contra a religião em si, mas contra as condições materiais de exploração das quais extraia seu sentido. Ao contrário: para o jovem Marx, a religião seria uma expressão legítima da “miséria real” e um protesto, igualmente legítimo, “contra a miséria real”. O termo “ópio do povo”, que ficaria célebre, é utilizado no sentido de conectar a experiência espiritual ao sofrimento material, enfatizado em sua concepção materialista da História: “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos” (Marx, 2010, p. 145).

Ou seja, o anticomunismo católico extraia muito da sua intensidade da sua percepção da experiência soviética, predominando um temor em torno da possibilidade de que um assalto ao poder como o empreendido pelos bolcheviques

---

<sup>185</sup> Ibid. p. 78.

<sup>186</sup> BÍBLIA, 1995, p. 51.

em outubro de 1917 se repetisse por aqui, instituindo uma ditadura ateia que perseguisse os cristãos. Só que a distância dos acontecimentos, a precariedade dos meios de comunicação e as grandes diferenças entre Rússia e Brasil faziam com que a ameaça vermelha parecesse remota num primeiro momento. Daí a recorrência da metáfora do comunismo como “planta exótica” estrangeira, uma “ideia alienígena”<sup>187</sup> incapaz de germinar em solo brasileiro<sup>188</sup>.

Além disso, a ascensão do fascismo fez a Internacional Comunista mudar a linha de orientação às suas seções nacionais, que no Brasil era representada pelo PCB, fundado em 1922. A fórmula da tomada armada do poder seguida da instalação de uma ditadura conduzida pela vanguarda em nome do proletariado foi abandonada no VII Congresso, realizado em Moscou em 1935. A partir daí a Internacional iria incentivar a participação de comunistas de cada país em frentes amplas locais, unindo diferentes setores sociais dispostos a combater o fascismo e o imperialismo. No Brasil, essa orientação garantiu a participação do PCB na Aliança Nacional Libertadora, frente política nacionalista surgida com forte presença de tenentes que, decepcionados com a Revolução de 1930, haviam guinado à esquerda. Seu principal nome, Luís Carlos Prestes, havia assumido opção pelo marxismo-leninismo e, graças à popularidade da Coluna Prestes, foi aclamado presidente de honra da organização em seu lançamento oficial em março de 1935.

Por mais remota que fosse a perspectiva de sucesso de uma tentativa de assalto ao poder, as lideranças do PCB seguiam transmitindo informações diferentes a Moscou, buscando convencer os dirigentes da Terceira Internacional de que o Brasil vivia um quadro pré-revolucionário. Quando Vargas fechou a ANL três meses depois do seu lançamento - após Prestes discursar pela derrubada do “governo odioso” -, grupos comunistas precipitaram rebeliões em unidades militares de três capitais. Primeiro em Natal, cidade que permaneceu por quatro dias em controle dos revoltosos, depois em Recife e no Rio, onde os rebelados foram rapidamente derrotados (Fausto, 2008, p. 361).

José Murilo de Carvalho<sup>189</sup> chama atenção para características similares às outras revoltas militares que marcaram as décadas de 1920 e 1930. Isto é, rebeliões

---

<sup>187</sup> MOTTA, 2000, p. 22.

<sup>188</sup> Ibid., p. 53.

<sup>189</sup> 35: O ASSALTO AO PODER, 2002. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=zMXQbZN7hEs>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

bastante restritas à caserna, onde militares de baixa patente buscavam tomar o poder imediatamente dentro do quartel para, em seguida, tentar derrubar o governo e conquistar o poder político. Muitos dos participantes vinham do tenentismo. A principal diferença em relação às outras quarteladas do período, como a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, residia no fato dos revoltosos terem agido com o apoio de uma organização internacional estrangeira, ainda que tenham sido os comunistas brasileiros os responsáveis pela iniciativa. As promessas feitas ao *Komintern*<sup>190</sup> de que o assalto aos quartéis levaria ao despertar revolucionário das massas de proletários brasileiros se provaram desconectadas da realidade, e o que se seguiu ao levante fracassado foi o aprofundamento da repressão

Parlamentares ligados a ANL foram cassados, em janeiro de 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, e o estado de guerra foi renovado sucessivamente pelo parlamento até a instauração da ditadura do Estado Novo no ano seguinte. Foi nesse contexto de repressão ao comunismo que a tortura científica começou a ser posta em prática no Brasil, afirma Paulo Sérgio Pinheiro<sup>191</sup>. O levante de 1935 serviu ainda de pretexto para justificar o autoritarismo institucionalizado pouco depois, a partir da divulgação do Plano Cohen.

À medida que os nomes dos onze agentes estrangeiros enviados ao Brasil pela União Soviética eram divulgados com estardalhaço na imprensa, a antes distante ameaça vermelha se tornava concreta aos olhos de setores cada vez mais amplos da população. O tão falado “ouro de Moscou” se mostrara real. Foi quando o governo Vargas transformou o anticomunismo em política de Estado. O primeiro passo foi batizar o levante pejorativamente como “Intentona”<sup>192</sup>, e logo no primeiro ano de aniversário do Estado Novo foi organizada a *Exposição Anticomunista e de Propaganda do Estado Novo*, como objetivo de exaltar a “luta universal contra o comunismo”. Com o passar dos anos, também foi se consolidando dentro das Forças Armadas um sofisticado aparato de propaganda anticomunista, que continua operando com vigor renovado 85 anos após o levante.

Monumentos foram construídos, e o episódio passou a ser lembrando anualmente por rituais grandiosos, cuidadosamente elaborados para causar o

---

<sup>190</sup> Internacional Comunista.

<sup>191</sup> 35: O ASSALTO AO PODER, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zMXQbZN7hEs>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>192</sup> Cometimento temerário; plano insensato.

máximo de impacto nas novas gerações de oficiais. Além da dramática chamada nominal de cada militar tombado em confronto contra os revoltosos de 1935, as cerimônias costumam a contar com a presença de familiares das vítimas, incluindo também salva de gala e Corbélia de flores colocada solenemente junto ao mausoléu com os restos dos mortos. Não por acaso, esse mausoléu foi transferido do cemitério São João Baptista para a Praia Vermelha (local dos confrontos no Rio) em 1968, justamente no ano de instauração do AI5. Com a redemocratização em 1985, as cerimônias se tornariam mais discretas, mas voltaram a ganhar destaque nos últimos anos, como mostra vídeo da celebração de 27 de novembro de 2019, divulgada no perfil oficial do Comando Militar do Leste (CML) no YouTube<sup>193</sup>.

Muito do sucesso desse aparelho de propaganda e doutrinação ideológica deve-se a uma informação falsa difundida pelas Forças Armadas desde 1935. Os vencedores do confronto ocorrido na Avenida Pasteur espalharam o mito de que soldados do Terceiro Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro teriam sido covardemente assassinados pelos rebeldes enquanto dormiam.

“Não há nenhuma fonte histórica que justifique isso. Isso é claramente uma falsidade. No entanto, contribuiu muito essa falsidade para difundir a ideia de traição, de que comunismo tornaria as pessoas traidoras de seus próprios camaradas, dos seus próprios conterrâneos e, eventualmente, de seus próprios parentes”, explicou o historiador José Murilo de Carvalho<sup>194</sup>.

Os sobreviventes do episódio também negaram a acusação, mas a lenda não apenas se difundiu amplamente nos meios militares, como se institucionalizou no aparato ritualístico e no trabalho de doutrinação ideológica de novos quadros. Esse mito foi transmitido por gerações como símbolo máximo da traição à Pátria representado pelo comunismo, compreendido como ameaça à ordem, à tradição e a integração da nação enquanto unidade orgânica indivisível.

Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos “deletérios”, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes (Motta, 2000, p. 50).

<sup>193</sup> Vítimas da Intentona Comunista de 1935 são lembradas | TV CML. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PuO1vgtLHW8&feature=youtu.be>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>194</sup> 35: O ASSALTO AO PODER, 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMXQbZN7hEs>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

O imaginário criado em torno do levante de 1935 consolidou as Forças Armadas como guardiãs e difusoras da tradição anticomunista nacionalista, que junto à tradição cristã e liberal formam as três matrizes do anticomunismo no Brasil, de onde derivam, segundo Motta (2000), a maior parte de argumentos, valores e representações mobilizados contra o perigo vermelho ao longo da História. Entretanto, esse longo processo de consolidação da hegemonia anticomunista dentro das Forças Armadas seria marcado por conflitos internos. No contexto de acirramento da Guerra Fria, isso significou a divisão dos militares em torno de diferentes noções de defesa da pátria. De um lado, estavam os nacionalistas, que pregavam o desenvolvimento industrial autônomo em relação aos Estados Unidos; do outro, aqueles que defendiam menor intervenção estatal na economia e um alinhamento irrestrito à Washington.

Esse segundo grupo, chamado pelos adversários de “entreguistas”<sup>195</sup>, ganharia força com o tempo, especialmente a partir da fundação da Escola Superior de Guerra em 1949 sob supervisão de oficiais norte-americanos que permaneceram no Brasil durante onze anos<sup>196</sup>. Mesmo assim, a disputa seguiu se acirrando, especialmente após o improvável triunfo da Revolução Cubana em 1959. Enquanto os “nacionalistas” se aproximavam da frente antilatifúndio e anti-imperialista, que avançava com a participação da União Nacional dos Estudantes<sup>197</sup>, os “entreguistas” intensificavam sua ação política na União Democrática Nacional.

Fundado em 1945 pelos diferentes setores de oposição a Vargas, o partido também se caracterizava pela forte inclinação anticomunista, atraindo, num primeiro momento, anticomunistas de esquerda, como o reduzido grupo dos socialistas democráticos. Com o tempo esses setores minoritários perderam espaço, e a UDN se consolidou como principal partido de direita do país, atraindo o apoio de oligarquias dissidentes, elites empresariais e setores médios urbanos, além de amplos setores das Forças Armadas.

Desde os primeiros momentos o flerte com os homens de armas frequentava o imaginário e unia o “partido do brigadeiro”, como bem reconhece Afonso Arinos: “A UDN foi muito militar, desde que se formou. A candidatura do Eduardo Gomes foi feita pra impedir qualquer restrição a ela: ele veio como um herói militar”. Os ares anticomunistas aumentavam, todavia, a já usual proximidade e levavam a crescente incitação de um maior protagonismo da Forças Armadas. Os militares eram evocados como reserva de moralidade em uma país imoral e elevados a

---

<sup>195</sup> FAUSTO, 2008, p. 407.

<sup>196</sup> Ibid., p. 452.

<sup>197</sup> GONÇALVES, 2016, p. 222.

protagonistas capazes de impedir os crescentes processos de corrupção e subversão (Chaloub, 2015, p. 80).

Em discurso na Convenção Nacional de 1963, o presidente eleito da UDN, Bilac Pinto, chegou a defender abertamente a ação das “Forças Armadas como verdadeiro Poder Moderador, responsável por não apenas repelir as efetivas tentativas de subversão da ordem, mas por comandar ações preventivas nesse sentido”<sup>198</sup>. A inclinação golpista do partido se intensificou com o protagonismo crescente do jornalista Carlos Lacerda, isolando setores mais moderados, como a “Bossa Nova da UDN”<sup>199</sup> e os “chapas-brancas”<sup>200</sup>, e provocando, inclusive, o afastamento de lideranças importantes como Afonso Arinos, “repugnado” com a “linha reacionária e antidemocrática da oposição representada pelo lacerdismo”<sup>201</sup>.

Depois da queda de Vargas, em 1945, todos os políticos que se consideravam liberais reuniram-se sob a bandeira da UDN — União Democrática Nacional - cujo programa prático implicava que qualquer governo liberal, tanto no sentido econômico quanto político, deveria apagar os traços da política apoiada por Vargas (...) Desde que faltava legitimidade ao sistema, era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse. (...) Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto a sua perspectiva social e econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 a 1964 (Santos apud Chaloub, 2015, p. 82).

A radicalização da UDN deve ser compreendida, todavia, dentro do contexto de crescente polarização ideológica na sociedade brasileira, que no Congresso se refletiu na formação de dois blocos rivais: de um lado, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que “reunia a maioria dos deputados federais do PTB e do PSB, além dos setores nacionalistas favoráveis às reformas sociais do PSD (“ala moça”), da UDN (“bossa nova”) e PDC”. Do outro: a Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada por PSD, UDN e PSP, além de outros pequenos partidos e da “ala direita” do PTB (Gonçalves, 2016, p. 223).

No plano da sociedade civil, a principal divisão se dava dentro da Igreja Católica. Contando com a recém-fundada TFP e com o apoio de bispos como Dom

<sup>198</sup> CHALOUB, 2015, p. 81.

<sup>199</sup> Grupo que emerge na década de 1960 com o intuito de defender certos temas caros às esquerdas da época, apoiando parte das Reformas de Base e outras políticas de caráter semelhante (CHALOUB, 2015, p. 119).

<sup>200</sup> Adesistas que se aproveitavam da fúria dos verdadeiros oposicionistas, como Lacerda, para conseguir vantagens pessoais (CHALOUB, 2015, p. 118).

<sup>201</sup> ARINOS apud CHALOUB, 2015, p. 227.

Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer, a direita católica intensificou o confronto com setores progressistas, que também se agrupavam em organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) e a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), instituída em 1952.

A polarização se acirrava dentro do país no momento em que a Guerra Fria atingia seu ápice, radicalizando o sentimento anticomunista do conservadorismo católico, que desde o início se mostrou a matriz anticomunista com maior capilaridade e poder de mobilização no Brasil. Um exemplo importante nesse sentido foi a fundação, em julho de 1962, no auditório do jornal O Globo, no Rio de Janeiro, da Campanha da Mulher pela Democracia. A CAMDE havia sido articulada, um mês antes, por iniciativa de Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada que reuniu em sua casa 22 famílias frequentadoras da Paróquia Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Também participaram do encontro seu irmão, o General Antonio de Mendonça Molina, e seu vizinho, o economista Glycon de Paiva - ambos ligados ao IPES -, além do frei Leovigildo Balestieri, pároco do bairro que atuava na Aliança Eleitoral pela Família<sup>202</sup>.

A ação da CAMDE justificava-se formalmente pela defesa da democracia, mas, na prática, sua militância se resumia ao combate ao trabalhismo e ao comunismo. Janaína Cordeiro (2008) ressalta, contudo, que o comunismo era percebido pelo grupo como uma ameaça real, capaz de destruir instituições “responsáveis pela organização do seu modo de vida: a família, a religião, a Pátria e a democracia”. Ainda que o núcleo fundador da CAMDE fosse formado por mulheres da elite carioca,

seu discurso, pautado por um moralismo exacerbado, por uma retórica anticorrupção, a favor de uma “democracia fortalecida” e de uma “educação cívica da juventude” mobilizavam os sentimentos de setores expressivos da sociedade, em particular as mães brasileiras e não se limitavam às elites (Cordeiro, 2008, p. 157).

Isso ajuda a compreender a dimensão das manifestações que tomaram diversas cidades do país em março de 1964. No dia 19, menos de uma semana após o comício da esquerda na Central do Brasil, cerca de 500 mil pessoas participaram, em São Paulo, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Muitos destes manifestantes saíram às ruas segurando cartazes com frases como: “Verde e

---

<sup>202</sup> Criada em 1961, a ALEF tinha por objetivo “indicar aos fiéis os candidatos cujos projetos estivessem em consonância com as posturas defendidas pela Igreja” (CORDEIRO, 2008, p. 32).

amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Abaixo os pelegos e os comunistas”; “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Cremlin”<sup>203</sup>.

Associações de mulheres conservadoras católicas, como a CAMDE, participaram ativamente da organização do ato pela deposição de Goulart, que contou também com divulgação intensa na imprensa, através de manchetes abertamente anticomunistas. O jornal Estado de São Paulo, por exemplo, publicou em sua primeira página no dia seguinte à manifestação:

Meio milhão de paulistanos e de paulistas manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e à ditadura e seu apego à Lei e à Democracia. Neste momento particular da vida do mundo, o histórico ato dos paulistas adquire importância internacional<sup>204</sup>.

A grande imprensa carioca não ficou atrás e declarou sobre o significado do ato:

Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo, constituindo-se na maior manifestação popular já realizada na Capital paulista<sup>205</sup>.

Sendo que o traço anticomunista estava explícito já na convocação da manifestação, que acusava os “vermelhos” de atentarem contra os valores mais caros às tradições brasileiras. É o que dizia panfletos como este:

“Povo do Brasil,  
A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador. Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil, e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira.  
Mas hoje, na praça pública, no dia da família, essa multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras (...). Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. (...) Fieis às nossas religiões, fieis à nossa Constituição, fieis à nossa pátria - construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz.  
Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria!”<sup>206</sup>.

Ao levar meio milhão de pessoas às ruas movidas por esse tipo de convocação, a Marcha dava demonstração incontestável do poder de mobilização

<sup>203</sup> MOTTA, 2000, p. 328.

<sup>204</sup> Ibid., p. 327.

<sup>205</sup> Ibid., p. 327.

<sup>206</sup> Ibid.



do anticomunismo no país. Também vale ressaltar o esforço dos organizadores católicos para convencer pastores protestantes e rabinos a participarem do ato, unindo forças contra o comunismo, denunciado como ameaça às “Igrejas de todos os credos”<sup>207</sup>. Nesse sentido, o esforço ecumênico, refletido no cuidado na escolha no título da Marcha de “com Deus”, ao invés de “com Cristo”, pode ser compreendido como um dos marcos iniciais do longo processo histórico de aproximação de setores conservadores de diferentes religiões.

As acusações de corrupção que predominavam dez anos antes no cerco que levou Getúlio ao suicídio continuavam presentes nas diferentes frentes de mobilização pelo golpe, mas agora com papel secundário. O grande elemento que unia os diferentes grupos de direita numa ação comum era o anticomunismo. Isso foi deixado claro no próprio texto do Ato Institucional n. 1, decretado pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no dia 9 de abril de 1964, pouco mais de uma semana após a deflagração do golpe civil-militar:

a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. [...] Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas [...] (Gonçalves, 2016, p. 228).

Segundo Miguel Reale, do IBF, o novo regime deveria empreender uma “reforma dos costumes” que resultasse na “mudança espiritual do povo”<sup>208</sup>, eliminando do corpo social os elementos desagregadores. Este seria um esforço de longo prazo, empreendido através da assimilação molecular de uma nova concepção filosófica autoritária e conservadora, moldada pela elite dirigente. Mas antes seria preciso eliminar os agentes da “bolchevização” do país através da repressão política.

No mesmo 1º de abril do golpe, a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi destruída, e no dia seguinte foi a vez da sede da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo, ser depredada e incendiada. O Comando dos Trabalhadores Intelectuais foi fechado pouco depois, e o veterano comunista Carlos Marighella foi baleado em maio, por agentes do DOPS, dentro de um cinema do

---

<sup>207</sup> MOTTA, 2000, p. 304.

<sup>208</sup> GONGALVES, 2016, p. 233.

Rio de Janeiro durante sessão infantil<sup>209</sup>. O deputado constituinte de 1946 tinha 52 anos quando voltou a ser novamente preso e torturado.

Após ser solto em julho, Marighella radicalizou progressivamente sua posição, influenciado pelo surgimento de guerrilhas em outros países da América Latina, como Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru. Desde a Revolução Cubana, em 1959, o Continente vinha inspirando a renovação do imaginário da esquerda mundial, fortemente abalado pelas revelações, três anos antes, do relatório de Nikita Khrushchov sobre Stálin. Um momento-chave desse movimento histórico foi a publicação, em 1967, de *Revolução na Revolução*, de Régis Debray. No livro, o intelectual francês que estivera ao lado de Che Guevara na Bolívia difundia a teoria do foquismo, pregando a instalação de um foco guerrilheiro como ponto a partir do qual a revolução seria irradiada para todo o território nacional.

A direção do PCB, todavia, seguiu rejeitando a opção da luta armada. Além de fadada à derrota, poderia ser utilizada como justificativa para o recrudescimento da repressão, como acontecera depois do levante armado de 1935. Marighella havia sido um dos militantes comunistas presos e torturados por Vargas, mas parecia cansado de décadas de clandestinidade, prisões e tortura. Decidiu, então, romper com o PCB e fundou, em 1968, a Ação Libertadora Nacional. Na ocasião de seu desligamento, enviou *Carta À Executiva*, em dezembro de 1966, atribuindo a ausência de resistência ao golpe de 1964 à falta de preparo político e, sobretudo, ideológico dos quadros do partido.

Marighella também criticava duramente as ilusões dos dirigentes comunistas, que continuavam enxergando na burguesia “a força dirigente da revolução brasileira”<sup>210</sup>. Por isso, considerava um erro a estratégia de luta eleitoral centrada no MDB, enquanto elemento capaz de aglutinar amplas forças contra o regime. Trilhar esse caminho significaria, na sua visão

permanecer mais dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais, ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço de repressão ao movimento de liberação dos povos latino-americanos (Marighella, 1979, p. 94).

Para Marighella, a experiência da ditadura militar deixava claro que a saída para o Brasil só poderia ser “a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação

---

<sup>209</sup> Departamento de Ordem Política e Social.

<sup>210</sup> MARIGHELLA, 1979, p. 91.

da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultam” (1979, p. 93). Junto com a ALN, surgiram outros grupos guerrilheiros, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com forte presença de militares de esquerda.

O fechamento completo do regime com o AI-5, decretado em dezembro de 1968 em resposta a um discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB) pedindo boicote à parada de 7 de setembro, acabou levando os grupos armados a intensificarem suas ações. Um ano após assaltar o trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, a ALN tomou a Rádio Nacional Paulista em agosto de 1969, de onde Marighella transmitiu discurso contra a ditadura. Um mês depois, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, seria sequestrado pelo MR-8, que recebeu, em troca, a libertação de quinze prisioneiros políticos, transportados para o México.

O episódio constrangeu a ditadura, que, em resposta, buscou incrementar o sistema de repressão e vigilância, centralizando o trabalho de delegacias policiais e unidades do DOPS e do DOI-CODI de todos o país sob o comando da Operação Bandeirante, instituída em 1969. O resultado foi a rápida destruição da luta armada e a desarticulação da sua rede de apoio. Em novembro de 1969, Marighella foi assassinado desarmado em emboscada organizada, em São Paulo, pelo delegado Sérgio Fleury após extrair informações de frades dominicanos através de tortura<sup>211</sup>. Dois anos depois, seria a vez da VPR ser aniquilada, forçando o militar desertor Carlos Lamarca a fugir para o sertão da Bahia, onde acabaria morto em setembro de 1971<sup>212</sup>. Restou apenas a guerrilha rural instalada pelo PCdoB na região banhada pelo Rio Araguaia no leste do Pará, que acabou derrotada em 1975, pondo fim à luta armada no Brasil.

Foi nesse mesmo momento que a estratégia de frente ampla de oposição centrada no MDB começou a colher os primeiros resultados eleitorais, após derrota acachapante nas eleições de 1970, quando o MDB ficou com apenas 5 cadeiras no Senado e 87 na Câmara, contra 41 e 223 da ARENA<sup>213</sup>. Quatro anos depois, o cenário era outro: o MBD recebeu 59% dos votos do Senado e 48% na Câmara dos Deputados, apresentando um programa de caráter abertamente progressista, “com

---

<sup>211</sup> MAGALHÃES, 2012.

<sup>212</sup> FAUSTO, 2008, p. 483.

<sup>213</sup> Ibid. p. 484.

ênfase nos sindicatos, na necessidade de distribuição de renda e nos movimentos sociais”. O documento havia sido elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento a convite de Ulysses Guimarães (Lahuerta, 1999, p. 208).

Ao mesmo tempo que se aproximava da classe política, a intelectualidade reunida no CEBRAP buscava compreender, a partir de uma nova perspectiva teórica, a derrota do populismo em 1964 e o sucesso econômico do regime militar, que empreendia um processo de modernização autoritária ao mesmo tempo que achatava salários - intensificando desigualdades - e suprimia liberdades individuais. Isso significava rever a ideia de aliança de classes pelo progresso, hegemônica na esquerda desde a mobilização pela derrota do fascismo, e aceitar que os setores arcaicos e modernos não apenas não se contrapunham no Brasil, como formavam um sistema simbiótico “em que seus respectivos interesses estavam entrelaçados” (Lahuerta, 1999, p. 108).

Foi nesse período que o pensamento de Antonio Gramsci começou a se difundir na intelectualidade de esquerda nacional, desempenhando papel importante ao fornecer ferramentas para a compreensão do nosso processo de “revolução passiva” e por estimular, a partir da esquerda, a valorização da sociedade civil que ganhava força no contexto de resistência à ditadura<sup>214</sup>. As primeiras traduções para o português da “edição temática” dos *Cadernos do Cárcere*, lançadas pela editora italiana Einaudi na passagem da década de 1940 para 1950, foram publicadas no Brasil entre 1966 e 1968, por iniciativa do editor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira. Até então, os *Cadernos* só tinham sido traduzidos para o espanhol, pela editora argentina Lautaro, mas o pioneirismo da iniciativa de Silveira não rendeu frutos do ponto de vista comercial. Os quatro (de seis) volumes temáticos publicados acabaram encalhando nas livrarias brasileiras (Coutinho, 2013, p. 36).

A Civilização Brasileira decidiu, então, empreender uma reedição na segunda metade dos anos 1970, no mesmo momento em que a “edição Gerratana” (1975)<sup>215</sup> era publicada na Itália. O contexto era bem diverso: ao mesmo tempo que a luta armada era derrotada, o MDB conquistava resultado eleitoral expressivo com um programa abertamente progressista. Foi-se consolidando, assim, a “atmosfera

---

<sup>214</sup> PUGLIA, 2015, p. 234.

<sup>215</sup> Publicada em 1975 pelo estudioso Valentino Gerratana, em colaboração com ampla equipe de pesquisadores, a “edição crítica” – ou “edição Gerratana” – organizava os cadernos na ordem que eles haviam sido escritos por Gramsci.

de relativa ‘abertura’ política”<sup>216</sup> que tornou possível o sucesso editorial dessa nova edição.

Além de fornecer importantes chaves de compreensão do processo de “revolução passiva” brasileira e de valorizar da sociedade civil, por onde a esquerda buscava pressionar o regime, as reflexões carcerárias de Gramsci também impulsionavam uma nova onda de engajamento político da intelectualidade progressista. Nomes como Florestan Fernandes e Francisco Weffort participaram ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores após a extinção do bipartidarismo em 1979. E a importância de Gramsci para a renovação das esquerdas brasileiras seguiu se aprofundando no ritmo da transição democrática. Um dos intelectuais protagonistas desse processo, Werneck Vianna, afirmaria, quadro décadas depois:

Aqui, no Brasil, a obra gramsciana teve grande difusão a partir dos anos de 1970, o que serviu muito para enriquecer a análise inclusive dos partidos, movimentos e personalidades que faziam resistência ao regime militar, dando a eles um novo horizonte, um novo sistema de orientação que se demonstrou muito útil. Ao invés de se combater diretamente o regime militar de armas na mão, como tantos preconizavam, existiu a luta cultural, a luta política, a luta com base na arregimentação da sociedade civil que ficou clássica, entre nós, no final dos anos 1970 e no começo dos anos 1980. Há que se destacar o papel da sociedade civil organizada através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dos sindicatos. Esses foram os principais agentes que minaram a resistência do regime e que criaram a possibilidade para a transição e para o retorno da democracia política do país (2018, p. 17).

### 3.1.

#### **Gramsci e a reinvenção do anticomunismo no Brasil**

A difusão tardia dos *Cadernos* nos anos 1970 e 80, mais de quatro décadas após a morte de Gramsci no cárcere fascista, não teve impacto somente no Brasil. Sua obra impulsionou a renovação do pensamento marxista num momento de derrota histórica da esquerda internacional, que assistia impotente ao desmoronamento do bloco soviético. Isso não significa, contudo, que não tenha havido resistência das direitas de diferentes países à popularização das suas ideias.

Antes mesmo da “Edição Gerratana” vir a público em 1975, o pensamento de Gramsci já vinha sendo criticado por Augusto Del Noce na Itália, devido à sua

---

<sup>216</sup> GRAMSCI, 2013, p. 37.

influência no processo de secularização em curso no país. O filósofo católico levaria sua crítica adiante, nos anos seguintes, pregando o afastamento entre cristãos e comunistas em obras como *L'Eurocomunismo e l'Italia* (1976), *Il Suicidio della Rivoluzione* (1978) e *Il Cattolico Comunista* (1981).

Enquanto isso, os *Cadernos* eram recebidos de maneira diferente pela direita francesa, graças à atuação de Alain de Benoist. O intelectual conservador enxergou na apropriação criativa das ideias gramscianas uma forma das direitas acompanharem a renovação empreendida pela esquerda ocidental a partir da emergência, nos anos 1960, dos novos movimentos sociais. Com a publicação, em 1979, do livro *Les idées à l'endroit*, De Benoist afirma que Gramsci poderia ajudar a “recolocar as ideias conservadoras ‘no lugar’”. Isso significava aproveitar o flanco aberto pelo “elitismo não deliberado das organizações novo-esquerdistas”, reativando o velho argumento das “maiorias silenciosas” e retomando o papel do conservadorismo como explicação de mundo. O desafio colocado pela emergência das novas esquerdas não poderia ser respondido no plano da disputa imediata pelo poder político, que continuava sendo o foco das direitas francesas. Seria preciso confrontar os adversários em seu próprio terreno de luta: o campo cultural e “metapolítico”.

Já em janeiro de 1969, De Benoist fundou o Grupo de Pesquisa e Estudos por uma Civilização Europeia (Grece), que visava a preparação política-cultural a partir do engajamento de intelectuais nacionalistas. Em 1981, o Grece realizou seu 16º Congresso com o tema “Por um gramscismo de direita”. Essa proposta unificava o ativismo da “nova direita” em torno da criação de organizações políticas conservadoras com uma abordagem cultural, algo inexistente nas experiências conservadoras da época, mesmo entre representantes do nascente neoliberalismo (Mussi; Bianchi, 2019, p. 86).

Se na França os conservadores se organizavam em torno da proposta de um “gramscismo de direita”, do outro lado do Canal da Mancha a recepção conservadora a Gramsci foi fortemente impactada pela leitura ativista de Roger Scruton. Em 1982, o intelectual inglês fundou a revista *The Salisbury Review*, onde passou a publicar série de artigos atacando autores “de esquerda” influentes, que foram posteriormente reunidos no livro *Tolos, Fraudes e Militantes: Pensadores da Nova Esquerda* (2018).

Entre os diversos pensadores criticados, estavam nomes como Hobsbawm, Habermas e Foucault, mas uma importância destacada foi atribuída ao comunista italiano. Por ter redesenhado o programa de esquerda como revolução cultural que

poderia ser conduzida sem violência - em espaços como universidades, teatros e associações - através da subversão gradual das estruturas de dominação social, Gramsci teria transformado as dinâmicas políticas no Ocidente de forma duradoura; sendo esse o “programa das ciências humanas desde então” (Scruton, 2018, p. 284).

Scruton se coloca numa batalha secular “para tomar posse da cultura”, que já vinha se intensificando nas instituições de ensino superior inglesas, como o Centro Birmingham de Estudos Culturais Contemporâneos, fundado em 1964, e se acelerou com a difusão do pensamento gramsciano. O principal exemplo nesse sentido seria o escritor Raymond Williams, que em sua “incessante preocupação com a classe operária” teria empreendido “um dos mais unidimensionais levantamentos da literatura inglesa a serem recebidos como academicamente respeitáveis” (2018, p. 295).

Só que em sua ânsia de refutar uma vasta e complexa obra num único artigo, o professor da Birkbeck College, de Londres, também acaba produzindo uma das mais unidimensionais leituras de Gramsci escritas por um nome respeitado na academia. Primeiramente por partir de uma compreensão estritamente determinística de Marx, interpretando a reabilitação da esfera política empreendida por Gramsci, a partir de Maquiavel, como uma negação da teoria marxista da história e não como um retorno à dialética estrutura-superestrutura, adaptada a realidades socioeconômicas mais complexas, conforme ressaltado por Althusser (1969).

Essa operação de descolamento total das estruturas serve para vincular Gramsci a maio de 1968 – o “ataque balístico à cultura burguesa” –, mas a acusação de que sua teoria prometia “estabelecer o direito ao governo dos intelectuais” (2018, p. 276), substituindo uma elite culta por outra, a ser seguida pelas massas, não é apenas equivocada, como contradiz frontalmente um pensamento centrado na autonomia dos trabalhadores. Gramsci vai afirmar, lembra Werneck Vianna, que “toda vez que os intelectuais assumem a posição de ‘dirigentes’, a concepção do Estado em si reaparece com o cortejo ‘reacionário’ que habitualmente a acompanha”.

Gramsci, apesar dos anos em que esteve exposto à cultura política russa, nunca foi um *narodnik* e, mesmo quando “foi ao povo”, não foi a ele como um intelectual libertário no exercício de um mandato abstratamente racional, mas como representante de uma classe, à qual se dedicara em tempo integral na fase dos “conselhos”, em nome, portanto, de interesses socialmente bem definidos. Em política, o papel do idealismo filosófico, com seu viés romântico, descentrado do

interesse, orientado para a nação e o “espírito do povo”, era, para ele, uma perigosa e reacionária teoria com que intelectuais se apresentavam, em nome de ideologias de Estado, como substitutivos às classes sociais (Werneck Vianna, 2004, p. 80).

Por mais que abrisse espaço para a política, rompendo com o determinismo imperante no marxismo de seu tempo, a sociologia dos intelectuais de Gramsci não chega a se descolar das necessidades concretas de desenvolvimento das forças produtivas. Essa ancoragem estrutural, no entanto, é apagada da argumentação de Scruton e não de maneira arbitrária. O objetivo é preparar terreno para o superdimensionamento do poder dos intelectuais da Nova Esquerda. Para se sustentar, sua leitura também precisa amputar o pensamento gramsciano de sua natureza dialética, que compreende o conflito entre tese e antítese como produtor de modificações na estrutura da correlação de forças, de onde surgem novas modificações, num processo de dinamismo ininterrupto.

Ao reconhecer a revolução passiva como “único processo a ter vigência universal” no moderno capitalismo, Gramsci teria abandonado, segundo Werneck Vianna (2004), a perspectiva de rupturas agonísticas de tipo francês em reconhecimento do transformismo como inevitável. Isso significa que, por mais que sua ação se voltasse ao fortalecimento máximo da antítese, esta não deixa de ser transformada em seu conflito com a tese, mesmo quando é alcançado o objetivo de fazer a mudança preponderar sobre a conservação.

Apesar de ignorar todas essas dimensões, a leitura profundamente negativa de Scruton - que chega a igualar Gramsci aos fascistas que o colocaram na cadeia - , tornou-se bastante influente no mundo anglófono, especialmente nos Estados Unidos, onde se misturou à teoria das “guerras culturais” de Hunter, que assumia o centro do debate político na década de 1990. Desse caldo alimentado pela demonização de Gramsci massificada no rádio por Rush Limbaugh, surgiu a noção de “marxismo cultural”, difundida nos anos 2000 por William S. Lind como um conceito guarda-chuva amplo e vago o suficiente para incluir interpretações radicalmente negativas dos autores da Escola de Frankfurt e qualquer outro tipo de percepção simpática às transformações sociais.

Já na América Latina a resposta conservadora à influência de Gramsci se associou, desde o início, à direita católica e aos meios militares, setores marcados pelo forte anticomunismo e historicamente vinculados às ditaduras que chegavam ao fim na década de 1980.



Em 1984, o número inaugural da revista católica argentina *Gladius* discutiu a “penetração marxista na América Latina” e, mais especificamente, o papel da educação no pensamento revolucionário gramsciano. Na sua apresentação, a revista de orientação tomista anunciou a existência de uma “guerra contracultural” em curso na Argentina, representada pela falta de “respeito à vida, ao amor, à pátria, à família, ao matrimônio [...], à distinção entre os sexos e mesmo à condição humana de ser livre e inteligente”. O papel de Gramsci nessa ofensiva era o de recuperar o valor dessas ideias e do pensamento, ao afirmar a mudança social como uma mudança no espírito humano (Mussi; Bianchi, 2019, p. 87).

Enquanto na Argentina a primeira resposta partia do reacionarismo católico cruzadista (*Gladius* significa espada em latim), dando ênfase à questão da sexualidade; no Brasil, a reação contra Gramsci emerge primeiro da cúpula militar, que havia acabado de transferir o poder aos civis, após 21 anos de ditadura. Durante a 17ª Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em 1987 em Mar del Plata, Argentina, a delegação brasileira apresentou o documento *Síntese da situação da subversão no Brasil*. Segundo o relatório de inteligência, a ameaça do comunismo internacional ao Continente Americano continuava viva, renovada pelo método proposto por Gramsci. Este consistia

nao na conquista ‘revolucionária do poder’, mas em subverter culturalmente a sociedade como passo imediato para alcançar o poder político de forma progressiva, pacífica e perene [...]. Para este ideólogo, a ideia principal se baseia na utilização do jogo democrático para a instalação do socialismo no poder. Uma vez alcançado esse primeiro objetivo, se busca impor finalmente o comunismo revolucionário. Sua obra está dirigida especialmente aos intelectuais, profissionais e aos que manejam os meios maciços de comunicação social” (Secco, 2019).

O “amerocomunismo”, como foi batizado em referência ao “eurocomunismo” em declínio, estaria agindo a todo vapor dentro da Assembleia Nacional Constituinte, composta por 30% de subversivos<sup>217</sup>. O alerta da delegação brasileira surtiu efeito, e os 15 representantes de Exércitos presentes à Conferência assinaram acordo prevendo “ações nos demais campos do poder’, além do estritamente militar, para ‘a segurança e defesa do continente americano contra o Movimento Comunista Internacional” (Secco, 2019).

O episódio chama atenção para o esforço de renovação do anticomunismo dentro das Forças Armadas num momento histórico em que essa tradição política perdia apelo popular. Como mostrou Pierucci (1987), nem mesmo os militantes de Jânio e Maluf acreditavam mais na ameaça vermelha, que havia mobilizado as

<sup>217</sup> SECCO, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

direitas em 1964. Nesse sentido, os militares brasileiros buscavam seguir o caminho apontado em diferentes partes do mundo por autores como Del Noce, Scruton e pela revista *Gladius*. Só que não bastava a reformulação teórica para reativar o anticomunismo como fenômeno de massas. Seria preciso difundi-la ao grande público, usando os mesmos instrumentos de disputa de hegemonia apontados por Gramsci.

Essa tarefa foi abraçada por um experiente jornalista, treinado em editoras e redações de veículos como Folha da Manhã e Jornal da Tarde. Durante décadas, Olavo de Carvalho trabalhou como repórter, redator, revisor, crítico de cinema, secretário de redação, tradutor e colunista de diferentes editorias<sup>218</sup>. Além de ter fundado, em São Paulo, a Escola Júpiter de astrologia, que chegou a contar com 140 alunos no início dos anos 1980<sup>219</sup>.

No mesmo período se aprofundou nos estudos do tradicionalismo esotérico do francês René Guénon, publicando na revista Planeta, em 1981, o artigo *O Mestre da Tradição contra o Reino da Deturpação*. Também preparou tradução para português de *A Metafísica Oriental de Guénon*<sup>220</sup> e participou, em torno de 1982, da seita Tradição, derivada das práticas do líder espiritual Idries Shah<sup>221</sup>. Em 1984, Carvalho se converteu ao Islã e passou a integrar a tariqa sufi “Maryamiyya”, liderada pelo xeique suíço Frithjof Schuon a partir de Bloomington, nos Estados Unidos. Dois anos depois, foi autorizado a criar uma sucursal brasileira, assumindo o nome Sid Mohammad Ibrahim, mas acabou expulso da tariqa em 1987.

A partir de 1989, reduziu sua atividade jornalística para se dedicar aos Seminários de Filosofia que ministrava duas vezes por mês no Rio e em São Paulo<sup>222</sup>. Foi quando ingressou na graduação em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mas não chegou a concluir o curso, abandonado após a morte, em 1993, do professor e padre polonês Stanislavs Ladusâns. Quando seu ensaio *Uma Filosofia Aristotélica da Cultura* foi rejeitado, no ano seguinte, pela revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Carvalho declarou guerra à academia através da imprensa. E

---

<sup>218</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 28.

<sup>219</sup> CARVALHO; BUGALHO, 2020, p. 29.

<sup>220</sup> WINK, 2020.

<sup>221</sup> CARVALHO; BUGALHO, 2020, p. 40.

<sup>222</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 32.

lançou ainda em 1994, na esteira da repercussão da polêmica, um livro que marcaria uma guinada na sua trajetória intelectual.

*A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994) identificava na influência da “sopa de miragens holísticas”<sup>223</sup> do físico austríaco e na “revolução gramsciana” as duas principais fontes de degradação da elite intelectual brasileira, mas enxergava na primeira uma ameaça maior, destinada a derrotar o “historicismo absoluto” do comunismo<sup>224</sup>. O fato da previsão ter falhado, caindo Capra no esquecimento, não chegou a comprometer a reputação do escritor. Pelo contrário: sua fama aumentou a partir da publicação do livro, uma vez que a crítica a Gramsci, considerada por ele como secundária, reverberaria na política nacional.

A repercussão da obra entre leitores de direita levou o escritor a deixar os temas místicos de lado para se transformar num intelectual cada vez mais engajado na militância anticomunista. E como essa guinada se deu num momento histórico em que o comunismo era dado como sepultado, inclusive pelo próprio Olavo de Carvalho<sup>225</sup>, *A Nova Era e a Revolução Cultural* acabou desempenhando importante papel na renovação do anticomunismo brasileiro, ainda que não fosse a intenção do autor. Até porque a relevância histórica não está no valor da obra em si, mas por ter servido à ampla difusão de uma concepção renovada de ameaça vermelha, propagada através da atuação do escritor, ao longo de anos, no mercado editorial, na imprensa e em circuitos de direita.

Mesmo com a derrota do Partido dos Trabalhadores, no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994, para a chapa formada por PSDB e PFL (partido de direita ligado aos *think tanks* liberais), Carvalho afirmava que o Brasil vivia uma “situação claramente pré-revolucionária” que apenas ele, e “outros dois observadores”, conseguiam enxergar<sup>226</sup>. Sem se dar conta, toda intelectualidade de esquerda teria se convertido inconscientemente à estratégia de Antonio Gramsci, e esse seria o “fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos”<sup>227</sup>, por ter resultado na completa hegemonia da esquerda na vida cultural brasileira, silenciando e marginalizando vozes dissonantes, como a do próprio autor.

---

<sup>223</sup> CARVALHO, 1994, p. 17.

<sup>224</sup> Ibid., p. 16.

<sup>225</sup> Ibid., p. 16.

<sup>226</sup> Ibid., p. 7.

<sup>227</sup> Ibid., p. 7.

Assim, Olavo de Carvalho difundia a imagem da militância intelectual de direita como um ato de resistência heroica e conclamava leitores à reação - na imprensa, em editoras, nas escolas, igrejas e universidades, além de outras trincheiras da sociedade civil – contra o processo de implantação de uma ditadura comunista no Brasil através de uma “delicada orquestração de influências sutis, penetrante como a Programação Neurolinguística e mais perigosa, a longo prazo, do que toda a artilharia do Exército Vermelho”<sup>228</sup>.

Nos anos seguintes, a pregação só se intensificou, embalada pela repercussão de suas polêmicas na imprensa. Novos ataques à academia foram publicados em livros como *O Jardim das Aflições: de Epicuro à Ressurreição de César - Ensaio Sobre o Materialismo e a Religião Civil* (1995), *Aristóteles em Nova Perspectiva: Introdução à Teoria dos Quatro* (1996) e *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculcrais Brasileiras*, que se esgotou apenas três semanas após o lançamento em 1996<sup>229</sup>. O sucesso editorial possibilitou ao jornalista campineiro preencher parte do espaço deixado pela morte, em 1997, de Paulo Francis, então o principal polemista de direita na imprensa brasileira. Mas a essa altura não se tratava apenas de faturar com um filão editorial: Olavo se enxergava como líder de um ambicioso projeto de reforma moral com objetivo de consolidar, no longo prazo, um consenso tradicionalista no país.

Diferente de Alain de Benoist, que propunha abertamente um “gramscismo de direita”, Carvalho vai justificar sua guerra para tomar posse da cultura com uma retórica de vitimização radical. De Scruton, é assimilada a necessidade de descolar a análise das estruturas e de se amputar o pensamento gramsciano de sua natureza dialética para sustentar o superdimensionamento do poder dos intelectuais de esquerda, mas a leitura do jornalista brasileiro é ainda mais “unidimensional” do que a do filósofo inglês. Além da inspiração no maniqueísmo estridente voltado às grandes massas do radialista Rush Limbaugh, que havia acabado de publicar nos Estados Unidos os best-sellers *The Way Things Ought to Be* (1992) e *See, I Told You So* (1993), Carvalho também vai impregnar seu “gramscismo” de misticismo e elementos fantasiosos, absorvidos de suas experiências com seitas esotéricas obscuras.

---

<sup>228</sup> Ibid., p. 47.

<sup>229</sup> PATSCHIKI, 2002, p. 41.

Como alertara o próprio Gramsci, o idealismo filosófico religioso de Carvalho - que se enxergava como representante da maioria conservadora, investido do “espírito do povo” - , trazia por si só todos os perigos de uma teoria dos intelectuais reacionária, mas esse reacionarismo se torna ainda mais radical com o domínio do elemento místico. Se ainda existia algum vestígio de complexidade na leitura secular de Scruton, o “gramscismo” de Carvalho vai ser reduzido à lógica binária do Bem contra o Mal, resgatando a tradição reacionária católica da TFP de Plínio Corrêa de Oliveira.

Essa simplificação discursiva grosseira, que apresentava Gramsci em chave maniqueísta religiosa, contribuiu para tornar a formulação de Carvalho compreensível ao grande público, enquanto as demonstrações de erudição livres de fundamentação, já que alheias ao método científico, serviam para fornecer autoridade diante de leitores pouco treinados, como o próprio jornalista reconheceu por diversas vezes.

A caracterização de Gramsci (1994) – e posteriormente Maquiavel (2011) – como um “agente demoníaco” no sentido do reacionarismo antimoderno de Joseph De Maistre, além de fornecer autoimagem de resistência à direita, superdimensionando a força da esquerda; contribuiu para legitimar uma concepção radicalmente sofisticada da disputa intelectual. Foi com o objetivo deliberado de ensinar seus leitores a vencer debates sem ter razão que Carvalho publicou, em 1997, *Comentários à Dialética Erística de Arthur Schopenhauer*<sup>230</sup>, pela Topbooks, justificando moralmente o empreendimento pela apresentação de Gramsci como um espantalho monstruoso, sem compromisso com a verdade<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> Na obra, o filósofo alemão discorre sobre 38 estratégias genéricas para sair-se vitorioso de qualquer querela que não inclua a violência física. A saber: Ampliação indevida; Homonímia sutil; Mudança de modo; Pré-silogismos; Uso intencional de premissas falsas; Petição de princípio oculta; Perguntas em desordem; Encolerizar o adversário; Perguntas em ordem alterada; Pista falsa; Salto indutivo; Manipulação semântica; Alternativa forçada; Falsa proclamação de vitória; Anulação do paradoxo; Várias modalidades do *argumentum ad hominem*; Distinção de emergência; Uso intencional da *mutatio controversiæ*; Fuga do específico para o geral; Uso da premissa falsa previamente aceita pelo adversário; Preferir o argumento sofisticado; Falsa alegação de *petitio principii*; Impelir o adversário ao exagero; Falsa *reductio ad absurdum*; Falsa instância; *Retorsio argumenti*; Provocar a raiva; Argumento ad auditores; Desvio; *Argumentum ad verecundiam*; Incompetência irônica; Rótulo odioso; Negação da teoria na prática; Resposta ao meneio de esquiwa; Persuasão pela vontade; Discurso incompreensível; Tomar a prova pela tese (PATSHIKI, 2012, p. 112).

<sup>231</sup> PUGLIA, 2018, p. 45.

Assim, manipulação e falsidade só poderiam ser combatidas com manipulação e falsidade, especialmente num confronto desproporcional, já que os intelectuais de direita são imaginados como um pequeno grupo de guerrilheiros contraculturais, recorrendo à manipulação como último recurso de resistência perante a possibilidade de aniquilação pela hegemonia gramsciana. Sendo esse quadro alarmista apontado como resultado da ação da própria ditadura militar.

Por uma coincidência das mais irônicas, foi a própria brandura do governo militar que permitiu a entronização da mentira esquerdista como história oficial. Inutilizada para qualquer ação armada, a esquerda se refugiou nas universidades, nos jornais e no movimento editorial, instalando aí sua principal trincheira. O governo, influenciado pela teoria golberiniana da “panela de pressão”, que afirmava a necessidade de uma válvula de escape para o ressentimento esquerdista, jamais fez o mínimo esforço para desafiar a hegemonia da esquerda nos meios intelectuais, considerados militarmente inofensivos numa época em que o governo ainda não tomara conhecimento da estratégia gramsciana e não imaginava ações esquerdistas senão de natureza insurrecional, leninista (Carvalho, 2013, p. 290).

Focada na repressão às guerrilhas, a ditadura militar não apenas teria feito vista grossa para os empreendimentos pacíficos da oposição, como até estimulado a ocupação da esquerda nos aparelhos privados de hegemonia, enquanto parte da estratégia de distensão política elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva. A ideia era evitar que a “panela de pressão” social estourasse, mas o resultado prático teria sido o domínio da esquerda nas redações, marginalizando jornalistas conservadores, como Gustavo Corção. Este, na verdade, havia perdido espaço devido aos ataques recorrentes feitos ao Papa e à hierarquia da Igreja Católica em sua coluna no jornal *O Globo* - chegando a ser ameaçado excomunhão pela Arquidiocese do Rio<sup>232</sup> -, e mesmo a prevalência progressista nas redações não poderia ser considerada exatamente uma novidade do ponto de vista histórico. Ainda assim, Carvalho interpretava tudo como o resultado da dominação gramsciana: o espectro fantasmagórico do comunista sardo morto em 1937 teria tomado conta de todos os espaços da cultura nacional:

No teatro, no cinema e na TV, a autoridade da esquerda pode ser medida pelo poder incontestado de veto ideológico exercido, na seleção das novelas da *Globo* — o mais vasto aparato de formação do imaginário popular —, pelo casal de militantes comunistas Dias Gomes e Janete Clair. Idêntica filtragem aconteceu no movimento editorial. Aos poucos, todos os autores não aprovados pelo Partido Comunista desapareceram das livrarias, das bibliotecas escolares, dos programas universitários, e isto ainda na vigência de um regime cuja fama de anticomunista

---

<sup>232</sup> PAULA, 2010, p. 365.

intolerante era apregoada aos quatro ventos pelos próprios comunistas que se beneficiavam de sua sonsa tolerância e omissão ideológica (Carvalho, 2013, p. 312)

Carvalho criticava a ditadura por ter sido branda demais na censura e na perseguição aos intelectuais de esquerda. Os militares deveriam ter sido, na sua opinião, muito mais duros na repressão à circulação de ideias divergentes, e mesmo o esforço de doutrinação ideológica colocado em prática no sistema de ensino com a criação da disciplina Educação Moral e Cívica acabou se mostrando ineficaz, fornecendo, ao final, “uma tribuna para a disseminação das concepções ‘politicamente corretas’ que vieram a forjar a mentalidade das gerações seguintes”<sup>233</sup>.

As acusações de fraqueza e falta de visão geravam atritos com as Forças Armadas, mas seu papel proeminente no movimento de renovação do anticomunismo brasileiro garantira a Olavo de Carvalho trânsito nos circuitos da cúpula militar. Além das palestras e conferências proferidas no Clube Militar, Carvalho trabalhou em 1998 e 1999 na Biblioteca do Exército, editando os três volumes de *O Exército na História do Brasil* (1998), publicado em parceria com a Fundação Emílio Odebrecht<sup>234</sup>.

Logo em seguida, assumiu a direção da editora da UniverCidade, do empresário Ronald Levinsohn, onde há dois anos vinha ministrando seu Seminário de Filosofia. Os objetivos pedagógicos não poderiam ser mais amplos. O curso era vendido aos alunos como sendo, ao mesmo tempo: 1º um curso de filosofia; 2º um sistema de educação integral; 3º uma introdução geral aos estudos superiores; 4º uma teoria e prática da interdisciplina; 5º um caminho de ascese espiritual; e finalmente: 6º um método de desenvolvimento da inteligência pessoal (Patschiki, 2012, p. 33).

O Seminário de Filosofia passou a acontecer nas dependências da UniverCidade, no Rio de Janeiro, em 1997, dois anos após o lançamento da internet comercial no Brasil. Olavo de Carvalho, no entanto, já se mostrava atento para o potencial da nova tecnologia, que, em 1996, atingiu a marca de 80 milhões de usuários distribuídos em 150 países<sup>235</sup>. No Brasil, a expansão da base de computadores conectados também se acelerava, forçando a Rede Nacional de

---

<sup>233</sup> CARVALHO, 2013, p. 312.

<sup>234</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 34.

<sup>235</sup> PINHO, 2003, p. 35.

Pesquisa<sup>236</sup> a montar a II fase do *backbone*, com infraestrutura bem mais veloz que a anterior, limitada a 64 Kbps<sup>237</sup>.

Como resultado, a base instalada no Brasil atingiu a marca de 1,8 milhões de usuários, e 25% das declarações de Imposto de Renda de pessoas físicas foram processadas por meio eletrônico em 1998<sup>238</sup>. Foi nesse mesmo ano que Olavo de Carvalho lançou seu primeiro site em parceria com Marcelo de Polli, editor da rede de blogueiros de direita Wunderblogs, e passou a publicar textos de autores como Otto Maria Carpeaux, além de artigos autorais e propagandas do Seminário de Filosofia. Foi buscando explorar o potencial de interatividade do novo meio para construir redes de sociabilidade entre seus leitores que um fórum de discussão foi rapidamente agregado à página oficial do escritor, valendo o prêmio de “site do mês” concedido, em abril de 1999, pelo guia de jornalismo Openlink<sup>239</sup>

No ano seguinte, estreou como articulista do jornal O Globo, ampliando largamente sua visibilidade. Além de aumentar o número de alunos no Seminário e de acessos ao seu site, Olavo de Carvalho passou a ser mais requisitado para ministrar palestras e conferências, algumas das quais foram realizadas em círculos militares, como o Clube Naval (2001), o Comando Militar da Amazônia (2001) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2002)<sup>240</sup>. Sua influência crescente levaria o General Sérgio Coutinho a publicar, em 2002, o livro *A Revolução Gramscista no Ocidente: a Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere*.

Até então, a pregação do escritor havia mantido caráter preventivo, centrado no alerta sobre os riscos da modernização cultural promovida pelas esquerdas. Só que o cenário foi transformado pela eleição de Lula em 2002. Se Olavo havia enxergado um quadro pré-revolucionário na vitória eleitoral da chapa PSDB-PFL em 1994, quais poderiam ser as consequências da vitória do PT numa coligação

---

<sup>236</sup> Em 1989, foi instituída no Brasil a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), desenvolvida por um grupo formado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – com representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) -, para integrar os esforços isolados e coordenar uma iniciativa nacional em redes de âmbito acadêmico (PINHO, p. 2003, p. 30)

<sup>237</sup> PINHO, 2003, p. 35.

<sup>238</sup> Ibid., p. 37.

<sup>239</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 44.

<sup>240</sup> Ibid., p. 32.



com o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil? A retórica olavista assumiu, então, sentido de urgência, abandonando de vez os limites do conservadorismo para abraçar uma perspectiva abertamente reacionária, ancorada na rejeição radical, de fundo tradicionalista, ao impulso moderno de laicização da política, que no Brasil seria encarnado, na sua visão, pelo Partido dos Trabalhadores.

### **3.2. Início da reação conectada**

A resposta à eleição de Lula exigiria, no entanto, uma reação coletiva, unindo diferentes setores da direita. Daí que tenha sido colocado no ar, dois meses antes da votação, o *Mídia Sem Máscara*, site apresentado inicialmente como um observatório de imprensa de direita, “destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira”<sup>241</sup>. Oficialmente tratava-se de um “empreendimento pessoal, de escala familiar como uma padaria ou uma quitanda”, já que a redação seria composta por Olavo de Carvalho, sua esposa e duas de suas filhas. No entanto, o projeto já contava com a participação de 53 colunistas. Todos trabalhando de graça, movidos “por generosidade, patriotismo e senso do dever”, segundo palavras de Carvalho: “pouco nos importa a desproporção de forças. Quando os grandes se acovardam, os pequenos têm de dar o exemplo”<sup>242</sup>.

Mais do que um simples observatório dedicado a criticar a hegemonia progressista na imprensa, o *Mídia Sem Máscara* atuou, desde o primeiro momento, no sentido de agrupar intelectuais das variadas filiações de direita em torno de um componente ideológico comum: o anticomunismo renovado pela rejeição do PT através da chave “gramscista”. Na prática, o site foi concebido por Carvalho como uma pioneira adaptação à nova realidade comunicacional da internet da teoria do líder bolchevique Vladimir Lenin, que enxergava no jornal “não somente um propagandista e agitador”, como também um imprescindível “organizador coletivo”:

Nesse sentido, pode-se compará-lo aos andaimes colocados em torno de um edifício em construção; eles indicam a forma que terá o edifício, facilitam a

<sup>241</sup> SANTOS JUNIOR, 2019, p. 130.

<sup>242</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 81.

comunicação entre os diferentes trabalhadores da construção, ajudam-nos a distribuir o trabalho e a estar cientes dos resultados gerais que se alcançam conjuntamente, através do trabalho organizado (Lenin apud Kunczik, 2002, p. 117).

Assim, intelectuais de direita que antes atuavam de maneira dispersa, como Heitor de Paola, Ipojuca Pontes e Denis Rosenfield, passaram a contar com um espaço comum para difusão de suas opiniões, sendo estas amplificadas na rede mundial de computadores pela fama crescente do idealizador do site. Quando fez sua estreia como articulista de O Globo, em 2000, a internet atingia a marca de 7 milhões de usuários no Brasil<sup>243</sup>, e a partir de então Olavo de Carvalho conquistou mais espaço na mídia tradicional, passando a trabalhar em veículos de grande circulação, como o jornal Zero Hora e as revistas *Época* e *Bravo!*

“Publiquei meu primeiro livro aos 48 anos. Comecei a lecionar numa universidade aos 50. Estreei como articulista no Globo aos 53, uma idade em que as *tchurma* só pensa em aposentadoria. Com 56, tenho planos que requerem quatro décadas de trabalho”, declarou em 2003<sup>244</sup>. Esse projeto ambicioso - colocado em prática primeiro através do MSM e depois, com o Curso Online de Filosofia criado em 2009 – seria detalhado pelo escritor em artigo publicado em 2010 no jornal *direitista Diário do Comércio*:

Militância, por seu lado, não se cria da noite para o dia. Ela começa com círculos muito pequenos de intelectuais que, por anos, nada fazem senão discutir e discutir, analisando diariamente, com minúcia obsessiva, uma conjuntura política na qual não têm o mínimo poder de interferir. É do seu debate interminável que emergem, aos poucos, certas maneiras de pensar e falar que, consolidadas e simplificadas em esquemas repetitivos, se tornam espontaneamente a linguagem dos insatisfeitos em geral. Quando estes aceitam a linguagem do núcleo intelectual como expressão de suas queixas (por mais inadequada que essa linguagem seja objetivamente), é então que começa o adestramento da militância propriamente dita. De início suas iniciativas podem parecer deslocadas e pueris, mas elas não visam a alcançar nenhum resultado objetivo: são apenas ação imanente, destinada a consolidar a militância. Isto é tão importante, tão vital, que todo movimento político sério tem de começar sacrificando eleições e cargos ao ídolo da solidariedade militante” (Carvalho apud Patschiki, 2012, p. 57).

Além de Pontes, de Paola e Rosenfield, juntaram-se ao círculo de intelectuais organizado por Carvalho nomes como o diplomata José Osvaldo de Meira Penna, Percival Puggina, Graça Salgueiro, Julio Severo, Nivaldo Cordeiro,

---

<sup>243</sup> COSTELLA, 2014, p. 227.

<sup>244</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 41.

Klauber Cristofen Pires e Ubiratan Iorio<sup>245</sup>. Através da análise diária da “pequena política”, compreendida em sentido gramsciano como a “política do dia a dia, política parlamentar”, a partir de uma perspectiva de direita, buscava-se formular linhas de “grande política” que fossem assimiláveis por massas de militantes conectados, valorizados enquanto difusores secundários das ideias formuladas pelo núcleo intelectual do MSM. Sendo o conceito de “grande política” entendido por Gramsci no âmbito das questões ligadas “à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (Liguori; Voza, 2017, p. 349).

O objetivo é empreender, a partir da internet, um lento processo molecular de reforma moral, conduzido por uma vanguarda intelectual consciente de seu papel histórico na disputa por hegemonia cultural em sentido reativo. Daí a longa duração (“planos que requerem quatro décadas de trabalho”<sup>246</sup>) e a estrutura hierárquica do projeto. Do topo do Mídia Sem Máscara, Olavo de Carvalho empreendia as formulações mais amplas sobre a realidade e assumia função de mediador das articulações dos intelectuais posicionados logo abaixo, apresentados como especialistas na interpretação de temas caros às direitas brasileiras no início dos anos 2000.

Enquanto Salgueiro se dedicava às questões referentes à América Latina - onde a esquerda seguia avançando com a eleição de Néstor Kirchner na Argentina (2003), Evo Morales na Bolívia (2005) e Rafael Correa no Equador (2006) -, Boeira comentava sobre Direito, e Nivaldo Cordeiro focava em atualidades e Filosofia. Nessa divisão do trabalho intelectual, Julio Severo assumia posição de destaque no MSM, escrevendo sobre família, aborto e “homossexualismo” a partir – como a própria escolha do termo revela – de uma perspectiva de rejeição radical aos movimentos sociais<sup>247</sup>.

Autor de livros como *O Movimento Homossexual* (1998) e *As Ilusões do Movimento Gay* (2003), Severo escrevia dos Estados Unidos, onde teria se “autoexilado” para fugir do “assédio” da Polícia Federal e para poder educar seus filhos em casa, já que a liberdade do ensino domiciliar havia sido injustamente

---

<sup>245</sup> Ibid., p. 69.

<sup>246</sup> Ibid., p. 41.

<sup>247</sup> Ibid., p. 69.

suprimida pela esquerda na Constituição de 1988<sup>248</sup>. Além do discurso homofóbico alarmista, suas posições incluíam ainda teorias da conspiração sobre vacinas:

O Brasil está descaradamente caminhando para uma ditadura cultural e legal pró-homossexualismo e pró outras perversões, inclusive o sacrifício de crianças com amparo estatal. Que chances tenho eu de prosseguir meu trabalho sem sofrer muitas outras ameaças? Além disso, outras posições cristãs e éticas que eu e minha família temos são encaradas injustamente como “crimes” pela pseudo-democracia brasileira, trazendo grandes riscos de segurança para nós [...] Defendo também a liberdade de os pais optarem por não vacinar seus filhos, considerando o fato gravíssimo de que a maioria das vacinas infantis é feita a partir de linha de células fetais de bebês abortados [...] Uma sociedade justa e saudável tem escolas que, em vez de doutrinar as crianças no homossexualismo, ensinam o valor do casamento, o valor do papel do pai e da mãe, o valor do sexo conjugal e desestimulam as crianças de todo comportamento nocivo, inclusive o homossexualismo (Severo apud Patschiki, 2012, p. 66).

Já no flanco da defesa do livre-mercado, destacavam-se o analista da receita federal Klauber Cristofen Pires e o economista do CIEEP<sup>249</sup> Ubiratan Iorio, que, além da intensa redação de artigos, atuaram na articulação do MSM com o Instituto Millenium e com o Instituto Mises Brasil. Os dois *think tanks* liberais haviam sido fundados em 2006 e 2007, respectivamente, no contexto da reação da militância pelo Estado mínimo à reeleição de Lula. Segundo Pires, cabia aos leitores-militantes do Mídia Sem Máscara “divulgar os conceitos de uma sociedade livre” e estimular as pessoas “a se unirem em torno da diminuição dos impostos, da máquina pública e das leis que limitem as liberdades individuais”<sup>250</sup>.

Oficialmente, o MSM se definia como uma organização liberal conservadora, atuando no sentido de imprimir unidade ideológica à militância organizada digitalmente em torno do site. Se em *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994), Olavo de Carvalho dizia que o Brasil precisava de um “grande partido socialista, ou trabalhista” para “compensar, na defesa do interesse dos pequenos, o avanço neoliberal aparentemente irreversível no mundo”<sup>251</sup>; com o passar do tempo a perspectiva conservadora clássica foi abandonada em favor da defesa de uma ideologia de livre-mercado radical, inspirada em Ludwig von Mises.

A concentração do capital para financiar operações bancárias não é, pois, um malefício que só pode produzir algo de bom se for submetido a “finalidades sociais” externas (e em nome delas policiado), mas é, em si e por si, finalidade socialmente útil e moralmente legítima (Carvalho, 2013, p. 198).

<sup>248</sup> Ibid., p. 66.

<sup>249</sup> Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista.

<sup>250</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 112.

<sup>251</sup> CARVALHO, 1994, p. 8.

Essa posição vai levar o escritor católico a criticar os Papas em conjunto por não terem cessado de denunciar, ao longo dos séculos, o liberalismo econômico “como um regime fundado no egoísmo de poucos que ganham com a miséria de muitos”. Segundo Carvalho, o próprio São Tomás de Aquino teria apoiado a “reintegração plena e sem reservas do capitalismo moderno na moral católica” se tivesse tido a oportunidade de ler a obra de Mises ou de seu professor Eugen von Böhm-Bawerk (Carvalho, 2013, p. 198).

Só que a defesa da “concentração do capital” tendia a bloquear o apelo à “maioria silenciosa” conservadora, que num país desigual como o Brasil se encontrava em condições materiais especialmente precárias. Sendo esse movimento compensado pelo recurso, cada vez mais frequente, ao velho expediente das teorias da conspiração, que desde a Revolução Francesa mobilizavam e inflamavam grandes massas na busca das “verdadeiras forças da vida política naqueles movimentos e influências que os olhos não veem e que atuam por trás das cortinas” (Arendt, 2013, p. 103).

A suprema elite capitalista do Ocidente — os Morgans, os Rockefellers, gente desse calibre — jamais moveu uma palha em favor do “capitalismo liberal”. Ao contrário: tudo fez para promover três tipos de socialismo: o socialismo fabiano na Europa Ocidental e nos EUA, o socialismo marxista na URSS, na Europa Oriental e na China e o nacional-socialismo na Europa central (Carvalho, 2013, p. 522).

Inspirado por teorias difundidas na internet pela extrema-direita americana, Olavo de Carvalho recorre finalmente à ideia da trama secreta unindo revolucionários marxistas à elite financeira internacional num plano de dominação mundial. A formulação vai descartar o elemento antisemita central no *Mein Kampf* (1927), mas – como lembra Hanna Arendt - o poder de mobilização das teorias da conspiração já havia sido amplamente demonstrado em episódios históricos anteriores à Hitler, remontando ao caso Dreyfus, aos *Protocolos dos sábios de Sião* e aos velhos panfletos contra jesuítas e maçons.

A finalidade das mais variadas e variáveis interpretações era sempre denunciar a história oficial como uma fraude, expor uma esfera de influências secretas das quais a realidade histórica visível, demonstrável e conhecida era apenas uma fachada externa construída com o fim expresso de enganar o povo (Arendt, 2013, p. 103).

No entanto, para que esse tipo de interpretação do mundo se difundisse por amplos setores da sociedade brasileira, tornando-se gradativamente senso comum,

fazia-se indispensável o trabalho cotidiano de colunistas menores no confronto ideológico em espaços virtuais, como as comunidades da rede social Orkut, surgida em 2004. Além de escrever textos no MSM e em seus blogs particulares, militantes como os jornalistas Sandro Guidalli e Paulo Leite, residente em Washington, e a escritora Milla Ketti, também morando nos Estados Unidos, atuavam divulgando o Mídia Sem Máscara em chats, fóruns e no Centro de Mídia Independente, site estruturado como uma plataforma aberta ao envio de textos, vídeos, sons e imagens por qualquer usuário cadastrado. Durante sua ampla pesquisa realizada em 2012, Lucas Patschiki mapeou, na ferramenta de busca do CMI Brasil, 290 postagens com o nome de Olavo de Carvalho e outras 264 relativas ao MSM (2012, p. 98).

A divisão hierarquizada do trabalho intelectual com objetivo de difundir um discurso político-ideológico, formar quadros militantes e arregimentar simpatizantes também vai levar Patschiki (2012) a enxergar no site Mídia Sem Máscara a atuação de um partido político, em sentido gramsciano. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci reconhece – seguindo a pista de Lenin - o papel de “verdadeiros partidos” desempenhados na Itália de seu tempo pelos jornais “agrupados em série”<sup>252</sup>, justamente porque compreende “a importância e o significado” dos partidos políticos, no mundo moderno, “na elaboração e difusão de concepções de mundo” através de um trabalho de seleção individual da massa atuante. O MSM não apenas executa essa função, enquanto organização da sociedade civil, como o faz por intermédio de uma elite intelectual dotada de “consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida” (Gramsci, 2013, p. 105).

Gramsci afirma também que essa elite não pode dirigir as massas “segundo velhos esquemas, mas inovando”. E essa vai ser uma das principais marcas do MSM, enquanto partido digital. Não somente pela adoção pioneira da internet como espaço central da organização política - explorando as potencialidades de cada nova ferramenta -, mas também pela elaboração e difusão de novas práticas militantes, adaptadas às transformações tecnológicas e sociais que mudavam as dinâmicas políticas. Enquanto as bases da esquerda continuavam apegadas a teorias e práticas organizativas que remontavam ao período da Revolução Russa (1917), leitores-militantes eram orientados pelos intelectuais-organizadores do MSM a

---

<sup>252</sup> GRAMSCI, 2011, p. 218.

atuar na “DIVULGAÇÃO, EXPOSIÇÃO E TOMADA DE ESPAÇOS” na internet, escrito em caixa alta. Entre as orientações detalhadas no site sob o título *Resistência e Reação* (2010), podemos destacar:

1) Se você não tem um blog, faça um [...] Adicione marcadores (ou tags) [...] 2) Comente as matérias dos jornais. Cadastre-se nesses meios, a maioria é de graça, e comente sobre as matérias. Não precisa ser uma tese de doutorado, basta uma manifestação enérgica. O que importa, nessa estratégia de ocupação de espaços é a VISIBILIDADE [...] 3) Crie tópicos no Orkut em comunidades variadas e neutras. Só não encha a comunidade de tópicos para não ser o chato da história [...] Use como assunto os desmandos comuno-socialistas, as barbaridades petistas, material é o que não falta. É aconselhável acompanhar esses tópicos e respondê-los, se necessário. Use o Twitter; para espalhar coisas é uma ferramenta ótima. RTs, frases soltas, comentários, perguntas capciosas a esquerdistas famosos (eles estão aos montes e simplesmente não saem do Twitter!), qualquer coisa é material para essa pulverização. Idem para MySpace, FaceBook e todas as outras redes sociais. 4) Cuidado para não ser chato, ranzinza, antipático ou violento com as pessoas neutras ou doutrinadas [...] Temos que ser simpáticos e AGREGAR [...] 5) Não pense que você mudará a opinião daqueles dinossauros. Esses já estão perdidos. Nos resta os apolíticos, os ainda não totalmente doutrinados, os jovens. Lembre-se que, por quase meio século, a esquerda no Brasil realizou uma bem sucedida tomada de espaços nos meios acadêmicos e culturais a partir da doutrina gramsciana. Acontece que temos agora acesso a informações que há algum tempo não tínhamos e hoje ainda temos um instrumento poderoso: a internet, o único lugar onde a esquerda tem chance de apanhar. 6) Textos gigantes e difíceis sobre conjuntura política têm menos visibilidade para a maioria das pessoas que frases curtas. Foque seu público. Use o HUMOR, ridicularize os cocômunistas, num estilo à la Comunistas Caricatos, Opinião Popular, etc. O humor é poderoso! 7) Quem tem conhecimento de línguas pode fazer a mesma coisa em sites de notícias estrangeiros. Fale para os outros habitantes da Terra o que se passa na Bananalândia! [...] 8) Adesivos em carros, nas janelas de casa e camisetas também ajudam [...] 9) Troque telefone com direitistas da internet da sua região [...] 10) [...] mude freqüentemente suas senhas, faça senhas complicadas, não abra links nem se envolva pessoalmente nas discussões. Por outro lado, seja enérgico e não demonstre medo ou fraqueza. Mas se preserve. Se quiser, escreva usando pseudônimos (Martins apud Patschiki, 2012, p. 124)

No caso específico do uso do humor, não se trata de simples técnica de persuasão política. É, na verdade, um elemento central na militância da direita constituída em torno do MSM. O humor, o escárnio ou mesmo o recurso a palavrões, conforme defendido por Olavo de Carvalho, vão ser encarados como um ato de resistência política em defesa do direito à liberdade de expressão ilimitada contra a ditadura do “politicamente correto”, que seria uma nova manifestação das ambições autoritárias do chamado “marxismo cultural”. Esse tema foi importado das direitas norte-americanas por Carvalho ainda em 1996 (quatro anos depois do discurso de Buchanan), quando escreveu em *O Imbecil Coletivo*:

E que *cazzo* de diferença existe afinal entre “linha justa” e “politicamente correto?” De que adiantou destruir a máquina da censura mental comunista se agora é a

intelectualidade em peso que cai em cima de nós como um bando de comissários-do-povo para fiscalizar, patrulhar, pressionar, chantagear, ameaçar, denegrir? Pior: abrigados sob a convicção geral de que “o comunismo morreu”, os novos comissários estão livres para agir igualzinho aos antigos sem que ninguém os possa acusar de comunistas. É o derradeiro truque da mais histriônica das ideologias: fingir-se de morta para assaltar o coveiro (Carvalho, 1999, p. 73).

A direita norte-americana foi desde o primeiro momento a principal referência para os intelectuais do Mídia Sem Máscara, muitos dos quais residiam nos Estados Unidos. E essa influência cresceu ainda mais quando, em 2005, o próprio Olavo de Carvalho se mudou para a cidade de Richmond, na Virgínia, após ser demitido de O Globo, Zero Hora, Época, Bravo!, entre outros veículos. Restou apenas o vínculo com o Diário do Comércio, para quem continuou trabalhando como correspondente internacional. As demissões teriam sido causadas, segundo o escritor, por sua insistência em acusar os colegas jornalistas de acobertarem o Foro de São Paulo, que seria - na sua visão - a mais relevante organização comunista surgida no mundo depois da desintegração do bloco soviético.

“Nos vinte anos de governo militar, nunca vi um só jornalista ser expulso de toda a ‘grande mídia’ brasileira por divulgar algum fato politicamente indesejado. Esse privilégio, que me lisonjeia ao ponto de me corromper a alma, ficou reservado para ser conferido à minha irrisória pessoa no período histórico imediatamente posterior, chamado, por motivos esotéricos, ‘redemocratização’. Por informar ao público a existência do Foro de São Paulo e os laços mais que íntimos entre partidos políticos e quadrilhas de narcotraficantes e sequestradores, fui chutado do Globo, da Época, da Zero Hora, do Jornal do Brasil e do Jornal da Tarde. O número dos que por esses e outros canais me chamaram de louco, de mentiroso, de desinformante, de teórico da conspiração e coisas similares conta-se como as estrelas do céu. Excluído do círculo das pessoas decentes, só encontrei um último abrigo neste bravo Diário do Comércio, onde me sinto cinicamente bem entre 3 outros meninos malvados como Moisés Rabinovici, Roberto Fendt e Neil Ferreira” (Carvalho apud Paschiki, 2012, p. 47).

Dos Estados Unidos, Carvalho seguiu denunciando obsessivamente o fórum fundado em 1990 por representantes de “48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e do Caribe”, reunidas com o objetivo de debater propostas de ação e promover “intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta”. É o que consta na ata do primeiro encontro, promovido pelo Partido dos Trabalhadores no dia 4 de julho na Capital paulista<sup>253</sup>.

<sup>253</sup> FORO DE SÃO PAULO, 1990. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2014/07/01-Declara%C3%A7%C3%A3o-de-S%C3%A3o-Paulo-1990.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.



Ainda que suas atividades permanecessem públicas – reunindo partidos brasileiros bastante diversos, como o PDT e o PPS - o Foro era apresentado por Carvalho como o “mecanismo coordenador” que teria salvado “da extinção o movimento comunista latino-americano”, tendo sido ainda “diretamente responsável pela ascensão dos partidos de esquerda ao poder em várias nações do continente”.

As ações do Foro prolongam-se muito além daquilo que consta das atas. Segundo confissão explícita do sr. presidente da República, os encontros da entidade são ocasião de conversações secretas que resultam em decisões estratégicas de grande alcance, como, por exemplo, a articulação internacional que consolidou o poder de Hugo Chávez na Venezuela (Carvalho, 2008).

Na visão de Carvalho, a chamada “onda rosa” não teria conexão, enquanto fenômeno político, com os problemas econômicos e sociais concretos enfrentados pelas populações no contexto das políticas de austeridade impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial às nações latino-americanas nos anos 1990. Chávez (1998), Lula (2002), Kirchner (2003), Morales (2005) e Correa (2006) teriam triunfado nas urnas como resultado exclusivo da ação voluntarista de grupos reduzidos de lideranças progressistas reunidas a portas fechadas nos intervalos dos debates do Foro.

E foi justamente esse o tema do primeiro episódio do podcast *True Outspcak*, colocado no ar no dia 4 de dezembro de 2006 pela plataforma Blog Talk Radio. Olavo de Carvalho seguia, assim, atento a cada nova possibilidade colocada pela convergência midiática digital, lançando-se no novo formato apenas dois anos após o surgimento do primeiro podcast brasileiro, o *Digital Minds*, de Danilo Medeiros<sup>254</sup>. No total, foram produzidos 296 episódios até outubro de 2012, e o True Outspcak demonstrou desde início preocupação com a interatividade, abrindo espaço à participação dos ouvintes através de e-mails, telefone ou VOIP<sup>255</sup>:

este programa nasceu da pura impossibilidade de responder por escrito a dezenas de e-mails que me chegam por dia com consultas sobre livros, estudos, política, religião e filosofia. Dirige-se especialmente aos leitores e alunos que me enviam esses pedidos (Carvalho apud Patschiki, 2012, p. 37).

Em setembro de 2009, Carvalho ingressou no mercado de Ensino a Distância, dando início à versão on-line do Seminário de Filosofia, que ministrava desde os anos 1990. Mediante pagamento de mensalidade (hoje no valor de R\$60),

<sup>254</sup> FREIRE, 2015, p. 39.

<sup>255</sup> Voice over Internet Protocol, Voz sobre IP, que permite o roteamento da conversação através da rede.

cada aluno poderia assistir às aulas transmitidas ao vivo, todo sábado à noite, de seu escritório na Virgínia, além dos vídeos anteriores, que ficavam armazenados no servidor. Onze anos e mais de 500 aulas depois, o curso continua transcorrendo como um espaço de formação de intelectuais reprodutores das ideias olavistas. Segundo o professor, mais de 20 mil alunos assistiram às aulas virtuais e passaram pelo chat, onde trocam contatos para articular grupos conservadores em diferentes cidades do Brasil, ou mesmo de outros países. Além de espaço de doutrinação ideológica e formação de militância, o Curso Online de Filosofia funciona como vetor de organização de quadros de direita.

Em 2010, Carvalho tentou dar um passo adiante em seu trabalho organizativo com a fundação do *Inter-American Institute for Philosophy, Government, and Social Thought*<sup>256</sup>, visando articular, em torno de si, um grupo de intelectuais direitistas latinos e norte-americanos, como Paul Gottfried e o antiglobalista Jeffrey Nyquist. No entanto, o *think tank* acabou realizando poucas atividades – a última em 2017<sup>257</sup> -, ainda que tenha contribuído para intensificar a influência da direita norte-americana sobre o ecossistema do MSM, impulsionada pela criação do *Tea Party* no início de 2009.

Inspirado no imaginário da Revolta do Chá de 1773, o movimento surgira em resposta à eleição do democrata Barack Obama, a partir do caldo das manifestações contra os bilionários planos de resgate das empresas responsáveis pela crise financeira de 2008, que começaram a ser implementados ainda no governo George W. Bush. Durante a campanha eleitoral, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos havia prometido punir Wall Street, mas começou seu mandato injetando US\$ 20 bilhões no Bank of America e anunciando pacote de US\$ 1 trilhão para livrar os bancos das pilhas infundáveis de títulos podres<sup>258</sup>.

Em resposta, milhares de americanos de direita saíram às ruas do país para protestar contra a socialização das dívidas privadas, e a revolta se intensificou diante da insistência de Obama em promover o acesso, ainda que limitado, à saúde pública. Foi quando parte dos manifestantes fundou um movimento nacional que, desde o início, buscou manter independência da burocracia do Partido Republicano, atuando a partir de grupos de base e de iniciativas de trabalho voluntário articuladas

---

<sup>256</sup> Instituto Interamericano de Filosofia, Governança e Pensamento Social.

<sup>257</sup> WINK, 2020.

<sup>258</sup> VAROUFAKIS, 2011, p. 169.

de maneira descentralizada. Essa descentralização garantiu capilaridade nacional ao movimento, que apresentou candidatos em quase todos os estados e venceu diversas primárias republicanas. O *Tea Party* também se revelou decisivo para quebrar a hegemonia democrata no Congresso em 2012, além de eleger dois congressistas: Marco Rubio (Flórida) e Rand Paul (Kentucky)<sup>259</sup>.

O rápido sucesso do movimento norte-americano empolgou diversos intelectuais envolvidos no projeto do Mídia Sem Máscara, que compartilhavam com os militantes do *Tea Party* “sentimentos de marginalidade e exclusão frente a públicos dominantes” e às empresas de mídia tradicionais<sup>260</sup>. O que os levava a buscar fontes alternativas de informação, afinadas com uma perspectiva liberal na economia e conservadora nos costumes. Justamente a proposta do MSM. Um de seus principais intelectuais, Heitor de Paula, escreveu em 2010 o texto *No, you can't! A águia reage!*:

Muito escrevi nos últimos anos sobre o Suicídio da Águia, mergulhada num lodaçal de corrupção, esquerdismo, dominação do Partido Democrata pelo ‘shadow party’ comandado pelos grandes financistas sob a batuta de George Soros e a modorra Republicana que os aproximava cada vez mais dos ‘liberais’ (socialistas). Parecia que a eleição de Obama seria o golpe final com seu programa claramente socialista, de abjeta submissão à ONU e à ‘comunidade internacional’, com as medidas contra a Constituição Americana para aceitar as leis internacionais como acima dos princípios da mesma (Patschiki, 2012, p. 46).

A visão de Barack Obama como um agente globalista voltado à implementação do socialismo nos Estados Unidos era praticamente unânime no *Tea Party*. Uma pesquisa publicada pela CBS em 2010 revelou que 92% dos apoiadores do movimento acreditavam que as políticas do presidente democrata estavam “movendo o país em direção ao socialismo”<sup>261</sup>. Assim, o movimento reativava a tradição macarthista de rejeição radical a qualquer forma de progressismo a partir da retórica de oposição ao Estado e de defesa das liberdades individuais. Cerca de metade dos entrevistados definiam o socialismo como “a propriedade do governo ou controle”, 11% entendiam como retirada de direitos ou limitação da liberdade, e outros 8% explicavam socialismo como “redistribuição da riqueza”<sup>262</sup>.

---

<sup>259</sup> Ibid., p. 36.

<sup>260</sup> ROCHA, 2018, p. 40.

<sup>261</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 41.

<sup>262</sup> Ibid., p. 43.

A emergência de massas de cidadãos norte-americanos indignados com o presidente “socialista” serviu para reforçar a convicção da militância digital do Mídia Sem Máscara de que estavam inseridos numa luta análoga contra o socialismo no Brasil.

“Acordem, gente. O Partido Democrata, assim como o PT no Brasil, não se preocupa primariamente com as próximas eleições, mas sim com seus interesses de longo prazo. É por isso que ambos os países, mesmo que em velocidades diferentes, vão inexoravelmente se transformar em ditaduras socialistas. Vocês não queriam voto universal e plena representação de ideologias na vida política? POIS TOMEM”, alertava a leitora-militante Luiza Soares em 2011 (Patschiki, 2012, p. 50)

Do *Tea Party* a militância digital do MSM também absorvia temas como a crítica ao “globalismo” – compreendido como rejeição a instituições multilaterais – e a defesa do Ocidente Judaico-Cristão, que encontrou especial ressonância em setores protestantes. Com destaque para os laços entre Igrejas Batistas brasileiras e norte-americanas. Nessa pista, Patschiki realizou, em 2012, mapeamento dos hiperlinks de entrada e saída que conectavam o Mídia Sem Máscara a uma constelação de sites, blogs e fóruns de direita, e constatou que o laiglesforum.com, fórum estadunidense de discussão para “cristãos conservadores”, era a quarta maior fonte de tráfego. Entre os 180 sites identificados, também aparecia com destaque o lifesitenews.com, página cristã estadunidense dedicado à militância contra o aborto (“pró-vida”) (2012, p. 64).

No topo do ranking das páginas que mais recebiam tráfego das matérias do MSM estavam os blogs e sites pessoais dos seus principais colunistas: 1º Julio Severo; 2º Heitor de Paola; 3º Olavo de Carvalho; 4º Nivaldo Cordeiro; e 5º Graça Salgueiro. Depois vinha a página do Seminário de Filosofia, de Carvalho, e do Escola Sem Partido, de Miguel Nagib, que já se destacava por sua luta contra a “ideologização” da escola. Outro nó destacado da rede era o site do Padre Paulo Ricardo, da Arquidiocese de Cuiabá (MT), que além de atuar como professor de Filosofia e Teologia, apresentava programas na Rede Canção Nova de Televisão (Patschiki, 2012, p. 64).

Alguns clusters começavam a se formar a partir da interconexão entre sites e blogs com temáticas comuns, sendo um exemplo o agrupamento de defensores da ditadura militar, que difundiam o negacionismo e o revisionismo histórico através de sites como o Terrorismo Nunca Mais (ternuma.com), “dedicado à

memória das ‘vítimas do terrorismo vermelho’ e a página do Coronel Brilhante Ustra: [averdadesufocada.com](http://averdadesufocada.com)<sup>263</sup>. Quando se tornou, em 2008, o primeiro militar condenado por tortura pela Justiça Brasileira, o ex-chefe do DOI-CODI do II Exército já vinha há anos se esforçando para difundir sua versão do terrorismo praticado pelo Estado, em livros como *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A Verdade Sufocada* (2006). Assim, a inserção do seu site no ecossistema do MSM contribuiria para impulsionar o revisionismo histórico, iniciado em 1986 com a publicação do livro *Brasil: Sempre*, escrito pelo então sargento do Exército e ex-agente do DOI-Codi Marco Pollo Giordani.

Também apareciam como nós relevantes na rede do MSM - com no mínimo 8 links de saída<sup>264</sup> - sites de colunistas latino-americanos, como o coronel do Exército colombiano Luis Alberto Villamarín Pulido e das ONGs antichavistas UnoAmérica ([unoamerica.org](http://unoamerica.org)) e Fuerza Solidária ([fuerzasolidaria.org](http://fuerzasolidaria.org)), ambas fundadas pelo colunista Alejandro Peña Esclusa<sup>265</sup>. Outro nó de destaque na rede era o blog de Felipe Moura Brasil, que, em 2013, organizaria a coletânea de artigos de Olavo de Carvalho *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não ser um Idiota*. O blog do jornalista, contudo, não tinha a mesma relevância no ecossistema que os sites dos novos *think tanks* liberais que surgiam, como as páginas do Instituto Mises Brasil, fundado por Hélio Beltrão em 2007, e do Instituto Ordem Livre, surgido em 2009.

O Instituto Millenium havia sido criado no mesmo ano do IOL, mas seu site oficial não apresentou tantas conexões com o MSM<sup>266</sup>, assim como a página do pioneiro Instituto Liberal (1983). Talvez pelo IMIL contar, desde o início, com forte capilaridade nos veículos tradicionais de comunicação, tendo entre seus membros: Pedro Bial (apresentador da TV Globo), Antônio Carlos Pereira (editor do jornal *O Estado de S. Paulo*), Luiz Eduardo Vasconcelos (diretor da Rede Globo), Giancarlo Civita (Grupo Abril), João Roberto Marinho (Organizações Globo) (Casimiro, 2018, p. 44).

<sup>263</sup> Ibid., p. 65.

<sup>264</sup> Lucas Patschiki analisou e agrupou os sites de acordo com o número de links de saída do MSM, utilizando técnica de Web Crawler. O pesquisador também fez uso de um script escrito na linguagem de programação Ruby e de uma biblioteca específica para Web Crawler, chamada Anemone (2012, p. 63).

<sup>265</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 65.

<sup>266</sup> Ibid., p. 65.

Entre esses nós menos relevantes<sup>267</sup>, Patschiki mapeou sites evangélicos, católicos, judeus<sup>268</sup>, maçons<sup>269</sup>, federalistas<sup>270</sup>, contra o aborto, contra o Islã<sup>271</sup> e contra o movimento LGBT<sup>272</sup>, além de páginas anticomunistas de diferentes países latino-americanos. Também faziam parte dessa área menos conectada da rede: os sites da loja Vanguarda Popular, das editoras É Realizações e Vide Editorial, do Instituto Plínio Correia de Oliveira e outras páginas herdeiras da TFP, como a paznocampo.org.br e a fundadores.org.br, ambas criadas pelo príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança; e os blogs do ator da Globo Carlos Vereza, do escritor Flavio Morgenstern e de Rodrigo Constantino, jovem economista carioca que participou da fundação do Instituto Millenium em 2005. O mapeamento ainda identificou um blog ligado a militantes do PSDB, mas o único grupo formalmente organizado que fazia parte da rede era a Juventude Conservadora da UnB<sup>273</sup>.

No geral, os leitores-militantes seguiam as orientações da intelectualidade do MSM para focar na “divulgação, exposição e tomada de espaços” na internet. O que implicava atenção para a transição da chamada Web 1.0 – um período inicial marcado pela interconexão de nós mais estáveis, como sites e blogs, e pela digitalização de conteúdos off-line – para um tipo mais denso e dinâmico de conexões entre computadores. Esse segundo momento da internet foi batizado em 2005 por Tim O’Reilly como “Web 2.0”, definida pelo “o alto grau de interatividade, colaboração e produção/uso/consumo de conteúdos pelos próprios usuários” (Martino, 2014, p. 12).

Além do Google e das plataformas colaborativas, esse novo estágio ficaria marcado pela emergência das redes sociais digitais. No mesmo ano de 2004 foram lançados o Orkut, pelo Google, e o Facebook, criado pelo jovem estudante de

<sup>267</sup> Até 7 links de saída por site.

<sup>268</sup> Site da revista mensal curitibana Visão Judaica: [www.visaojudaica.com.br](http://www.visaojudaica.com.br) (PATSCHIKI, 2012, p. 70).

<sup>269</sup> Site maçom, mantido por Wolney da Rocha Godoy: [www.lojasmaconicas.com.br](http://www.lojasmaconicas.com.br) (PATSCHIKI, 2012, p. 70).

<sup>270</sup> Site do Instituto Federalista ([www.if.org.br](http://www.if.org.br)), que se proclama porta voz “na difusão plena dos conceitos de federalismo, capitalismo, liberdade, autonomia, auto-gestão, governança responsável, participação social efetiva do processo decisório legislativo”, entre outras. É presidido pelo empresário curitibano Thomas Raymund Korontai (PATSCHIKI, 2012, p. 71).

<sup>271</sup> Site do colunista Daniel Pipes, historiador especialista em Oriente Médio e Islamismo, com a missão de “promover os interesses americanos” ([pt.danielpipes.org](http://pt.danielpipes.org)) e o blog de Guzman Moscardó e Al-Mutarjim dedicado à propaganda anti Islã: [olhonajihad.blogspot.com](http://olhonajihad.blogspot.com) (PATSCHIKI, 2012, p. 79).

<sup>272</sup> Blog anônimo de denúncia da suposta “manipulação” que os grupos GLBTS estariam sofrendo da esquerda: [gaysdedireita.blogspot.com](http://gaysdedireita.blogspot.com) (PATSCHIKI, 2012, p. 70).

<sup>273</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 65.

Harvard Mark Zuckerberg. Enquanto o Facebook se difundiu rapidamente ao redor do mundo a partir dos Estados Unidos e da Europa - superando a pioneira Myspace, lançada em 2003 -, o Orkut tornou-se popular na Índia e no Brasil, dois dos países mais populoso do mundo. Em 2006, mais de 72% dos usuários domésticos da internet brasileira acessavam regularmente o Orkut<sup>274</sup>.

Quando a rede social do Google se popularizou no Brasil, parte expressiva dos leitores-militantes do *Mídia Sem Máscara* – especialmente os mais jovens – estava habituada ao debate político em fóruns, listas de e-mail, sessões de comentários de páginas, chats de portais e chats via programas-cliente IRC<sup>275</sup>, como o mIRC. A estratégia de ocupação de espaços digitais foi levada adiante, então, com a criação de comunidades no Orkut<sup>276</sup>, como a *Mídia Sem Máscara* – que contava com 4 mil membros em novembro de 2004 - e diversas outras relacionadas: *Cinema sem máscara*; *Julio Severo, conte conosco*; *Oba! Morreu um comuna!*; *Comunistas caricatos*; *Comunistas caricatos cariocas*; *GloboNews: canal do governo*; *Escola Sem Partido* e *Yolhesman Crisbelles* (Patschiki, 2012, p. 129).

Já no primeiro ano do Orkut surgiram dezenas de comunidades relacionadas diretamente a Olavo de Carvalho. Eram criadas não apenas por internautas engajados no projeto do MSM, como também por usuários menos politizados da rede social, que tinham contato com as ideias do escritor através da imprensa tradicional. Além da principal (*Olavo de Carvalho*), Patschiki mapeou as seguintes comunidades: *Filosofia em Olavo de Carvalho* (930 membros em 2004); *TrueOutspeak Olavo De Carvalho* (815 membros em 2006); *Ciranda com Olavo de Carvalho* (186 membros em 2006); *ÍnclitoAceno Olavo de Carvalho* (237 membros em 2006); *Eric Voegelin* (660 membros em 2004); e *Moderação OdeC*, onde oito moderadores discutiam regras da comunidade Olavo de Carvalho (Patschiki, 2012, p. 131).

<sup>274</sup> ROVAI, 2018, p. 297.

<sup>275</sup> Internet Relay Chat (IRC) – Retransmissão de Conversa via Internet. Criado na Finlândia por Jarkko Oikarinen em 1988, é um serviço de bate-papo (chat) em tempo real na Internet com participantes do mundo inteiro. Há várias redes de computadores que são anfitriões deste protocolo de conversação, com milhares de “canais” (ou “salas”) frequentados por milhares de pessoas para assuntos de qualquer interesse. Para se ter acesso a este serviço era necessário um programa-cliente IRC, que exibia a lista dos “canais” IRC disponíveis (SAWAYA, 1999, p. 242).

<sup>276</sup> Além de customizar seu perfil individual com texto e imagens, cada usuário do Orkut poderia avaliar outros usuários, além de acumular uma rede de amigos. Os usuários poderiam também criar comunidades temáticas, que funcionavam como fóruns de discussão, abertos à participação de novos membros. Esses debates se davam a partir dos tópicos criados e as interações eram moderadas por usuários autorizados pelo criador da comunidade.

O fato de existir uma comunidade apenas para os moderadores não deixa de sinalizar a intensidade dos debates, atravessados pela diversidade de temas abordados pelo escritor em suas intervenções individuais e que caracterizavam os diferentes grupos de direita reunidos em torno do Mídia Sem Máscara. Também no Orkut, o que dava unidade aos diferentes posicionamentos sobre política, sexualidade, aborto, religião, cultura, mídia e movimentos sociais era a oposição ao grande inimigo comum, identificado no governo do PT.

Ainda que temas econômicos também fossem debatidos nas comunidades relacionadas a Olavo de Carvalho e ao MSM, a defesa do livre-mercado ganhava destaque em comunidades próprias, como a *Liberalismo Verdadeiro e Capitalismo versus Socialismo*. Foi nesses fóruns que muitos jovens universitários/as e profissionais liberais entusiastas do liberalismo econômico começaram a trocar informações, compartilhar textos traduzidos do inglês e criaram grupos de estudos, como o Dragão do Mar, formado em 2008 na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, por iniciativa de Cibele Bastos<sup>277</sup>.

Esses jovens compartilhavam com outros usuários influenciados por Carvalho o sentimento de marginalização diante do que seria um cenário de hegemonia esquerdista no debate público, especialmente no espaço universitário. Passaram, então, a utilizar a rede social para articular chapas de direita que venceram eleições de centros acadêmicos e diretórios estudantis. Um exemplo foi Lourival de Souza, participante ativo da primeira comunidade sobre liberalismo no Orkut, que foi eleito, em 2010, para o DCE da Universidade Federal do Maranhão<sup>278</sup>.

Alguns frequentadores mais articulados começaram, então, a estabelecer laços com as redes de *think tanks* pró-mercado que voltavam a intensificar suas atividades após hiato de desmobilização provocado pelas reformas neoliberais dos governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e a morte, em 1998, de seu principal promotor: Donald Stewart Jr. Um exemplo é Rodrigo Constantino e Hélio Beltrão, que atuavam intensamente dos debates no Orkut quando participaram da fundação do Instituto Millenium, em 2005<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> ROCHA, 2019, p. 138.

<sup>278</sup> Ibid., p. 140.

<sup>279</sup> Ibid., p. 141.



Formado por acadêmicos e grandes lideranças empresariais, o IMIL parecia, no entanto, moderado e pragmático demais para os jovens militantes conectados via Orkut. “A gente foi discutindo e alguém virou e rapidamente viu que todo mundo ali era muito radical, todo mundo ali era mais libertário do que liberal propriamente dito”, contou o carioca Bernardo Santoro, então estudante de direito da UERJ e que, anos depois, seria nomeado pelo governador fluminense Wilson Witzel como presidente da Instituto Rio Metr pole, organização estatal criada em 2019 para coordenar ações de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana<sup>280</sup>.

Na época do Orkut, contudo, Santoro rejeitava a argumentação baseada na eficiência econômica e amparada em conhecimento técnico-científico que ainda predominava no IMIL, bem como no restante do circuito de organizações surgido nos anos 1980. Essa nova geração de militantes liberais buscava se diferenciar do que se convencionou chamar de “neoliberalismo”, pregando a superioridade da lógica de livre-mercado a partir de princípios de ordem moral, que deixavam questões relativas à eficiência técnica em segundo plano<sup>281</sup>.

Para Hélio Beltrão, era necessário haver um horizonte utópico para que fosse possível conquistar mais pessoas para as causas que defendia, e, nesse sentido, a ideia de que a adoção da lógica de mercado é sempre a melhor solução para quaisquer problemas sociais ou econômicos porque é moralmente superior seria muito mais simples e facilmente compreendida por qualquer pessoa do que as discussões excessivamente técnicas, e nem sempre coerentes, realizadas por intelectuais e tecnocratas neoliberais (Rocha, 2019, p. 142).

Foi com esse objetivo que o filho hom nimo do Ministro do Planejamento de Costa e Silva e da Junta Militar criou a comunidade *Liberalismo (verdadeiro)* em 2006, mesmo ano em que o economista heterodoxo Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda e foi se distanciando, gradativamente, da ortodoxia que predominou no primeiro governo Lula. Apenas doze meses após a criação da comunidade no Orkut, era fundado, em 2007, o Instituto Mises Brasil, apontado por Camila Rocha como “o primeiro *think tank* ultraliberal do país”.

O ultraliberalismo se diferencia do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos/as neoliberais, como monopólio da moeda, o Banco Central, uma política monetária ativa, órgãos de defesa da concorrência (antitruste), agências reguladoras estatais, investimentos estatais em infraestrutura essencial, políticas de renda mínima, imposto regressivo, monopólio do espectro magnético e de rios e lagos, harmonização das leis e impostos entre os Estados. Além disso, os/as ultraliberais não se preocupam apenas com questões

---

<sup>280</sup> INSTITUTO METRÓPOLE. Disponível em:

<<https://www.linkedin.com/company/institutoriometrople/about/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

<sup>281</sup> ROCHA, 2019, p. 130.

econômicas, mas também costumam defender ativamente pautas liberalizantes no plano dos costumes, como a liberação do porte de armas para cidadãos comuns, do aborto, união homoafetiva, de substâncias ilícitas como a maconha, patentes e direitos autorais, entre outros, porém, sem a existência de qualquer regulação estatal (Rocha, 2019, p. 144).

O IMB de Hélio Beltrão – que contou na sua fundação com a participação dos irmãos Cristiano e Fernando Chiocca<sup>282</sup> - buscava se diferenciar tanto da social-democracia, enxergada em economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira e Luiz Gonzaga Belluzzo, quanto do neoliberalismo de Marcos Lisboa, Armínio Fraga, Pérsio Arida e Samuel Pessoa<sup>283</sup>. No primeiro momento não havia sede, nem funcionários contratados: apenas uma página na internet alimentada regularmente pelos frequentadores das comunidades do Orkut. Mas esse caráter voluntário não chegou a comprometer o sucesso da iniciativa. Contribuiu, na verdade, para aumentar a coesão do grupo em torno do ideário ultraliberal, que não encontrava espaço nos partidos de direita tradicionais. O Partido Novo, de João Amoêdo, só seria fundado em 2011 e regularizado em 2015.

Era o sobretudo o PFL que, desde sua criação em 1985, acolhia as lideranças das organizações pelo livre-mercado, mas nem sua refundação, em 2007, sob o nome Democratas, parecia tornar o partido atraente à nova geração liberal formada na internet. Esses jovens radicais se lançaram, então, ao desafio de fundar um partido inspirado no *Libertarian Party* norte-americano. Começaram recrutando, na comunidade *Liberalismo [verdadeiro]* no Orkut, 101 fundadores em 9 estados brasileiros e seguiram, nos dois anos seguintes, em busca das 500 mil assinaturas exigidas por lei para oficialização do Partido Libertário Brasileiro. A fundação do Líber - como a agremiação era chamada - acabou nunca se concretizando, entretanto. Alguns dos jovens envolvidos na iniciativa chegaram a se filiar ao Democratas, mas não duraram um mês. Segundo o estudante anarcocapitalista Juliano Torres, devido ao excesso de centralização no diretório nacional que caracteriza os partidos brasileiros: “eu creio que nos expulsariam. Os nossos meios são moderados, mas os fins são radicais” (Rocha, 2018, p. 143).

Ainda que a tentativa de regularização do partido tivesse fracassado, esse esforço de mobilização não deixou de representar um marco para o movimento

---

<sup>282</sup> Passados alguns anos da fundação do IMB, os irmãos Chiocca deixaram de fazer parte do Instituto principalmente por motivos ideológicos e estratégicos e decidiram fundar sua própria organização em 2015, o Instituto Rothbard (ROCHA, 2019, p. 143).

<sup>283</sup> ROCHA, 2019, p. 143.

ultraliberal, multiplicando e capilarizando a militância pelo vasto território brasileiro. Em 2009, o Líber contava com 500 membros espalhados pelo país, pagando anuidade no valor de 100 reais<sup>284</sup>. Alguns deles continuaram engajados na causa, estendendo seus esforços a novos canais que cresciam na internet, como a plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube – surgida em 2005 – e a rede de microblogue Twitter, lançada em 2006.

Além de agregar novos simpatizantes, a visibilidade crescente aproximou os jovens da geração anterior de militantes pelo livre-mercado. Eles não somente passaram a participar das organizações como o Instituto Liberal (1983), o Instituto de Estudos Empresariais (1984) e o Grupo de Líderes Empresariais (2003)<sup>285</sup>, como se conectaram a grandes organizações internacionais. Entre elas: a Fundação Friedrich Naumann<sup>286</sup>, a *Foundation for Economic Freedom*, a *Atlas Network* e o *Cato Institute*. Na prática, estes contatos facilitaram a captação de recursos, sobretudo a partir da reeleição de Lula em 2006 (Rocha, 2019, p. 147).

Aproximadamente 25% dos eleitores tinham acesso à internet, segundo dados do IBOPE/NetRatings<sup>287</sup>, e apesar desse um quarto ser formado, sobretudo, por adolescentes e jovens adultos das regiões Sul e Sudeste - com alta escolaridade e oriundos das classes A e B<sup>288</sup> -, já era suficiente pra fazer das eleições presidenciais de 2006 a primeira em que a internet teve alguma relevância no resultado final.

De olho nisso, os professores Clóvis Barros Filho, Marcelo Coutinho e Vladimir Safatle decidiram monitorar como o debate eleitoral se deu no Orkut durante a campanha, já que a rede social era visitada regularmente por 72,1% dos usuários brasileiros<sup>289</sup>. Foram mapeadas comunidades com mais de 1 mil

<sup>284</sup> Ibid., p. 145.

<sup>285</sup> O Lide foi fundado em São Paulo, em 2003, pelo empresário do ramo de comunicação e político filiado ao PSDB João Dória Júnior e, assim como o IEE, não é aberto, estabelecendo determinados critérios de exclusividade para o ingresso em seu seletivo grupo. Para fazer parte do Lide, ao menos de 2015, era necessário se enquadrar no perfil de empresas brasileiras e multinacionais com “faturamento igual ou superior a 200 milhões de reais anuais” (CASIMIRO, 2018, p. 43).

<sup>286</sup> Desde 1992, a Fundação Friedrich Naumann, organização alemã fundada em 1958 para divulgar o liberalismo econômico, mantém um escritório em São Paulo a partir do qual atua em conjunto com os principais *think tanks* liberais brasileiros, como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Millenium, promovendo e financiando atividades para a difusão do ideário pró-mercado na sociedade civil. Ver em <<http://brasil.fnst.org/>> (ROCHA, 2019, p. 147).

<sup>287</sup> ROVAI, 2018, p. 297.

<sup>288</sup> ROCHA, 2019, p. 137.

<sup>289</sup> ROVAI, 2018, p. 297.

participantes contra e a favor dos candidatos que disputaram o segundo turno: Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). No início de julho de 2006, foram listadas 54 comunidades, subindo o número para 118 em 27 de outubro, quatro dias antes da votação. No total, as comunidades reuniram 1,531 milhão de participantes: equivalente a 1,5% dos votantes no segundo turno. Sendo que, nessa pequena fração do eleitorado, o resultado foi diferente do registrado nas urnas (Rovai, 2018, p. 297).

A comunidade *Geraldo Alckmin Presidente* terminou a campanha com 221 mil membros, mais que o dobro da maior comunidade em apoio ao presidente reeleito. *Nós Votamos Lula Presidente* contava com 103 mil integrantes: número menor, inclusive, que a comunidade anti-Lula *Fora Lula 2006*, que chegou a registrar 204 mil membros (Rovai, 2018, p. 298).

No geral, os resultados da pesquisa apontavam um baixo engajamento político dos internautas, além da predominância das mídias tradicionais no agendamento dos temas discutidos no Orkut<sup>290</sup>. Também foram levantadas as relações entre o perfil socioeconômico dos usuários do Orkut e a preferência por Geraldo Alckmin.

Enquanto 95% da classe A tinha acesso à internet em 2006, o número não passava de 12% entre os brasileiros da classe D e E<sup>291</sup>. Só que os quatro anos do primeiro governo Lula haviam registrado um realinhamento da base eleitoral do PT nas eleições presidenciais. Conforme apontado por André Singer (2012), o partido que tinha na ética uma de suas bandeiras históricas foi perdendo apoio de amplos setores das classes médias urbanas, sobretudo com o impacto na grande mídia das revelações, em 2005, do chamado “Escândalo do Mensalão”.

### **3.3. Avanço progressista**

Além da corrupção ser uma pauta tradicionalmente cara a esses setores, as classes médias sentiam também a elevação nos seus custos de vida, estimulada por políticas de redistribuição de renda (como o Bolsa Família), de expansão de crédito popular e de valorização real do salário mínimo. Elas tornavam mais cara a mão de

---

<sup>290</sup> BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE apud ROVAI, 2018, p. 299.

<sup>291</sup> ROVAI, 2018, p. 299.

obra de serviços historicamente subvalorizados, como empregadas domésticas, motoboys, porteiros, vigias, office boys, manicures etc.

Esse “reformismo fraco”, como foi chamado por Singer (2012), garantiu, contudo, que a perda das bases eleitorais tradicionais de classe média fosse compensada, com folga, pela adesão de milhões de eleitores de baixa renda à candidatura de Lula. Na visão de Singer, isso forçava o PT a moderar sua política para se ajustar à sensibilidade conservadora das suas novas bases eleitorais, que desejariam um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não colocasse em risco a manutenção da “ordem”<sup>292</sup>. Como o “subproletariado” representa parcela expressiva da população economicamente ativa no Brasil, a troca de bases acabou por consolidar a força eleitoral do Partido dos Trabalhadores em torno do culto personalista à figura do presidente Lula. Milhões de brasileiros tiveram acesso pela primeira vez ao ensino superior, ao transporte aéreo e a bens de consumo duráveis, como carros e eletrodomésticos.

Isso contribuiu para agravar os engarrafamentos nos grandes centros urbanos e sobrecarregou uma rede de aeroportos defasada, gerando insatisfações nas classes A e B, que frequentavam tradicionalmente esses espaços. O descontentamento cresceu com as declarações desastradas da Ministra do Turismo, Marta Suplicy (PT), e quando um avião da TAM caiu no aeroporto de Congonhas, matando 199 pessoas em julho de 2007, foi a senha para a organização de protestos contra o governo federal sob liderança do empresário João Doria, ligado ao PSDB.

“O importante é que havia bandeiras do Brasil e não bandeiras de partidos”<sup>293</sup>, declarou o fundador do LIDE e apresentador do programa de TV Show Business sobre as 5 mil pessoas que protestaram na Praça da Sé em 17 de agosto de 2007. O Movimento Cansei, como foi batizado, havia contado com intensa campanha publicitária e com a participação de importantes estrelas da mídia. A cantora Ivete Sangalo e a apresentadora de TV Hebe Camargo – ex-cabo eleitoral de Paulo Maluf – emprestaram imagem para o material de divulgação e compareceram ao palanque da manifestação desqualificada pelo ex-governador de São Paulo, Claudio Lembo, como um movimento de “dondocas”<sup>294</sup>. Apesar do

---

<sup>292</sup> MIGUEL, 2019, p. 158.

<sup>293</sup> BERTOLLOTO, 2007. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/08/17/ult23u504.jhtm>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>294</sup> Ibid.

foco no chamado “caos aéreo”, os protestos – que também ocorreram no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre – ficariam marcados pelos ataques ao governo do PT. Os coros “Fora Lula!” e “Lula ladrão, seu lugar é na prisão” não cessaram, e o presidente ainda foi atacado em faixas e cartazes. Mesmo assim, Doria evitou investir diretamente contra o presidente, que gozava então de grande popularidade, mas defendeu a legitimidade do ato protagonizado pela elite paulistana: “não é preciso atestado de pobreza para poder protestar”, declarou<sup>295</sup>.

O episódio projetou João Doria politicamente, e o empresário acabou eleito prefeito de São Paulo em 2016, ainda no primeiro turno. Para a surpresa de seus adversários, que o considerava um protótipo caricato da elite, incapaz de dialogar com as grandes massas. Esse raciocínio se mostrou equivocado porque ignorava a penetração nas classes trabalhadores – impulsionada pela grande mídia - da ideologia meritocrática neoliberal e da visão de mundo gerencialista. Justamente por ser um empresário bem-sucedido é que Doria teria a capacidade de melhorar os serviços públicos. Assim pensavam muitos eleitores periféricos, como mostrou a pesquisa de Vinicius do Valle com fiéis da igreja Assembleia de Deus (2018, p. 23). Esse pensamento se difundia com especial força entre os setores precarizados, que mesmo vivendo em situação de pobreza se enxergavam como “empreendedores” por trabalhar informalmente como camelôs ou fazendo bicos.

A inclusão de milhões de brasileiros no mercado de consumo era uma necessidade urgente do ponto de vista da cidadania, mas como as políticas do governo não incluíram um esforço mais sistemático no sentido da promoção do amplo exercício de direitos e deveres, o fortalecimento do consumismo acabou estimulando tendências sociais alienantes, ao mesmo tempo que o conservadorismo religioso avançava nas periferias. Na verdade, as políticas de inclusão dos governos Lula se somaram ao impacto social causado pela expansão das igrejas protestantes.

Entre 2000 e 2010, o percentual de evangélicos passou de 14,4% para 22,2% da população, enquanto a maioria católica caiu de 73,9% para 64,6% (IBGE)<sup>296</sup>. O efeito da pregação protestante foi sentido, sobretudo, nas bases da sociedade, entre outros motivos por oferecer uma rede de apoio concreta e por estimular a autoestima

---

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> REVISTA IHU, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

de brasileiros e brasileiras vivendo em situação de subalternidade. A socialização em igrejas e seus círculos agia no sentido de garantir a “dignidade” desses agentes econômicos, promovendo a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo necessários ao sucesso no ambiente escolar e no mercado de trabalho (Souza, 2015, p. 185).

A “disciplinarização” dos corpos para uso econômico, segundo Souza (2015), serviria ao “interesse” do próprio indivíduo, uma vez que as possibilidades abertas trazem “compensações materiais muito palpáveis”, que vão além do sentido econômico estrito, por oferecer a pessoas historicamente excluídas o “reconhecimento social” e o “prestígio” associados à ideia de utilidade social<sup>297</sup>. Esse processo, entretanto, permaneceu ignorado por autores como Foucault<sup>298</sup> e pelas vanguardas da militância de esquerda, cada vez mais centradas na percepção social dos corpos a partir da perspectiva exclusiva da realização dos desejos, como já criticara Pierucci em 1987.

A generalização dessa racionalidade disciplinadora, entretanto, também aprofundou divisões dentro da classe trabalhadora, criando “um verdadeiro abismo” entre os chamados “pobres honestos” – “que aceitam vender sua energia muscular a preço pífio” – e os “pobres delinquentes” – “que se revoltam reativamente contra a estrutura que os condena”<sup>299</sup>. Assim a sociabilidade e as redes de proteção fornecidas pelas igrejas evangélicas em expansão se apresentaram como caminho para fugir do banditismo, da dependência química e da prostituição.

A popularidade crescente do PT nesses setores, puxada pela melhoria nas condições de vida, levou o partido a se aproximar das cúpulas religiosas, como forma de manter o apoio de suas novas bases eleitorais. A Igreja Universal, que sempre fizera campanha contra Lula, passou a apoiá-lo e, em troca, recebeu cargos e ministérios, além de estímulos ao crescimento da rede Record TV. No entanto, esse movimento permaneceria marcado por contradições.

Se o lado econômico levava fiéis a apoiar Lula, o lado religioso inclinava essas mesmas pessoas a assumir posições conservadoras no plano dos costumes (Valle, 2018). E foi exatamente no flanco da “agenda moral” que as direitas encontraram o principal caminho para conquistar apoio nas classes trabalhadoras

---

<sup>297</sup> SOUZA, 2015, p. 192.

<sup>298</sup> Ibid., p. 192.

<sup>299</sup> Ibid., p. 212.

brasileiras. Desde que foi finalmente derrotada em 1977, após décadas lutando para impedir a legalização do direito ao divórcio no Brasil, a direita católica passou a se dedicar ao combate à regulamentação do aborto e às conquistas dos movimentos LGBT, especialmente o reconhecimento legal de casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Nessa luta em “defesa da família”, contou com o reforço de um conservadorismo evangélico em rápido crescimento e cada vez mais organizado, com capilaridade tanto na sociedade civil quanto no interior do Estado. Se entre 2000 e 2010 o número de evangélicos no Brasil aumentou 61% (IBGE), o crescimento da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional de entre 2006 e 2010 foi da ordem de 30%, chegando a um total de 90 parlamentares<sup>300</sup>.

Durante o processo eleitoral de 2010, Dilma Rousseff (PT) sofreu forte pressão de lideranças religiosas, principalmente a partir da difusão em massa de notícias falsas ligadas ao tema do aborto. Segundo Rovai (2018), a campanha de José Serra (PSDB) chegou a contratar equipes de telemarketing para espalhar acusações infundadas pelo telefone<sup>301</sup>, mas a maior parte das *fake news*, como viriam a ser chamadas, se propagaram pela internet. O número de residências brasileiras que tinham computadores havia praticamente dobrado em relação a eleição de 2006, chegando a 35%. As casas com acesso à internet também subiram para 27%, bem como o número de usuários, que passou de 28% (2006) para 41% (2010)<sup>302</sup>.

Os brasileiros conectados ainda eram menos da metade da população e continuavam concentrados nos segmentos de maior renda, mas as principais campanhas presidenciais já não podiam abrir mão de coordenadores dedicados exclusivamente à internet: “Soninha Francine coordenou a campanha digital de José Serra; Marcelo Branco, a de Dilma Rousseff; e Caio Túlio Costa, a de Marina Silva”<sup>303</sup>. Em 2010, o Orkut ainda era a rede social mais popular do Brasil, mas estava prestes a ser superada pelo crescimento acelerado do Facebook, como de fato aconteceu em novembro do ano seguinte<sup>304</sup>. Os marketeiros, no entanto, decidiram focar em outra rede social: o Twitter, que contava com 12 milhões de usuários (um

<sup>300</sup> DIP, 2015. Agência Pública: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/os-pastores-do-congresso/>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>301</sup> ROVAI, 2018, p. 310.

<sup>302</sup> Ibid., p. 303.

<sup>303</sup> Ibid., p. 303.

<sup>304</sup> G1, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-supera-orkut-no-brasil-pela-primeira-vez-diz-ibope.html>>. Acesso em: 31 jul. 2020.



milhão a mais que o Facebook) e demonstrava capacidade diferenciada de agendamento do debate público. Enquanto a aderência dos usuários do Facebook às discussões políticas ainda era baixa<sup>305</sup>, grande parte dos jornalistas e formadores de opinião já havia se habituado a monitorar o *Trending Topics*<sup>306</sup> do Twitter para saber os temas mais discutidos do momento. Esse “termômetro instantâneo da opinião pública”, como foi chamado por Jamil e Sampaio<sup>307</sup>, não apenas informava a temperatura do debate público digital em tempo real, como indicava as opiniões predominantes.

Outra novidade colocada pela internet na eleição de 2010 foi a ação de uma rede de blogueiros progressistas na “guerra de narrativas” que acusava Dilma Rousseff de ser “abortista”. A própria esposa de José Serra declarou, durante caminhada eleitoral em Nova Iguaçu-RJ, que Rousseff era “a favor de matar criancinhas”<sup>308</sup>. Só que a repercussão acabou se voltando contra a candidatura do tucano depois que a apuração colaborativa de blogueiros de esquerda revelou que a professora Monica Serra havia feito dois abortos e debatido o tema regularmente em sala de aula<sup>309</sup>. Ao final da eleição, o dirigente da campanha petista Aloizio Mercadante teria ligado para o blogueiro Luis Nassif para agradecer pela participação decisiva da chamada “blogosfera progressista” no resultado das urnas<sup>310</sup>. Mesmo com o apoio dessa rede que ajudou a diversificar o ecossistema midiático brasileiro e foi em parte beneficiada pela descentralização das verbas publicitárias do governo federal, Dilma acabou divulgando durante a campanha “uma carta à nação garantindo que seu governo não tomaria nenhuma iniciativa para descriminalizar a interrupção voluntária da gravidez”. Além da vitória eleitoral, o recuo buscava garantir governabilidade diante do crescimento da bancada evangélica no Congresso (Miguel, 2019, p. 84).

Nos anos seguintes, os blogueiros progressistas perderiam gradativamente espaço na esfera pública para intelectuais de direita, cada vez mais presentes no

---

<sup>305</sup> ROVAI, 2018, p. 304.

<sup>306</sup> Através do uso de hashtags (expressões antecedidas pelo símbolo “#”), um tema ou nome poderia ser levado aos Trending Topics (TT), ou seja, os temas mais abordados e repercutidos na rede em um determinado momento (ROVAI, 2018, p. 305).

<sup>307</sup> ROVAI, 2018, p. 305.

<sup>308</sup> MOREIRA, 2010. Agência Estado. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>309</sup> ROVAI, 2018, p. 310.

<sup>310</sup> Ibid., p. 306.

mercado editorial. Como editor-chefe do site Primeira Leitura, Reinaldo Azevedo era bastante citado nos textos do Mídia Sem Máscara, ainda que fosse acusado por um de seus principais intelectuais, Heitor de Paula, de fazer parte – ao lado de Armínio Fraga e Demétrio Magnoli - da “pseudo-direita” a serviço do globalismo de George Soros<sup>311</sup>. O convite de Diogo Mainardi para participar, em 2005, da edição especial de final de ano do Manhattan Connection, tradicional programa de TV por assinatura comandado de Nova York pelo jornalista Lucas Mendes, ajudou a projetar Azevedo, que em menos de um ano assumiu coluna na revista Veja. Então o principal veículo de oposição ao governo Lula, que contava com Mainardi como seu articulista mais polêmico.

Em 2007, a Record reuniu os textos semanais de Mainardi na coletânea *Lula é Minha Anta*. O sucesso de vendas fez a editora lançar, no ano seguinte, outra coletânea de artigos antipetistas publicados na Veja, dessa vez de autoria de Reinaldo Azevedo. *O País dos Petralhas* (2008) foi um novo sucesso de vendas e, ao cunhar o termo “petralha”, impulsionou a retórica de criminalização das esquerdas que avançava a partir das revelações do “Escândalo do Mensalão”. Além da demanda por conteúdo oposicionista, o sucesso das publicações se explica pelo *know-how* no tratamento do ciclo editorial e pela ampla cadeia editorial articulada pela Record, uma das mais tradicionais editoras do Brasil. Fundada em 1942, a empresa soube tirar proveito da expansão de mercado estimulada nos anos 1990 pelo Plano Real<sup>312</sup> e, inspirada na editora estadunidense Random House, começou a comprar concorrentes tradicionais com objetivo de estabelecer selos editoriais voltados para públicos diversos; muitas vezes, dissonantes. Entre elas, as editoras marxistas Paz e Terra e Civilização Brasileira (Silva, 2018).

O sucesso das coletâneas antipetistas de Mainardi e Azevedo deu início a uma guinada na Record, então dirigida por Luciana Villas-Boas. A política de descentralização dos projetos editoriais, ao mesmo tempo que abriu espaço no mercado de livros de esquerda para a ascensão de um novo *player* como a Boitempo, impulsionou a expansão do segmento de livros de direita, até então limitado a pequenas editoras. Uma das primeiras a focar nesse público havia sido a

---

<sup>311</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 48.

<sup>312</sup> Com a estabilização monetária, o crescimento das redes varejistas, a entrada de capital estrangeiro no mercado nacional e a formação de grandes conglomerados editoriais no país, o número de títulos em primeira edição ou reimpressão produzidos no Brasil saltou de 20 mil em 1990 para 50 mil, em 1997 (SILVA, 2018, p. 75).

Topbooks, criada por José Mário Pereira às vésperas das eleições gerais de 1990 com objetivo de promover os candidatos Roberto Campos e Delfim Netto, entre outros. O lançamento da autobiografia de Campos (*A Lanterna na Popa*) inseriu o selo no mapa editorial brasileiro, e nos anos seguintes a Topbooks se consolidou como referência para leitores de direita, com a publicação dos livros de Olavo de Carvalho: *Aristóteles em Nova Perspectiva: Introdução à Teoria dos Quatro Discursos* (1996), *Como Vencer um Debate Sem Precisar Ter Razão. Comentários à “Dialética Erística” de Arthur Schopenhauer* (1997), *A Longa Marcha da Vaca para o Brejo – e, Logo Atrás dela, Os Filhos da PUC (O Imbecil Coletivo II)* (1998).

Carvalho também vinha publicando livros por editoras como IAL & Stella Caymmi - *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994) e Diadorim - *O Jardim das Aflições: de Epicuro à Ressurreição de César (Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil)* (1995) -, quando assumiu a direção da editora da Faculdade da Cidade, em 1999<sup>313</sup>. Pelo selo da UniverCidade, Carvalho havia publicado, em 1997, *O Futuro do Pensamento Brasileiro. Estudos sobre o Nosso Lugar no Mundo* e *O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras*.

Em 2000, o empresário Edson Filho funda a editora É Realizações em São Paulo, lançando autores conservadores clássicos como Eric Voegelin e Paulo Mercadante, além de intelectuais ligados ao projeto do Mídia Sem Máscara, criado dois anos depois. Entre eles: Heitor de Paola e o venezuelano Alejandro Peña Esclusa<sup>314</sup>.

Com a fundação do IMB em 2007, foi criada no ano seguinte a editora Mises Brasil com objetivo de publicar a preços acessíveis traduções - feitas pelos próprios membros do *think tank* - de economistas ultraliberais. Muitas vezes em parceria com a É Realizações ou com o Instituto de Estudos Empresariais<sup>315</sup>. Outra editora fundada a partir de um movimento político foi a Vide Editorial, ligada à Vigilância Democrática (VIDE), que fazia parte de rede extrapartidária do MSM<sup>316</sup>. A editora surge em Campinas em 2009 publicando autores como Antonio Paim, Ricardo

---

<sup>313</sup> PATSCHIKI, 2012, p. 38.

<sup>314</sup> Ibid., p. 60.

<sup>315</sup> Ibid., p. 62.

<sup>316</sup> Ibid., p. 62.

Vélez Rodrigues, Wolfgang Smith, Roger Scruton e Eric Voegelin, além de *Maquiavel ou a confusão demoníaca* (2011), de Olavo de Carvalho.

No mesmo ano, o conglomerado editorial português LeYa passou a operar no Brasil<sup>317</sup> e lançou, em 2011, o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, escrito por Leandro Narloch. Não só o título, como o projeto gráfico induzia o leitor a acreditar que estava diante de uma abordagem humorística, quando se tratava, na verdade, de uma peça de propaganda direitista e de revisionismo histórico em favor da ditadura militar. Era a aplicação mais bem-acabada da interpretação distorcida de Gramsci que levou Olavo de Carvalho a apontar a dissimulação calculada como principal método na disputa por hegemonia cultural. Em seguida, Narloch lançou o *Guia Politicamente Incorreto da América Latina* (2011), o *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo* (2013) e o *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira* (2015); ficando a redação do *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (2012) a cargo de Luiz Felipe Pondé.

O projeto de revisionismo histórico de Narloch foi lançado no mesmo ano de 2011 em que a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.528, criando, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República,

“a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”<sup>318</sup>.

A CNV foi instituída em 16 de maio de 2012, iniciando o trabalho colegiado de apuração das violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, conforme estabelecido pelo art. 8º. Também em 2012 foi lançado pela editora Topbooks *Memórias de uma Guerra Suja*, de Rogério Madeiros e Marcelo Netto. O livro trazia depoimentos do ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra sobre os bastidores da repressão durante a ditadura militar, incluindo a execução e a incineração de corpos de opositores do regime em fornos da Usina Cambahyba de açúcar, em Campos dos Goytacazes-RJ. O depoimento seria reafirmado diante das câmeras no filme *Pastor Cláudio*, dirigido por Beth Formaggini em 2019. A instalação de uma Comissão para investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro seguida da publicação das

<sup>317</sup> SILVA, 2018, p. 82.

<sup>318</sup> PLANALTO, 2011. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2020.

revelações do ex-delegado do DOPS indignou amplos setores das Forças Armadas. Os militares enxergaram nas iniciativas “revanchismo” dos derrotados em 1964 e foram se afastando cada vez mais do PT, que, nos governos Lula, havia expandido o orçamento militar e articulado a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, instituída em 2004.

Ao mesmo tempo que crescia a insatisfação nos quartéis, setores conservadores católicos e evangélicos se indignavam com o reconhecimento legal da união estável para casais do mesmo sexo. O julgamento do Supremo Tribunal Federal excluindo “qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento de união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar” aconteceu em 5 de maio de 2011<sup>319</sup>, poucos meses antes da criação da Comissão Nacional da Verdade. No ano seguinte, o STF reconheceu também o direito ao aborto em casos de anencefalia fetal e confirmou a validade do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Em 2013, foi promulgada a PEC das Domésticas, ampliando seus direitos trabalhistas, e, em junho de 2014, Dilma sancionou a Lei nº 8.069, que proibida o “uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante” na educação de crianças e adolescentes<sup>320</sup>.

Segundo Camila Rocha e Jonas Medeiros (2020), esse avanço em sequência de pautas progressistas históricas registrado no Brasil entre 2011 e 2014 foi sentido pelos segmentos mais conservadores da sociedade como um verdadeiro “choque de progressismo”<sup>321</sup>. Foi também durante o primeiro governo Dilma que as “Marchas das Vadias” se espalharam por todo território nacional. Inspiradas na *SlutWalk*, surgida no Canadá em resposta a um oficial de segurança que orientou mulheres “a não se vestirem como vadias” para evitar estupro, milhares de mulheres saíram às ruas em protesto contra a violência de gênero e a culpabilização das mulheres pela violência sexual<sup>322</sup>.

<sup>319</sup> NOTÍCIAS STF, 2011. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

<sup>320</sup> PLANALTO, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2020.

<sup>321</sup> ROCHA; MEDEIROS, 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>>.

Acesso em: 2 ago. 2020.

<sup>322</sup> OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/marcha-das-vadias-chega-ao-brasil>>.

Acesso em: 1 ago. 2020.

Os atos se multiplicaram entre 2011 e 2013, organizados grande parte das vezes pelo Facebook e contando com forte presença de estudantes universitárias. O caráter performativo das mobilizações, incluindo seios desnudos e pinturas corporais, buscava enfrentar a violência de gênero estrutural a partir de sua dimensão simbólica, além de exigir o fim do machismo e a igualdade efetiva entre homem e mulher. Só que as próprias dinâmicas da internet, utilizada como ferramenta de mobilização, faziam com que performances pontuais de coletivos dedicados a chocar a sociedade - quebrando santas, por exemplo, ou realizando atos sexuais públicos com objetos religiosos<sup>323</sup> – ganhassem repercussão muito maior nas redes digitais do que conteúdos que informassem efetivamente sobre o movimento. E essas imagens viralizavam rapidamente no Facebook e no WhatsApp (aplicativo de mensagens lançado em 2009), como se representassem as lutas feministas como um todo, repercutindo também na mídia tradicional.

O episódio mais controverso aconteceu no campus de Rio das Ostras-RJ da Universidade Federal Fluminense, onde um grupo de estudantes do Departamento de Artes e Estudos Culturais resolveu realizar uma performance artística na festa de confraternização que encerrou o “2º Seminário de Investigação & Criação - Corpo e Resistência”. Durante a performance intitulada “Xereca Satânik”, uma das integrantes do Coletivo Coiote inseriu a bandeira do Brasil na vagina, depois costurou seu órgão genital com ajuda de colegas e, ao final, queimou a flâmula numa fogueira<sup>324</sup>. Tudo registrado pelas câmeras dos celulares das dezenas de estudantes que assistiam ao espetáculo. As imagens viralizaram rapidamente nas redes digitais, chegaram à grande mídia e, na semana seguinte, a Polícia Federal fez uma diligência no campus da UFF<sup>325</sup>. A estudante que protagonizou o episódio já havia chamado atenção introduzindo a imagem de uma santa na vagina<sup>326</sup> durante a missa do Papa Francisco que reuniu três milhões de pessoas na praia de Copacabana em julho de 2013. Mas depois da revolta gerada em Rio das Ostras

<sup>323</sup> ROCHA; MEDEIROS, 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

<sup>324</sup> Ibid.

<sup>325</sup> G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/06/professor-da-uff-declara-apoio-total-aos-organizadores-de-festa-polemica.html>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

<sup>326</sup> AZEVEDO. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/universidade-federal-em-tempos-petistas-vagina-e-costurada-num-evento-chamado-xereca-satanik-na-uff-voce-estao-lendo-direito-chefao-do-departamento-diz-que-os-criticos-da-festa-sao-conservadores-e-de/>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

pelo “Xereca Satânik”, acabou recebendo ameaças de morte e foi forçada a voltar para a sua cidade natal, ainda que o corpo docente do curso de Produção Cultural da universidade tivesse saído em sua defesa, publicando em nota:

Causa-nos espanto o grau de estranheza e criminalização com a qual tanto a performance da artista Raíssa, quanto a própria universidade foram tratadas nos últimos dias. Por se tratar de um espaço de experimentação de linguagens e reflexão - com seus evidentes riscos de choque à moral e ao senso comum -, é justamente na universidade onde devem ser expostos os descontentamentos, estimulados os debates, e negados quaisquer vícios de censura (Rocha; Medeiros, 2020).

O fato de tudo ter acontecido dentro do campus de uma universidade pública, e com apoio do corpo docente, inflamou setores conservadores, especialmente os grupos religiosos de direita que seguiram se organizando e difundindo suas ideias nas redes digitais. A viralização de imagens das Marchas das Vadias e de performances como a de Rio das Ostras serviam de combustível para a ação cada vez mais unificada de diferentes grupos voltados à defesa dos valores da família tradicional. Essas imagens se somaram, no imaginário dessas pessoas, a determinadas fotografias de paradas LGBT, como a de um homem beijando outro homem vestido de Jesus Cristo e a imagem de uma transsexual presa a uma cruz<sup>327</sup>.

Quando entregou a Medalha Tiradentes a Olavo de Carvalho em 2012, Flávio Bolsonaro mencionou, durante uma *live*, seu repúdio à “parada gay de São Paulo”. O então deputado estadual do Rio de Janeiro buscava, assim, chamar atenção para uma das principais bandeiras de seu pai, deputado federal pelo mesmo estado. Até então, Jair Bolsonaro havia feito carreira defendendo interesses corporativos de militares e policiais, mas acabou se projetando nacionalmente ao abraçar campanha para barrar a impressão do material escolar – apelidado de “Kit Gay” - relativo ao projeto “Escola sem Homofobia”, que tinha origem no programa “Brasil sem Homofobia” formulado ainda em 2004. Flávio recebeu a seguinte resposta do escritor:

Por que eles fazem isso? Eles poderiam ter defendido a causa deles de uma maneira discreta, tranquila, mostrando os gays como pessoas bem comportadas, por que eles não fizeram isso? Por que eles escolheram o contrário? Escolheram o escândalo? A esculhambação? O liberou-geral, o carnavalesco? Porque eles sabem que isso vai chocar o pessoal religioso e evangélico e esses caras vão ter uma reação emocional, vão investir contra o homossexualismo. Daí o que eles fazem? “Tá vendo, homofobia!” Eles usam isso como prova de homofobia, e os evangélicos e católicos caem no engodo. Ficam numa cruzada contra o

<sup>327</sup> ROCHA; MEDEIROS. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>>.

Acesso em: 2 ago. 2020.

homossexualismo. E eu digo: isso é besteira meu filho, o homossexualismo existe desde a queda de Adão, e vocês não vão acabar, o que nós temos que lutar é contra que essa legislação exista e não botar em questão o homossexualismo em si. Isso é bobagem. Inclusive porque tem um site maravilhoso que chama “gays de direita”, eles denunciam toda essa coisa de que existe perseguição homofóbica, então essas pessoas estão do nosso lado, e acredito que a maior parte dos gays estaria do nosso lado a hora que eles entendessem a mentira constitutiva desse movimento e as ambições psicóticas dessa gente (Rocha; Medeiros, 2020).

Ao homenagear Olavo de Carvalho, Flavio Bolsonaro reconhecia o escritor como principal referência intelectual da direita brasileira e articulador do campo conservador na esfera das “guerras culturais”, expressão americana que havia sido incorporada pelos militantes brasileiros a partir da chave do “gramscismo”. Sendo esse status confirmado, pouco depois, pelo estrondoso sucesso editorial de *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota*, coletânea com quase 600 páginas de crônicas organizada pelo colunista da Veja Felipe Moura Brasil e publicada pela editora Record em 2013. Nenhum de seus livros havia contado com tamanho investimento no ciclo editorial, nem na distribuição e na divulgação: “O que fizemos foi dar um tratamento pop ao autor. Nós *hypamos* o Olavo, desde a escolha do título até a capa”, explicou o editor Carlos Andreazza, que assumira a área de não-ficção da Record após a saída de Luciana Villas-Boas, em 2012. A aposta num projeto gráfico inovador e as escolhas editoriais pensadas para dialogar com um público jovem acabaram dando resultado. Em menos de dois anos, *O Mínimo* (2013) já havia vendido mais de 100 mil cópias, número muito acima das tiragens médias no Brasil, que não passa de 10 mil exemplares<sup>328</sup>.

Se a publicação de *Lula é Minha Anta* (2007), de Diogo Mainardi, e *O País dos Petralhas* (2008), de Reinaldo Azevedo, havia apontado o potencial do mercado de leitores de direita, o fenômeno de vendas do *Mínimo* consolidou, de uma vez, a guinada à direita da editora Record conduzida por Andreazza. “Havia e há uma imensa demanda reprimida, culpa dos cerca de 50 anos em que a produção editorial brasileira excluiu os pensamentos liberal e conservador de suas prensas”<sup>329</sup>, declarou o editor, que é neto do engenheiro e militar Mário Andreazza, ministro dos Transportes durante os governos Costa e Silva e Médici.

O sucesso editorial do conservadorismo num momento de avanço de pautas progressistas no plano institucional parecia, todavia, colocar o Brasil em sintonia

<sup>328</sup> SILVA, 2018, p. 81.

<sup>329</sup> Ibid., p. 81.



com tensões que se manifestavam também em outras partes do mundo. No mesmo ano de 2013, mais de 300 mil franceses protestaram em Paris contra a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, exibindo faixas azuis e cor-de-rosa para representar as diferenças, a serem preservadas, entre meninos e meninas. O ato chamado *La Manif Pour Tous* (A manifestação para todos) não conseguiu impedir a aprovação da união homoafetiva no Parlamento no final de abril, mas chocou o governo socialista de François Hollande e a imprensa progressista francesa. Além da dimensão da manifestação, impressionou a capilaridade de sua organização, sustentada por redes de leigos católicos e por grupos de oração carismáticos (Lilla, 2019, p. 32).

No Brasil, o sucesso de livros de direita era puxado pela expansão do mercado editorial como um todo, que saltou de 20 mil títulos produzidos em 1990 para 60 mil, em 2013. O número total de exemplares vendidos também passou de 212 milhões (1990) para 390 milhões, em 2015, estimulado – entre outros fatores – pela abertura de mega livrarias e, sobretudo, pela reorganização da cadeia produtiva do livro através da ampliação das vendas pela internet<sup>330</sup>. Em 2012, a Três Estrelas havia publicado *Por que Virei à Direita* (2012), espécie de livro-manifesto assinado de Luiz Felipe Pondé, Denis Rosenfield e João Pereira Coutinho. E no ano seguinte a Record, já na gestão Andreazza, publicou *Década Perdida: Dez Anos de PT no Poder* (2013), do historiador e então apresentador da Rádio Jovem Pan Marco Antonio Villa. Outro sucesso da editora lançado no mesmo ano foi *Esquerda Caviar: A Hipocrisia dos Artistas e Intelectuais no Brasil e no Mundo* (2013), livro de Rodrigo Constantino que vendeu mais de 50 mil cópias: número também muito superior às tiragens médias do país.

Desde 2010, o economista vinha escrevendo coluna em O Globo, um dos jornais de maior circulação do país, consolidando-se como um dos principais multiplicadores do ultraliberalismo no Brasil. Participou, por exemplo, ao lado de Bernardo Santoro, da renovação do Instituto Liberal, aproximando a organização pioneira – que hoje preside – da nova geração de militantes liberais radicais emergida do Orkut. Também surgiam novas iniciativas como o Instituto Ordem Livre, fundado em 2009 com apoio do grupo empresarial Localiza, mesmo ano em que o cientista político gaúcho Fábio Ostermann começou a articular a fundação do

---

<sup>330</sup> Ibid. p. 78.

Estudantes pela Liberdade, seção brasileira da *Students for Liberty*. A instituição surgida em 2008 a partir do *Institute for Humane Studies* tornou-se rapidamente, com suporte de grandes *think tanks*, uma rede internacional de jovens militantes em defesa do Estado mínimo. Estes passaram a atuar de forma cada vez mais intensa na internet, via canais de YouTube, redes sociais e páginas como a Spotniks (mantida por *crowdfunding*). Assim, a nova geração contribuía para renovar a estética e a linguagem das intervenções do liberalismo no debate público, buscando cooptar jovens militantes para a causa.

As entrevistas realizadas por Camila Rocha (2018) também revelaram a influência sobre essa nova geração da tese da “hegemonia do esquerdismo” na vida cultural, enquanto elemento-chave para a construção de uma autoimagem coletiva de marginalização e resistência anti-establishment. Nesse sentido, as sucessivas vitórias do PT nas eleições presidenciais eram interpretadas como confirmação da teoria difundida inicialmente por Olavo de Carvalho, mas que era absorvida, de maneira acrítica, pela intelectualidade de direita, incluindo nomes como Reinaldo Azevedo e Luiz Felipe Pondé.

“É possível ser, digamos, ‘gramsciado’ sem jamais ter lido Gramsci. Aliás, o ‘gramsciado-modelo’ não sabe que foi vítima de um gramsciano, hehe. É um perfeito idiota. Isso é parte da teoria”, escreveu Reinaldo Azevedo no seu blog em agosto de 2008<sup>331</sup>. A ideia do espantalho onipresente e onipotente, capaz de moldar as ações dos indivíduos sem que ninguém se dê conta, era difundida inclusive em meios de comunicação de massa. Em 2012, William Waack apresentou edição especial do programa Painel, do canal de TV por assinatura GloboNews, sobre “direita e esquerda”, e em determinado momento lançou a seguinte pergunta aos entrevistados, todos de direita:

“Torna-se impossível uma discussão dessas porque, de fato, boa parte da sociedade brasileira não está interessada na discussão de valores no sentido cultural amplo ou porque, de fato, esse monopólio gramsciniano tá de tal forma estabelecido que não há mais espaço?”<sup>332</sup>.

“Eu me inclino para a segunda hipótese” foi a resposta do sociólogo Bolívar Lamounier. Mesma linha seguida pelo filósofo Luiz Felipe Pondé, sentado na

<sup>331</sup> AZEVEDO. Direito Achado na Rua: gramscianos, “gramsciados” e reclamações. Publicado em 26 ago. 2008. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/direitoachado-na-rua-gramscianos-gramsciados-ereclamacoes/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

<sup>332</sup> GLOBO NEWS. Painel. Publicado em 28 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-BYsM3peQPw&t=141s>> Acesso em: 29 out. 2017.

cadeira ao lado: “Eu tenho uma sensação de que o Brasil marcha lentamente para um certo consenso esquerdizante gramsciano”. Lamonier apontou, então, o caminho que a direita brasileira deveria seguir: “eles fizeram uma guerra ideológica e ganharam. Nós temos que fazer a nossa”<sup>333</sup>.

Só que fazia anos que o economista Rodrigo Constantino vinha dedicando suas energias a essa “guerra ideológica”, escrevendo, palestrando e organizando militantes ultraliberais e anti-esquerdistas. O que acabou, em parte, por pavimentar o caminho para o sucesso editorial de *Esquerda Caviar*. Publicado em 2013, o livro retomava a tese da hegemonia gramsciana na cultura brasileira, mas a partir da perspectiva da direita radical norte-americana. Daí que o fenômeno fosse apresentado como a corrosão, no Brasil, dos valores ocidentais defendidos pela liderança heroica dos Estados Unidos. O economista nunca havia escondido sua paixão pelo país, divulgando fotos - tiradas num estande de tiro - vestindo bermuda com estampa da bandeira estadunidense enquanto atirava no símbolo do Partido dos Trabalhadores<sup>334</sup>. Essas fotografias ajudam a compreender como a denúncia da *Hipocrisia dos Artistas e Intelectuais no Brasil e no Mundo* proposta pelo livro assume forma abertamente macarthista, já que Constantino termina *Esquerda Caviar* (2013) com um Index de celebridades do Mal, reunidas sob o título *Políticos, gurus, legitimadores, hollywoodianos e outros boçais úteis*.

São 61 páginas de ataques a 42 duas personalidades, entre políticos, cantores, atores, apresentadores de TV, escritores, empresários e economistas. A lista vai de Gandhi ao Dalai-Lama, passando por Obama, George Soros, Oprah Winfrey, o Nobel de Economia Paul Krugman, além de artistas como Leonardo DiCaprio, George Clooney, Angelina Jolie e Barbra Streisand. No Brasil, além de políticos de esquerda como Eduardo Suplicy e Chico Alencar, e de artistas historicamente engajados como Oscar Niemeyer e Chico Buarque, chama atenção que a lista seja encerrada justamente pelo apresentador Luciano Huck, um empresário liberal apoiador de candidaturas do PSDB.

Isso mostra que o argumento da “esquerda caviar” – termo que se popularizaria nas direitas – vai além da teoria da hegemonia cultural gramsciana ou

---

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> DCM. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Agonia-da-Abril-faz-mais-uma-vitima-o-blogueiro-Rodrigo-Constantino/12/34669>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

mesmo da noção norte-americana de “guerras culturais” contra elites progressistas.

Em determinado momento de sua argumentação, Rodrigo Constantino vai escrever:

Para muitos estudantes, o discurso sensacionalista e revolucionário de esquerda pode ser também uma estratégia para conquistar corações, para “pegar” as meninas mostrando seu lado mais “humano”, contra os “mauricinhos” egoístas que só pensam em trabalhar. Nada como uma camiseta do Che e um bagulho no bolso, com a fala meio arrastada, para derreter o coração de uma patricinha entediada (2013, p. 28).

Uma chave importante para a compreensão dessa passagem do livro é encontrada no diagnóstico feito por Luiz Felipe Pondé de que o período histórico atual será lembrado no futuro como a “era do ressentimento”. Segundo o filósofo de direita, a fato de a “sociedade contemporânea ser cada vez mais disjuntiva (conflituosa, contraditória, sem nenhuma cura possível) em sua operação, faz com que o movimento de nossa História tenda cada vez mais ao conflito”<sup>335</sup>. O ressentimento, definido a partir de Nietzsche como “marca humana essencial”, teria passado a predominar no mundo, assumindo infinitas formas. Seja estética, política, ética ou “sexual”. E é a partir da chave nietzschiana do ressentimento do inferior em relação ao superior que Pondé vai refutar a perspectiva marxista da luta de classes:

Nesse sentido, [Nietzsche] foi mais profundo do que todo o blábláblá da luta de classes, tema na moda por décadas. Mas essa moda se deve justamente ao fato de a luta de classes ser um conceito que deita raízes justamente no ressentimento que a vida social gera porque somos o tempo todo lançados a conviver com gente melhor do que nós (Pondé, 2014, p. 20).

Como na moderna sociedade capitalista as possibilidades de competição social são determinadas não somente pelo capital econômico em sentido estrito, mas também pelo capital cultural e social (Bourdieu, 2002), a tese de Pondé da exploração política de ressentimentos – definidos literalmente como “inveja de quem é melhor”<sup>336</sup> – deve necessariamente levar em consideração também o impacto social da desigualdade nas trocas de capital simbólico. É nesse sentido que a passagem de *Esquerda Caviar* (2013) pode ser compreendida como a canalização de ressentimentos sexuais no sentido de uma mobilização política contra as esquerdas, especialmente contra a luta das mulheres e do movimento LGBT por igualdade. Constantino assume, em sua argumentação, posição de vitimização dos

---

<sup>335</sup> PONDÉ, 2014, p. 12.

<sup>336</sup> Ibid., p. 21.

homens de direita diante de um hipotético cenário de injustiça na distribuição do “capital erótico”, definido por Hakim como:

uma obscura, embora crucial, combinação de beleza, *sex appeal*, capacidade e apresentação pessoal e habilidade sociais - uma união de atrativos físicos e sociais que torna alguns homens e mulheres companhias agradáveis e bons colegas, atraentes para todos os membros de sua sociedade e, especialmente, para o sexo oposto (2012, p. 7).

Na passagem, Constantino verbaliza a dimensão estritamente sexual de um sentimento mais amplo, que deve ser levado em consideração na análise das dinâmicas de rejeição das direitas às elites progressistas. O “capital erótico” é, na verdade, manifestação do capital simbólico, fenômeno social compreendido por Bourdieu como “uma série de habilidades que os indivíduos possuem, cada um em maior ou menor grau, e que vão impactar diretamente sua relação com o outro e com as formas de poder exercido no campo social” (Alcantara; Ituassu; Moura, 2019, p. 222).

Abertamente ressentido em virtude de desigualdades na economia das trocas simbólicas, Constantino vai se voltar a um ataque violento contra as minorias, principalmente contra os movimentos feministas, definidos, em suas palavras, como fruto da “inveja das ‘mocreias’<sup>337</sup>. A indústria audiovisual também é denunciada por fornecer maus exemplos de comportamento para as mulheres:

Quem acha que a Samantha Jones de *Sex and the City* não é um exemplo de comportamento decente, e que dificilmente uma mulher solteira que faz sexo com qualquer um (ou uma) aos 40 anos será genuinamente feliz, ainda não entendeu o mundo moderno tal como Hollywood o concebeu. É um reacionário preconceituoso! (Constantino, 2013, p. 32).

“Vale a pena ser um cavalheiro diante de mulheres que se orgulham da ‘marcha das vadias’?”, questiona Constantino antes de sentenciar: “as feministas devem estar felizes com tais mudanças, ao menos aquelas que não foram deixadas para morrer...”<sup>338</sup>. Mesmo a Lei Maria da Penha, aprovada para punir violência contra a mulher, é desqualificada pelo economista ultraliberal como “privilégio para as ‘minorias’ e “cartada sexual” “muito útil para demagogos”.

A Lei Maria da Penha, por exemplo, foi aprovada pelo governo petista como um grande passo no combate ao machismo. Detalhe: o caso que dá nome à lei consistiu em nada menos que um tiro disparado pelo marido contra a mulher. Ora bolas! Eu poderia jurar, ao menos até a última vez que verifiquei o código de leis, que sair

<sup>337</sup> CONSTANTINO, 2013, p. 204.

<sup>338</sup> Ibid., p. 207.

por aí dando tiros já é crime, seja em mulher, seja em homem, seja em seres indefinidos. Mas então um maluco dá tiro na mulher e uma lei é criada para atacar o “machismo” da sociedade? Já não tínhamos leis que punissem casos assim? (Constantino, 2013, p. 207).

Escorado na retórica da liberdade de expressão contra o “politicamente correto” – dominante nessa direita que se consolidava contra o PT -, o que Rodrigo Constantino faz é expressar de maneira literal ressentimentos e preconceitos compartilhados por milhões de brasileiros e que não encontravam, na sua opinião, o devido espaço na mídia profissional e na academia, por serem estas dominadas pela esquerda.

A publicação desse tipo de discurso abertamente reacionário numa editora do porte e da tradição da Record não apenas ampliou largamente o seu alcance, como lhe conferiu legitimidade social. Tendo o mesmo acontecido com o sucesso do *Mínimo* (2013), de Olavo de Carvalho, que lançado no mesmo ano por Andreazza e Moura Brasil institucionalizou uma obra marcada por teorias da conspiração e pregações intolerantes. Oficialmente, a iniciativa buscava promover a pluralidade de ideias na esfera pública, abrindo espaço para o pensamento liberal e conservador, mas, na prática, acabou formando novas gerações de brasileiros ultraliberais e reacionários, movidos por uma visceral rejeição às esquerdas.

Com o avanço em sequência de pautas progressistas no plano institucional e o desgaste do PT no poder, esse sentimento se intensificou, tornando o progressismo sinônimo de *establishment* para um número crescente de pessoas.

A viralização de imagens de performances militantes chocantes também contribuía para promover o pânico social, atuando no sentido de acelerar dinâmicas em curso nas redes digitais. Fazia anos que as fronteiras entre críticas legítimas aos movimentos sociais e discursos de ódio vinham sendo borradas na internet, principalmente nos comentários de sites e nas redes sociais, onde a intolerância ganhava a proteção do anonimato. É o que apontava a análise de manifestações de racismo, misoginia e LGBTfobia no Twitter publicado por Anita Lucchesi em 2012.

Essas dinâmicas, no entanto, pareciam ignoradas por boa parte dos analistas, ou, ao menos, seu impacto social não era compreendido em sua real dimensão. Em parte, devido à velocidade do avanço da internet, que dificultava a assimilação das mudanças.

O dinamismo do cenário também escapava às vanguardas de esquerda, que, insatisfeitas com o governo federal por motivos diferentes da direita, passaram a

questionar o PT enquanto partido da ordem, ligado ao grande capital. Buscaram, então, utilizar as redes de comunicação digital para promover novas práticas de militância horizontais e mobilizar grandes massas contra o poder instituído, inspiradas pelas mobilizações emergidas do Facebook e do Twitter em países como Tunísia, Espanha e Estados Unidos.

Assim, a magnitude e o caráter espontâneo das manifestações anticapitalistas dos Indignados e do *Occupy Wall Street* renovavam o horizonte utópico revolucionário das esquerdas ocidentais a partir da crença na natureza democratizante da internet. O Brasil parecia ocupar lugar destacado nesse processo, só que o desdobrar dos acontecimentos colocariam o país num rumo bem diferente do imaginado pelas vanguardas autonomistas progressistas.

## 4 Junho de 2013 entre utopias e distopias digitais

Manifestações de estudantes contra passagens de ônibus não eram raras no Brasil dos anos 2000. Em 2003, milhares de secundaristas saíram às ruas de Salvador contra o aumento de 20 centavos na chamada Revolta do Buzu, marcada pela espontaneidade das assembleias e pelo bloqueio de ruas com objetivo de angariar apoio popular. Roteiro que se repetiria nas duas Revoltas da Catraca que aconteceram em Florianópolis em 2004 e 2005, em Teresina em 2011 e nas mobilizações de Vitória de 2005, 2011 e 2012. Em 2013, o movimento se intensificou, com protestos em fevereiro na cidade de Porto Alegre, e, em maio, estudantes fizeram o prefeito de Natal recuar no aumento das passagens após interditarem as principais vias da capital do Rio Grande do Norte. Poucos dias depois foi a vez dos jovens de Goiânia caminharem em protesto até a Praça Cívica, onde foram duramente reprimidos pela Polícia Militar. O que não impediu novas manifestações no dia 28, quando 14 ativistas foram presos<sup>339</sup>.

Governos elevavam tarifas de transporte público no momento em que as principais capitais do país passavam por obras de infraestrutura, e modernos estádios padronizados pela FIFA<sup>340</sup> eram construídos para a Copa do Mundo de futebol de 2014, que voltaria a ser sediada no Brasil 64 anos após a derrota para o Uruguai na final no Maracanã. Foi nesse contexto que no dia 3 de junho de 2013 militantes do Movimento Passe Livre fecharam uma das pistas da estrada do M'Boi Mirim, na Zona Sul de São Paulo, para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus, trem e metrô de R\$3,00 para R\$3,20, anunciado no dia anterior. A prefeitura do Rio de Janeiro, escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, também havia comunicado aumento de 20 centavos na passagem de ônibus, o que levou manifestantes a organizarem passeata na Avenida Rio Branco na mesma segunda-feira em que o MPL protestara pela manhã em São Paulo.

As manifestações se intensificaram no dia 6, quando se reuniram em frente ao Theatro Municipal de São Paulo quase cinco mil pessoas, das quais quinze acabariam presas após confronto com a Polícia Militar. Duas mil voltaram a protestar no dia seguinte, fechando a Marginal Pinheiros, uma das vias mais

---

<sup>339</sup> SOUTO, 2015, p. 15.

<sup>340</sup> Federação Internacional de Futebol.



importantes da cidade. A persistência e a intensificação dos atos – articulados, sobretudo, via grupos do Facebook e divulgados através de eventos da rede social – não demorou a chamar atenção da grande mídia. Tanto que no dia 10 de junho o Jornal Nacional, da TV Globo, fez sua primeira referência às manifestações, enfatizando o “tumulto” e o incômodo causado pela obstrução do trânsito<sup>341</sup>.

No dia seguinte, cerca de cinco mil pessoas foram impedidas de chegar ao ponto final do ato, gerando confronto entre a PM e os manifestantes, entres os quais muitos utilizavam máscaras de Guy Fawkes<sup>342</sup> para encobrir o rosto. De Paris, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Fernando Haddad (PT) criticaram os manifestantes através da imprensa, que continuava classificando os atos como “vandalismo”. Foi o que fez o Jornal Nacional daquela noite e o que tentou fazer José Luiz Datena quando perguntou ao telespectador da TV Bandeirantes: “você é a favor desse tipo de protesto? Sim ou não?” A enquete via telefone foi lançada ao vivo, não sem antes o apresentador deixar clara sua opinião, enquanto eram transmitidas, ao fundo, imagens dos manifestantes que começavam a se aglomerar na tarde do dia 13 de junho no centro de São Paulo.

Me inclua fora desse negócio de baderna. Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública. E joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento”<sup>343</sup>.

Só que os votos em favor das manifestações prevaleceram de imediato na contagem transmitida em tempo real, levando Datena a questionar se os telespectadores teriam, de fato, compreendido o sentido da pergunta. “Não estou perguntando sobre o aumento da passagem, que eu também sou contra, mas o tipo de protesto que tem acontecido com quebra pau”<sup>344</sup>, esclareceu o apresentador do *Brasil Urgente*, programa dedicado a reforçar, através da cobertura espetaculosa de crimes, a sensação de insegurança na sociedade como justificativa para intensificar a repressão policial.

<sup>341</sup> SOUZA, 2016, p. 89.

<sup>342</sup> Máscara utilizada pelo protagonista de *V de Vingança*: uma vítima do Estado totalitário que decide se vingar explodindo o parlamento e incitando à população à rebelião anônima. O filme dirigido por James McTeigue em 2005 se passa numa Londres distópica e é uma adaptação da cultuada *graphic novel* homônima de Alan Moore e David Lloyd.

<sup>343</sup> DATENA, J. L. Datena surpreendido em pesquisa! Passe Livre 13/06/13. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

<sup>344</sup> Ibid.

Visivelmente constrangido, Datena tentou novamente direcionar a votação, reiterando sua posição “contra baderna”. Mesmo assim, os votos em favor dos protestos não pararam de crescer e quando chegaram a 2811 – contra 1841 – o apresentador decidiu zerar a enquete, reformulando a pergunta de forma a não deixar qualquer tipo de dúvida sobre seu viés: “Você é a favor de protesto com baderna?” Para sua surpresa, a vantagem dos votos em favor das manifestações se tornou ainda maior: 2002 contra 824. O que finalmente forçou o apresentador a se render. “O povo tá tão p. da vida com o aumento de passagem, não interessa se é de ônibus, se é de trem, se é de metrô. O povo tá tão p. da vida, que apoia qualquer tipo de protesto”<sup>345</sup>, declarou antes de pedir que a enquete fosse retirada do ar.

Quando lançou a pergunta como forma de referendar sua rejeição pessoal aos atos, Datena se dirigiu a uma audiência popular e madura, composta por 51% de pessoas acima de 50 anos e 34% na faixa entre 25 e 29. Segundo informações da *Bandeirantes*<sup>346</sup>, 45% dos telespectadores do *Brasil Urgente* pertencem à classe C e 25% às classes D e E. O episódio, além de expor o apresentador, mostrou que as manifestações contra o aumento das passagens conquistavam apoio da população, apesar do esforço de desqualificação empreendido diariamente pela grande mídia. Poucas horas depois foi a vez de Arnaldo Jabor esbravejar diante de 46,4% dos televisores ligados no horário nobre<sup>347</sup> contra os “revoltosos de classe média que não valem nem 20 centavos”<sup>348</sup>.

Do estúdio do *Jornal Nacional*, no Rio de Janeiro, o colunista comparou os protestos às ações da organização criminosa PCC e afirmou que os manifestantes não precisavam daqueles “vinténs”, uma vez que “os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal”<sup>349</sup>. Segundo Jabor, tudo não passava de uma “imensa ignorância política”, “burrice misturada a um rancor sem rumo” de uma juventude sem causas vivendo num Brasil já paralisado pela eleição presidencial de 2014. Diante das mentiras do governo Dilma, que dizia estar tudo bem “apesar dos graves perigos no horizonte, como a inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta”, os manifestantes deveriam

<sup>345</sup> Ibid.

<sup>346</sup> BAND, 2015. Tabela de preços. Disponível em: <<https://agenciarcara.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Tabela-Tv-Band-Out-2015.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

<sup>347</sup> BECKER; ALVES, 2015, p. 91.

<sup>348</sup> JABOR, A. Arnaldo Jabor fala sobre manifestações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1VtU9ZJA7tY>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>349</sup> Ibid.

se mobilizar em torno de outros temas, na sua opinião, mais relevantes para o país do que as tarifas de transporte público:

Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37? A PEC 37, por exemplo? Que será votada no dia 26 no Congresso, para impedir o Ministério Público de investigar. Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem num passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui<sup>350</sup>.

Enquanto o JN ia ao ar, jornalistas também eram atingidos pelas balas de borracha disparadas por policiais na direção dos manifestantes que marcharam do Theatro Municipal de São Paulo até a Avenida Paulista. Mais de 200 militantes foram presos<sup>351</sup>. Só que, ao invés desestimular novos atos, a brutalidade da PM acabou surtindo efeito contrário, uma vez que milhares de vídeos e fotos das agressões foram divulgados em tempo real pelos *smartphones* dos manifestantes, viralizando rapidamente nas redes digitais. É nesse momento que surgem coletivos de comunicação independentes, como o Mídia Ninja, transmitindo o desenrolar dos acontecimentos ao vivo pela internet. O que contribuiu para pressionar os veículos de comunicação a modificarem o enquadramento, principalmente depois que repórteres profissionais se tornaram vítimas.

Os atos seguiram 15 de junho, dia em que oito mil pessoas marcharam da Avenida Eixo Monumental até o Estádio Nacional Mané Garrinha, em Brasília, onde o Brasil enfrentaria o Japão na partida de abertura da Copa das Confederações, competição de seleções promovida pela FIFA como teste para a Copa do Mundo. Vinte e sete manifestantes acabaram feridos e outros 24 presos em novo confronto com a Polícia Militar<sup>352</sup>. A violência se repetiu no Rio de Janeiro no dia seguinte, quando a PM dispersou com balas de borracha e bombas de gás os manifestantes reunidos do lado de fora do Maracanã antes que a Itália entrasse em campo para derrotar o México por 2 a 1.

A repercussão da violência policial nas redes sociais atraiu simpatia e estimulou adesões às manifestações seguintes, que organizadas de maneira descentralizada em torno de lemas vagos como “vem pra rua” e “o gigante acordou” passaram a aglutinar pautas das mais variadas. Agora não era mais “só pelos 20 centavos”, mas também por melhorias na saúde, na educação e contra a corrupção

---

<sup>350</sup> Ibid.

<sup>351</sup> SOUTO, 2015, p. 16.

<sup>352</sup> Ibid., p. 16.

em geral. Até cartazes contra a PEC 37 começaram a surgir, conforme sugerido por Arnaldo Jabor no JN do dia 13, ainda que a esmagadora maioria dos manifestantes continuassem sem saber do que se tratava o Projeto de Emenda Constitucional que buscava limitar a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil. Seria uma forma de evitar abusos do Ministério Público e equilibrar a divisão do trabalho do Poder Judiciário, impedindo que um único órgão monopolizasse todas as ações e momentos processuais.

A cobertura da grande mídia passa, então, a dar destaque à PEC 37 como uma demanda cada vez mais importante das ruas, e na manhã da segunda-feira (17/6) Arnaldo Jabor faz uma “autocrítica” pública por seu “erro de avaliação” sobre as manifestações. Na rádio CBN, também das Organizações Globo, Jabor explicou que o MPL “tinha toda a cara de anarquismo inútil” e que ele só havia criticado o movimento por temer “que tanta energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas a enfrentar no Brasil”<sup>353</sup>. A partir de quinta-feira (13/6), com a violência maior da polícia, teria ficado claro para ele que

o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 92 faltava o retorno de algo como os Caras Pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. Hoje eu acho que o Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original, até mais rica que os Caras Pintadas, justamente porque não tem um rumo, um objetivo certo a priori<sup>354</sup>.

Jabor não somente inverte sua posição sobre os atos, como passa a elogiá-los justamente pela falta de rumo e objetivos definidos. Com todas as letras, o jornalista diz se tratar de uma “oportunidade” – “que não pode ser perdida” - de canalizar essa “energia do Passe Livre” para “melhorar as condições de vida do Brasil”<sup>355</sup>. E essa melhora deveria começar barrando o Projeto de Emenda Constitucional a ser votado no Congresso Nacional dali a duas semanas.

Não basta lutar genericamente contra a corrupção. Há que se deter em fatos singulares e exemplares, como, por exemplo, a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui a uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba na prática com o Ministério Público, que pode reverter as punições do Mensalão, pode acabar até com o processo da morte de Celso Daniel<sup>356</sup>.

<sup>353</sup> JABOR, A. Arnaldo Jabor se retrata e diz que errou e apoia as manifestações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nA5zweB98FU>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> Ibid.

<sup>356</sup> Ibid.

Os outros alvos concretos, contra os quais as manifestações deveriam ser redirecionadas, seriam a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobrás, a construção da Ferrovia Norte-Sul, as obras do PAC<sup>357</sup> e da transposição das águas do Rio São Francisco e a inflação. Ou seja, “a energia” daquele movimento de massas descentralizado não poderia ser “desperdiçada” com as pautas municipais e estaduais de transporte, devendo ser canalizada contra o governo federal, presidido por Dilma Rousseff, do PT. Jabor não poderia ter sido mais explícito.

Na noite daquela segunda-feira (17/6), as manifestações alcançariam um novo patamar, impulsionadas pela explosão de conteúdo nas redes sociais. Em 24 horas, foram feitas mais de 548,9 mil publicações a respeito, número 8,5 vezes maior do que o volume postado durante as manifestações anteriores, realizadas quatro dias antes<sup>358</sup>. O ato de São Paulo contou com a presença de 65 mil pessoas<sup>359</sup>, que partindo do Largo da Batata se dividiram em três grupos: um seguiu pela Avenida Faria Lima, outro ocupou a Avenida Paulista, e o terceiro foi da Marginal Pinheiros ao Palácio dos Bandeirantes. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, 100 mil<sup>360</sup> manifestantes caminharam da Avenida Rio Branco até a ALERJ<sup>361</sup>, onde houve intenso confronto com a PM. Protestos também foram organizados em Curitiba (10 mil pessoas), Fortaleza (5 mil), Belo Horizonte (20 mil), Porto Alegre (10 mil) e Brasília, onde centenas de pessoas conseguiram ocupar a marquise do Congresso Nacional.

Nesse momento, a cobertura da grande mídia vira a chave e passa a enquadrar os protestos como “expressão democrática” da insatisfação de um povo cansado da corrupção. O prejuízo ao trânsito perde, então, espaço na pauta, e os confrontos se transformam subitamente em fatos secundários, resultado da ação de uma “minoría de vândalos”<sup>362</sup> que não representa a maioria pacífica dos manifestantes. Imagens da bandeira nacional e de pessoas cantando o hino com camisa da seleção brasileira vão tomando lugar, na edição das reportagens de TV, das cenas de mascarados destruindo o patrimônio público.

---

<sup>357</sup> Lançado em 2007, durante o governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento visava intensificar o desenvolvimento econômico através de investimentos estatais.

<sup>358</sup> FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 39.

<sup>359</sup> SOUTO, 2013, p. 16.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>362</sup> SOUZA, 2016, p. 90.

Assim, a PEC 37, os gastos com a Copa do Mundo e a corrupção - tomada em sentido abstrato - passavam a dividir espaço nas ruas com as demandas iniciais por redução das tarifas de transporte, mas a multiplicação das pautas não se dava apenas em função da mudança no enquadramento midiático, sendo resultado também de dinâmicas próprias das redes sociais, que fugiam ao controle dos grupos tradicionais de comunicação. Ainda que os atos tivessem sido convocados inicialmente por coletivos como o Movimento Passe Livre e a Frente de Luta pelo Transporte, foram as páginas e os perfis anticorrupção – até ali um movimento “virtual” - que fizeram as postagens com maior número de compartilhamentos (Ortelado, 2018). Na verdade, os discursos anticorrupção e a insatisfação com o governo federal penetravam as manifestações de maneira espontânea. O que a grande mídia fez foi “aproveitar a oportunidade”, nas palavras de Jabor, de apresentá-las como as motivações centrais do movimento.

Seguem-se, então, bloqueios em rodovias de São Paulo, e milhares de manifestantes cercam o prefeito de Juazeiro do Norte, no Ceará, na saída de uma agência bancária após tentarem invadir a prefeitura. É o momento em que os governantes cedem, após duas semanas de manifestações. No dia 19 de junho, o prefeito Fernando Haddad e o governador Geraldo Alckmin anunciam a revogação do aumento da passagem em São Paulo, assim como Eduardo Paes, no Rio de Janeiro e outros prefeitos de mais quatro cidades. Mesmo assim, cerca de 30 mil<sup>363</sup> saem às ruas em Fortaleza, sendo contidos pela PM e pela Força Nacional.

Nessa mesma quarta-feira (19/6), o Jornal Nacional revelou queda na aprovação da presidente Dilma, de 79% em março para 71%<sup>364</sup>, justamente no momento em que as manifestações atingiam seu ápice. Pelo menos 100 mil pessoas saem às ruas de São Paulo no dia seguinte, após o MPL manter os atos apesar do recuo no aumento das tarifas, enquanto 25 mil manifestantes tentam novamente ocupar a cobertura do Congresso Nacional, em Brasília<sup>365</sup>. No Rio, acontece a maior de todas as manifestações: mais de 500 mil pessoas marcham pela Avenida Presidente Vargas até serem dispersadas, em frente à Prefeitura, e perseguidas pela Polícia Militar pelos bairros vizinhos.

---

<sup>363</sup> SOUTO, 2013, p. 17.

<sup>364</sup> SOUZA, 2016, p. 91.

<sup>365</sup> SOUTO, 2013, p. 17.

Além da brutalidade da PM e do volume de manifestantes, os atos do dia 20 de junho também ficariam marcados pela escalada de violência contra organizações políticas. Foram vários os casos de manifestantes - autointitulados nacionalistas e antipartidários - que agrediram e tomaram bandeiras de partidos como PT, PSOL, PCO, PCB, PSTU, e de organizações estudantis como a UNE. O que levou o organizador inicial, o Movimento Passe Livre, a se retirar dos protestos, preocupado com uma “onda oportunista da direita de tomar o ato pra si” e com a ação de pessoas contrárias a organizações sociais, que “nunca tinham participado antes de manifestações”, mas estavam “começando a usar o ato para promover a barbárie”<sup>366</sup>.

“Mesmo que sejamos contra a política de transporte duma prefeitura do PT, achamos que o PT deve ter total garantia de participar das manifestações públicas”, explicou o professor de música Rafael Siqueira, então com 38 anos. Na mesma entrevista<sup>367</sup>, o militante do MPL desde 2006 disse que grupos conservadores haviam se infiltrado nos atos para defender bandeiras que não representavam o movimento. O MPL se definia como “apartidário” por buscar “uma nova forma de fazer política” que fosse além do processo eleitoral, mas sempre deixou claro em sua comunicação que isso não significava que o movimento fosse “antipartidário”. Ao contrário, militantes de partidos políticos sempre foram “totalmente bem-vindos para colaborar na luta por passe livre” (Pinto, 2019, p. 28).

No dia 20, o IBOPE realizou pesquisa nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília, perguntando a 2002 manifestantes: *Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?* Não foram oferecidas alternativas, e entre as primeiras respostas espontâneas, as mais citadas foram:

**Contra o aumento/ a favor da redução das passagens: 27,8%.**

**Contra a corrupção/ desvios de dinheiro público: 24,2%.**

**Melhorias/ Assuntos relacionados à Saúde: 12,2%.**

<sup>366</sup> KREPP, A. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>367</sup> Ibid.

**Precariedade/ a favor da melhoria do sistema de transporte:** 7,7%.

**Melhorias/ Assuntos relacionados à Educação:** 5,3%<sup>368</sup>.

Ainda que a pauta anticorrupção já fosse a segunda mais citada, nesse momento continuavam predominando demandas por melhoria nos serviços públicos. A saída do MPL, no entanto, abre espaço para o avanço do discurso antipolítico, estimulado por uma grande mídia que não chega a se intimidar com os ataques de manifestantes revoltados com o que consideravam uma cobertura manipuladora. O Jornal Nacional diz lamentar a depredação de carros da imprensa, mas se mantém disposto a “dar voz aos manifestantes”, chegando a afirmar que quem era contra a PEC 37 não precisaria cobrir o rosto durante os atos<sup>369</sup>.

Só aí o governo federal respondeu efetivamente, anunciando uma série de medidas. Em pronunciamento oficial (24/6), Dilma Rousseff propõe a elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, o uso de 100% dos royalties do pré-sal<sup>370</sup> na educação, além de tornar a corrupção crime hediondo. Ainda faziam parte do pacote uma reforma política que aumentasse a participação popular e a contratação de médicos estrangeiros para suprir demandas emergenciais do Sistema Único de Saúde. O pacote, contudo, foi recebido com desinteresse pela mídia e sofreu reação do Congresso Nacional, onde no dia 25 de junho a Proposta de Emenda à Constituição 37/11, do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), foi derrotada de forma esmagadora. Foram 430 votos contra, apenas nove a favor e duas abstenções<sup>371</sup>. Antes das manifestações, a aprovação da PEC 37, que atribuía exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal, era dada como certa.

No sábado (22/6), 60 mil pessoas marcharam da Praça Sete ao estádio Mineirão, em Belo Horizonte, e outras duas mil protestaram do lado de fora da Fonte Nova, em Salvador, enquanto Brasil e Itália se enfrentavam. Também houve

<sup>368</sup> G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>369</sup> SOUZA, 2016, p. 91.

<sup>370</sup> Reservas de petróleo descobertas na costa brasileira abaixo da camada de sal no fundo do Oceano Atlântico.

<sup>371</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara rejeita PEC 37; texto será arquivado. Câmara dos deputados, Brasília, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/407780-camara-rejeita-pec-37-texto-sera-arquivado/>>. Acesso em: 7 mar. 2020.



protestos dois dias depois em frente à Assembleia Legislativa do Maranhão e em Goiânia, onde manifestantes bloquearam a rodovia BR-153 e quebraram dois carros da filiada local da Rede Globo<sup>372</sup>. No dia 26 de junho, 100 mil pessoas participaram da maior manifestação de Belo Horizonte<sup>373</sup>, e moradores da Rocinha e Vidigal desceram os morros para protestar junto à ocupação em frente ao apartamento do governador do Rio, Sergio Cabral, acusado de corrupção.

Três dias depois, 300 manifestantes<sup>374</sup> ainda chegaram a invadir a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, insatisfeitos com a redução de apenas cinco centavos no preço das passagens, mas a essa altura já havia ficado claro que o ciclo de manifestações perdera fôlego e se encaminhava para um final, enquanto a seleção avançava no torneio da FIFA.

Na edição de sábado (29/6) – véspera do Brasil conquistar o título contra a Espanha -, o Jornal Nacional anunciou redução de 27 pontos na aprovação de Dilma Rousseff, a maior desde o início do mandato<sup>375</sup>. Se comparada ao mês de março, a queda chegava a 35 pontos, e a rejeição também subira de inexpressivos 7% para 25%<sup>376</sup>. Daí até dezembro de 2014, a popularidade da presidenta não oscilaria tanto, mantendo-se dentro da faixa entre 30% e 40%<sup>377</sup>, mas estava aberta uma fissura na sociedade brasileira que empurraria o país numa direção até então impensável.

Os brasileiros que foram às ruas em junho de 2013 eram, em sua maioria, jovens altamente escolarizados, sem experiência associativa ou político-partidária. Entre os que se manifestaram nas principais capitais no dia 20 de junho<sup>378</sup> – ápice das jornadas -, 63% tinham entre 14 e 29 anos, e 49% estavam cursando faculdade ou haviam ao menos concluído o ensino médio. Quase metade dos manifestantes (49%) tinham superior completo, enquanto a proporção na população brasileira não passava de 12%, segundo informações da PNAD<sup>379</sup>.

---

<sup>372</sup> SOUTO, 2017, p. 18.

<sup>373</sup> Ibid., p. 18.

<sup>374</sup> Ibid., p. 18.

<sup>375</sup> SOUZA, 2016, p. 95.

<sup>376</sup> Ibid., p. 95.

<sup>377</sup> PINTO, 2019, p. 35.

<sup>378</sup> G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>379</sup> PINTO, 2019, p. 32.

Naquele segundo trimestre, o Produto Interno Bruto cresceu 2,9%<sup>380</sup>, enquanto a taxa de desemprego atingia 5,4% da população, chegando a 13,7% entre os jovens. Números bem inferiores, portanto, aos 26% de desempregados – dos quais 53,7% eram jovens - registrados na Espanha em maio 2011<sup>381</sup>, quando milhares foram às ruas protestar num movimento também caracterizado pela ocupação de espaços públicos articulada através de redes digitais.

Ainda que a economia crescesse e o desemprego estivesse sobre controle, já se fazia sentir entre diferentes frações da classe média expressiva elevação do custo de vida, puxada sobretudo pelo setor de serviços, que se somava aos velhos problemas de infraestrutura das grandes cidades brasileiras. A extensão do acesso ao ensino superior às camadas mais baixas da população também banalizava e retirava do diploma universitário o traço de distinção social gozado pelas gerações anteriores da classe média, num fenômeno semelhante ao experimentado pelos países centrais e que fora denominado “inflação do diploma” por Pierre Bourdieu (Souza, 2016, p. 88).

Ao se chamar atenção para tais elementos não há intenção de estabelecer relações de causa e efeito, até porque a eclosão de manifestações daquela magnitude, especialmente num contexto político-econômico favorável, pegou os analistas de surpresa. O que se pretende, na verdade, é trazer elementos de contextualização, dentre os quais se destaca o distanciamento desta geração em relação às instituições tradicionais. Daqueles que foram às ruas, 96% não eram filiados a partidos, e 86% não tinham vínculo com sindicatos, entidades de classe ou organizações estudantis<sup>382</sup>. A própria União Nacional dos Estudantes ficou a reboque dos acontecimentos, assim como as centrais sindicais e diversos outros movimentos sociais, como os Sem Terra e os Sem Teto.

Ao invés de assumirem protagonismo, essas forças tiveram dificuldade de responder às dinâmicas das ruas, uma vez que grande parte de suas lideranças se vinculava ao governo federal. E, de fato, as manifestações acabaram desestabilizando os delicados arranjos de compromissos do governo petista. Durante o *boom* das commodities, o carisma e a habilidade política de Lula mantiveram em equilíbrio interesses antagônicos, atuando o presidente como

---

<sup>380</sup> IBGE, 2013.

<sup>381</sup> PINTO, 2019, p. 26.

<sup>382</sup> PINTO, 2019, p. 32.

árbitro dos conflitos intestinos permanentes entre ruralistas e ambientalistas, fundamentalistas religiosos e movimentos LGBT, organizações patronais e sindicatos de trabalhadores, além de outros grupos que compunham o “condomínio de contrários” que, na expressão de Werneck Vianna, caracterizou a experiência do PT no poder (2011, p. 31).

A falta de traquejo de Dilma Rousseff e o aprofundamento da crise econômica internacional junto à desvalorização das commodities tornavam pouco provável que tal arranjo se mantivesse estável. Na verdade, fissuras no bloco de poder se manifestaram já nas eleições de 2010, quando a pressão de grupos conservadores religiosos levou a candidata a recuar no tema do aborto. Mesmo assim, Dilma conseguiu manter a popularidade e a estabilidade político-econômica herdada do governo anterior, tanto que se sentiu confiante para confrontar abertamente o setor financeiro. Em 2012, reduziu os juros cobrados pelos bancos estatais e no pronunciamento do 1º de maio, dia do trabalhador, disse ser “inadmissível” que o Brasil continuasse cobrando uma das taxas mais caras do mundo, mesmo dispondo de um sistema financeiro sólido e lucrativo.

"Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade seus compromissos", declarou a presidente em rede nacional de TV<sup>383</sup>.

#### **4.1. Utopia das multidões conectadas**

A postura de enfrentamento desgastou a relação com a elite financeira, mas a situação do governo se manteve estável até o inesperado abalo sísmico das manifestações de junho de 2013, interpretadas de imediato pelos analistas como manifestação brasileira de uma onda internacional de movimentos sociais de um novo tipo, horizontalmente organizados a partir das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse sentido, os protestos durante a Copa das Confederações estariam em linha de continuidade com a Primavera Árabe, que iniciada em dezembro de 2010, na Tunísia, rapidamente se espalhou pelo Oriente

---

<sup>383</sup> ROUSSEFF, D. Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff em homenagem ao Dia do Trabalho. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TYTFNINKP5U>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

Médio, inspirando, no ano seguinte, o movimento Indignados, na Espanha, e o *Occupy Wall Street*, em Nova York, epicentro do sistema capitalista mundial.

Surgidos espontaneamente em contextos sociais bastante diversos, esses movimentos teriam em comum a rejeição à mídia, aos partidos políticos e a toda organização formal, além de não reconhecerem nenhum tipo de liderança. A horizontalidade radical, característica da tradição anarquista, teria ganhado viabilidade prática com a intensificação do fluxo de dados e o avanço das tecnologias móveis. Segundo seu principal entusiasta, Manuel Castells, o papel da internet nesse processo ultrapassaria a mera instrumentalidade técnica, criando, na verdade, “as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se”<sup>384</sup>.

Esses movimentos sociais em rede estariam propondo, em sua prática, a “utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade”. Sendo este momento lido como a culminância de um movimento histórico de longa duração, originado da “emergência de um novo conjunto de valores definidos como individuação e autonomia, os quais nascem nos movimentos sociais da década de 1970 e, com crescente intensidade, permeiam toda a sociedade nas décadas seguintes”<sup>385</sup>.

Além de historicamente determinado, o fenômeno também se apresenta, nessa interpretação, como orgânico, uma vez que haveria uma “conexão fundamental, mais profunda” entre a internet e os movimentos sociais em redes. Ambos comungariam de uma mesma “cultura da autonomia”, “matriz básica das sociedades contemporâneas”<sup>386</sup>. O que Castells faz, na verdade, é buscar nos aspectos inovadores das mobilizações internacionais uma forma de redobrar a aposta na multidão como novo protagonista da revolução, segundo proposto por Michael Hardt e Antonio Negri em 2004.

Preocupados com o risco do desejo por liberdade e do sonho da democracia se transformarem, mais uma vez, no pesadelo de uma nova forma de tirania, a dupla vai enxergar na própria proposição de Vladimir Lenin de insurreição como atividade de uma vanguarda a semente dos problemas futuros do Estado Soviético: “talvez precisamente porque a experiência soviética foi organizada de uma forma

---

<sup>384</sup> CASTELLS, 2013, p. 167.

<sup>385</sup> Ibid., p. 167.

<sup>386</sup> Ibid., p. 167.

hierárquica, de vanguarda, o seu projeto de abolir a soberania do Estado tenha resultado na criação de um novo Estado soberano”<sup>387</sup>. Nessa leitura, a noção de vanguarda revolucionária teria se tornado não somente obsoleta pelo novo contexto, como também nociva, por trazer em seu DNA os germens da perversão futura do processo revolucionário. Daí que a ação insurgente passe a ser encarada como expressão do “desejo de uma inteira multidão”, que não renega a singularidade e a subjetividade de seus elementos internos tomados individualmente, mas extrai dessa troca incessante entre individualidades autônomas o motor constituinte de uma nova ordem cooperativa e horizontal.

Do ponto de vista organizacional, o que Hardt e Negri propõem é que os movimentos revolucionários abandonem a estrutura militar tradicional, onde “todas as linhas de comunicação e comando irradiam de um ponto central”, para adotar modelos de redes policêntricas, conectando agrupamentos relativamente autônomos, “como sistemas solares, em que cada eixo comanda seus nós periféricos e se comunica com outros eixos” para dar origem a uma “matriz completa”. Ou seja, uma rede sem centro definido, na qual todos os nós podem se comunicar diretamente entre si<sup>388</sup>.

A principal referência aqui é a arquitetura da rede mundial de computadores que se expandia em alta velocidade no ano de 2004, quando o livro *Multidão: Guerra e democracia na Era do Império* foi lançado. São justamente os desenvolvimentos reais de um mundo social cada vez mais dependente das redes de computadores que tornam a utopia proposta uma “possibilidade teórica”, segundo os autores. Só que para estimular a imaginação das “formigas” e “abelhas” que deveriam tomar as ruas em busca de revolução, Hardt e Negri vão apresentar sua proposta de renovação da teoria organizativa como evolução histórica natural do modelo de guerra de guerrilhas que havia inflamado jovens ocidentais após o sucesso de Mao Tsé-Tung na China, em 1949, e o triunfo de Fidel Castro e Che Guevara em 1959, em Cuba.

Se o exército tradicional é como um único corpo armado, composto por relações orgânicas e centralizadas entre suas unidades, e a guerra de guerrilha é como uma matilha de lobos, com grupos relativamente autônomos que podem agir de maneira independente ou de forma coordenada, então a rede distribuída deve ser imaginada como um enxame de formigas ou abelhas, uma multiplicidade aparentemente amorfa que pode atacar um único ponto de todos os lados e se dispersar no meio

---

<sup>387</sup> HARDT; NEGRI, 2013, p. 353.

<sup>388</sup> Ibid., p. 356.

ambiente, tornando-se praticamente invisível. É muito difícil caçar um enxame (Hardt; Negri, 2004, p. 357).

Esse referencial metafórico orgânico, extraído da biologia, vai encontrar sentido numa tentativa de *aggiornamento* revolucionário que não chega a se liberar do velho determinismo histórico. Os autores passam boa parte da obra descrevendo a consolidação de um sistema único de dominação monárquica sobre um planeta cada vez mais doente, marcado pela generalização da violência, da guerra e abalado por uma crise democrática que afetaria “cada forma de governo do mundo”. Só que ao invés de renunciarem maiores destruições, esse cenário sombrio deveria ser interpretado sob signo auspicioso, já que “nunca antes a inquietação por liberdade e democracia tinham sido tão difundidas pelo mundo”<sup>389</sup>.

No esforço de se afastar da tradição marxista, Hardt e Negri não apenas recusam a teoria organizativa de Lenin, como buscam articular essa crítica a uma tentativa de mobilização dos *Federalist Papers*, de James Madison, que não chega a se integrar ao restante da obra. Pois os autores não explicam como inserir a proposta de *checks and balances* institucionais do quarto presidente dos Estados Unidos dentro de um projeto que enxerga na multidão o agente de uma necessária destruição da soberania, entendida como negativa em sua essência.

“Soberania em todas as suas formas coloca, inevitavelmente, o poder como o governo de um e mina a possibilidade de uma democracia plena e absoluta”. Para os autores, soberania requer necessariamente “a relação entre dois partidos, os governantes e os governados, e a essa divisão dentro da soberania carrega o potencial constante de crise”<sup>390</sup>. Dessa forma, Hardt e Negri permanecem dentro do horizonte da esquerda tradicional, que buscava no aprofundamento das crises a oportunidade revolucionária, chegando inclusive a resgatar o velho slogan maoísta: “grande é a desordem sob os céus; a situação é excelente?”<sup>391</sup>. Só que ao recusar qualquer forma de autoridade, hierarquia e soberania representativa - inclusive como método -, os autores saem da órbita do marxismo, comprometido pela experiência soviética, e se estabelecem no terreno do anarquismo, sempre atraente aos jovens inquietos por se preservar puro e livre de máculas em sua recusa ontológica ao exercício do poder.

---

<sup>389</sup> Ibid., p. 353.

<sup>390</sup> Ibid., p. 348.

<sup>391</sup> Ibid., p. 357.

Dizendo-se obrigada a “entrar no horizonte do realismo político”, a dupla reclama a necessidade de “nova ciência” para concretizar a “democracia da multidão”, um novo “paradigma teórico” para confrontar essa realidade contemporânea: “a primeira e principal agenda dessa nova ciência é a destruição da soberania em favor da democracia”<sup>392</sup>. Só que para criar esse mundo *ex novo* seria preciso demolir toda a longa construção social iniciada em 1567 com a publicação da obra *Da República*, de Jean Bodin, e que culminaria no erguimento do moderno Estado-nação constitucional.

Os autores vão negar qualquer tipo de autoridade capaz de se erguer e unificar a coletividade dentro de determinado território, recusando a possibilidade de uma soberania de caráter democrático e popular, seja fundamentada no contrato entre indivíduos livres conforme proposto por John Locke a partir de Grotius; seja na vontade geral como formulada por Jean-Jacques Rousseau, patriarca das utopias igualitárias. No mundo dos anos 2000 descrito por Hardt e Negri, não há nenhuma autoridade legítima, sendo os partidos e o Estado em geral, mesmo nas democracias centrais, apresentados como sinônimos de despotismo. O que emerge dessa análise é algo próximo do individualismo anarquista de Max Stirner, que recusa todas as instituições e só reconhece a soberania do indivíduo.

O projeto da democracia deve hoje desafiar todas as formas de soberania como pré-condição do restabelecimento da democracia. No passado a destruição da soberania foi o núcleo essencial das concepções comunistas e anarquistas de abolição do Estado (Hardt; Negri, 2004, p. 353).

Foi marcante a influência anarquista entre os jovens que deram início ao ciclo de manifestações de junho, tanto nos movimentos apartidários como o Passe Livre, como entre aqueles que se apresentaram individualmente aos atos ou atuaram através das táticas *Black Bloc*, surgidas em 1980 na Alemanha durante visita do então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Vestidos de preto e cobrindo os rostos para não serem identificados, muitos jovens – alguns menores de idade – enfrentaram violenta repressão policial para contestar o sistema capitalista através da destruição performática de seus símbolos. Se durante a Conferência da Organização Mundial do Comércio realizada em Seattle, em 1999, os *Black Blocs* destruíram principalmente lojas da *Starbucks*, a principal rede de cafeterias do mundo; no Brasil, as agências bancárias e as concessionárias de automóveis foram

---

<sup>392</sup> Ibid., p. 353.

os alvos preferenciais desta atualização da velha opção anarquista pelas ações diretas de caráter exemplar e impactante. Foi o que explicou Roberto, codinome adotado por um dos *Black Blocs* de 2013:

Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar no *Black Blocs* é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. Eu não me sinto representado pelos partidos. E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta. Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá (Pinto, 2018, p. 30).

Os primeiros jovens saíram às ruas desiludidos com as instituições, com o presidencialismo de coalizão e com a política praticada pelo Partido dos Trabalhadores, marcada pela conciliação de classes e pela capitulação diante de velhas práticas políticas que juravam combater. O que os manifestantes buscavam, na verdade, era empurrar o sistema político brasileiro mais à esquerda, acreditando que, de práticas políticas inovadoras, seria possível fazer emergir uma nova forma de sociedade, livre dos vícios do passado.

Se as expressões verdadeiramente democráticas não emergiam, diziam Hardt e Negri, era porque estavam sendo bloqueadas em todos os cantos do mundo pela soberania. Por isso esta deveria ser abolida em nível global. A destruição da soberania e da autoridade traria consigo a emergência de um novo mundo, tornado possível pelas redes cooperativas e comunicativas de trabalho social. À multidão bastava cumprir sua tarefa histórica de destruição criativa, destravando uma nova sociedade em estado de latência.

Nossa situação atual é propícia não por causa da crise global da democracia, do estado de exceção permanente, e da interminável guerra global, mas porque o poder constituinte da multidão amadureceu a tal ponto que está se tornando capaz, através de redes de comunicação e cooperação, através da produção do comum, de sustentar por si própria uma sociedade democrática alternativa (Hardt; Negri, 2004, p. 357).

Quando, em 2011, multidões conectadas em rede tomaram as ruas da Espanha, Nova York e de países do Oriente Médio, o fenômeno foi lido, por muitos, como a concretização das previsões de Hardt e Negri. E a utopia da multidão ganhou um novo impulso na imaginação das novas gerações com a interpretação apresentada por Manuel Castells no livro *Redes de Indignação e Esperança*, publicado no ano seguinte.

Ainda que rejeitassem os partidos, as instituições e o Estado de maneira geral, os novos movimentos constituiriam um fenômeno político em seu sentido



mais fundamental ao propor uma mudança radical nos valores da sociedade através da prática deliberativa direta baseada na democracia em rede. A coerção e a intimidação exercidas pelo Estado são, lembra Castells, uma fonte de poder menos estável do que a construção de significado na mente das pessoas. Daí que ele enxergue nos movimentos sociais em rede uma nova etapa, verdadeiro salto quantitativo e qualitativo de um processo histórico molecular, caracterizado pela crescente individuação e autonomia dos sujeitos e que teria se difundido pelo mundo a partir da década de 1970. Por individuação, o autor entende a “tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento”, fazendo questão de distinguir o conceito da ideia de individualismo, impregnado de conotação negativa: o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideias comuns, como preservar o meio ambiente ou criar uma comunidade, enquanto individualismo faz do bem-estar do indivíduo o principal objetivo de seu projeto particular”<sup>393</sup>.

O conceito de autonomia, por sua vez, seria mais amplo, aplicando-se tanto a atores individuais quanto coletivos. Seu sentido estaria justamente na capacidade de um ator social se tornar sujeito “ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses”<sup>394</sup>.

A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando (Castells, 2013, p.168).

Em seu entusiasmo, Castells parece esquecer que essa rede descentralizada de comunicação surgiu no contexto da Guerra Fria, da intenção do Departamento de Defesa dos Estados Unidos de se proteger de um possível ataque soviético. Nem com sua generalização para uso comercial - após expansão inicial no meio universitário -, as malhas de circulação de dados digitais chegaram a constituir esse “espaço livre” de controle geopolítico. O autor certamente não ignora a origem

---

<sup>393</sup> CASTELLS, 2013, p. 168.

<sup>394</sup> Ibid., p. 168.

militar da internet na *Advanced Research Projects Agency*, mas deixa seus aspectos problemáticos de lado, tomados como irrelevantes diante do potencial emancipatório revolucionário demonstrado pelas novas tecnologias de informação e comunicação nas praças do Oriente Médio, da Espanha e de Wall Street. O que interessa a Castells é que a internet tornou tecnicamente possível a tessitura orgânica dos movimentos constituídos enquanto uma rede de redes capaz de se autocoordenar sem um centro de comando definido, deliberando suas decisões antissistêmicas através do inter-relacionamento de múltiplos núcleos (2013, p. 160).

Ao operacionalizar essa estrutura organizacional radicalmente descentralizada e horizontal, a internet não apenas torna possível, aos olhos dos jovens militantes, o exercício prático de um ideário pintado em tons anarquistas, como amplia as chances de participação no movimento, constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, e - por isso mesmo - capazes de se reconfigurar de acordo com o grau de envolvimento da população. Quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação entre indivíduos engajados, mais participativo será determinado movimento social e menos hierárquica será sua organização. Para Castells, tão importante quanto se defender da repressão do Estado é proteger o movimento de seus perigos internos, representados pela ameaça de burocratização e manipulação:

Foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor. Uma humanidade que tinha de ser reconstruída a partir do zero, escapando das múltiplas armadilhas ideológicas e institucionais que tinham levado inúmeras vezes a becos sem saída, forjando um novo caminho, à medida que o percorria (2013, p. 8).

As tradições de luta e a herança institucional legadas pelas gerações anteriores, ao invés de fornecerem referências ao enfrentamento dos novos desafios, são apresentadas como estorvo, entulho que deve ser descartado em sua totalidade. Já que um mundo livre das impurezas do passado estaria prestes de emergir *ex novo* da ação de uma “nova espécie” de movimentos sociais, seres biopolíticos capazes de evitar as armadilhas que levaram esforços revolucionários anteriores ao fracasso. E isto teria se tornado possível graças ao caráter profundamente autorreflexivo das novas formas de movimento social, marcadas pelo questionamento permanente das práticas e objetivos de cada militante, enquanto indivíduo, e do movimento tomado como um todo.

Dessa dinâmica voltada para um horizonte ilimitado de possibilidades, emergem novas formas de vida social e novos tipos de comunidade das deliberações das assembleias espontaneamente organizadas no espaço de autonomia. Nesse sentido, procedimentos organizacionais e objetivos políticos se confundem no desejo de “estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade praticando-a no movimento”<sup>395</sup>. Castells reconhece a natureza espontânea dos movimentos, desencadeados grande parte das vezes por episódios de indignação pontuais que ganham grandes dimensões quando difundidos nas redes digitais na forma de fotos ou vídeos, já que o poder da imagem se faz soberano nas lógicas de viralização que conectam receptores múltiplos e inespecíficos através do impacto emocional reproduzido em série. Esse elemento autônomo, todavia, se apresenta mais como um elemento de potência do que como um desafio do ponto de vista organizativo, pois a ininterrupta autorreflexividade seria capaz de direcionar as multidões no sentido da destruição constitutiva de uma nova ordem emergida de sua própria prática de contestação.

Aqui não há separação entre on-line e off-line, e Castells acerta ao afirmar que vivemos num mundo híbrido, articulado através de ampla rede comunicação multimodal: “o espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos”<sup>396</sup>. Do ponto de vista específico dos movimentos sociais, o que interessa é a integração de cibernética e espaço urbano como forma de constituir um terceiro tipo de espaço, um “espaço de autonomia”, de natureza essencialmente política. Seria este o lócus por excelência do desafio à ordem institucional disciplinar, ponto para onde devem convergir todas as demandas possíveis “vindas de cidadãos ávidos por escolher as condições de suas vidas”<sup>397</sup>.

Nesse movimento em direção ao todo social, acaba predominando a multiplicidade de pautas e a variedade de motivações individuais, mas estas não se dispersariam graças à emergência de um senso de cooperação e solidariedade resultado das próprias práticas deliberativas horizontais características da democracia da multidão conectada em rede. Segundo informação do Ibope, 9% da

---

<sup>395</sup> Ibid., p. 162.

<sup>396</sup> Ibid., p. 160.

<sup>397</sup> Ibid., p. 165.

população brasileira com mais de 16 anos saiu às ruas em junho de 2013<sup>398</sup>. Sendo que deste total, 77% se mobilizou pelo Facebook, e 75% usou as redes sociais para convocar outras pessoas para as manifestações em seu momento culminante<sup>399</sup>.

Cerca de 22% chegaram sozinhas, após tomar conhecimento através de eventos ou grupos de discussão do Facebook, mas no geral as pessoas foram aos atos acompanhadas de amigos (65%), parceiros/parceiras (8%) ou familiares (10%)<sup>400</sup>. A essa altura, a rede social criada por Mark Zuckerberg já havia superado o Orkut no país, num movimento de rápida penetração por toda a América Latina, especialmente entre os jovens. Em 2013, o Facebook tinha 47 milhões de usuários no Brasil, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia, mas superando o gigante asiático em número de acessos diários<sup>401</sup>. Ou seja, quando eclodiram as manifestações, quase um quarto da população brasileira estava conectada à rede social e destes, 44 milhões acessavam o Facebook através de *smartphones* ou *tablets*<sup>402</sup>.

Pela lógica de Castells, esse dado traria consigo a emancipação dos sujeitos, já que as redes sociais são apresentadas como “espaços de autonomia” por excelência, “muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder”<sup>403</sup>. O sociólogo espanhol chega, inclusive, a estabelecer - a partir de duas pesquisas do tipo *survey* realizadas em Barcelona em 2002 e 2007 - relação de causa e efeito entre a intensidade do uso de redes sociais e o grau de autonomia atingida por uma pessoa em sua vida profissional, empresarial, comunicativa, corporal e sociopolítica: num “determinado período, quanto mais usavam a internet, mais aumentavam seu grau de autonomia. Há de fato um círculo virtuoso entre as tecnologias da liberdade e a luta para libertar a mente de estruturas de dominação” (Castells, 2013, p. 170).

---

<sup>398</sup> Ortellado, 2018.

<sup>399</sup> G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

<sup>400</sup> Ibid.

<sup>401</sup> GOMES, H. S. Brasil é o 2º país com mais usuários que entram diariamente no Facebook. G1, Rio de Janeiro, set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>402</sup> Ibid.

<sup>403</sup> CASTELLS, 2013, p. 7.

## 4.2. O lado sombrio da internet

Questões como a opacidade dos algoritmos e os efeitos nocivos para a saúde causados pela dependência tecnológica são ignoradas, assim como as possibilidades de controle das redes por parte de governos e grandes grupos empresariais. Esse último risco chega a ser mencionado de maneira breve, mas como possibilidade remota, já que a natureza horizontal e o DNA libertário de “autocomunicação” assegurariam a autonomia da rede de redes. Os governos, na verdade, teriam medo da internet; enquanto empresas estariam presas a uma relação de amor e ódio, aparentemente ignorando as possibilidades das novas ferramentas de marketing viabilizadas pelas bases de dados de alcance até então inimaginável sobre o comportamento dos usuários.

Em sua euforia, Castells parecia preso aos paradigmas de uma etapa anterior de desenvolvimento da internet, já que os 44 milhões de *smartphones* e *tablets* que conectavam os brasileiros em 2013 não eram “reprogramáveis” como as primeiras gerações de computadores pessoais que se conectaram em rede. A partir do lançamento do iPhone em 2007, a internet foi assumindo a forma, alertava Zittrain (2008), de uma malha de dispositivos estéreis amarrados a uma rede de controle nas mãos de um grupo restrito de corporações cada vez mais poderosas, a maioria sediada no estado norte-americano da Califórnia.

Essa “crença entusiástica no poder libertador da tecnologia, acompanhada pelo desejo irresistível de recrutar empresas do Vale do Silício na luta global” Evgeny Morozov vai chamar de “Doutrina Google”, uma ilusão emergida

“do fervor digital dos anos 1990, quando ex-hippies, nessa época abrigados em algumas das universidades de maior prestígio do mundo, começaram uma disputa argumentativa para provar que a Internet poderia oferecer o que a década de 1960 não podia: impulsionar a participação democrática, desencadear um renascimento de comunidades moribundas, fortalecer a vida associativa (2011, p. xiii).

À medida que barreiras ao fluxo livre de informação fossem removidas, o autoritarismo se tornaria insustentável ao redor do mundo, independente das diferenças culturais. Pois no “espaço livre” da internet o usuário pode descobrir, por conta própria, sobre os horrores do seu regime e os “encantos secretos da democracia”, sendo seduzido pelo “apelo irresistível dos direitos humanos universais”. Para isso, bastaria utilizar mecanismos de busca como o Google e

seguir amigos com mais afinidades em redes sociais como o Facebook. “Em outras palavras, deixe-os tuitar, e eles tuitarão seu caminho para a liberdade”<sup>404</sup>.

Só que a ideia de que a internet favorece necessariamente os oprimidos ao invés dos opressores, além de ilusória, pode trazer sérias ameaças ao que foi até aqui conquistado do ponto de vista democrático. E Morozov traz alguns exemplos concretos para avisar aos “cyber-utópicos” que muitas vezes o resultado de suas ações acaba sendo exatamente o oposto do que buscam: “uma vez estouradas, as bolhas do mercado de ações têm poucas consequências letais; as bolhas da democracia, por outro lado, poderiam facilmente levar à carnificina”<sup>405</sup>, alertava em tom sombrio.

Esse clima de “desilusão” com a internet, anunciado no título do livro *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom* (2011), é em parte resultado da experiência pessoal do autor, nascido na Bielorrússia. Morozov também fora um jovem idealista, entusiasmado com o potencial da internet de promover a democracia na sua terra natal após a queda do bloco soviético, mas diz ter perdido esse entusiasmo ao passar alguns anos viajando pela região e conversando com ativistas e blogueiros.

Nossas estratégias não apenas estavam fracassando, mas também notamos uma reação significativa dos governos que procurávamos desafiar. Eles estavam começando a experimentar a censura, e alguns chegaram ao ponto de começar, eles mesmos, a se envolverem agressivamente com as novas mídias, pagando blogueiros para espalhar propaganda e *trollar* sites de redes sociais em busca de novas informações sobre as pessoas na oposição (Morozov, 2011, p. xiv).

No Leste Europeu, as tecnologias de comunicação digital estavam sendo usadas pelos poderosos contra os oprimidos. Hipótese até então negligenciada pelo “cyber-utopismo” que dominava o ativismo digital, descrito por Morozov como “uma crença ingênua na natureza emancipatória da comunicação on-line que se baseia numa recusa teimosa em reconhecer seu lado negativo”<sup>406</sup>.

Ainda que o movimento *Cyberpunk* tivesse, já em 1993, levantado questões sobre as ameaças à privacidade na rede a partir da perspectiva da criptografia, no geral, os entusiastas falharam em antecipar como a internet seria usada por ditadores e governos autoritários como ferramenta de vigilância e propaganda, e como sofisticados sistemas de censura seriam montados.

---

<sup>404</sup> MOROZOV, 2011, p. xii.

<sup>405</sup> Ibid., p. xii.

<sup>406</sup> Ibid., p. xiii.

Morozov não nega o potencial libertário da internet, mas lembra que ele não pode ser tomado por certo. Até porque existe um lado sombrio, já que tecnologias podem ser mobilizadas para diversos usos, inclusive para solapar as instituições democráticas. O que se propõe é que o “cyber-utopismo” seja descartado em favor de uma abordagem realista que supere também o que o autor chama de “internet-centrismo”, “uma droga altamente desorientadora” que “ignora o contexto e leva os formuladores de políticas a acreditarem que têm um aliado útil e poderoso ao seu lado”<sup>407</sup>.

O internet-centrismo está destinado a falhar e a colocar a democracia em risco justamente por se escorar em duas ilusões fundamentais: primeiro, a ideia “arrogante” de que seria possível a ativistas bem-intencionados estabelecer comando efetivo sobre a internet; e principalmente por acreditar que a lógica da internet vai necessariamente moldar à sua imagem todos os territórios que penetrar e não o contrário. A experiência do Leste Europeu tinha mostrado a Morozov não apenas que o cyber-utopismo era uma teoria difícil de ser adapta a contextos sociais diferentes das democracias liberais, mas que a própria lógica da rede de comunicação seria reconfigurada por uma realidade estranha aos valores ocidentais.

Os internet-centristas emergem da cultura do Vale do Silício num mundo pós-Guerra Fria, e é em parte por isso que costumam se apresentar como indivíduos pragmáticos, que abandonaram grandes teorias utópicas em nome de uma racionalidade gerencial voltada para resultados tangíveis. Essa autorrepresentação deve ser compreendida no contexto do marketing pessoal, que condiciona a vida de profissionais em disputa por postos cada vez mais altos nas hierarquias das grandes corporações. Só que a ilusão de dominar as tecnologias de comunicação digital assume caráter especialmente perigoso quando os tomadores de decisão fecham os olhos diante das numerosas forças que estão constantemente remodelando a internet. Nem sempre para melhor.

Diante da emergência de novos problemas, a reposta dos internet-centristas tem sido sempre a mesma: reformular a questão nos termos da internet, sem levar em consideração as especificidades do contexto social. O pragmatismo, portanto, é apenas retórico, já que a metodologia é falha, priorizando a ferramenta ao invés do ambiente; além de surda às indeterminações e sutilezas sociais, culturais e políticas.

---

<sup>407</sup> Ibid., p. xvi.

Estaria aí a raiz do erro de avaliação que levou grande parte da mídia, da academia e dos governos ocidentais a enxergar nas manifestações iranianas de 2009 uma revolução capaz de transformar radicalmente o país numa democracia liberal de tipo ocidental.

Em junho daquele ano, milhares de eleitores do candidato derrotado Mehdi Karroubi saíram às ruas de Teerã e outras cidades para protestar contra possíveis fraudes nas eleições presidenciais vencidas por Mahmoud Ahmadinejad. O que logo provocou euforia no Ocidente, já que os manifestantes não apenas apoiavam um candidato reformista mais simpático à Europa e aos Estados Unidos, como haviam se mobilizado para os atos através, principalmente, da rede social Twitter, sediada em São Francisco, na Califórnia. “A revolução vai ser tuitada”, proclamou eufórico o jornalista e blogueiro americano Andrew Sullivan, e o especialista em mídia Clay Shirky, professor da New York University, não ficou atrás no entusiasmo: “É isso. O grande. Esta é a primeira revolução que foi catapultada para um cenário global e transformada pelas mídias sociais” (2009).

Só que a revolução nunca veio, e Ahmadinejad usou as redes sociais para identificar manifestantes em fotos e vídeos, para coletar informações sobre sua vida pessoal e para monitorar seu paradeiro via GPS. Além de ter sido utilizada com grande eficácia para perseguir e reprimir brutalmente, o governo de Teerã também inundou a internet com conteúdo contrário às manifestações, difundindo paranoia entre a população. A situação se reverteu de vez em favor de Ahmadinejad quando um jovem oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos, chamado Jared Cohen, solicitou ao Twitter que adiasse a suspensão do serviço para manutenção que estava programada, para que o fluxo de mensagens entre os manifestantes não fosse interrompido. A empresa atendeu ao pedido, só que o vazamento da informação serviu para reforçar o apoio da população ao governo iraniano, assim como justificou mais repressão sobre os manifestantes. E a China ainda pegou carona no episódio para incrementar o controle sobre suas redes digitais.

Na estruturação do argumento de Morozov o caso iraniano é paradigmático. Assim que apoiadores do candidato favorito do Ocidente saíram às ruas organizados via Twitter para protestar contra o resultado eleitoral, os cyber-utópicos e internet-centristas não hesitaram em proclamar a “primeira revolução provocada pelas redes sociais”. Só que essa revolução não veio, e o que se seguiu foi seu oposto: repressão, perseguição e o reforço da autoridade do Estado. As previsões entusiasmadas



falharam constrangedoramente justamente porque a realidade social, cultural e política iraniana fora ignorada pela crença de que o poder libertário da internet seria suficiente para derrubar regimes, independente do contexto. Grande parte da população iraniana discordava dos manifestantes e confiava no resultado das urnas. E mesmo os elementos básicos necessários ao sucesso de qualquer revolução – a cumplicidade dos militares, da elite política e um descontentamento generalizado na população – simplesmente não estavam lá.

Morozov centra sua crítica no fato, muitas vezes ignorado, de que a internet não apenas interfere na modelagem e nas dinâmicas de uma sociedade, como também ela mesma é reconfigurada pela realidade social do território. Sua atenção está voltada principalmente para a capacidade de regimes autoritários utilizarem as tecnologias de comunicação digital contra movimentos emancipatórios.

Julian Assange et al. também demonstravam preocupação com a possibilidade de a internet ser transformada, de uma inédita ferramenta de emancipação humana, no “mais perigoso totalitarismo que já vimos” e denunciaram essa “ameaça à civilização humana” no livro *Cypherpunks, Liberdade e o Futuro da Internet*, lançado em 2012.

À medida que os Estados se fundem com a internet e o futuro da nossa civilização se transforma em futuro da internet, devemos redefinir as relações de força. Se não o fizermos, a universalidade da internet se fundirá com a humanidade global em uma gigantesca grade de vigilância e controle em massa (Assange et al. apud Rovai, 2018, p. 25).

A ubiquidade característica da internet, potencializada pelos dispositivos móveis, tornou tecnicamente viável um grau de vigilância sobre a população que ultrapassa as fabulações distópicas de George Orwell, presas a um paradigma comunicacional analógico. Hoje, governos e corporações dispõem de uma capacidade inédita de monitorar instantaneamente as ações de pessoas cada vez mais conectadas, dependentes da rede para executar tarefas cotidianas e que espontaneamente expõem sua intimidade. E essa tendência deve se aprofundar com a expansão da internet das coisas, lembrando ainda que os dados coletados são sistematizados e armazenado de maneira relativamente barata se comparada ao volume investido em tecnologias de controle e repressão do aparato militar tradicional. A comparação se justifica, afirmam os autores, porque estamos diante de um poderoso processo de militarização do ciberespaço, através do qual Estados mobilizam na domesticação das redes a mesma estratégia de dominação utilizada

na ocupação territorial: a fabricação de inimigos que o cidadão comum não tem condições de enfrentar, e que por isso se sente forçado a autorizar o Estado e seus sócios poderosos a agir em sua defesa.

Tomada como exagerada por alguns críticos, essa tese seria confirmada de maneira assustadora já em 2013, ano seguinte ao lançamento do livro. Foi quando um ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos Edward Snowden fugiu para Hong Kong, de onde revelou ao jornalista Glenn Greenwald e à cineasta Laura Poitras detalhes de um monstruoso sistema de vigilância montado pelo governo americano para vigiar usuários de todo o mundo. O tráfego global de internet – que passa, em grande parte, por satélites, cabos e outros equipamentos controlados por empresas americanas - era monitorado por programas secretos, como o *Prism*, e dados pessoais dos usuários também eram transmitidos ao governo dos Estados Unidos pelas principais empresas de tecnologia do país, entre elas: Apple, Microsoft, Google, Yahoo!, Paltalk, Skype, Facebook, YouTube e AOL.

O sistema de vigilância tinha sido implementado após o presidente George W. Bush sancionar a Lei Patriótica (*Patriot Act*), logo após os atentados de 11 de setembro de 2001. O objetivo oficial era autorizar órgãos de segurança e inteligência a interceptar, sem autorização judicial, ligações telefônicas, e-mails e demais informações trocadas por pessoas supostamente envolvidas em terrorismo, mas, como previra Assange, a Guerra ao Terror tinha servido de justificativa para que o Estado espionasse outros países e vigiasse de maneira ilegal o próprio cidadão norte-americano, a quem devia proteger.

Um dos aspectos mais significativos das revelações de Snowden residia no fato de que, não apenas as pessoas estavam sendo vigiadas ilegalmente, mas as próprias empresas de tecnologia estavam traindo a confiança dos consumidores ao repassarem seus dados pessoais ao governo sem autorização. É possível ter uma ideia do volume de informações à disposição do governo quando lembramos que empresas como Google e Facebook mantêm armazenados todos os dados produzidos pelo usuário desde a primeira vez que fizeram *login*. A única forma de preservar a liberdade diante dessa sociedade de vigilância e controle seria através

da criptografia<sup>408</sup>, descrita como “a derradeira forma de ação não violenta” (Assange et al. apud Rovai, 2018, p. 25).

Para aqueles que seguem acreditando no DNA libertário da rede, a constatação dessa realidade é compreendida como degeneração, desvirtuamento de uma trajetória que deveria guiar a humanidade em direção à libertação dos sujeitos. Outros, no entanto, assumiram cedo uma posição de equilíbrio diante da questão. Um exemplo é Pierre Lévy, teórico pioneiro da cibercultura, que já em 1997 afirmava que a internet não poderia determinar “automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano”<sup>409</sup>. Muito da euforia em torno do poder natural da rede de transformar a sociedade para melhor vinha do esquecimento em relação ao impacto e ao entusiasmo despertado em outros momentos da História pela invenção de tecnologias de comunicação que hoje consideramos banais.

Se olharmos com atenção o século XX, logo descobriremos que a internet não foi a primeira tecnologia da informação a mudar tudo para sempre. Na verdade, houve uma sucessão de mídias abertas e otimistas, mas cada qual, na devida época, tornou-se fechada e controlada por indústrias como a de Vail<sup>410</sup>. Nos últimos cem anos, muitas vezes a mudança radical prometida por novas formas de receber a informação parecia ainda mais drástica que a de hoje. Graças ao rádio, previu em 1929 Nikola Tesla, um dos pais da eletricidade comercial, “o planeta inteiro será convertido num enorme cérebro, por assim dizer, capaz de responder de todos os lugares”. A invenção do filme, escreveu D.W. Griffith nos anos 1920, significa que “crianças em escolas públicas aprenderão quase tudo com imagens em movimento. Sem dúvida nunca mais serão obrigadas a ler livros de história outra vez.” Em 1970, um relatório da Sloan Foundation comparou o advento da televisão a cabo com os tipos móveis: “A revolução agora à vista pode ser nada menos ... pode ser muito mais.” Como observa um personagem de *A invenção do amor*, de Tom Stoppard, passado em 1876: “Todos os períodos acham que são a era moderna, mas o nosso é de verdade” (Wu, 2012, p. 8).

### 4.3. A realidade brasileira

Entre janeiro de 2011 e junho de 2012, o Facebook dobrou sua penetração na América Latina, puxado principalmente pelo Brasil, que ganhou 20 milhões de usuários em apenas oito meses<sup>411</sup>. Em nenhuma outra região do planeta a empresa de Mark Zuckerberg crescia de maneira tão acelerada. Partindo da perspectiva de

<sup>408</sup> “Criptografia é a técnica de converter (cifrar) uma mensagem ou mesmo um arquivo utilizando um código secreto. Com o propósito de segurança, as informações nele contidas não podem ser utilizadas ou lidas até serem decodificadas” (PINHO, 2003, p. 233).

<sup>409</sup> LEVY, 1999, p. 16.

<sup>410</sup> Theodore Newton Vail foi presidente da American Telephone & Telegraph e um dos principais responsáveis pela difusão da rede de telefonia nos Estados Unidos no início do século XX.

<sup>411</sup> SOCIAL BAKERS, 2012.

Morozov, esse movimento deveria ser encarado com cautela, questionando-se qual tipos de problemáticas poderiam ser levantadas pela difusão acelerada de uma rede social com as características do Facebook numa região marcada por uma desigualdade social brutal e por um recente passado autoritário.

Um estudo realizado em 2004 pelo Programa Nacional das Nações Unidas em 18 países mostrou que grande parte dos latino-americanos não só privilegia o desenvolvimento em relação à democracia, como retiraria apoio a um governo democrático se este se mostrasse incapaz de resolver seus problemas econômicos<sup>412</sup>. Ainda que a maioria dos entrevistados se declarasse contrária ao fechamento do Congresso, à censura da imprensa e à proibição de greves e sindicatos, quando perguntada sobre a possibilidade de intervenção das Forças Armadas na política, metade afirmou “que os militares podem ser chamados a tomar o poder em caso de desordem no país”.

De acordo com o modelo proposto pelo Índice de Adesão à Democracia, feito pela pesquisa do PNUD, pelo menos 50% desses manifestantes podem ser classificados como ambivalentes<sup>413</sup>, pois em algumas condições eles podem aceitar regimes não democráticos. A preferência dos ambivalentes por uma liderança de base democrática, mas com traços que, embora autoritários, introduzam a eficácia na sua gestão, pode ser eventualmente capitalizada pelos adversários da democracia (Telles, 2019, p. 65).

Uma percepção compreensiva desse resultado deve passar necessariamente pelo aprofundamento dos diferentes sentidos atribuídos pelos entrevistados à ideia de democracia. Mas, independentemente desta ou de outra ressalva de natureza metodológica, a pesquisa não deixa de expor marcas deixadas por um passado autoritário bastante recente. O Brasil passou 29 anos sem eleições diretas para Presidente da República (1960-1989), e durante 21 anos vigorou uma ditadura militar que não hesitou em perseguir, prender, torturar e deportar opositores como forma de preservar seu projeto de poder. Como se não bastasse os efeitos nocivos desta longa experiência ditatorial sobre a relação do brasileiro com a política, o sentido e o conteúdo prático da noção de cidadania também foi progressivamente esvaziado e reduzido ao ato do consumo, sobretudo a partir dos anos 1970, como resultado, entre outros fatores, do desenvolvimento descrito por Dardot e Laval “da

---

<sup>412</sup> TELLES, 2019, p. 65.

<sup>413</sup> Os ambivalentes são pessoas com opiniões ambíguas. Eles, em geral, expressam conceitos delegatários da democracia; concordam com democracia, mas julgam que podem ser apropriadas decisões não democráticas, se tal caso for exigido pelas circunstâncias (TELLES, 2019, p. 65).

lógica de mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (2016, p. 34).

Assim a razão neoliberal fez avançar a “desdemocratização”, definida por Wendy Brown como o movimento de esvaziamento da democracia de sua substância sem a extinguir formalmente no plano legal<sup>414</sup>. Apesar da radicalidade, esse movimento histórico se apresenta, na verdade, em continuidade com um impulso de desagregação social inerente à própria lógica de expansão do capitalismo, criticado por Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo* (2013). Ainda em 1951, a filósofa alemã afirmava que “a sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia” gerou apatia, e até mesmo hostilidade agressiva em relação à vida pública; não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas também dentro da própria elite. Isso porque o capitalismo se fundamentava numa

“filosofia para a qual o sucesso ou o fracasso do indivíduo em acirrada competição era o supremo objetivo, de tal modo que o exercício dos deveres e responsabilidades do cidadão era tido como perda desnecessária do seu tempo e energia (Arendt, 2013, p. 281).

O *status* de cidadão deixa, então, de ser definido pelo exercício efetivo de direitos e deveres estabelecidos por uma legislação instituída por contrato coletivo e passa a ser medido exclusivamente pelo poder de compra de cada indivíduo socialmente isolado. Só que a régua que eleva o indivíduo atomizado ao posto de “cidadão” em países desiguais durante os períodos de crescimento econômico é a mesma que o lança de volta abaixo do nível de cidadania nos momentos de crise. Mesmo no período de estabilização político-econômica e de expansão do acesso ao consumo que caracterizou os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), parcelas expressivas da população brasileira continuaram privadas do exercício efetivo da cidadania, definido “como a posse de todos os direitos sociais, civis e políticos fundamentais, juntamente com a nacionalidade legal”<sup>415</sup>.

Por pensar “cidadania como uma categoria gradiente”, o conceito de “semicidadania” de Elizabeth Cohen se mostra mais adequado à compreensão da realidade brasileira, afirmam Maia e Pontin. Já que “descreve as realidades plurais

<sup>414</sup> DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20.

<sup>415</sup> COHEN apud MAIA; PONTIN, 2019, p. 154.

e diversas dos vários grupos e indivíduos que vivem em democracias liberais hoje em dia, mas não têm acesso a todo o pacote de direitos como nos acostumamos a pensar”<sup>416</sup>.

A noção de semicidadania no Brasil também se concretiza nas taxas de discriminação racial que afligem a nossa população: um relatório de 2014 publicado pela Organização das Nações Unidas destaca que, apesar de representar mais de 50% da população brasileira, os africanos brasileiros representam apenas 20% do Produto Interno Bruto do país (United Nations, 2014). O mesmo documento também aponta que a taxa de desemprego entre africanos brasileiros é 50% maior que o resto da população e seus níveis de renda correspondem à metade da população branca, bem como sua taxa de expectativa de vida é seis anos menor (66 para negros, 72 anos para brancos) e suas taxas de analfabetismo são duas vezes maior que a do resto da população (Maia; Pontin, 2019, p. 156).

A esse cenário de racismo estrutural somam-se elementos culturais atávicos ligados à tradição autoritária e violenta que caracterizou o processo de construção nacional desde o período inicial de colonização, marcado pelo genocídio indígena e pela escravização do africano. Em *Brasil: Uma Biografia* (2015), Schwarcz e Starling chamam atenção para mais essa dimensão da “cidadania incompleta” no país:

se a tortura, desde os anos 1980, não é mais uma política de Estado, ela continua disseminada nas práticas privadas ou mesmo acobertada nas delegacias e nas investidas policiais em bairros da periferia, onde a escala de violência e de humilhação é ainda maior e, sobretudo, contra jovens negros. Diante dessas situações, fica exposta a cidadania precarizada de certos grupos sociais, e as práticas de segregação a que continuam sujeitos. É nesses momentos que a regra democrática permanece suspensa. Até parece que o passado escravocrata mais distante e o autoritarismo nem tão longínquo deixaram uma marca incontornável do arbítrio e do ajuste de contas privados, ou delegados ao outro que incorpora a autoridade. O pior é que a prática atravessa diferentes classes sociais, não sendo monopólio de um grupo ou estrato (2015, p. 1127).

Atravessada pela questão racial, a força dessa marca incontornável de arbítrio, tortura e ajustes de contas privados na cultura brasileira é reforçada diariamente pela cobertura sensacionalista da violência nos programas policiais de TV e se soma à dimensão sexual, uma vez que o país também apresenta dados alarmantes de violência de gênero: a cada sete horas uma mulher é assassinada no Brasil pelo fato de ser mulher<sup>417</sup>.

<sup>416</sup> MAIA; PONTIN, 2019, p. 154.

<sup>417</sup> G1. Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>>. Acesso em: 3 abr. 2020

Outro obstáculo ao exercício da cidadania é colocado pelos baixos índices educacionais que persistem no país. A última Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada em 2018 pelo IBGE, revelou que 52,6% da população com 25 anos ou mais não havia completado a educação escolar básica, definida como obrigatória pela Constituição Federal. E 11,3 milhões de brasileiros com mais de 15 anos - 6,8% da população - continuavam sem saber ler ou escrever<sup>418</sup>. Do ponto de vista da difusão da internet, o atraso educacional da população brasileira se torna especialmente problemático diante da multiplicação exponencial das fontes de informação. Ainda que veículos de comunicação tradicionais tenham se integrado, em grande parte, à arquitetura da rede, constituindo nós de produção e distribuição de conteúdo mais relevantes, a tendência de nivelamento da credibilidade das informações produzida por um número crescente de fontes tende a exigir cada vez mais da capacidade de discernimento de cada usuário.

É preciso estar atento para o fato de que a internet assegura um espaço de debate entre os cidadãos, coisa improvável nos meios de massa. Também permite criar boatos e versões dos mais variados tipos e, de certo modo, democratizou e distribuiu as tentativas de manipulação de informações, antes concentradas nos controladores de meios de massa, entre milhares de cidadãos politicamente mais ativos (Silveira apud Rovai, 2018, p. 300).

Se a internet não inventou as notícias falsas, é certo que democratizou as tentativas de falsificação e manipulação de informações. Jornais e estações de Rádio e TV, controlados por grupos empresariais, eram antes indispensáveis à difusão em massa de mentiras. Com a internet, um usuário passa a ter a capacidade de dar início a uma poderosa onda de difamação a partir de um notebook ou de um aparelho de celular. Hoje a rede é inundada por um volume avassalador de informações, em parte composta por conteúdo malicioso, em outra, por dados simplesmente equivocados. Isso acaba por expor os usuários, especialmente os menos escolarizados e poucos familiarizados com as dinâmicas digitais, a uma série de questões ainda não compreendidas em suas reais consequências no que diz respeito ao funcionamento das instituições democráticas e à preservação da coesão do tecido social.

Outro aspecto alarmante do fenômeno é que o poder de moderação do fluxo de dados falsos é monopolizado pelas grandes empresas de tecnologia, que tiram

---

<sup>418</sup> IBGE, 2019.

do ar ou restringem o alcance de perfis e páginas segundo critérios particulares. Muitos argumentam que o combate às chamadas *fake news* deveria ser aberto à participação da sociedade civil e dos governos eleitos democraticamente, mas a situação é ainda mais grave, pois corporações como o Google e o Facebook não somente restringem o fluxo de informações falsas, como reduzem também o alcance desta ou daquela página a partir de critérios de natureza estritamente comercial, que não são revelados à sociedade nem mesmo ao usuário enquanto consumidor. Na prática, o combate às *fake news* tem servido para justificar uma forma sofisticada de censura movida por interesses privados, afirma Rovai, já que os usuários não sabem quando nem porque o alcance de suas postagens foi reduzido (2018, p. 28).

É inegável que a arquitetura dinâmica da internet, ao conectar bilhões de emissores/receptores de maneira descentralizada, transformou o mundo como conhecíamos e impulsionou a democratização da comunicação social. Também possibilitou a emergência de movimentos multitudinários de natureza plural, apontados por Hardt e Negri como os agentes históricos destinados a liderar a próxima grande revolução. Essa perspectiva fez com que o imaginário das juventudes voltasse a se inflamar após a desilusão da experiência soviética, e uma onda de indignação e esperança varreu praças do Oriente Médio, da Espanha e da Wall Street.

A internet teria tornado possível o surgimento de movimentos sociais de um novo tipo, descentralizados e radicalmente horizontais, capazes de crescer e agir, mesmo sem lideranças, no sentido da destruição criativa das instituições. Da reflexividade de um processo contínuo de deliberação interna, em que as decisões são tomadas tanto nas praças quanto nas redes digitais - fundidas numa unidade híbrida -, uma nova ordem se ergueria, capaz de reprogramar a sociedade e substituir instituições que não mais representam a vontade popular. Foi em grande parte esse o horizonte que animou muitos dos jovens que saíram às ruas de Trípoli, Cairo, Barcelona e Nova York em 2011 e que pautou, em grande parte, as interpretações dos acontecimentos. Ao menos num primeiro momento.

No Brasil, as manifestações de 2013 foram iniciadas por jovens autonomistas, que partindo da luta pelo Passe Livre buscaram propor, pela esquerda, um questionamento amplo das instituições, cobrando maior participação popular e expressando sua frustração com o sistema político e com o que



consideravam uma capitulação Partido dos Trabalhadores diante das velhas estruturas de poder. Até então, o cenário político parecia estável, e grande parte dos manifestantes esperava que a mobilização das ruas aprofundasse a democracia, fazendo avançar as conquistas de direitos, em especial o direito ao transporte, à saúde e à educação.

Era essa a expectativa do próprio Manuel Castells, que no posfácio à edição brasileira de *Redes de Indignação e Esperança* saudou os atos como um grito de indignação que fora transformado, espontaneamente e sem apoio da mídia, num projeto de esperança de uma vida melhor. O texto foi escrito ainda em julho de 2013. Por isso o cuidado de apontar os possíveis resultados daquela “inovadora interação entre a política nas ruas e a política nas instituições” como “uma questão em aberto”. O pior desdobramento, segundo o autor, seria abortar a “vontade de mudança das instituições políticas” sem corrigir “o modelo neodesenvolvimentista gerador de economia e destrutivo em relação à vida” que caracterizava o governo Dilma Rousseff <sup>419</sup>.

Nesse clima de fraternidade encontrado nas redes e percebido nas ruas se difunde a defesa dos direitos dos mais indefesos, dos povos indígenas massacrados pela indiferença pública numa Amazônia espoliada. Esse movimento sem nome, porque do Passe Livre se passou ao clamor pela Liberdade em todas as suas dimensões, surgiu das entranhas de um país perturbado por um modelo de crescimento que ignora a dimensão humana e ecológica do desenvolvimento (Castells, 2013, p. 179).

Apenas 0,1% das pessoas que protestaram no dia 20 de junho, ápice das manifestações, saíram às ruas em defesa dos direitos indígenas<sup>420</sup>, mas para Castells essa era uma pauta central. Ao enfatizar o clima de fraternidade predominante nas ruas num amplo movimento em defesa “da dignidade de cada um” enquanto “direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão”<sup>421</sup>, o autor parece ignorar as agressões sofridas por manifestantes que carregavam símbolos de organizações e partidos políticos. De tão recorrentes e violentos, estes episódios levaram o Movimento Passe Livre a se retirar dos atos, não sem antes denunciar a apropriação das ruas por pautas contrárias à democracia e aos direitos humanos, especialmente entre os 24,2% dos manifestantes que se

<sup>419</sup> CASTELLS, 2013, p. 181.

<sup>420</sup> G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>421</sup> CASTELLS, 2013, p. 178.

mobilizavam contra a corrupção e o 1,1% preocupado principalmente com a segurança pública.

Não chega a ser surpresa que um movimento tão amplo, descentralizado e plural, organizado espontaneamente sem a mediação de lideranças ou instituições, abarcasse tensões e contradições internas, que - no caso brasileiro - se manifestaram de forma violenta no ápice das mobilizações, forçando a retirada do MPL. Só que a possibilidade de implosão, ou mesmo de que o movimento tivesse resultados contrários aos inicialmente previstos simplesmente não encontra lugar nos modelos explicativos de Hardt, Negri e Castells, aparentemente seguros de que a esquerda, senhora por direito das ruas, iria necessariamente hegemonizar e conduzir na direção da emancipação dos sujeitos um movimento desenhado para a aglutinar, sob lemas vagos, pessoas de todos os tipos movidas pelas mais variadas demandas.

Sequer é cogitada a hipótese de que junho de 2013 tivesse reflexos no sentido de uma inflexão do processo democrático brasileiro, como acontecera no Irã em 2009 e na maior parte dos países da Primavera Árabe. Ao invés da consolidação de democracias no estilo ocidental, o que se viu no Egito e na Líbia, por exemplo, após a queda dos ditadores Hosni Mubarak e Muammar Gaddafi foi a generalização e o acirramento de violentos conflitos tribais e religiosos. Na Síria, o resultado foi ainda mais dramático, pois as manifestações pacíficas iniciadas em março de 2011 desaguaram na guerra civil que devastou o país e provocou um êxodo de centenas de milhares de pessoas, muitas das quais buscaram refúgio na Europa. O que contribuiu para acirrar o debate sobre imigração no continente em favor do crescimento da extrema direita.

Ainda que contradições tenham provocado conflitos entre os manifestantes e levado à retirada do MPL, estes parecem ser dados secundários. Na leitura de Castells, a juventude mobilizada – ou mesmo a população num sentido mais amplo – são apresentadas como uma unidade, destinada a seguir o caminho progressista da emancipação dos sujeitos. E esse rumo seria garantido pela própria natureza da internet, enquanto espaço de autonomia livre do controle das grandes corporações.

Nesse ponto ecoa a crítica de Morozov em relação ao internet-centrismo e o cyber-utopismo, já que as especificidades do contexto social brasileiro são ignoradas mesmo depois das contradições internas terem transformado os rumos dos atos. O movimento é enquadrado a partir de uma perspectiva estrangeira, exemplificada pelo fato de Castells atribuir centralidade à pauta ambiental –

prioritária no contexto europeu -, mas que apesar de extremamente relevante simplesmente não deu as caras nas ruas brasileiras em 2013.

Também parece problemático classificar como um espaço de autonomia autocomunicava a plataforma do Facebook utilizada por 77% dos manifestantes para se mobilizar para os atos<sup>422</sup> e que naquele momento era acessada regularmente por 47 milhões de brasileiros<sup>423</sup>. Primeiro, pelo fato do alcance de páginas e perfis ser limitado discricionariamente pela empresa, e, segundo, porque meios de comunicação tradicionais como TV, rádio e veículos impressos, não haviam deixado de ser relevantes, ainda que tivessem sido forçados a dividir espaço num ecossistema midiático cada vez mais plural.

O que houve, na verdade, foi a articulação sistêmica entre as mídias tradicionais e as digitais. Os novos meios não destroem nem tornam obsoletas as tecnologias anteriores, havendo, na verdade, uma remodelagem mútua no sentido da convergência delineada por Jenkins (2010). Novos significados emergem da integração entre diferentes canais, com seus códigos comunicativos específicos. E nesse fluxo multimodal e ininterrupto de troca de informações entre milhões de emissores-receptores as diferentes mídias tendem a se agregar de maneira a ressignificar experiências e alterar a forma como os fenômenos de comunicação são vivenciados.

Assistir a uma novela ou a um jogo de futebol pela televisão, por exemplo, é estar diante de uma mídia de massa, vendo algo planejado de acordo com os parâmetros da indústria cultural. No entanto, quando o indivíduo compartilha nas redes digitais seus comentários a respeito do que vê, a experiência de ver televisão é alterada - aliás, deixa de ser, em termos mais estritos, um ato de apenas “ver” televisão, mas trata-se, sobretudo, de discutir e reimaginar a mensagem, que será recriada e compartilhada com outras pessoas (Martino, 2014, p. 36).

Esse ponto é especialmente relevante no Brasil, país que em 2013 havia universalizado o acesso à TV enquanto grande parte da população continuava sem serviços básicos. Segundo dados do IBGE, 97,2% dos domicílios contavam com aparelho de televisão quando eclodiram as manifestações<sup>424</sup>, mas apenas 63,5% das

<sup>422</sup> G1. Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>>. Acesso em: 2 abr.2020.

<sup>423</sup> R7. Brasil é o 3º país com o maior número de usuários do Facebook. Mar. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/brasil-e-o-3-pais-com-o-maior-numero-de-usuarios-do-facebook-02032019>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

<sup>424</sup> IBGE, 2015.

residências eram atendidas pela rede de coleta de esgoto no ano seguinte, e 61,1% dispunham de máquinas de lavar em 2015<sup>425</sup>. O número de residências atendidas pela rede geral de abastecimento de água em 2015 também era substancialmente menor: 58,2 milhões, equivalente a 85,4% do total. No que diz respeito especificamente à comunicação, 48% das residências tinham acesso à internet em 2013, e o número de brasileiros com mais de 10 anos que acessava à rede de alguma forma também não chegava à metade da população: 49,4%<sup>426</sup>.

Mesmo entre os 47 milhões de brasileiros que acessavam o Facebook regularmente em 2013, 40% entravam no site enquanto assistiam a televisão. No ano anterior, a empresa norte-americana havia monitorado as conversas dos usuários durante a exibição do último capítulo de *Avenida Brasil*, que foi ao ar no dia 19 de outubro, e descobriu que todos os dez temas mais comentados na rede social tinham relação com a novela da Rede Globo<sup>427</sup>. O Facebook decidiu, então, colocar a TV no centro de sua estratégia de negócios no país, buscando maneiras de tirar proveito do “efeito de segunda tela”, como foi chamado o hábito comum entre os brasileiros de utilizar *smartphones* e *tablets* enquanto assistem a televisão. “Isso abre um leque de oportunidades muito grande pensando que o Brasil vai ser sede dos principais eventos esportivos nos próximos três anos”, declarou em outubro de 2013 o então diretor-geral da empresa no país, Leonardo Tristão, de olho no potencial de transmissão da Copa do Mundo de futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos que aconteceriam no Rio de Janeiro em 2016. O objetivo era “fazer a conexão de um programa de TV ou evento esportivo com o que as pessoas estão falando”<sup>428</sup>.

A posição assumida publicamente pelo Facebook naquele momento chama atenção para o peso da TV no país, que se faria decisivo para o redirecionamento das manifestações após um período inicial em que a cobertura hegemônica se limitou a desqualificá-las como vandalismo. Essa virada foi fundamental para que o caráter autonomista de esquerda que caracterizou o movimento num primeiro momento perdesse espaço para um agressivo sentimento antipolítica.

<sup>425</sup> IBGE, 2016.

<sup>426</sup> IBGE, 2015.

<sup>427</sup> GOMES, H. S. Brasil é o 2º país com mais usuários que entram diariamente no Facebook. G1, Rio de Janeiro, set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>428</sup> Ibid.

Em 2015, o brasileiro ainda passava, em média, 4,5 horas por dia em frente do aparelho de televisão, e 73% da população assistia à TV aberta diariamente<sup>429</sup>. Além do predomínio de um único meio, o mercado de comunicação brasileiro se concentrava nas mãos de quatro grupos empresariais, que controlam mais de 70% da audiência da TV aberta<sup>430</sup>. Só a Globo tinha mais audiência que seus principais concorrentes somados<sup>431</sup>, e em 2017 a empresa anunciou que estava atingido diariamente 100 milhões de brasileiros através da propriedade cruzada de emissoras de TV, estações de rádio, veículos impressos, sites e aplicativos<sup>432</sup>.

Além de oferecer ao consumidor menos opções, a concentração do mercado de mídia carrega problemas do ponto de vista democrático, pois restringe a pluralidade de vozes e pontos de vistas sobre os acontecimentos, além de manter nas mãos de um reduzido número de empresários uma influência desproporcional na formação da opinião pública. No geral, esses poucos grupos empresariais atuam como intelectuais coletivos da globalização neoliberal (Ianni, 2003), enquadrando os problemas sociais a partir da perspectiva exclusiva da racionalidade individualista mercantil. Quem chama atenção para isso é Sidney Rezende, jornalista que durante décadas trabalhou nas organizações Globo:

Você não encontra um noticiário parcial como a gente tem aqui no Brasil, às vezes até absurdo, lá na Europa. Você não tem, em nenhum lugar, uma cobertura tão controlada quanto a nossa. Aqui ela é monocórdica. É uma cobertura que, a todo momento, repete uma mesma coisa, dentro de uma mesma visão. Vamos pegar a discussão econômica. Se pegar a lista de todos os convidados dos programas da GloboNews que falam sobre economia e verificar de onde eles são, a que grupo eles pertencem, qual a linha ideológica que eles têm, posso te garantir que uns 75% ou mais são oriundos do mercado financeiro. Eles são ligados ao Ibemec, à Fundação Getúlio Vargas, a empresas privadas, são consultores, são pessoas ligadas a essa área. Por quê? Porque são pessoas que traduzem uma visão do mercado. Para a GloboNews e todos os profissionais que cobrem a economia por lá, a preocupação maior é se o dólar está subindo ou se está descendo, do que se tem mais ou menos desempregados. É mais relevante o que o mercado financeiro acha. Se uma medida, por exemplo, não agrada ao mercado financeiro, ainda que a longo e médio prazos ela seja positiva para o país, os profissionais acham que a economia está indo mal e que as medidas são erradas. Então a visão de mercado prevalece (Rovai, 2018, p. 312).

<sup>429</sup> BECKER; GAMBARO, 2016, p. 60.

<sup>430</sup> ROVAI, 2018, p. 53.

<sup>431</sup> Ibid., p. 54.

<sup>432</sup> REDE GLOBO. Globo celebra alcance de mais de 100 milhões de pessoas por dia. Out. 2017. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

Além de promover os interesses do mercado, as emissoras de TV aberta também vinham há anos atuando cotidianamente no sentido de desacreditar as instituições, aprofundando o fosso entre sociedade e política. A cobertura cada vez mais sensacionalista de ações policiais cuidadosamente encenadas para o espetáculo midiático difundia gradativamente na sociedade elementos “muito perigosos”, “de índole messiânica, salvacionista, apolítica” que poderiam apontar “a emergência de uma cultura fascista entre nós”, alertava Werneck Vianna em 2008<sup>433</sup>:

Ao longo desses anos, esta geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizaram, a cada dia. Basta ver o noticiário dos jornais: corrupção disso, negociata daquilo. Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional<sup>434</sup>.

O sociólogo não deixava de ressaltar a importância do combate à corrupção para a sociedade brasileira, nem o papel fiscalizador que a imprensa livre deve exercer numa democracia, mas era enfático em seu alerta, lembrando que a luta contra a corrupção se degrada quando “se absolutiza” e “perde a perspectiva da política, da democracia”.

É possível se avançar na ordem racional legal, investigando a corrupção, prendendo seus responsáveis, mas sem que isso assuma o caráter de escândalo, de espetáculo, no qual parece que temos um agente de salvação em defesa da sociedade. Isto sim é perigoso (Werneck Vianna, 2018, p. 26).

O problema estava na “sucessão de intervenções espetaculosas da Polícia Federal”, na “mobilização da mídia, do Ministério Público, do Judiciário e da opinião pública”. Assim, a mídia difundia a ideia de que a corrupção era a grande inimiga da nação. Bastaria combatê-la - especialmente colocando a elite branca na cadeia - para que todos os problemas nacionais fossem resolvidos e a sociedade se tornasse mais justa. Além de falsa, essa ideia estava servindo, na prática, para encobrir as verdadeiras questões centrais do país com “cortinas de fumaças”. Assim, o mundo continuava como dantes, e nada mudava “no que se refere à questão agrária, às políticas sociais”.

Não podemos defender a ideia de que um grande inquérito, um grande processo, pode resolver as máculas da nossa história, criar um novo tipo de um encaminhamento feliz para nós (e isso é feito pela polícia, pelos grampos telefônicos, pela repressão!). Isso não lembra a linguagem do regime militar, quando ele se impôs? De que o grande inimigo é a corrupção? Só que agora tudo está sendo feito numa escala nova, imensa, com um domínio total dos meios de

<sup>433</sup> WERNECK VIANNA, 2018, p. 117.

<sup>434</sup> Ibid., p. 117.

comunicação. O próprio Congresso se tornou uma ampla comissão parlamentar de inquérito, apurando, investigando e não discutindo políticas e soluções para os problemas. Além do mais, temos um grupamento novo na sociedade: a Polícia Federal é nova. Ela foi extraída da classe média. Seu pessoal é concursado, bem formado, com curso superior. Seus integrantes estão autonomizados a ir as ruas com esse sentimento messiânico, que aparece no relatório do delegado Protógenes, de que a Polícia pode salvar o mundo (Werneck Vianna, 2018, p. 25).

Esse espírito salvacionista fazia a Polícia Federal se apresentar à sociedade - em atuação conjunta com o Ministério Público - como uma espécie de “Batman Institucional”, erguido acima da política para fazer Justiça através de espetáculos encenados para uma opinião pública eletrizada. Seria preciso que a sociedade reagisse, superando o desânimo e o desencanto crescentes e não se deixando seduzir pela ilusão salvacionista, que alimentava o moralismo de classe média e trazia graves riscos à democracia. Pois além de encobrir com cortinas de fumaças os verdadeiros problemas nacionais, esse grande “*affaire* midiático” estava suscitando os “piores instintos da sociedade”.

Nesse processo, a ordem racional legal avança, se aprimora, se aperfeiçoa. No entanto, o que tento combater é uma visão salvadora, justiceira, messiânica do papel policial para a erradicação dos nossos males, como se não devesse haver nenhum impedimento entre a ação da polícia e a sociedade, como se não devêssemos ter *habeas corpus*, como se as pessoas pudessem ser presas, retiradas das suas casas nas primeiras horas da manhã, algemadas, e tudo isso passando por câmeras de televisão... Não creio que isto seja um indicador de democracia (Werneck Vianna, 2018, p. 26).

Esse processo deveria ser denunciado e combatido “com política, com mais política”, alertava Werneck Vianna em 2008, mas o processo de descrédito das instituições só se aprofundou nos anos seguintes. Se as revelações do chamado “Escândalo do Mensalão”<sup>435</sup> em 2005 já haviam desacreditado o discurso ético do Partido dos Trabalhadores diante de parte do eleitorado, a condenação de algumas de suas lideranças históricas, como José Dirceu e José Genuíno, no Supremo Tribunal Federal em 2012 contribuiu para afastar ainda mais a população da política. E esse acúmulo de desilusão, descrédito e ressentimentos veio à tona de maneira súbita em 2013, quando o país passava por um momento de progresso econômico e aparente estabilidade política.

---

<sup>435</sup> O termo “Mensalão” foi popularizado em 2005, quando o então deputado federal Roberto Jefferson revelou esquema de compra de votos de parlamentares pelo governo Lula para garantir apoio ao Executivo.

Tanto que jovens autonomistas de esquerda puxaram inicialmente o movimento, seguros de que os avanços dos anos anteriores estavam consolidados e que, por isso, deveriam forçar o ritmo das transformações sociais e radicalizar a política num sentido democrático. Com a opção pela conciliação de classes e o que parecia uma capitulação diante de velhas práticas políticas, o PT era visto por grande parte dos primeiros manifestantes como uma nova régua do conservadorismo brasileiro. Muitos dos jovens radicais de esquerda – tanto anarquistas quanto militantes de partidos como PSOL, PCB e PSTU – saíram às ruas enxergando no PT uma “nova direita”, expressão da modernização do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcada pelo crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental.

O horizonte era o do velho repertório revolucionário do século XX, renovado pela fé no poder libertário das novas tecnologias de comunicação. Só que a generalização do descrédito e do ódio às instituições não tomaria a direção desejada pela vanguarda progressista. Primeiro porque não seria fácil conduzir ou hegemonizar um movimento organizado de maneira espontânea e descentralizada pelas mídias digitais, além do fato dessas próprias organizações terem sido elas mesmas tragadas pela onda antipartidária. Como busca-se falar em nome de “toda a Nação” e não se permite lideranças ou pautas pré-definidas, a expansão massiva do movimento acaba por trazer às ruas setores inesperados da sociedade, alguns se opondo radicalmente aos valores e objetivos dos jovens de esquerda que tinham dado início ao movimento exigindo passe livre nos transportes públicos e uma política verdadeiramente democrática.

O exemplo mais significativo nesse sentido encontramos no caso de Marcello Reis, não apenas por sintetizar várias dimensões aqui discutidas, mas também pelo papel de protagonismo que esse personagem assumiria nos anos seguintes, após participar das manifestações de 2013. O empresário paulistano começa a atuar na internet em 2006, quando criou comunidade no Orkut com objetivo de reunir pessoas dispostas a caçar e denunciar à Polícia Federal suspeitos de pedofilia nas comunidades infantis da rede social, então a mais popular do país. Só que a iniciativa foi perdendo sentido com o desenvolvimento de *softwares* de varredura de criminosos, e o Revoltados On Line se transformou, então, num fórum



de inconformados em geral, migrando para o Facebook em 2010<sup>436</sup>, um ano antes da empresa de Zuckerberg ultrapassar o Orkut<sup>437</sup>.

Foram três anos discutindo assuntos variados, como meio ambiente e educação, mas o que unia efetivamente os participantes do Revoltados On Line era a defesa dos “valores familiares” e a indignação com a corrupção. Muitos defendiam abertamente uma intervenção militar como solução dos problemas do país, a começar pelo próprio Marcello Reis<sup>438</sup>, que tinha participado de protestos contra a corrupção em São Paulo, Brasília e Rio entre 2011 e 2012, além de um ato organizado na Câmara de Vereadores de São Paulo, em 2012, contra a doação de um terreno ao Instituto Lula<sup>439</sup>.

Quando eclodem as manifestações de 2013, o grupo enxerga naquela demonstração difusa de indignação uma oportunidade de ganhar visibilidade. Mandam então fazer uma grande faixa dizendo “Lula, o câncer do Brasil – investiguem o chefe da quadrilha”, que é levada por Reis e outros dois militantes (um deles, advogado) ao ato do dia 17 de junho. Só que muitos manifestantes se revoltaram quando a faixa foi aberta na Avenida Paulista, obrigando os Revoltados On Line a se recolherem. Esse momento, no entanto, não aparece no vídeo postado no canal oficial do grupo no YouTube, que corta para Reis falando diretamente para a câmera:

nós colocamos a faixa, e os caras ficaram loucos. Chamaram a gente de fascista, vieram pra cima, mas beleza. Vamos que vamos, vamos continuar. Isso não vai parar, até o pessoal acordar. Aí uns vieram falar que o Revoltados On Line é de direita. Por um acaso tem direita e esquerda nessa porra aqui. Então quer dizer que essa manifestação aqui é de esquerda? Não, não é. O negócio é do povo. Entendeu?<sup>440</sup>

O fato da faixa ter sido registrada por alguns fotógrafos é celebrado, mas Reis não se dá por satisfeito, garantindo aos seguidores do ROL que não desistiria de seu principal objetivo: “a gente não vai desistir de mostrar que esse Lula mensaleiro é o chefe da quadrilha. Ele tem a raiz de todo esse mal aqui. Ele, Dilma,

<sup>436</sup> PAVARIN, 2017.

<sup>437</sup> G1. Facebook ultrapassa Orkut em usuários únicos no Brasil, diz Ibope. São Paulo, set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>438</sup> PAVARIN, 2017.

<sup>439</sup> ROCHA, 2018, p. 160.

<sup>440</sup> REVOLTADOS ON LINE. QUINTO ATO 17 06 2013\_SÃO PAULO\_LARGO DA BATATA - Revoltados ON LINE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DXv4YKDihfY>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

Zé Dirceu. Essa é a grande verdade”<sup>441</sup>. Apesar de dedicar todo seu esforço a atacar o PT e especialmente o ex-presidente Lula, Reis se esforça para se apresentar como um cidadão brasileiro indignado, sem nenhum tipo de preferência ideológica. Quando questionado por outros manifestantes, o empresário diz não apoiar o PSDB – que hegemonizava o campo eleitoral da direita nacionalmente desde 1994 – ou qualquer outro partido.

“Alguns vieram gritar que Revoltados On Line é de direita. Direita? Pra quem fala que a gente é de direita, faz o seguinte: pega a direita, a esquerda e enfia no meio do seu centro! Essa é a grande verdade. Tô revoltado!”<sup>442</sup>.

O vídeo foi postado no perfil do Revoltados On Line no YouTube junto ao número de celular e os endereços de Skype e e-mail e Marcello Reis, com a seguinte assinatura ao final da descrição: “Há sempre um Revoltado ON LINE em TODO lugar, SEMPRE HÁ e SEMPRE HAVERÁ”<sup>443</sup>. Mesmo assim, a repercussão do grupo nas redes seguiu limitada. O ROL só ganhou projeção nacional quando Marcello Reis apareceu nos noticiários dos telejornais e nas capas dos jornais arrancando bandeiras de partidos e organizações de esquerda das mãos dos manifestantes. O número de seguidores da página do Facebook se multiplicou então, consolidando o ROL como grupo de militância “política de extrema direita, a favor do intervencionismo militar e, sobretudo, anti-PT”<sup>444</sup>.

Ou seja, o trabalho de produção de conteúdo e articulação orgânica não foi suficiente, e o grupo só ganhou relevância nas redes sociais com o impulso dos meios de comunicação tradicionais. E isso já estava claro para seus militantes, que comemoraram quando fotógrafos de jornais registraram a faixa chamando Lula de “câncer do Brasil”. Nesse sentido, o caso dos Revoltados On Line sintetiza bem a relação simbiótica entre TV e redes sociais especialmente forte no Brasil de 2013 – conforme reconhecido pelo próprio Facebook - e que seria decisiva na expansão e redirecionamento das manifestações. Só que Reis não foi o único a agredir militantes de esquerda e a dirigir toda a sua revolta contra o PT.

Quando Castells celebrou o “clima de fraternidade encontrado nas redes e percebido nas ruas brasileiras” em defesa “dos direitos dos mais indefesos”<sup>445</sup>

---

<sup>441</sup> Ibid.

<sup>442</sup> Ibid.

<sup>443</sup> Ibid.

<sup>444</sup> PAVARIN, 2017.

<sup>445</sup> CASTELLS, 2013, p.178.

certamente não tinha em mente as imagens de militantes de esquerda sendo cercados e agredidos até se retirarem do ato de 20 junho na Avenida Paulista, momento em que as jornadas de junho atingiram seu ápice de mobilização<sup>446</sup>. “Putá que pariu, abaixa essa bandeira e levanta a do Brasil!”, gritavam jovens - alguns mascarados - aos militantes que carregavam bandeiras de centrais sindicais, organizações estudantis e partidos como PSOL, PT, PCB, PSTU, PCO e PCdoB. Foram empurrados, chutados, xingados e suas bandeiras tomadas e incendiadas entre gritos de “queima o satanás do PT” e “queima a Dilma!”<sup>447</sup>. Os mastros que sobravam eram utilizados para bater nos militantes que insistiam em levantar os símbolos de suas agremiações políticas aos gritos de “democracia” e “fascistas, não passarão!”. Ao final, acabaram tendo que se retirar, chamados de “oportunistas” por aqueles que gritavam “o povo unido não precisa de partido”, com bandeiras do Brasil sobre os ombros<sup>448</sup>.

O episódio, que se repetiu em diversas outras cidades, fez o Movimento Passe Livre se retirar dos protestos no dia seguinte (21/6), denunciando a “barbárie” promovida por pessoas que “nunca tinham participado antes de manifestações”<sup>449</sup>. O movimento autonomista buscava defender o direito de livre manifestação política, mas a essa altura o antipartidarismo havia se difundido de tal maneira que inviabilizara qualquer manifestação de política organizada, logo reprimida por grupos investidos de sentimento antipolítico.

O sentido patriótico difuso dos atos, organizados horizontal e espontaneamente pelo Facebook, trouxe de volta às ruas setores sociais visceralmente contrários aos ideais dos jovens que deram início ao movimento. Muitos acreditavam iniciar um processo revolucionário, mas acabaram eles mesmos expulsos dos atos, após suas bandeiras serem tomadas e destruídas, em alguns casos, por defensores da intervenção militar como Marcello Reis.

Os acontecimentos de junho fizeram ruir mais uma vez a “ilusão democrática” de que as massas politicamente indiferentes não importam, são efetivamente neutras ou não passam de um “silencioso pano de fundo para a vida

<sup>446</sup> SANTOSFC TV. PT expulso da Paulista!! Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3erGo7XJLI8>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

<sup>447</sup> Ibid.

<sup>448</sup> Ibid.

<sup>449</sup> KREPP, A. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-impl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

política da nação”. Quando elementos aparentemente apáticos irrompem massivamente num acesso de fúria catártico, fica claro, como disse Arendt, que “o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país” (2013, p. 280).

Nesse sentido, o que as redes digitais fizeram foi oferecer métodos novos de propaganda e organização política capazes de, num contexto histórico propício, mobilizar essa enorme massa de indivíduos que nunca havia sido atingida por nenhum dos partidos tradicionais. Um dos motivos, segundo Arendt, está na própria racionalidade da sociedade de classes, onde a ascensão de uma classe social se dá pela instrução e treinamento de um número limitado de seus membros com objetivo de capacitá-los para atuar como políticos profissionais, trabalhando na burocracia estatal ou no Parlamento enquanto representantes dos interesses de todo grupo.

A ninguém importava que a maioria dos membros de cada classe permanecesse fora de qualquer partido ou organização política. Em outras palavras, o fato de um indivíduo pertencer a uma classe, que tinha obrigações grupais limitadas e certas atitudes tradicionais em relação ao governo, impediu o crescimento de um corpo de cidadãos que se sentissem, individual e pessoalmente, responsáveis pelo governo do país. Esse caráter apolítico das populações dos Estados-nações veio à tona somente quando o sistema de classes entrou em colapso e destruiu toda a urdidura de fios visíveis e invisíveis que ligavam o povo à estrutura política (Arendt, 2013, p. 282).

No caso do Brasil de 2013, essa questão se acentuava pela crescente atomização e acirramento competitivo das relações sociais – estimulados pelo neoliberalismo e pelo consumismo – que contribuía para enfraquecer solidariedades de classe. Também atuava nessa direção um movimento lento de perda de credibilidade de muitas organizações – como sindicatos e movimentos sociais -, que passaram a ser confundidas com o governo, já que parte expressiva de suas lideranças ocupavam cargos na burocracia estatal.

Como organizações patronais, ruralistas, grupos fundamentalistas religiosos e diversos outros antagonistas dos movimentos progressistas também faziam parte do governo, os conflitos se tornaram inevitáveis, sendo contornados pelo presidente Lula durante seus dois mandatos. Esse “condomínio de contrários”<sup>450</sup>, contudo, tornou-se insustentável com a eleição de Dilma Rousseff e a deterioração do cenário econômico, mas a insistência nessa política acabou por desarmar gradualmente as

---

<sup>450</sup> WERNECK VIANNA, 2011, p. 31.

trincheiras democráticas da sociedade civil, em especial as organizações de classe, que foram tragadas pelo clima de hostilidade alimentado pela cobertura midiática.

A queda das paredes protetoras das classes transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa grande massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs; que, conseqüentemente, os mais respeitados, eloquentes e representativos membros da comunidade eram uns néscios e que as autoridades constituídas eram não apenas perniciosas mas também obtusas e desonestas (Arendt, 2013, p. 283).

A reflexão sobre o “colapso da sociedade de classes” que antecedeu à ascensão do nazismo feita por Arendt parece descrever melhor o que aconteceu nas ruas brasileiras em 2013 do que fizeram muitos dos analistas cyber-utópicos. A filósofa alemã também lembra que o

primeiro sintoma do colapso do sistema partidário continental não foi a deserção dos antigos membros do partido, mas o insucesso em recrutar membros dentre a geração mais jovem e a perda do consentimento e apoio silencioso das massas desorganizadas, que subitamente deixavam de lado a apatia e marchavam para onde vissem oportunidade de expressar a sua violenta oposição (Arendt, 2013, p. 283).

Esse ponto ajuda a compreender o perfil jovem dos manifestantes, muitos dos quais haviam sido ignorados pelo sistema político-partidário justamente por parecerem apáticos, indiferentes – sendo, muitas vezes, menosprezados pelos quadros profissionalizados. A esmagadora maioria dos manifestantes não era vinculada a nenhuma instituição, e boa parte estava participando de protestos pela primeira vez.

Os confrontos marcaram também a ruptura da hegemonia progressista sobre as ruas brasileiras, que voltavam a ser divididas, após décadas, com setores conservadores e reacionários mobilizados em massa. Essa fissura aberta em 2013 se delinearía de maneira mais clara nos atos contra a Copa do Mundo que continuaram no ano seguinte. De um lado, manifestantes de direita se articularam em torno da página *Não Vai Ter Copa* no Facebook, endossando críticas da FIFA em relação à qualidade das obras e canalizando toda indignação contra o PT, associado ao comunismo. Além dos ataques a Cuba e ao programa Bolsa Família, o grupo também abria espaço para políticos conservadores, como deputado e pastor Marco Feliciano (PSC).

Do outro lado, o *Comitê Popular da Copa* e o *Comitê Popular dos Atingidos pela Copa* também criticavam o governo federal, mas enfatizando a baixa qualidade dos serviços públicos, a repressão policial às manifestações e, principalmente, as

remoções arbitrárias das comunidades periféricas destruídas pelas obras de infraestrutura ligadas ao torneio de futebol e aos Jogos Olímpicos que aconteceriam no Rio de Janeiro em 2016. Um caso emblemático foi o da Vila Autódromo, ao lado do Parque Olímpico de Jacarepaguá, onde moradores resistiram durante meses antes de serem removidos.

Nenhuma dessas manifestações contra a Copa foi expressiva do ponto de vista numérico – ao menos se comparadas às mobilizações do ano anterior -, mas não deixaram de ser reveladoras da crise do discurso petista, que possibilitou, segundo Pinto (2019, p. 41), “um vazio discursivo e uma miríade de significados flutuantes à disposição para serem articulados em novas cadeias de equivalência”. A questão é que a fragmentação gerada por esse “vácuo discursivo” impactaria com mais vigor o campo progressista, que perdia sua principal referência, enquanto o campo conservador tendia a se aglutinar em torno da rejeição ao PT. Essas tendências se intensificariam com o desenrolar dos acontecimentos, mas do ponto de vista progressista, as jornadas também trariam desdobramentos inovadores e potentes, para além da fragmentação estimulada pela crise do petismo.

No início de agosto de 2013, por exemplo, manifestantes ocuparam a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro para cobrar a realização da CPI dos Ônibus e permaneceram por mais de dez dias acampados dentro e fora do Palácio Pedro Ernesto. O mesmo aconteceu em outras cidades, e ainda em agosto professores da rede pública entraram em greve no Rio. A paralisação dos professores foi apenas uma entre as 2050 greves registradas no país naquele ano, número 134% maior do que as 877 greves de 2012 e recorde da série histórica mapeada pelo DIEESE desde 1984<sup>451</sup>. Foram 2 milhões de trabalhadores envolvidos num total de 111.342 horas de paralisação, maior número de horas paradas desde 1990 e 28% maior do que o ano anterior. Houve uma diminuição, contudo, nas horas paradas no setor público de 75% para 69%, enquanto as greves no setor privado aumentaram de 25% para 30%. Do total de trabalhadores brasileiros que entraram em greve em 2013, 36% buscavam reajustes, 26,8% paravam devido à alimentação e 21% lutavam por melhores condições de trabalho<sup>452</sup>.

---

<sup>451</sup> DIEESE, 2015.

<sup>452</sup> Ibid.

Entre 1997 e 2011 houve relativa estabilidade, com média de 427 greves ao ano, mas o número de paralisações saltou em 2012 para 877 e cresceu 134% em 2013. Ou seja, as maiores manifestações registradas até então na Nova República eclodiram no mesmo ano em que o país batia recorde de greves na série histórica registrada pelo DIEESE. Só que não houve convergência entre a insatisfação dos trabalhadores e a revolta dos jovens de classe média escolarizados que tomaram as ruas organizados pelo Facebook. Entre os manifestantes que saíram de casa no dia 20/6, 63% tinham entre 14 e 29 anos, 49% haviam completado o segundo grau e 43% tinham diploma universitário. A maioria trabalhava (76%) e praticamente a metade (49%) tinham renda superior a 5 salários mínimos, mas apenas 14% dos manifestantes era filiada a algum sindicato, entidade de classe ou organização estudantil<sup>453</sup>.

Ainda que a esperança e a indignação da multidão organizada em redes digitais tivessem despertado a simpatia dos trabalhadores também insatisfeitos com as tarifas de transporte e decepcionados com a classe política, isso não foi suficiente para que a mobilização ganhasse um caráter popular e classista. Muitos jovens de classe média experimentaram a violência policial pela primeira vez naquele mês, mas a arbitrariedade da longa prisão do jovem Rafael Braga, detido por trazer um produto de limpeza na mochila, lembrava à parcela negra e pobre da população que ela continuaria pagando um preço bem mais alto por manifestações de rebeldia. E mesmo quando organizações sindicais tentaram tomar parte dos atos, foram intensamente hostilizadas por manifestantes tomados por um furioso sentimento antipolítico.

São inúmeras, portanto, as contradições e ambivalências em torno das jornadas de junho de 2013, um fenômeno complexo, que surpreendeu a todos e cujos sentidos continuam a nos escapar em sua real amplitude, pois seguimos experimentando seus desdobramentos na nossa vida cotidiana. Certamente o distanciamento no tempo possibilitará percepções mais claras do que os acontecimentos daquele mês significaram para a história do país, mas a face progressista do movimento não deixou de ecoar em importantes mobilizações pelo direito à cidade, como as que buscaram defender, em 2013, os parques Cocó, de

---

<sup>453</sup> G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

Fortaleza, e Augusta, em São Paulo, e que ocuparam no ano seguinte o Cais José Estelita em luta contra a gentrificação do centro histórico do Recife.

Em 2015, foi a vez dos secundaristas ocuparem mais de 200 escolas de São Paulo em protesto contra o projeto de reorganização do ensino público proposto pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), que previa o fechamento discricionário de diversas unidades. Os estudantes não apenas conseguiram chamar atenção da opinião pública tomando conta das escolas num impressionante exemplo de organização e senso cívico, como levaram ao cancelamento do projeto após provocarem a demissão do secretário de educação, Herman Voorwald. O exemplo vitorioso estimulou nova onda de ocupações no ano seguinte, que dessa vez se espalharam por todo o país e chegaram ao ensino superior. Os estudantes se rebelavam diante dos riscos que a dramática ruptura política de 2016 colocava diante do seu futuro.



## 5 A volta das direitas às ruas do Brasil

A taxa anual média de crescimento econômico no Brasil saltou de 2,1%, registrado nos anos 1980 e 1990, para 3,7% na década de 2000<sup>454</sup>. A partir de 2002, os preços das commodities (como petróleo, minérios e produtos agrícolas) cresceram aceleradamente até atingir pico em 2010<sup>455</sup>, após queda pontual em 2009, causada pela crise financeira internacional de 2008. Essa valorização dos principais produtos de exportação é apontada como principal causa do crescimento registrado não apenas no Brasil, mas no conjunto das economias latino-americanas.

Além do chamado “boom das commodities”<sup>456</sup>, outro fator comumente mencionado é a estabilização econômica promovida nos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e no primeiro governo Lula (2002-2006), além da expansão do crédito para o consumo de bens duráveis, sobretudo para setores historicamente à margem do mercado. Laura Carvalho (2018) também vai ressaltar a importância da expansão dos investimentos públicos para impulsionar o crescimento econômico. Segundo a economista, o investimento do governo central cresceu em média 27,6% ao ano de 2006 a 2010, contra redução anual média de 4,7% entre 2003 e 2005 e 2% no período de 1990 a 2002<sup>457</sup>. Boa parte dos investimentos foi centralizada no Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em janeiro de 2007, após a reeleição de Lula e já sob comando de Guido Mantega no Ministério da Fazenda. O bloco de investimentos priorizava, sobretudo, a infraestrutura física e social do país:

O PAC, ainda sob o trauma do apagão de 2001, priorizava a área da energia (54,5% do total). Em segundo lugar, vinha a infraestrutura social e urbana, que inclui habitação e saneamento, com 33,9% do total. Já os investimentos em infraestrutura logística (rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias, portos) representavam 11,6% do total (Carvalho, 2018, p. 29).

Somados a programas de transferência de renda, inclusão social, expansão do crédito e às políticas da valorização real do salário mínimo, esses investimentos acabaram contribuindo para fazer dos anos 2000 um período marcado pelo

---

<sup>454</sup> CARVALHO, 2018, p. 11.

<sup>455</sup> INTERNATIONAL MONETARY FOUND. Primary Commodity Price System. Disponível em: <<https://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>456</sup> CARVALHO, 2018, p. 41.

<sup>457</sup> Ibid., p. 27.

crescimento econômico e pela redução das igualdades sociais. O Coeficiente de Gini<sup>458</sup>, que havia caído de 59,9 (1996) para 58,1 (2002) nos governos FHC, foi reduzido de forma ainda mais acentuada no período Lula, passando de 57,3 (2003) para 52,9 (2011), segundo o Banco Mundial<sup>459</sup>.

Mesmo em 2009, ano em que a economia retraiu 0,126%, em virtude da crise, o Brasil registrou queda nos indicadores de desigualdade e, já no ano seguinte, apresentou crescimento de 7,52% do PIB<sup>460</sup>. Em parte, porque o governo federal seguiu o exemplo dos países centrais, injetando liquidez na economia através do aumento da oferta de crédito nos bancos públicos, de reduções no Imposto de Renda para Pessoa Física e do lançamento, em 2009, do programa Minha Casa Minha Vida (Carvalho, 2018).

A economia mundial também voltou a crescer em 2010 (4,3%), após retração de 1,67 no ano anterior<sup>461</sup>, mas – apesar do otimismo do governo Lula – muitos críticos alertavam para as consequências do endividamento crescente da população. Até porque as perspectivas internacionais não seriam tão animadoras se analisadas de um ponto de vista estrutural. Vencedores do Prêmio Nobel de Economia como Joseph Stiglitz e Paul Krugman apontavam a necessidade de regimes regulatórios adaptados às novas dinâmicas da globalização, enquanto o economista grego Yanis Varoufakis (2011) pregava a implementação de planos multilaterais para corrigir desequilíbrios no fluxo de capitais entre as nações. Só assim seria possível enfrentar a estagnação da economia global que se anunciava, tendo como desdobramentos a intensificação da xenofobia e do protecionismo.

Além desse cenário internacional pouco animador, as perspectivas de médio e longo prazo da economia brasileira também eram minadas pelo desmantelamento das cadeias industriais. Segundo levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP (2015), a participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro chegou a crescer de 14,4% (2002) para 17,9% em

---

<sup>458</sup> Medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini.

<sup>459</sup> THE WORLD BANK. GINI Index (World Bank estimate). Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>460</sup> THE WORLD BANK. GDP Growth (annual %). Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>461</sup> Ibid.

2004, mas depois só encolheu, até atingir 10,9% em 2014<sup>462</sup>. Ao mesmo tempo que perdia espaço no mercado interno para produtos importados - sobretudo da China -, a indústria nacional também tinha que lidar com a elevação dos custos de produção, uma vez que a participação do trabalho na renda nacional passou de 52,5% em 2004 para 57,4% em 2013 (Carvalho, 2018, p. 11).

Houve também redução das desigualdades salariais no mercado formal, puxada pelo aumento da demanda por mão de obra menos qualificada. O que elevou o poder de barganha desses trabalhadores em relação aos demais<sup>463</sup>. Não foi por acaso, portanto, que o número de greves no Brasil, que permanecera estável entre 1997 e 2011, numa média de 427 paralisações por ano, saltou para 877 em 2012 e cresceu 134% em 2013 (DIEESE, 2015). O acirramento da disputa entre trabalhadores e empresários pela participação na renda total do país abriu uma “espiral inflacionária de reajustes de salários e preços”, e a meta de inflação só foi cumprida anualmente entre 2006 e 2010 devido à apreciação do real<sup>464</sup>.

Uma forma mais desejável de compatibilizar crescimento de salários e estabilidade de preços é aliviar o conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas por meio de um crescimento maior da produtividade do trabalho. Em outras palavras, deixar crescer os salários pode não elevar o custo com a mão de obra se menos trabalhadores ou menos horas de trabalho forem necessários para produzir uma mesma unidade do produto (Carvalho, 2018, p. 48).

No entanto, esses ganhos de produtividade deveriam ser sustentados por investimentos massivos em educação, novas práticas gerenciais e desenvolvimento tecnológico, além da melhoria da infraestrutura do país<sup>465</sup>. Investimentos, portanto, que não dariam retorno imediato. Daí que empresários do setor industrial e muitos economistas tenham passado a exigir do Estado brasileiro medidas que reduzissem os custos das empresas nacionais como forma de elevar, no curto prazo, sua competitividade diante da concorrência estrangeira<sup>466</sup>.

Em maio de 2011, os presidentes da FIESP (Paulo Skaf), da CUT (Artur Henrique) e da Força Sindical (Paulinho) assinaram conjuntamente um artigo no jornal Folha de S. Paulo anunciando um pacto entre representantes de trabalhadores

---

<sup>462</sup> DEPECON FIESP, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/leopu/Downloads/perda-de-participacao-da-industria-no-pib.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>463</sup> CARVALHO, 2018, p. 21.

<sup>464</sup> Ibid., p. 47.

<sup>465</sup> Ibid., p. 48.

<sup>466</sup> Ibid., p. 11.

e empresários “em torno de um projeto industrializante para o país”<sup>467</sup>. Em resposta, o governo Dilma anunciou três meses depois o Plano Brasil Maior, que previa, entre outros pontos, “a redução de IPI sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos, a concessão de créditos tributários para exportadores e a chamada desoneração da folha de pagamentos”. Inicialmente a desoneração da folha salarial contemplaria apenas quatro, mas o benefício acabou sendo estendido a 56 setores da economia até 2014 (Carvalho, 2018, p. 70).

Com isso, o custo anual das renúncias tributárias passou de 140 bilhões de reais em 2010 para 250 bilhões em 2014<sup>468</sup>, e Dilma ainda atendeu a outras demandas do setor industrial: reduziu a taxa de juros, desvalorizou o real, ampliou a oferta de crédito e manteve controladas as tarifas energéticas. A expectativa era de que a queda de arrecadação do governo federal fosse compensada pela expansão dos investimentos das empresas privadas, gerando novos empregos e aumentando, novamente, a arrecadação.

Só que já era possível identificar sinais de desaceleração da demanda na queda geral da utilização da capacidade industrial e no acúmulo de estoques<sup>469</sup>. Na verdade, não havia razão para investir na expansão de equipamentos e maquinário. Como resultado, os impostos que deixaram de ser pagos ao governo não foram investidos, mas transformados em lucros pelas empresas, dirigidos a outras aplicações – tendo em vista o alto grau de financeirização do setor produtivo brasileiro - ou mesmo utilizados no pagamento de dívidas relativas ao ciclo de investimento anterior (Carvalho, 2018, p. 73). O investimento do setor privado havia aumentado 17,9% em 2010, mas cresceu apenas 6,8% em 2012 e praticamente zerou no ano seguinte: 0,8%<sup>470</sup>. Como o Estado perdeu capacidade de arrecadação, os investimentos do governo federal também caíram. Eram, em 2014, 4% menores em termos reais do que o injetado na economia em 2010. E em comparação com os governos anteriores, a queda foi ainda mais expressiva.

Enquanto a expansão dos investimentos públicos tinha sido de 7,2% anuais nos governos FHC e 10,7% anuais durante os governos Lula, o crescimento foi de apenas 0,3% ao ano durante o governo Dilma (2011-2014)<sup>471</sup>. Mesmo o

---

<sup>467</sup> Ibid., p. 57.

<sup>468</sup> Ibid., p. 71.

<sup>469</sup> Ibid., p. 71.

<sup>470</sup> Ibid., p. 71.

<sup>471</sup> Ibid., p. 82.

crescimento das despesas com benefícios sociais cresceu menos durante o governo da primeira mulher a presidir o Brasil (5,8% ao ano) do que no segundo mandato de FHC, quando registrou expansão de 7,5% ao ano<sup>472</sup>. Portanto, a redução do resultado primário entre 2011 e 2014 não foi fruto da expansão nos gastos públicos - como argumentavam amplos setores da direita -, mas do aumento das despesas com subsídios e do crescimento menor das receitas. A arrecadação federal cresceu apenas 2,9% ao ano durante o primeiro governo Dilma, contra 6,1% nos dois governos Lula e, 8,4% no segundo governo FHC. Em parte, essa desaceleração está ligada à própria queda da atividade econômica, mas foi também efeito das “desonerações tributárias, cujo custo médio anual passou de 26,3 bilhões de reais entre 2006 e 2010 para 69,3 bilhões entre 2011 e 2014” (Carvalho, 2018, p. 89).

Segundo Carvalho (2018), a ênfase na redução de impostos como forma de estimular o crescimento econômico aproxima o governo Dilma mais das políticas promovidas por Ronald Reagan nos Estados Unidos na década de 1980 do que de um modelo “desenvolvimentista” centrado nos investimentos públicos em infraestrutura. A principal diferença foi que Dilma não apenas manteve a política de valorização real do salário mínimo - apesar da desaceleração econômica e da queda da atividade industrial -, como transformou essa política em lei em 2011. Determinou-se, assim, que o reajuste anual seria dado “pela soma da inflação do ano anterior e do crescimento do PIB de dois anos antes”, e isso garantiu um aumento real médio do salário mínimo de 3,0% ao ano de 2011 a 2014<sup>473</sup>.

O volume da produção da indústria, que havia aumentado 2,7% em 2010, cresceu apenas 0,9% em 2011, e o nível de utilização da capacidade instalada no setor caiu de 85% (2010) para 80% (2012), segundo dados na Confederação Nacional da Indústria<sup>474</sup>. A indústria brasileira estagnava, mas a pressão dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de vida, que já havia se intensificado em 2012 e 2013, cresceu ainda mais após as manifestações de junho de 2013 e com a tensão social que se aprofundava às vésperas da Copa do Mundo.

Uma onda de greves tomou conta do país em abril de 2014, apenas dois meses antes da partida de abertura entre Brasil e Croácia. Motoristas e cobradores de ônibus cruzaram os braços no Rio de Janeiro e em São Paulo, parando as duas

---

<sup>472</sup> Ibid., p. 89.

<sup>473</sup> Ibid., p. 88.

<sup>474</sup> Ibid., p. 58.

maiores cidades do país, enquanto policiais civis deixavam de trabalhar por 24 horas em 13 das 27 unidades da Federação. No mesmo período, agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal também promoveram passeata em Brasília para reivindicar novas políticas de segurança pública, e profissionais de 30 museus públicos entraram em greve, assim como professores da rede municipal de ensino de São Paulo<sup>475</sup>.

Fazia alguns anos que o aumento real dos ganhos dos trabalhadores do setor de serviços vinha pressionando os preços desse segmento acima dos demais preços que compõem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, utilizado para fixar as metas de inflação<sup>476</sup>. No caso dos setores de alimentação fora de casa (restaurantes) e serviços pessoais (lavanderias, cabeleireiros, tratamentos de beleza, entre outros), o ritmo de crescimento dos preços chegou próximo do dobro do IPCA durante a segunda metade da década de 2000<sup>477</sup>. E essa inflação foi sentida, principalmente, pelos trabalhadores de classe média, cujos salários cresciam em ritmo menor.

Os dados de Morgan sugerem que enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos subiram a sua parcela de 25% para 28%. Mais uma vez, fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% naqueles anos. Tal processo foi chamado por Morgan de *squeezed middle*, ou “miolo espremido” (Carvalho, 2018, p. 50).

Uma forma de melhorar a situação da classe média seria implementar uma reforma tributária progressiva que taxasse menos o consumo e a produção e mais a renda e o patrimônio<sup>478</sup>, mas a pauta não aparecia no debate público, cada vez mais monopolizado pelo tema da corrupção. De qualquer forma, Carvalho (2018) vai lembrar que essa pressão econômica sobre os setores médios deve ser levada em consideração na análise dos protestos de junho de 2013, das manifestações contra a Copa do Mundo que se seguiram no início de 2014 e da reação da torcida na partida de abertura do evento, no dia 12 junho. Quando Dilma foi anunciada pelo sistema de som do estádio Itaquerão, em São Paulo, antes de Brasil e Croácia entrarem em campo, milhares de torcedores vaiaram e xingaram a presidente da República. Os

<sup>475</sup> BENITES, 2014. EL PAÍS. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/21/politica/1400696438\\_164932.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/21/politica/1400696438_164932.html)>. Acesso em: 3 ago. 2020.

<sup>476</sup> CARVALHO, 2018, p. 46.

<sup>477</sup> Ibid., p. 46.

<sup>478</sup> Ibid., p. 52.

gritos vinham principalmente do setor VIP, cujo ingresso custou 450 dólares em câmbio da época<sup>479</sup>.

A humilhante derrota por 7 a 1 para a Alemanha nas semifinais intensificou o sentimento de mal-estar na população num momento em que a desaceleração era identificada em diferentes segmentos da economia. O crescimento no consumo das famílias foi reduzido de 3,5% (2013) para 2,3% (2014), a formação bruta de capital fixo caiu 4,2% em 2014, e as exportações sofreram retração de 1,1% no mesmo ano. Os preços das commodities, que vinham caindo desde 2011, despencaram a partir de 2014. Só entre os meses de junho e setembro, a queda acumulada foi de 29,3%<sup>480</sup>, e as perspectivas de expansão do consumo interno também se encontravam obstruídas pelo alto endividamento das famílias.

Foi diante desse cenário de deterioração econômica que a campanha presidencial de 2014 foi iniciada num ecossistema midiático bastante alterado em relação ao pleito de quatro anos antes. O Facebook utilizado por 70% dos manifestantes que participaram das manifestações de junho de 2013 havia se consolidado, em agosto de 2014, como a rede social mais popular do Brasil: era acessada mensalmente por 89 milhões de brasileiros, entre os quais, 59 milhões utilizavam a plataforma diariamente. Derrotado, o Orkut foi tirado do ar no país pelo Google ainda antes das eleições (Rovai, 2018, p. 308).

Desses milhões de brasileiros conectados ao Facebook, 30,8% já utilizavam a rede social como principal fonte/agregador de informação, à frente de veículos tradicionais da imprensa (Santos Junior, 2019, p. 34). Esse dado apontava um ecossistema midiático menos centralizado em empresas profissionais de comunicação e, por isso mesmo, mais dinâmico em sua forma de funcionamento, por abrir espaço maior para o protagonismo de usuários e produtores de conteúdo comuns<sup>481</sup>. A transformação fazia parte da transição tecnológica da fase de domínio de sites e blogs na internet – mais estáticos – para o dinamismo das redes sociais. Se a tendência de interatividade crescente já se insinuava em 2006, nas eleições de 2014 se consolidou de uma vez, forçando as campanhas a enfrentarem debates mais amplos e complexos.

---

<sup>479</sup> PINTO, 2019, p. 43.

<sup>480</sup> CARVALHO, 2018, p. 95.

<sup>481</sup> ROVAI, 2019, p. 309.

Contribuíam também para a complexificação do ecossistema midiático o surgimento, a partir das manifestações de 2013, de coletivos de ativismo independente como o Mídia Ninja e a popularização do WhatsApp. O aplicativo de mensagens instantâneas havia sido comprado pelo Facebook em fevereiro de 2014 e foi incluído nas estratégias dos comitês de comunicação das campanhas, já incorporando disparos pagos feitos por empresas com sede fora do país (Rovai, 2018, p. 309).

O WhatsApp crescia em relevância, mas o Facebook permaneceu como a principal plataforma de mobilização, propaganda e circulação de informações durante as eleições de 2014. Entre outros motivos, devido à redução dos preços e à popularização de computadores, tablets e *smartphones* [surgidos em 2007], além da expansão do acesso a conexões de banda larga. Segundo Klinger e Svensson (2014), a comunicação política nas redes digitais é caracterizada por dinâmicas que podem ser delineadas através de três fatores fundamentais:

- (1) **Produção:** conteúdo gerado com baixo custo por usuários;
- (2) **Distribuição:** fluxos de mensagens mediados pela ação de usuários em corrente; e
- (3) **Uso:** interação altamente seletiva entre perfis com interesses similares (Santos Junior, 2019, p. 35).

À medida que a internet e as mídias sociais se difundiam, parcelas cada vez maiores da população se alfabetizavam intuitivamente nas novas linguagens e nas novas práticas interativas. Ou seja: o desenvolvimento das literacias digitais dava um salto no país no mesmo momento em que a rede antipetista - articulada inicialmente a partir do ecossistema criado em torno dos blogs e sites que orbitavam o Mídia Sem Máscara – acelerava sua expansão no Facebook. Sendo que esse movimento foi amplamente estimulado pelo crescimento articulado da rede de *think tanks* liberais e pela expansão do mercado editorial de direita, liderada pela editora Record.

Segundo Santos Junior, a rede antipetista começou a se formar no Facebook entre 2011 e 2012, no início do governo Dilma, de “modo ainda embrionário e desconexo”, mas no período das eleições foi possível mapear, através de ferramentas como Gephi e Force Atlas, 500 páginas, com um público total aproximado de 10 milhões de seguidores (2016, p. 20). Abaixo, segue o resultado





perfil do filósofo é central na rede, já que possui o maior número de seguidores (Santos Junior, 2015, p. 37).

Utilizando a medida de modularidade do Gephi para traçar proximidade de ligações entre nós com objetivo de agrupá-los em comunidades que enfatizam determinado aspecto do antipetismo, Santos Junior identificou seis subgrupos majoritários, caracterizados por “sotaques discursivos-políticos” próprios. As tipologias são divididas, de maneira não estanque, a partir de categorias “nomeadas conforme estratégias de visibilidade empregadas pelo conjunto de *fanpages* de cada cluster”<sup>483</sup>.

Foi chamado de **(a) Miscelânea de Direita** o cluster de canais que constituem a “sub-rede central, mais densa e robusta do antipetismo”. Entre estas páginas, estão: Canal da Direita; Direita Já; Direita Política; Jovens de Direita; Direita Realista; O Reacionário; Super Reação; Direita Vive; Anti neo-atéismo; Resistência Nacionalista; Esquadrão Conservador; e Politicamente Irado.

Os nós mais relevantes, contudo, são as páginas de Olavo de Carvalho, do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PP-RJ), e da jornalista Rachel Sheherazade, três atores políticos que, apesar do trânsito em esferas institucionais, atuam de maneira disruptiva, buscando legitimidade política através de uma retórica de *outsider* que os aproxima do “senso comum e das opiniões que circulam em torno do cinismo político” (Santos Junior, 2016, p. 41).

---

<sup>483</sup> Ibid., p. 40.











Figura 7 - Cluster Trolls



Fonte: Santos Junior, 2016, p. 49.

Ao agrupar todos esses clusters numa única rede, o antipetismo foi muito além da função de combate ao partido nas eleições presidenciais de 2014, constituindo, na verdade, elemento unificador de uma gama diversificada de discursos políticos e formas de agir. O antipetismo assumiu o papel de catalisador dos diferentes grupos de direita desempenhado historicamente pelo anticomunismo. Até porque a rejeição ao PT não deixou de se apresentar como uma forma de renovação dessa tradição política através, sobretudo, das teorias “gramscistas” apresentadas por Olavo de Carvalho no início dos anos 1990 e difundidas, de forma cada vez mais ampla e radicalizada, nas redes de comunicação digital. A desaceleração econômica e o desgaste político dos doze anos de exercício do poder só intensificaram esse processo.

Entre os traços identificados na rede antipetista no Facebook para além do antiesquerdismo estrito, Santos Junior (2019, p. 187) apontou o antipartidarismo e um forte sentimento antiestablishment. Isso não deixa de expressar o movimento histórico de corrosão da credibilidade das instituições, que certamente tem a ver com o distanciamento das autoridades em relação à realidade nacional, mas também foi alimentado pela cobertura midiática de operações policiais cada vez mais espetaculosas e encontrou nas manifestações de junho de 2013 um momento de catarse de grandes proporções. Foi quando uma direita que crescia molecularmente na internet ganhou visibilidade:

São representantes de uma cultura política conservadora e liberal, rejeitam a participação em movimentos de ação coletiva tradicionais, como partidos e sindicatos, e orientam sua militância de forma difusa contra a corrupção do sistema

político. As lideranças dessa segunda direita, além de carregar os valores e as ideias tradicionais, são marcadas pela atuação radical contra o establishment, seguindo um entendimento particular de que este é controlado por políticos de esquerda e socialistas (Santos Junior, 2019, p. 189).

Os 13 anos de PT no governo federal certamente contribuíram para associar a esquerda ao establishment, mas essa construção é resultado também dos anos de atuação de intelectuais e militantes dedicados à difusão da teoria olavista de hegemonia gramsciana na cultura e nas instituições brasileiras, identificada como predominante pela pesquisa empírica de Santos Junior (2019). Na verdade, Olavo de Carvalho emerge do mapeamento como o “influenciador central das ideias que circulam na Rede Antipetista”<sup>484</sup>.

Nesse cenário de complexificação do ecossistema de comunicação política, o antiesquerdismo – compreendido como rejeição a qualquer manifestação progressista – torna-se o elemento identitário capaz de dar sentido de “nós” à ação de grupos de direita diversificados, que já demonstravam capacidade de utilizar “de forma mais eficiente” que seus adversários “o potencial conectivo das mídias sociais”<sup>485</sup>. Todavia, a influência intelectual de Carvalho sobre a Rede Antipetista no Facebook vai além da teoria da “dominação ideológica e institucional da esquerda na América Latina”. Ela se manifesta também, afirma Santos Junior, no “radicalismo antiestablishment”, na “teoria da ilegalidade do PT” e na “relação ambivalente com o PSDB” (2019, p. 123).

Toda a rede convergiu no segundo turno na oposição à Dilma Rousseff, mas o grau de aceitação à candidatura de Aécio Neves variou ao longo da campanha. Enquanto o Canal da Direita e Revoltados On Line militaram intensamente pelo candidato do PSDB, páginas como Bolsonaro Zuero e TV Revolta quase não se manifestaram e outras condicionaram o apoio a compromissos, como “a revelação do Foro de São Paulo”. Muito dessa reticência tinha relação à influência intelectual de Olavo de Carvalho, que há anos vinha denunciando os tucanos como falsos direitistas. No best-seller *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota*, lançado no ano anterior à eleição, o escritor afirmava:

todos já se esqueceram de que o PT e o PSDB foram essencialmente criações de um mesmo grupo de intelectuais esquerdistas empenhados em aplicar no Brasil o que Lenin chamava “estratégia das tesouras”: a partilha do espaço político entre dois partidos de esquerda, um moderado, outro radical, de modo a eliminar toda

<sup>484</sup> SANTOS JUNIOR, 2019, p. 190.

<sup>485</sup> Id., 2016, p. 168.



resistência conservadora ao avanço da hegemonia esquerdista e a desviar para a esquerda o quadro inteiro das possibilidades em disputa (Carvalho, 2013, p. 248).

Referenciada por Carvalho, boa parte da rede enxergava no PSDB um partido de esquerda, preferível apenas por ser mais moderado que o PT. O escritor chegou a elogiar Aécio Neves algumas vezes, mas passou a atacá-lo intensamente logo após a divulgação do resultado. Durante a campanha, também haviam se difundido na Rede Antipetista teorias de que as urnas eletrônicas teriam sido fraudadas, e no dia da votação do segundo turno (26/10) foi disparada em grupos de WhatsApp a notícia falsa de que o doleiro Alberto Youssef havia sido envenenado por petistas na prisão<sup>486</sup>.

Mesmo assim, Dilma Rousseff foi reeleita, mas a margem pequena da vitória (51,64% contra 48,36% de Aécio), além de mostrar um país dividido, foi recebida como prova da fraude que vinha sendo denunciada no Facebook. A manipulação das urnas eletrônicas em favor do PT se tornou, de imediato, o principal tema de discussão na rede antipetista, e com a circulação de depoimentos e imagens ganhou status de unanimidade: a vitória de Dilma havia sido fraudada. Os usuários passaram, então, a pressionar Aécio nas redes, e, quatro dias após a votação do segundo turno, o PSDB entrou com ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando auditoria das urnas eletrônicas sob pretexto de responder às denúncias que circulavam na internet. “Não tem nada a ver com pedido de recontagem dos votos, nem estamos questionando o resultado. Só queremos evitar que esse sentimento de que houve fraude continue a ser alimentado nas redes sociais”, explicou, na ocasião, o deputado federal Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo (Santos Junior, 2016, p. 156).

No mesmo momento, jovens liberais que trabalharam na campanha de Paulo Batista (PRP) a deputado estadual por São Paulo – conhecida pela propaganda do “raio privatizador”<sup>487</sup> - convocaram manifestação pedindo o impeachment da presidente eleita havia menos de uma semana. Liderado por Renan Santos - um ex-membro da juventude do PSDB na USP que havia participado das jornadas de junho de 2013 defendendo a PEC 37 -, o grupo reunia participantes do movimento

---

<sup>486</sup> ROVAI, 2018, p. 309.

<sup>487</sup> Nos vídeos da campanha, o candidato aparecia fantasiado de super-herói sobrevoando cidades pobres, que eram transformadas em cidades ricas à medida que recebiam os “raios privatizadores” que saíam dos seus olhos.

Renovação Liberal e militantes que haviam atuado na tentativa de fundar o partido Liber via Orkut. Mais de 100 mil usuários confirmaram presença no protesto convocado pela página de Paulo Batista no Facebook para o dia 1º de novembro de 2014, mas o movimento Vem Pra Rua, fundado por Rogério Chequer e Colin Butterfield durante o segundo turno da campanha presidencial<sup>488</sup>, e outras lideranças liberais, como o fundador do Estudantes Pela Liberdade, Fábio Ostermann, preferiram não aderir ao ato<sup>489</sup>.

Quem marcou presença foi o Revoltados On Line, grupo intervencionista de Marcello Reis que se projetara exigindo a prisão de Lula e agredindo pessoas com bandeiras de partidos políticos nas manifestações de 2013. Cerca de 2,5 mil pessoas, segundo a imprensa, teriam participado do ato pelo impeachment na Avenida Paulista, muitas carregando cartazes “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora Corruptos”. Foi a primeira vez, afirma Rocha, que “os ultraliberais, os Revoltados On Line, e outras figuras icônicas da nova direita em formação, como Eduardo Bolsonaro, Lobão, e Olavo de Carvalho, se uniram em torno de pautas em comum” (2018, p. 167).

Uma nova manifestação pelo impeachment de Dilma foi convocada para o dia 15 de novembro pelo Revoltados On Line, e a militância organizada em torno da campanha do “raio privatizador” decidiu adotar o nome Movimento Brasil Livre, utilizado na página de Facebook criada por Fábio Ostermann durante as manifestações de junho de 2013. Numa clara alusão ao Movimento Passe Livre, buscava-se organizar a participação de jovens ultraliberais nos atos que pipocavam pelo país. Só que a página acabou sendo abandonada pós o fim das manifestações, com cerca de 20 mil seguidores<sup>490</sup>. Bastava reativá-la:

“Nesse momento já se decidiu que o nome Renova não ia colar, precisavam de um novo nome. Então do dia 1º para o dia 15 (de novembro), que foi a segunda manifestação, decidi se usar o nome Movimento Brasil Livre, que era o movimento do Fábio. Na verdade, era uma página só. O Fábio que ligou e falou: ‘olha gente, já temos um movimento, está tudo montadinho, é bem simplesinho, e é um nome bem facinho, Movimento Brasil Livre. O que vocês acham?’, ‘pô, legal’. O Fábio é um sociólogo, todo conceituado, um cara super respeitado no meio: ‘vamos aderir a ideia do Fábio’, todo mundo topou. Então na segunda manifestação nós fomos já pra rua como Movimento Brasil Livre”, contou Paulo Batista em entrevista à Camila Rocha (2018, p. 167).

<sup>488</sup> O Vem Pra Rua organizou protestos de rua contra o PT nos dias 16, 22 e 25 de outubro de 2014 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

<sup>489</sup> ROCHA, 2018, p. 166.

<sup>490</sup> Ibid., p. 161.

Enquanto o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC) foi o único a participar da primeira manifestação pelo impeachment, as outras duas que aconteceram ainda em 2014, nos dias 29 de novembro e 6 de dezembro<sup>491</sup>, contaram com a presença crescente de políticos de oposição e partidos tradicionais. O que chegou a gerar desentendimentos entre os integrantes do MBL<sup>492</sup>.

No final de dezembro, foi a vez de Aécio Neves subir o tom: “na verdade, eu não perdi a eleição para um partido político. Eu perdi a eleição para uma organização criminosa que se instalou no seio de algumas empresas brasileiras patrocinadas por esse grupo político que aí está”, declarou ao jornalista Roberto D’Ávila, da GloboNews<sup>493</sup>, para satisfação dos manifestantes mobilizados na Rede Antipetista no Facebook. Pela primeira vez na história da Nova República, um candidato presidencial derrotado questionava abertamente o resultado das urnas e o fazia criminalizando a vencedora, com apoio de setores expressivos do seu eleitorado, cada vez mais mobilizados na internet e mais presentes nas ruas.

## **5.1. Impeachment, polarização e novas dinâmicas nas redes**

A eleição não se encerrou, portanto, com a votação do segundo turno no dia 26 de outubro de 2014. O PSDB e grande parte de suas bases não aceitaram a derrota, e pouco depois de ser reeleita Dilma Rousseff surpreendeu o país ao anunciar como ministro da fazenda Joaquim Levy, diretor do Banco Bradesco e um dos economistas mais ortodoxos do país<sup>494</sup>. Isso significava abandonar as promessas de campanha e adotar o programa econômico do adversário derrotado.

Ainda em novembro de 2014, Levy comunicou sua intenção de fazer um ajuste fiscal rápido, saindo do déficit de 0,6% do PIB registrado naquele ano, para um superávit primário já de 1,2% em 2015 e 2% em 2016 e 2017. Para isso, 58 bilhões de reais seriam cortados dos investimentos do PAC, e os preços administrados, que vinham sendo represados, foram reajustados de forma brusca, crescendo 18,1% em 2015. Os maiores aumentos foram registrados nas tarifas de

---

<sup>491</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015.

<sup>492</sup> Ibid., p. 168.

<sup>493</sup> BRAGA; BRÍGIDO, 2014. O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eu-perdi-eleicao-para-uma-organizacao-criminosa-diz-aecio-neves-14703942>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>494</sup> CARVALHO, 2018, p. 97.

energia elétrica (51%), nos preços do gás de bujão (22,6%) e da gasolina (20,1%). Ao crescimento da inflação que se seguiu, o governo respondeu elevando a taxa de juros básica por cinco reuniões consecutivas. A Selic passou, em termos nominais, de 11,75% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015<sup>495</sup>.

A expectativa era de que o ajuste brusco retomasse a confiança dos investidores privados, reaquentando a economia, mas o resultado foi o oposto. O PIB encolheu 3,54%<sup>496</sup>, e mesmo assim a inflação se manteve em 10,67%<sup>497</sup>, puxada pelo reajuste dos preços de energia represados. A retração econômica fez a dívida pública aumentar mesmo com queda de 37% nos investimentos do governo, especialmente porque os gastos com desonerações tributárias concedidas ao setor empresarial não foram incluídos nos cortes implementados<sup>498</sup>. Para completar, os preços das commodities despencaram entre 2014 e 2015<sup>499</sup>, deteriorando também a balança comercial. Como resultado, o país perdeu grau de investimento nas principais agências de classificação de risco<sup>500</sup>, e nem a troca de Levy por Nelson Barbosa na Fazenda foi capaz de melhorar as expectativas do mercado.

Os cortes de gastos prejudicaram ainda mais a relação de Dilma Rousseff com o Congresso Nacional, presidido desde 1º de fevereiro de 2015 por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deputado próximo ao grande empresariado e ligado à Igreja Assembleia de Deus. Além da crise econômica e da recusa dos derrotados de aceitarem o resultado das urnas, a presidente teria que lidar com um Congresso com a maior representação de políticos conservadores desde 1964, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar<sup>501</sup>. Isso significava o crescimento das bancadas armamentista, evangélica e ruralista, formada por representantes do moderno agronegócio emergido das grandes propriedades com apoio da ditadura militar. Entre os mais votados, destacavam-se parlamentares radicais de direita como Jair Bolsonaro, PP-RJ (464 mil votos);

---

<sup>495</sup> Ibid., p. 98.

<sup>496</sup> THE WORLD BANK. GPD Growth (annual%) – Brazil. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>497</sup> CARVALHO, 2018, p. 101.

<sup>498</sup> Ibid., p. 99.

<sup>499</sup> INTERNATIONAL MONETARY FUND, Disponível em: <<https://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>500</sup> Ibid., p. 101.

<sup>501</sup> SANTOS JUNIOR, 2016, p. 111.

Marco Feliciano, PSC-SP (398 mil votos) e o ruralista Luiz Carlos Heinze, PP-RS (162 mil votos)<sup>502</sup>.

Também cresceu a fragmentação da Câmara – passou de 22 para 28 partidos – e a participação do baixo clero, que foi determinante para a eleição de Cunha. Especialmente diante da preocupação crescente dos parlamentares com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que desde sua deflagração em março de 2014 vinha avançando sobre a elite política brasileira a partir de investigações sobre corrupção na Petrobrás. Ainda na corrida eleitoral, as revelações da Operação ajudaram a colocar o tema da corrupção em destaque, mas foi, sobretudo, a partir de novembro de 2014 que os chamados “vazamentos seletivos”, cuidadosamente orquestrados pela aliança, defendida pelo juiz Sérgio Moro, entre o complexo jurídico-policia do Estado e a grande mídia<sup>503</sup>, massificaram e radicalizaram a oposição ao governo do PT. E mesmo entre seus eleitores Dilma perdeu rapidamente apoio em virtude do descumprimento das promessas de campanha, sobretudo no plano econômico.

Em fevereiro de 2015, apenas 23% dos brasileiros achavam o governo ótimo ou bom, e quando Dilma entrou em rede nacional de TV no dia 8 de março, para fazer pronunciamento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, um “panelaço” de protesto foi ouvido durante cerca de 15 minutos em áreas nobres de algumas capitais do país, com destaque para a cidade de São Paulo (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p.202).

Foi nesse cenário que o Revoltados On Line, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre convocaram, pelo Facebook, um novo ato para o dia 15 de março pedindo o impeachment da presidente. Em resposta, organizações de esquerda, lideradas pela CUT, MST, MTST e UNE, levaram 41 mil pessoas à Avenida Paulista em apoio ao governo, segundo o Datafolha<sup>504</sup>, no dia 13 de março, mas foi pouco diante do que estava por vir. A esquerda perderia de goleada o teste de forças nas ruas de São Paulo.

Segundo os organizadores, um milhão de pessoas teriam comparecido, no dia 15 de março, ao ato pelo impeachment na Avenida Paulista. Já o Datafolha estimou um público total de 210 mil, mas mesmo com a divergência o Instituto destacou que a manifestação era a maior registrada no local desde as Diretas Já, em

---

<sup>502</sup> Ibid., p. 111.

<sup>503</sup> SOUZA, 2016, p. 110.

<sup>504</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 203.

1984 (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 203). Atos simultâneos aconteceram em diversas outras cidades do país, somando cerca de um milhão de pessoas em pelo menos 125 municípios de 26 estados e do Distrito Federal, segundo o jornal Folha de S. Paulo<sup>505</sup>. No ato do Rio de Janeiro, a estimativa dos organizadores era de que 100 mil pessoas tivessem passado pela praia de Copacabana<sup>506</sup>.

Manifestações apartidárias contra a corrupção não eram uma novidade no Brasil, tendo sido organizadas em 2011, via Facebook, em 34 cidades, distribuídas em 17 estados<sup>507</sup>. Só que não havia um foco ideológico na *2a Marcha Contra a Corrupção e a Impunidade*, como foi batizada a iniciativa promovida pelo Movimento Contra a Corrupção Eleitoral, ligado à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, e apoiada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Em Brasília, por exemplo, a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) e o presidente da CBF eram os principais alvos dos 25 mil manifestantes; enquanto cerca de duas mil pessoas caminhavam pela praia de Copacabana vestidas de preto, com apoio das ONGs “Rio de Paz” e “Greenpeace”, para pedir a aprovação do projeto da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal (STF); e na Avenida Paulista duas mil pessoas pediam investimento de 10% do PIB em educação. Novos atos contra a corrupção voltaram a ocorrer em várias capitais brasileiras em 2012 durante o feriado de Tiradentes, com pautas como o fim do foro privilegiado para parlamentares, a reversão do aumento de salários de vereadores, a obrigatoriedade de ficha limpa para candidatos a cargos eletivos e mais recursos para a educação (Rocha, 2018, p. 158).

Eram mobilizações sem um direcionamento partidário específico, que tendiam a encarar o problema da corrupção de um ponto de vista sistêmico e institucional. Diferentes, portanto, das duas manifestações organizadas pelo movimento “Cansei” em 2007 na cidade de São Paulo, que tiveram um forte traço antipetista e de rejeição à figura do presidente Lula. Não por acaso, os atos foram promovidos pelo empresário João Doria, ligado ao PSDB, em parceria com a OAB de São Paulo e com sindicatos patronais.

---

<sup>505</sup> FOLHA, 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contrao-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>506</sup> G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/manifestacao-anti-governo-reune-milhares-na-orka-de-copacabana.html>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

<sup>507</sup> ROCHA, 2018, p. 156.

Por esses e outros fatores, as manifestações do Cansei, que reuniram 5 mil pessoas em 29 de julho e entre 2 e 5 mil no dia 17 de agosto, foram classificadas por Tatagiba, Trindade e Teixeira como “protestos à direita”. Outros atos “à direita” aconteceram em São Paulo durante a campanha de 2014, organizados pelo Vem Pra Rua, e depois da eleição, puxados em conjunto com o MBL e o Revoltados On Line, mas nunca superando a marca das 10 mil pessoas (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 99).

A imagem de centenas de milhares de manifestantes vestidos de verde amarelo para pedir a derrubada de Dilma foi, nesse sentido, um marco histórico da mobilização de rua das direitas brasileiras na Nova República, comparável ao impacto da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Ainda que nem todos que foram à Paulista fossem pessoas de direita ou mesmo conservadoras, muitos dos cartazes e palavras de ordem anticomunistas de 1964 estavam de volta - “Vai pra Cuba!”, por exemplo, ou “A nossa bandeira jamais será vermelha” -; assim como retornava o objetivo de derrubar um governo à esquerda por um caminho que não fosse as urnas.

A eclosão do antipetismo como um amplo movimento de massas rompeu também com a percepção de André Singer de que o que dividia direita e esquerda no Brasil não era exatamente “mudar ou conservar, mas sim como mudar”. Dando-se a distinção em “torno da mudança dentro da ordem ou contra a ordem”.

O público de direita pretende uma mudança por intermédio da autoridade do Estado, e por isso quer reforçá-la, ao passo que o público que se coloca à esquerda está ligado à ideia de uma mudança a partir da mobilização social, e por isso contesta a autoridade repressiva do Estado sobre os movimentos sociais (Singer, 2002, p. 149).

Ainda que esse elemento de defesa da ordem continuasse se expressando nos discursos em prol da judicialização da política e na relação amistosa, ou mesmo laudatória, dos manifestantes com os policiais militares que faziam a segurança dos atos, o ímpeto de mobilização das massas direitistas contra a autoridade instituída não deixa de se apresentar como um dado novo na história da Nova República. Não apenas perante a interpretação de Singer, um cientista político ligado ao PT, mas também em relação à leitura de Paulo Mercadante (1980), que enxergava na ideologia de mediação e rejeição a radicalizações, bem como no ímpeto de conciliação, as principais marcas de *A Consciência Conservadora no Brasil*. Sendo que *A Rebelião da Massas* (1929) de direita contra as instituições e o establishment,

pretensamente dominados pela esquerda, também rompia com a tradição teórica do escritor espanhol José Ortega y Gasset, até então muito influente na intelectualidade de direita brasileira por sua desconfiança em relação ao barbarismo, à incivilidade e ao primitivismo gestados pelas grandes massas e pelo “homem-massa” (1929, p. 49).

Para viabilizar esse momento histórico disruptivo, também foi fundamental o papel da intensa cobertura da grande mídia na divulgação dos atos, assim como o suporte fornecido por empresas, organizações e partidos de oposição, que custearam materiais, equipamentos e carros de som. Enquanto as manifestações “pelo impeachment” eram enquadradas pela imprensa profissional como espontâneas e apartidárias, os atos “contra o golpe” eram apresentados – com objetivo de desqualificação - como partidários e profissionalizados.

A essa altura a penetração da internet chegava a 97% da classe A, 82% da B e 49% da classe C<sup>508</sup>, que predominavam entre os manifestantes. Sendo que a plataforma do Facebook, utilizada para convocar os atos, já alcançava 95% do número total de brasileiros com acesso à internet<sup>509</sup>. Além do peso maior das redes digitais na vida dos brasileiros, contribuiu para o alcance da mobilização a atuação de partidos, políticos profissionais e celebridades que “tomaram a dianteira e assumiram posições centrais na disseminação de informações e na convocação dos atos sob a mesma hashtag”, enquanto nas manifestações de junho de 2013, “tweets com a hashtag #VemPraRua eram disseminados por usuários do Twitter com cerca de 300 seguidores” (Lerner, 2019, p. 71).

Das três páginas do Facebook que convocaram o ato que levou centenas de milhares à Avenida Paulista no dia 15 de março, de longe a mais relevante era a do grupo intervencionista Revoltados On Line, de Marcello Reis e Beatriz Kicis, com 707 mil seguidores. Em seguida, vinha a página do Vem Pra Rua, de Chequer, com 331 mil fãs, e, por último, o Movimento Brasil Livre, que tinha 65,5 mil seguidores na sua página quando as manifestações foram convocadas (Messemberg, 2017, p. 627).

Quando as manifestações pelo impeachment foram convocadas em 2015, predominavam nas postagens do ROL no Facebook conteúdos em reverência ao

---

<sup>508</sup> ROVAI, 2018, p. 51.

<sup>509</sup> LERNER, 2019, p. 59.



escritor Olavo de Carvalho, chamado de “oráculo” e “professor”, e de propaganda do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), louvado como o “mito” que salvaria o Brasil. Para Marcello Reis, era necessária uma intervenção do Exército que lavasse “todos os políticos corruptos e comunistas que ocupam o Congresso”, como explicou um membro do grupo à pesquisadora belga Fanny Vrydagh em novembro de 2015 (Rocha, 2018, p. 160).

A grandiosidade das manifestações e a ampla repercussão na mídia tiveram impacto na popularidade de Dilma. Três dias depois, o Datafolha divulgava que: 62% dos brasileiros avaliavam a gestão como ruim ou péssima, 24% consideravam regular, e apenas 13% consideravam o governo ótimo ou bom. Sendo que a reprovação havia ampliado em todos os setores sociais (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 203). Foi a senha para que um novo ato pelo impeachment fosse convocado para o dia 12 de abril. A mobilização em São Paulo foi novamente massiva, oscilando as estimativas entre 800 mil manifestantes (segundo organizadores), 275 mil (nas contas da Polícia Militar) e 100 mil (pela estimativa do Datafolha)<sup>510</sup>. De qualquer forma, era consenso que o ato tinha sido menor do que o do dia 15 de março, o que gerou esperanças nos apoiadores do governo de que a mobilização de rua pelo golpe estivesse perdendo fôlego, ainda que as forças institucionais seguissem avançando contra o mandato de Dilma.

Logo após os atos de 12 de abril, o PSDB encomendou ao jurista Miguel Reale Júnior – filho do fundador do IBF e um dos principais ideólogos do golpe de 1964 – uma avaliação formal sobre a possibilidade de afastamento da presidente<sup>511</sup>. Três dias depois, o Tribunal de Contas da União declarou que Dilma havia incorrido em crime de responsabilidade. Diante do estrangulamento das receitas, o governo federal optara por atrasar o pagamento a bancos públicos como forma de cumprir a meta de superávit primário sem deixar de pagar os beneficiários de programas sociais. As dívidas aos bancos públicos foram pagas em dezembro de 2015<sup>512</sup>, mas a manobra contábil, apelidada de “pedalada fiscal”, foi classificada como empréstimos pelo TCU. O que tornava Dilma passível de responsabilização pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000.

---

<sup>510</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 203.

<sup>511</sup> HOEVER, 2017, p. 227.

<sup>512</sup> Ibid., p. 240.

Isso motivou um grupo de 23 jovens liderado pelo MBL a promover uma caminhada até Brasília saindo de São Paulo no dia 24 de abril de 2015. Ainda que a ideia inicial de serem recebidos por dezenas de milhares de manifestantes em frente ao Congresso Nacional tenha fracassado – o ato convocado para a chegada do grupo no dia 27 de maio contou com apenas 300 pessoas -, a chamada “Marcha da Liberdade” cumpriu a função de projetar jovens ambiciosos nas eleições seguintes. Já em 2016 Fernando Holiday foi eleito vereador em São Paulo com apenas 20 anos; e em 2018 foi a vez de Kim Kataguiri ser eleito, aos 22, deputado federal pelo mesmo estado. Apesar da pouca idade, ambos tiveram votação expressiva e foram eleitos pelo partido Democratas, que deu apoio ao acampamento organizado pelo MBL em frente ao Congresso, após a marcha, com objetivo de angariar apoio ao impeachment.

Buscando derrubar Dilma, o MBL se aproximou também do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que num almoço com empresários do LIDE, de João Doria, no dia 27 de julho, comunicou que acolheria um pedido de impeachment que tivesse fundamento<sup>513</sup>. Enquanto isso, a popularidade da presidente seguia em queda. Mais um painel foi ouvido nas capitais brasileiras em 6 de agosto, e no mesmo dia uma nova pesquisa Datafolha revelou que a avaliação ruim e péssimo do governo havia subido para 71%, enquanto 20% consideravam regular, e apenas 8%, ótimo e bom<sup>514</sup>.

Ao mesmo tempo, a FIRJAN e a FIESP, que haviam sido amplamente beneficiadas pelas isenções fiscais de Dilma, divulgaram nota pública em “apoio à proposta de união” apresentada pelo vice-presidente, Michel Temer<sup>515</sup>. Assim ganhava força na elite empresarial e na grande mídia a tese de que “o impeachment mataria dois coelhos com uma cajadada só”: a saída de Dilma e a “governabilidade conquistada a partir da aliança entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e partidos de oposição resolveriam não apenas o impasse político, mas também a ausência de investimentos privados” (Carvalho, 2018, p. 108).

Novos protestos foram convocados para o dia 16 de agosto de 2015, reunindo cerca de 878 mil pessoas em todas as unidades da Federação e no Distrito

---

<sup>513</sup> Ibid., p. 229.

<sup>514</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 204.

<sup>515</sup> HOEVER, 2017, p. 229.

Federal, segundo a Polícia Militar<sup>516</sup>. Era o sétimo ato pela derrubada de Dilma desde o primeiro convocado menos de uma semana após a votação do segundo turno. O antipetismo não apenas mostrava que havia quebrado o monopólio das esquerdas nas ruas, como tinha consolidado uma estética nacionalista misturada a palavras de ordem anticomunistas e à retórica anticorrupção.

O verde amarelo, que nos atos pelo impeachment de Collor em 1992 foi elemento secundário - ao lado das bandeiras vermelhas do PT - diante do predomínio do preto, voltou a se manifestar, também de maneira secundária, nas bandeiras do Brasil levantadas nas demonstrações do Cansei em 2007, nas manifestações contra corrupção em 2011 e 2012 e nas jornadas de junho de 2013. Como forma de se contrapor ao vermelho predominante nos atos da esquerda, as manifestações pelo impeachment vão assumir identidade visual voltada para os símbolos nacionais. Foi quando o modelo de camisa amarela da seleção brasileira utilizado poucos meses antes na derrota por 7 x 1 para a Alemanha se transformou em uniforme oficial do antipetismo, e a direita brasileira se apropriou de maneira efetiva da estética verde amarela, após tentativa frustrada de Fernando Collor no início dos anos 1990.

Segundo dados do Datafolha, 69% das pessoas que participaram do grande ato do dia 15 de março de 2015 em São Paulo eram brancas, do sexo masculino (63%), tinham em média 40 anos e ensino superior completo (76%). 29% tinham renda mensal familiar de até 5 salários-mínimos, 27% de 5 a 10 salários-mínimos, 22% de 10 a 20 salários-mínimos, e 19%, mais de 20 salários” (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 206). Resultado similar foi encontrado por Telles nos atos de Belo Horizonte<sup>517</sup> e, no geral, houve pouca variação nas pesquisas realizadas nas manifestações seguintes. Nas que aconteceram em São Paulo nos dias 12 de abril e 16 de agosto, Ortellado e Solano aplicaram questionários aos manifestantes, “buscando verificar algumas hipóteses desenhadas a partir da observação do processo de mobilização dos grupos liberais e conservadores que convocavam os protestos” (2016, p. 169).

---

<sup>516</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 204.

<sup>517</sup> SANTOS JUNIOR, 2019, p. 112.

Ainda que no primeiro ato, de 15 de março, 65% dos manifestantes tenham declarado voto em Aécio Neves no primeiro turno e 85%, no segundo<sup>518</sup>, a pesquisa realizada por Ortellado e Solano revelou que apenas 11% dos entrevistados confiava muito no PSDB: 41,2% disseram confiar pouco e 47,6% disseram não confiar. Como a proporção dos que declararam não confiar no PT foi de 96%, é reforçada a hipótese de que o apoio à candidatura de Aécio teria sido resultado, sobretudo, do antipetismo. Na verdade, 69% dos entrevistados disseram não confiar no político tucano, número superior, inclusive, aos 28,4% que não confiavam em Dilma Rousseff. Ou seja, o descontentamento e a desconfiança dos manifestantes não se restringiam ao Partido dos Trabalhadores, atingindo o sistema político como um todo. Apenas 1,1% disse confiar muito em partidos políticos, enquanto 25,2% disse que confiava pouco, e 73,2% declarou não confiar (Ortellado; Solano, 2016, p. 172).

O antipartidarismo de 2013 parecia ter se intensificado nos dois anos seguintes, e entre os três movimentos que haviam liderado a convocação dos atos pelo impeachment, o Vem Pra Rua era o que gozava de maior credibilidade: 70,8% dos entrevistados disseram confiar muito no VPR, contra 52,7% que confiavam muito no Movimento Brasil Livre, e 19,3%, nos Revoltados On Line. Apesar de ser o mais relevante no Facebook, 30,6% dos manifestantes disseram não confiar no movimento de Marcello Reis. Percentual um pouco menor do que os 37,8% que não confiavam no MPL<sup>519</sup>, movimento autonomista de esquerda que dera início às manifestações de 2013 lutando pelo passe livre. Uma hipótese para essa maior desconfiança está ligada à pregação dos Revoltados On Line pela intervenção militar como solução para os problemas brasileiros, que encontrava resistência de parcelas expressivas dos manifestantes: 28,2% concordavam que entregar o poder aos militares era a melhor solução, contra 71,1% que se diziam contra<sup>520</sup>.

Em grande parte, essa rejeição generalizada ao sistema político está ligada à sensação de corrupção, que, alimentada por anos de judicialização da política espetacularizada na grande mídia, chegava ao seu ápice com a cobertura das revelações da Lava Jato. E não por acaso cartazes em apoio à operação da Polícia

---

<sup>518</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Manifestações de Março/2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

<sup>519</sup> ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 173.

<sup>520</sup> Ibid., p. 176.

Federal se faziam cada vez mais presentes nos atos que apontavam o PT como grande símbolo da corrupção no Brasil. A percepção de envolvimento de lideranças do PSDB em escândalos era expressivamente menor em relação aos políticos da coligação PT-PMDB, do governo<sup>521</sup>. Diante da crise política, 63,7% concordavam, em diferentes graus, que a solução para o país seria entregar o poder a um juiz honesto, um pouco menos que os 67% que concordaram em entregar o poder a um político honesto<sup>522</sup>.

A pesquisa de Ortellado e Solano (2016) também concluiu que, por mais que os atos tivessem sido convocados por grupos de orientação ideológica liberal e privatizante, os manifestantes não compartilham esta visão, defendendo um Estado provedor de educação, saúde e transporte público. 88% concordaram totalmente com a afirmação de que “o Estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros”; 92,3% disseram o mesmo sobre o dever do Estado de “prover educação para todos os brasileiros”; enquanto o percentual dos que concordaram totalmente com a afirmação de que os serviços de saúde devem ser gratuitos no Brasil foi de 74,30%. Até mesmo o transporte coletivo foi apontado como necessariamente um dever do Estado por 72,1% dos manifestantes pelo impeachment<sup>523</sup>, em sua maioria homens brancos de meia idade, altamente escolarizados. Ou seja, mesmo no segmento da sociedade em que a imprensa profissional e os *think tanks* pró-mercado haviam concentrado seus esforços de doutrinação liberal, continuava forte a resistência à ideologia do Estado mínimo identificada por Pierucci nas bases da direita paulistana em 1987.

Esse consenso em favor dos direitos sociais fundamentais quebra, portanto, “o estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres”<sup>524</sup>. Do mesmo jeito que os resultados da pesquisa realizada por Ortellado no ato contra o impeachment de março 2016 revelou que, ao contrário do que diziam seus adversários, os manifestantes de esquerda “consideravam graves os escândalos de corrupção do mensalão e da Lava Jato”, com concordância de “75% para o mensalão e de 90% para a Lava Jato”<sup>525</sup>.

---

<sup>521</sup> Ibid., p. 176.

<sup>522</sup> Ibid., p. 176.

<sup>523</sup> Ibid., p. 177.

<sup>524</sup> Ibid., p. 177.

<sup>525</sup> ORTELLADO, 2018. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/legados-de-junho-como-o-levante-da->

A aplicação de diversos questionários nas manifestações que aconteceram entre 2015 e 2016 também revelaram diversas similaridades no perfil dos manifestantes contra e a favor do impeachment. Além de altamente escolarizados, os dois grupos se caracterizavam por uma média de idade de 44 anos, entre manifestantes anti-Dilma, e de 40 anos nos protestos contra o impeachment, com uma proporção de jovens um pouco maior nos atos de esquerda<sup>526</sup>.

Já na primeira grande manifestação contra o governo em São Paulo, realizada em 15 de março de 2015, a Fundação Perseu Abramo fez 534 entrevistas e comparou os resultados com o das 305 entrevistas realizadas na manifestação em favor de Dilma, dois dias antes. O primeiro dado que chamou atenção foi a proporção de manifestantes mobilizados pela internet muito maior no ato contra Dilma (75%) do que no a favor (23%), indicando uma conectividade bem mais intensa na militância de direita que se consolidava nas ruas<sup>527</sup>.

Do ponto de vista dos valores, os dois grupos se posicionaram, sem grandes diferenças, contra a ideia de que Deus não existe; contra a afirmação de que mulheres que abortam devem ser presas; e a favor da adoção de crianças por casais gays e lésbicas. A principal diferença foi detectada na questão da pena de morte. Enquanto 69% dos manifestantes a favor de Dilma são totalmente contrários, a proporção cai para 37% entre os que saíram de casa para pedir impeachment da presidente<sup>528</sup>.

O fato da faixa etária em torno de 40 anos predominar tanto nos atos a favor como contra o impeachment foi interpretado por Solano, Ortellado e Moretto (2017) como um componente geracional comum que encontra no PT o centro da construção simbólica partidária. Seja para defender, ou rejeitar o partido. Por mais que a pesquisa também apontasse uma mudança de cenário no longo prazo, já que jovens eleitores estavam se organizando como atores políticos a partir de um referencial simbólico diferente, não centralizado no PT; o horizonte próximo permaneceria preocupante, na opinião de Ortellado. O autor enxerga um perigoso elemento de polarização na forma como as identidades políticas têm sido

---

[sociedade-civil-contra-o-estado-virou-briga-entre-coxinhas-e-petralhas.html](#)>. Acesso em: 6 ago. 2020.

<sup>526</sup> SOLANO; ORTELLADO, MORETTO, 2017, p. 6.

<sup>527</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Manifestações de Março/2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

<sup>528</sup> Ibid.

articuladas no Brasil, em oposição a uma visão estereotipada do “outro”, percebido como “a negação daquilo em que acreditamos”:

Cada metade do legado de junho de 2013 é apropriado por um lado. Num deles, a ênfase recai sobre os direitos sociais; no outro, a ênfase recai sobre o combate à corrupção. Para a metade anticorrupção, a agenda social da esquerda é uma máscara que esconde o privilégio e a apropriação privada do patrimônio público — ela não vê os adversários pelo que são, mas os imagina como a negação de si, como se fossem corruptos. Para a esquerda, a agenda anticorrupção também é máscara, uma máscara que esconde sua incapacidade de aceitar a justiça social — ela também imagina que o antagonista é a negação de si, como se os anticorrupção fossem simplesmente antipobres (Ortellado, 2018)<sup>529</sup>.

Nesse sentido, a militância passa a ser definida, cada vez mais, pela performance individual de determinado repertório (composto de estéticas, figuras de admiração/repulsa, palavras de ordem, referências literárias) e pela demonstração do domínio de um vocabulário perante um público de pares com o mesmo perfil militante<sup>530</sup>. A questão, segundo Ortellado, é que a sobrevalorização da identidade política, demarcada constantemente, tende a minar a eficácia da ação dos agentes políticos, já que esta eficácia depende justamente de dialogar com quem é diferente, estabelecendo uma zona comum a partir de pontos de encontro<sup>531</sup>.

No Brasil, o discurso da polarização acabaria sendo apropriado por parte da grande mídia e pela elite empresarial como forma de estabelecer uma falsa equivalência entre setores moderados de esquerda e uma extrema direita antidemocrática, legitimando, assim, o processo de radicalização que deslocou todo o espectro político nacional à direita (Chaloub, Lima e Perlatto, 2018). Esse dado torna as dinâmicas de polarização ainda mais complexas, mas a argumentação de Ortellado não deixa de dialogar com tendências de dimensão internacional, sendo sua preocupação compartilhada, em linhas gerais, por 150 escritores, acadêmicos e intelectuais de diferentes partes do mundo que assinaram, em 2020, *Uma Carta Sobre Justiça e Debate Aberto*<sup>532</sup>. Entre os signatários, estão o pensador socialista estadunidense Noam Chomsky (MIT); a escritora canadense Margaret Atwood,

<sup>529</sup> ORTELLADO, 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/legados-de-junho-como-o-levante-da-sociedade-civil-contra-o-estado-virou-briga-entre-coxinhas-e-petralhas.html>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

<sup>530</sup> ORTELLADO; NUNES, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2mDSJxcA5G8>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

<sup>531</sup> Ibid.

<sup>532</sup> HARPER'S Magazine. Disponível em: <<https://harpers.org/a-letter-on-justice-and-open-debate/>>. Acesso em: 7 ago. 2020.

autora do romance *The Handmaid's Tale* (1985); a romancista britânica J. K. Rowling, da série de ficção infanto-juvenil *Harry Potter* (1997-2007); o enxadrista e ativista político russo Garry Kasparov; o filósofo de direita Francis Fukuyama, da Universidade de Stanford; a escritora e ativista feminista americana Gloria Steinem; além de outros intelectuais progressistas, como o romancista britânico Salman Rushdie, da Universidade de New York, e o cientista político Mark Lilla, professor na Universidade de Columbia.

Publicado na HARPER's Magazine, o manifesto reitera o compromisso desses intelectuais com a luta por maior igualdade e inclusão em toda a sociedade, mas faz um alerta:

“esse acerto de contas necessário também intensificou um novo conjunto de atitudes morais e compromissos políticos que tendem a enfraquecer nossas normas de debate aberto e tolerância das diferenças, em favor da conformidade ideológica”<sup>533</sup>.

A distorção da resistência igualitária num tipo “próprio de dogma e coerção” que impede o diálogo com a diferença só tende a favorecer, na visão da intelectualidade que assinou o documento, demagogos de direita e as “forças do iliberalismo” que estão avançando sobre o mundo com apoio de Donald Trump<sup>534</sup>.

“A inclusão democrática que queremos só pode ser alcançada se falarmos contra o clima intolerante que se instalou por todos os lados”, segue o manifesto, destacando que essa intolerância não parte apenas da “direita radical”. Novas formas de censura estariam se espalhando amplamente pela sociedade através de práticas emergidas do mundo digital, como a cultura do “cancelamento”. Por isso seria necessário se levantar contra a “intolerância a opiniões opostas”, contra a “moda da vergonha pública e ostracismo” e contra “a tendência de dissolver questões políticas complexas em uma certeza moral cega”<sup>535</sup>. Pois “a restrição do debate, seja por um governo repressivo ou por uma sociedade intolerante, prejudica invariavelmente aqueles que não têm poder e torna todos menos capazes de participação democrática”. Segundo esse grupo de intelectuais, o caminho para derrotar ideias ruins passa pela “exposição, discussão e persuasão” e não pelo silenciamento, ou pelo desejo de que essas ideias simplesmente desapareçam<sup>536</sup>.

---

<sup>533</sup> Ibid.

<sup>534</sup> Ibid.

<sup>535</sup> Ibid.

<sup>536</sup> Ibid.



Além da radicalização de identidades políticas cada vez mais intolerantes, o processo de polarização do debate, conforme diagnosticado por Ortellado, passa também pela tendência, característica das “guerras culturais”, de concentração das discussões em duas posições demarcadas sem nuances, e pela segregação dos públicos consumidores de comunicação política. A arquitetura das mídias sociais estimularia esse processo de cisão das discussões sobre política na internet em grupos cada vez mais isolados e fechados dentro de si.

Ainda em 2013, uma equipe de cientistas da computação e cientistas sociais da Universidade de São Paulo identificou 12 milhões de brasileiros que interagem com 500 páginas relacionadas à política no Facebook, dentro de um total de 47 milhões de usuários que a plataforma contava no país naquele momento<sup>537</sup>. Analisando as interações entre as páginas de política mais relevantes na rede (quanto maior a esfera do gráfico, maior o número de seguidores), a equipe de Márcio Ribeiro Moretto e Pablo Ortellado mapeou seis “comunidades de usuários” a partir das páginas que cada usuário visitava: (1) políticos e partidos conservadores; (2) políticos e partidos de esquerda; (3) grupos linha-dura contra o crime; (4) campanhas anticorrupção; (5) movimentos sociais progressistas; e (6) direitos humanos e meio ambiente<sup>538</sup>.

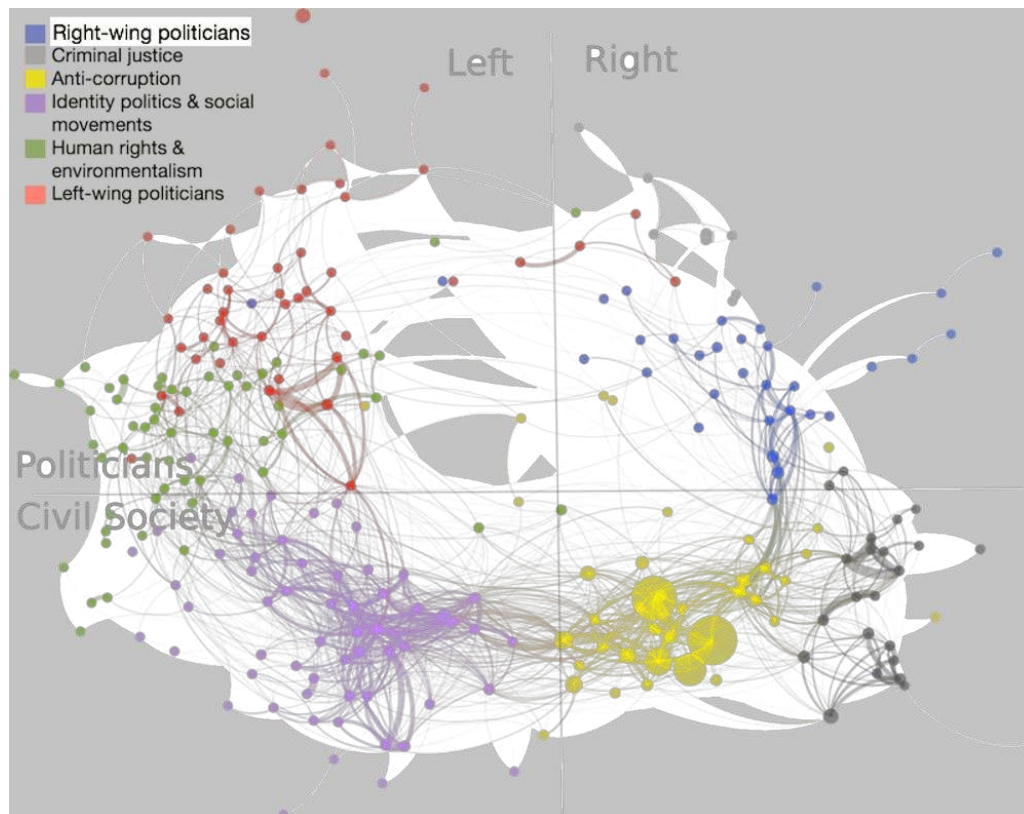
---

<sup>537</sup> GOMES, H. S. Brasil é o 2º país com mais usuários que entram diariamente no Facebook. G1, Rio de Janeiro, set. 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/09/brasil-e-o-2-pais-com-mais-usuarios-que-entram-diariamente-no-facebook.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020..

<sup>538</sup> ORTELLADO; RIBEIRO, 2018. Disponível: <[https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=facebookbutton](https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434?utm_source=facebook&utm_medium=facebookbutton)>. Acesso em: 27 jan 2019.

Figura 8 – Páginas de política no Facebook antes de 2013



Fonte: Ortellado; Ribeiro, 2018

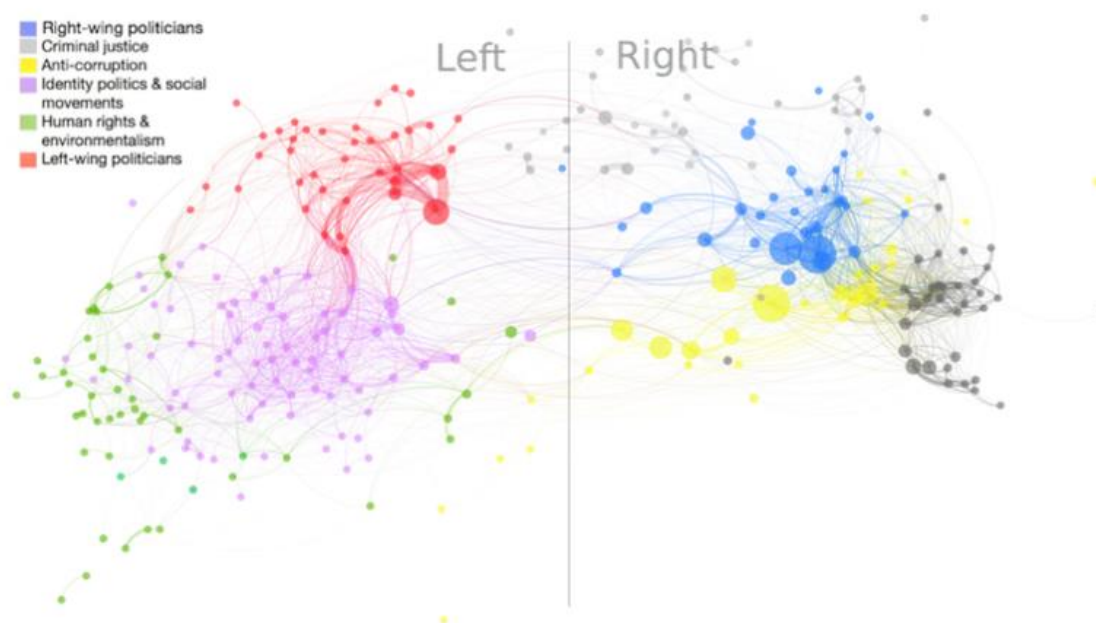
Como o objetivo do mapeamento era fornecer um retrato amplo da discussão sobre política no Facebook, mostrando as interconexões entre páginas dos dois lados do espectro político, a subdivisão dos clusters à direita não foi tão detalhada quanto à executada por Santos Junior (2019). De qualquer forma, as clivagens ideológicas ainda não estavam tão acentuadas no Facebook, e foi justamente isso que revelou o monitoramento feito pelos pesquisadores da USP nos anos que se seguiram às manifestações de junho.

Em 2013, já era possível separar as seis comunidades em dois eixos – direita/esquerda -, mas a distância entre as páginas (medida pelo número de leitores e interações em comum) não era significativa. Ou seja, existia um fluxo contínuo e razoavelmente intenso de comunicação e troca de informações entre usuários dos diferentes agrupamentos, sobretudo através das páginas anticorrupção. A causa era cara a muitos militantes brasileiros do movimento LGBT, assim como parte dos

“cruzados anticorrupção” se interessavam por pautas ambientalistas, localizadas mais à esquerda<sup>539</sup>.

As manifestações de junho fizeram as interações com as páginas anticorrupção subirem exponencialmente, o que aumentou a relevância desse cluster no ecossistema político do Facebook. Só que a partir daí, sobretudo depois da radicalização desencadeada pelas eleições presidenciais de 2014, esse agrupamento de páginas anticorrupção começou a se desprender das páginas à esquerda da rede, e as conexões entre os dois lados foram se tornando cada vez mais raras e ténues.

Figura 9 – Páginas de política no Facebook março 2014



Fonte: Ortellado; Ribeiro, 2018

A repercussão crescente do avanço da Operação Lava Jato incentivou a radicalização do cluster anticorrupção, acompanhada de um movimento de integração com a Rede Antipetista analisada por Santos Junior (2016). As mobilizações a favor e contra o impeachment aceleraram esse movimento de esgarçamento do ecossistema político do Facebook.

<sup>539</sup> Ibid.

Após o PT declarar que votaria a favor de sua cassação no Conselho de Ética, o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) anunciou em 2 de dezembro de 2015 que acolheria o pedido de impeachment registrado em cartório no final de outubro por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. A peça contemplava as “pedaladas fiscais” e foi subscrita por 54 “movimentos”: “em sua esmagadora maioria páginas de Facebook, além de dois grupos de WhatsApp” (Holoever, 2017, p. 234).

Uma nova manifestação contra Dilma foi organizada 13 de dezembro em São Paulo, e no dia seguinte o presidente da FIESP, Paulo Skaf, anunciou a adesão ao impeachment como “única forma de tirar a economia do buraco”<sup>540</sup>.

Novas revelações e prisões realizadas pela Operação Lava Jato intensificaram a pressão sobre a classe política e continuaram inflamando a opinião pública através de parceria cada vez mais escancarada entre o juiz Sérgio Moro e os grandes veículos de comunicação, para os quais informações eram vazadas de maneira ilegal e seletiva.

Foi nesse clima de tensionamento crescente que aconteceram as maiores manifestações pelo impeachment, no dia 13 de março de 2016. Segundo levantamento da Polícia Militar, 3,6 milhões de pessoas saíram às ruas de mais de 300 municípios em todos os estados da Federação. Um número bem acima dos 2,4 milhões que teriam se manifestado em 15 março de 2015. Só na Avenida Paulista a multidão chegou a 500 mil pessoas, de acordo com o Instituto Datafolha, que havia estimado 210 mil no ato de um ano antes<sup>541</sup>.

Em resposta à crise política, Dilma nomeou o ex-presidente Lula ministro da Casa Civil, mas a nomeação foi anulada no STF depois que o juiz Sérgio Moro vazou para o Jornal Nacional, da TV Globo, no dia 16 de março, uma conversa telefônica entre Dilma e Lula interceptada fora do horário autorizado.

Menos de um mês depois, a Comissão Especial aprovou, por 38 votos a 27, parecer favorável à admissibilidade da investigação contra a presidente, e o Plenário da Câmara autorizou a abertura de processo de impeachment por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções<sup>542</sup>. A sessão do dia 17 de abril de 2016 foi

---

<sup>540</sup> HOLOEVER, 2017, p. 234.

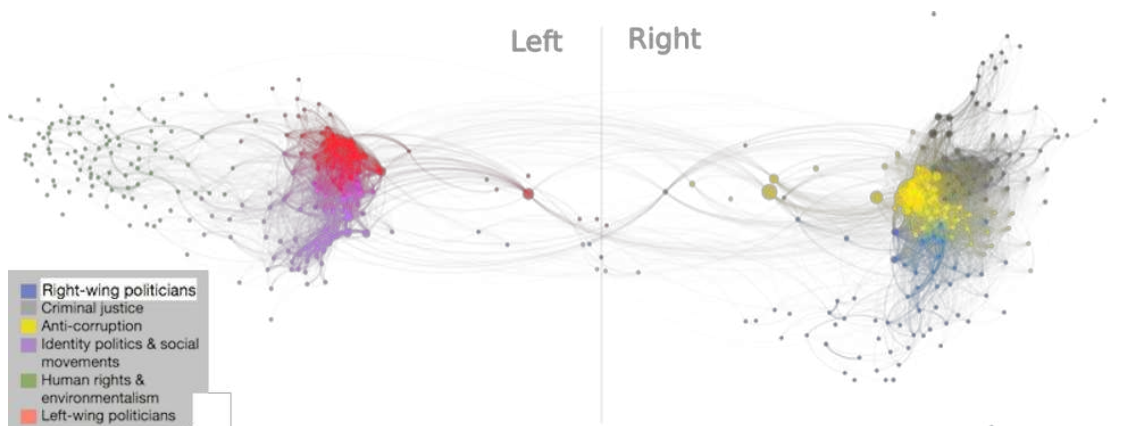
<sup>541</sup> G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html> >. Acesso em: 7 ago. 2020.

<sup>542</sup> HOEVELER, 2017, p. 246.

transmitida ao vivo pela TV aberta, com multidões vestidas de vermelho e verde amarelo reunidas em locais públicos para assistir à votação em telões, como se fosse uma partida de futebol entre dois clubes rivais. Mais um indicador dos reflexos na cultura política brasileira do peso do futebol nos processos de socialização e na construção de imaginários compartilhados.

Quando o Senado aprovou o impeachment no dia 31 de agosto, e Michel Temer assumiu a Presidência para terminar o mandato, os dois agrupamentos identificados no mapeamento de páginas de política no Facebook praticamente não se comunicavam mais. O afastamento tinha atingido um nível em que restavam apenas alguns pequenos pontos de conexão através de ataques a páginas de políticos profissionais do grupo adversário.

Figura 10 – Páginas de política no Facebook em 2016



Fonte: Ortellado; Moretto, 2018

Entre os fatores que explicam essa polarização crescente no Facebook, estão a prática cada vez mais difundida de excluir pessoas com posições políticas diferentes da rede pessoal de contatos, além do viés inconsciente, explicado pela psicologia, que faz com que cada usuário busque e interaja com informações que confirmem suas opiniões formadas. Isso acaba por reforçar convicções individuais, alimentando simplificações e radicalizações dos discursos políticos na rede. Sendo que essa tendência ainda é impulsionada pelos próprios algoritmos<sup>543</sup> que estruturam o fluxo de dados nas mídias sociais.

<sup>543</sup> Algoritmo é o nome genérico de um conjunto de instruções, de uma sequência de passos com o objetivo de atingir determinado resultado [...] Todos os programas de computador precisam de instruções para funcionar. Eles conseguem fazer coisas automaticamente, mas têm de saber quais passos devem dar para que as tarefas sejam realizadas a contento. Essas instruções são chamadas

A partir de cálculos baseados no histórico de interações do usuário, os conjuntos de instruções modelados pelos programadores fazem predominar na linha do tempo de cada indivíduo conteúdos afinados com sua visão de mundo, incluindo publicidade direcionada com precisão. Quanto mais tempo o usuário passa conectado à rede social, mais dados são coletados para refinar os instrumentos de microdirecionamento e mais o usuário ficará exposto a anúncios. O número maior de usuários também alarga a base de audiência vendida aos anunciantes. Com esse modelo de negócio, o conglomerado empresarial de Mark Zuckerberg viu seu lucro bruto crescer 56% no mundo entre 2016 e 2017, quando chegou a 15,9 bilhões de dólares<sup>544</sup>. Só no Brasil, a “família Facebook” acumulava em 2018 a seguinte base de usuários: WhatsApp (137 milhões); Facebook (128 milhões); Instagram (90 milhões); e Messenger (70 milhões) (Bastos; Fudissako, 2018).

Em 2015, a revista *Science* publicou um estudo com 10,1 milhões de usuários estadunidenses do Facebook para analisar como eles interagem com links de notícias políticas. De todos os links visualizados por usuários que se consideravam progressistas (ou mais à esquerda) apenas 20% desafiavam sua forma de pensar. No caso daqueles que se identificavam como conservadores (ou mais à direita) a proporção de opiniões divergentes visualizadas foi de 30%. Assim, cada grupo permanece restrito dentro de uma bolha digital que ecoa e confirma suas próprias ideias, e isso transborda para a vida *off-line*, já que essa visão de mundo reforçada – e muitas vezes, radicalizada – é transmitida àqueles à nossa volta (Sorj et al., 2018, p. 24).

O mesmo estudo revelou que, sem a intervenção do algoritmo, os progressistas teriam visto 24% de notícias divergentes e os conservadores, 35%. Uma variação pequena, portanto. Por mais que impulsionem o chamado “efeito bolha”, os algoritmos estão longe de constituir sua causa principal, que deve ser buscada na tendência humana “de buscar ou interpretar informações de maneira a confirmar aquilo em que já se acredita” (Sorj et al., 2018, p. 24).

---

de “código” ou “programação”: elas são receitas de como tais programas devem funcionar. Todos os programas têm um código. Quando fazemos uma busca no Google, como ele sabe o que pode ser mais ou menos relevante? Engenheiros da empresa cuidam para indicar quais devem ser as instruções seguidas pelo buscador quando digitamos algo para pesquisar. Esse conjunto de instruções é o algoritmo desse mecanismo de busca (SORJ et al. 2018, p. 22).

<sup>544</sup> UOL. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2018/01/31/facebook-registra-lucro-liquido-de-us-159-bilhoes-em-2017-alta-de-56.htm> >. Acesso em: 8 ago. 2020.

O impacto social desse processo se intensifica à medida que as pessoas substituem os veículos tradicionais de imprensa profissional pelas redes sociais como principal fonte de informação. A pesquisa realizada por Ortellado e Solano em São Paulo nas manifestações pelo impeachment de 12 de abril e 15 de agosto de 2015 apontava na direção de um crise de credibilidade da imprensa no público antipetista, mesmo com a associação deliberada de veículos, como a TV Globo, com a Operação Lava Jata exaltada no ato: 57,8% disseram confiar pouco, e 20,8% afirmaram não confiar na imprensa, com variação entre veículos. A revista Veja era o que gozava de maior credibilidade (51,8% confiava muito), seguido pelo Estado de S. Paulo (40,2%) e da GloboNews (34,5%)<sup>545</sup>.

Em 2015, 75% dos usuários de internet no Brasil diziam consumir notícias on-line<sup>546</sup> e, entre os usuários do Facebook, 70% utilizavam a plataforma como principal fonte de informação<sup>547</sup>. O peso da rede social no país era tanto, que, em 2017, 55% dos brasileiros acreditavam que a internet se resumia ao Facebook, segundo pesquisa realizada pela Mozilla Foundation, responsável pelo navegador de Firefox<sup>548</sup>.

Diante do quadro pintado por Ortellado e Ribeiro (2018), de separação total do ecossistema de conteúdo político no Facebook, informar-se exclusivamente através da rede social passou a significar, cada vez mais, sinônimo de simplificação e radicalização de opiniões. Não somente devido à blindagem do usuário em relação à exposição a conteúdos contraditórios, mas também porque cada agrupamento desse ecossistema passou a privilegiar conteúdos produzidos por sites hiperpartidários, muitas vezes criados pelas páginas políticas mais relevantes.

Através da mimetização da estética, da arquitetura – e, muitas vezes, dos nomes - de sites de veículos da imprensa profissional, buscava-se revestir de isenção e objetividade notícias distorcidas ou simplesmente falsas. Isso implicava também que os sites parecessem independentes aos olhos do usuário. Daí o cuidado para ocultar o fato de que várias páginas eram controladas por uma mesma pessoa ou um mesmo grupo político. Em resposta, o Facebook desativou, no final de julho

<sup>545</sup> ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 174.

<sup>546</sup> SORJ et al., 2018, p. 20.

<sup>547</sup> JUNIOR, P. R. Cerca de 70% dos brasileiros ativos no Facebook se informam pela rede social. Observatório da Imprensa. Abr. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

<sup>548</sup> SORJ et al., 2018, p. 20.



de 2018, 196 páginas e 87 contas no Brasil por participarem de "uma rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no Facebook, e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação"<sup>549</sup>.

Entre as páginas excluídas, estavam a dos “sites de notícias” Jornalivre e O Diário Nacional e a página do Brasil 200, movimento liderado pelo empresário ultraliberal Flávio Rocha<sup>550</sup>. O grupo político mais impactado, no entanto, foi o Movimento Brasil Livre, que respondeu, em nota oficial, acusando o Facebook de “perseguir, coibir, manipular dados e inventar alegações esdrúxulas contra grupos, instituições e líderes de direita ao redor do mundo”. O MBL ainda acusou a empresa de Zuckerberg de ter um viés político-ideológico “de esquerda” e afirmou que as páginas tiradas do ar, além de divulgar “ideias liberais e conservadoras”, “exerciam o importante papel de denunciar as ‘fake news’ da grande mídia brasileira”<sup>551</sup>.

Conforme explicitado na nota, um dos objetivos do ecossistema digital construído pelo MBL era justamente se contrapor ao jornalismo profissional, enquadrando os acontecimentos de acordo com a ideologia e os objetivos políticos do grupo. Isso não significava ignorar o noticiário profissional, mas interpretá-lo ao seu modo, repercutindo somente os conteúdos do seu interesse. Mesma prática adotada pelos sites hiperpartidários de esquerda, ainda que de forma menos eficiente.

O grupo fundador do MBL surgira da inovadora campanha do “raio privatizador” de Paulo Batista e continuou atuando como uma produtora de conteúdo digital voltada à renovação estética da direita brasileira. Assimilando referências pop e as inovações de linguagem das vanguardas progressistas, seria possível imprimir um verniz moderno à defesa da ordem, das tradições e do ultraliberalismo econômico promovida pelo movimento. Além de atrair a juventude que crescera com o PT no governo e, inspirada na “direita alternativa”

<sup>549</sup> G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml>>. Acesso em: 8 ago. 2020.

<sup>550</sup> VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/facebook-retira-do-ar-196-paginas-sob-acusacao-de-fake-news/>>. Acesso em: 8 ago. 2020.

<sup>551</sup> G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml>>. Acesso em: 08 ago. 2020.



americana<sup>552</sup>, enxergava na recusa do “politicamente correto” progressista uma nova forma de transgressão contra o establishment, a emergência de uma vanguarda “hipster<sup>553</sup> de direita” no MBL também buscava legitimar socialmente o campo conservador, reequilibrando a economia das trocas simbólicas que, segundo Bourdieu, faz do gosto estético um “mecanismo invisível de produção da distinção social no sentido de legitimação à percepção de superioridade de alguns e de inferioridade de outros”<sup>554</sup>. Essa problemática explicitada por Rodrigo Constantino no livro *Esquerda Caviar* (2013) se colocava de maneira bastante clara para o grupo, que se apresentava em entrevistas como uma “direita transante”, segundo palavras de Pedro Ferreira, fundador do MBL e integrante do grupo de funk Bonde do Rolê<sup>555</sup>.

A produtora de conteúdo do movimento também se mostrava especialmente hábil em mobilizar as diferentes possibilidades de criação de memes políticos para difundir sua visão de mundo de maneira persuasiva e bem-humorada. Se por um lado essas linguagens em imagens, gifs e vídeos ampliava o alcance das discussões políticas, atingindo, via humor, pessoas que não necessariamente se interessavam pelo tema, o predomínio dos memes na comunicação também contribuiu para polarizar ainda mais as redes, já que grande parte dos memes políticos apresentam configurações simbólicas-discursivas díades, por carregar explícita ou implicitamente a noção de nós contra eles (Popolini, 2019, p.299).

Outro impulso à radicalização da discussão política foi dado pela rápida expansão do YouTube no Brasil desde 2014. Naquele ano, os brasileiros assistiam, em média, a 8,1 horas de vídeo na internet por semana (contra 21,9 horas de TV), e em 2019 esse número havia saltado para 20,7 horas semanais, pouco abaixo da média de TV (27,1 horas)<sup>556</sup>. O Brasil é hoje o terceiro mercado da plataforma de vídeos comprada pelo Google um ano após sua criação em 2005, com um universo

---

<sup>552</sup> “A esquerda é a direita, e a *alt-right* é a nova esquerda. Somos nós que estamos sonhando com o impossível. Somos nós que estamos pensando o impensável”, disse Richard Spencer (NAGLE, 2017), uma das principais lideranças da direita alternativa na luta contra o “politicamente correto” e presidente da organização supremacista branca National Policy Institute.

<sup>553</sup> *Hipster* é uma palavra de origem inglesa designada para descrever grupos de pessoas, geralmente jovens de classe média e alta, que combinam variadas referências estéticas para lançar estilos de moda inovadores, que determinam tendências.

<sup>554</sup> SOUZA, 2016, p. 70.

<sup>555</sup> BARCELLOS, 2017, p. 11.

<sup>556</sup> ESTEVES, 2020, p. 34.

de aproximadamente 120 milhões de usuários<sup>557</sup>. O problema é que várias pesquisas têm apontado que o algoritmo de recomendação de vídeos implementado no YouTube em 2010 tende a direcionar os usuários a canais de extrema direita e teorias da conspiração. Foi o que concluiu a simulação encomendada em 2018 pelo jornal *The Wall Street Journal* e o estudo com foco no Brasil realizado no ano seguinte pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Universidade de Harvard. Uma pesquisadora da Universidade da Carolina do Norte chegou a afirmar, num artigo publicado em 2018, que “o YouTube pode ser um dos mais poderosos instrumentos de radicalização do século XXI”<sup>558</sup>.

Ainda que reconheçam a radicalização política como um problema social, Kevin Munger e Joseph Phillips vão discordar do peso excessivo atribuído aos algoritmos, por pressupor “um público passivo e sugestionável, que aderiria incondicionalmente às ideias às quais foi exposto”<sup>559</sup>. Segundo os pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, visões políticas radicais são populares na plataforma porque encontram ali um espaço para sua difusão que não havia antes. Ou seja, público para os discursos radicais já existia, mas estava até então limitado pela pouca oferta de conteúdo disponível<sup>560</sup>.

Executivos do Google também refutaram o resultado das pesquisas, mesmo sem apresentar dados em contrário, mas anunciaram em 2019 alterações no algoritmo de recomendação. No mesmo ano, o Monitor do Debate Político no Meio Digital (USP) mapeou 320 canais de “notícias e política” com mais de 10 mil usuários. O tamanho dos nós é proporcional ao número de visualizações dos vídeos de cada canal entre 17 de agosto e 16 de setembro de 2019, enquanto a dimensão das conexões foi determinada pela quantidade de comentadores em comum entre os canais durante esse período. Os que tiveram mais comentadores em comum foram agrupados com cores diferentes em três comunidades: uma reunindo os canais de esquerda e da grande imprensa, outra reunindo os canais de direita e um terceiro mais diretamente associado ao bolsonarismo (Oliveira; Ribeiro; Ortellado, 2019).

---

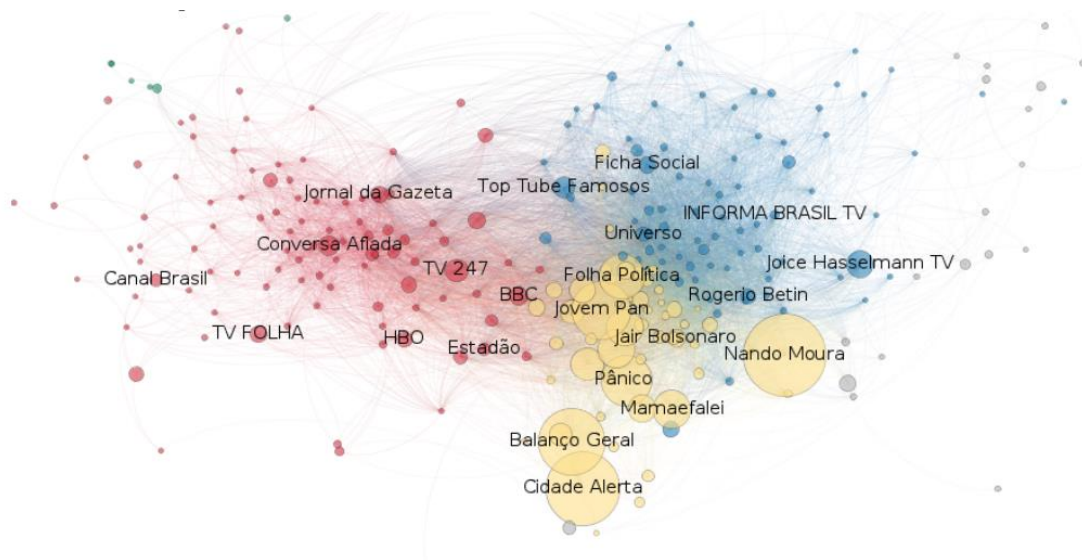
<sup>557</sup> ESTEVES, 2020, p. 34.

<sup>558</sup> Ibid., p. 36.

<sup>559</sup> Ibid., p. 38.

<sup>560</sup> Ibid., p. 38.

Figura 11 – Estrutura dos canais políticos do YouTube



Fonte: Oliveira; Ribeiro; Ortellado, 2019

Em amarelo, estão os canais de direita com o maior público, incluindo Jair Bolsonaro, Nando Moura e Mamãe, Falei, além de canais ligados a veículos abertamente direitistas de outros meios de comunicação, como a Rádio Jovem Pan. O agrupamento em azul reunia canais mais diretamente ligados ao bolsonarismo, que na época incluía Joice Hasselmann, enquanto em vermelho eram agrupados tanto canais de jornalismo alternativo de esquerda (TVT, TV 247, Conversa Afiada etc.) quanto canais de jornalismo tradicional (TV Folha, Estadão, Jornal da Gazeta etc.).

Isso se deu porque as mesmas pessoas costumam a comentar nos canais esquerdistas e nos canais ligados ao jornalismo profissional, enquanto os comentaristas de direita formam um público isolado no YouTube. Mesmo assim, o público de direita é muito maior. Foram registrados 15 milhões de inscritos e 88 milhões de visualizações no agrupamento dos canais de esquerda e da grande imprensa. Número menor do que os 17 milhões de inscritos no agrupamento bolsonarista e muito inferior aos 53 milhões de inscritos e 277 milhões de visualizações registrados nos canais mais populares de direita (Oliveira; Ribeiro; Ortellado, 2019).

Esse domínio absoluto da direita numa plataforma de vídeo que chega a 127 milhões de brasileiros e começa a rivalizar com o consumo de televisão é um fator determinante para compreender seu avanço na política e na vida cultural nacional.

Se nos anos 2000, o mercado de livros havia sido decisivo para a difusão de ideias liberais, conservadoras e reacionárias, com o encolhimento de 20% do setor desde 2006<sup>561</sup>, a intelectualidade de direita encontrou outras formas de fazer sua “guerra cultural”. Surgiram, por exemplo, histórias em quadrinhos antiesquerdistas, como *O Doutrinador e Destro - O Martelo da Direita*<sup>562</sup>, assim como se multiplicou o número de filmes dedicados ao público de direita. Só em 2017 foram lançados *Polícia Federal: A Lei é Para Todos* (2017) e *Real: O Plano por Trás da História* (2017), além de *Jardim das Aflições* (2017), filme de Josias Teófilo sobre Olavo de Carvalho que gerou boicote no festival Cine PE, em Recife. Além de *Não Vai Ter Golpe* (2019), documentário de autopropaganda do MBL sobre o impeachment, destacam-se os filmes de revisionismo histórico da produtora Brasil Paralelo, como *1964: O Brasil entre Armas e Livros* (2019); sendo que a defesa do golpe militar também havia chegado à TV por assinatura dois anos antes, com a exibição no canal History Channel da série *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, adaptada dos livros de Leandro Narloch.

Apesar do crescimento significativo, as produções de direita continuaram minoritárias no mercado audiovisual tradicional, diferente do YouTube, onde assumiram domínio avassalador, como revelou a pesquisa da USP. Os dois canais de política com maior número de seguidores em 2019, Nando Moura (3,2 milhões) e Mamãe, Falei (2,5 milhões) são marcados por intenso antiesquerdismo, e o terceiro lugar era ocupado por Jair Bolsonaro, com 2,5 milhões de seguidores<sup>563</sup>.

Antes das eleições de 2018, o canal do então deputado federal pelo PSL já contava com 2 milhões de inscritos, mas não era o carro-chefe das suas redes sociais<sup>564</sup>. O perfil no Instagram reunia 3,8 milhões de seguidores, enquanto a página oficial no Facebook era seguida por 6,9 milhões de pessoas<sup>565</sup>. Mesmo com a expansão acelerada do YouTube, o Facebook continuava tendo um alcance maior,

<sup>561</sup> FOLHA DE S. PAULO. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/mercado-de-livros-encolheu-20-desde-2006-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.

<sup>562</sup> TAB, 2020. Disponível em: <[https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/07/com-polarizacao-quadrinhos-de-direita-se-consolidam-como-nicho-no-brasil.htm?fbclid=IwAR1RiCLi6DT18bRCHI4597i3019PO7NT5n0rJ3v9CByB7br-RTXozRNU\\_DE](https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/07/com-polarizacao-quadrinhos-de-direita-se-consolidam-como-nicho-no-brasil.htm?fbclid=IwAR1RiCLi6DT18bRCHI4597i3019PO7NT5n0rJ3v9CByB7br-RTXozRNU_DE)>.

Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>563</sup> OLIVEIRA; RIBEIRO; ORTELLADO, 2019.

<sup>564</sup> ESTEVES, 2020, p. 36.

<sup>565</sup> MELLO, 2020, p. 32.

com 127 milhões de usuários ativos por mês no Brasil, aproximadamente 70% da população nacional com 10 anos ou mais<sup>566</sup>.

O ecossistema de direita também havia se complexificado substancialmente no Facebook, conforme revelou o mapeamento publicado em 2019 por Celina Lerner. Partindo de um núcleo de 42 páginas brasileiras autodeclaradas conservadoras e com mais de 3 mil seguidores cada uma, reunindo um total de 3,5 milhões de fãs, a pesquisadora foi identificando, com auxílio do programa Gephi, novas páginas em cadeia de curtidas até formar uma rede com 9.389 nós e 75.808 arestas, agrupadas a partir dos atores e suas relações. O objetivo era compreender o universo simbólico que dá sentido às ações desses personagens, por isso foram analisados discursos de mais de 900 mil comentários<sup>567</sup>.

A principal conclusão da análise dos dados coletados entre 2012 e 2018 foi que as redes sociais digitais deram uma dupla contribuição ao fortalecimento e à difusão do conservadorismo no Brasil: intensificaram o sentimento de ameaça pela exposição constante a conteúdos alarmistas e antiesquerda, ao mesmo tempo que possibilitaram às pessoas que veem sentido nesta cosmovisão encontrar seu grupo de pertencimento (Lerner, 2019, p. 235).

O mapeamento também apontou a recorrência de visões idealizadas do passado e cosmovisões cristãs etnocêntricas, além de revelar a presença de agrupamentos de páginas de fora do Brasil na Rede Conservadora. Esta foi dividida, a partir da densidade das conexões e de observação etnográfica, em nove comunidades separadas por cores, e no caso das páginas poucos conectadas, aproximadas para efeito de visualização.

1. Comunidade Mulheres Cristianismo
2. Comunidade Protestante Histórica
3. Comunidade Conservadora Norte-Americana
4. Comunidade Liberal-conservative Think Tanks
5. Comunidade Conservadora Britânica
6. Comunidade Israelense
7. Comunidade Monarquista
8. Comunidade Política Institucional
9. Comunidade Conservadora Política<sup>568</sup>

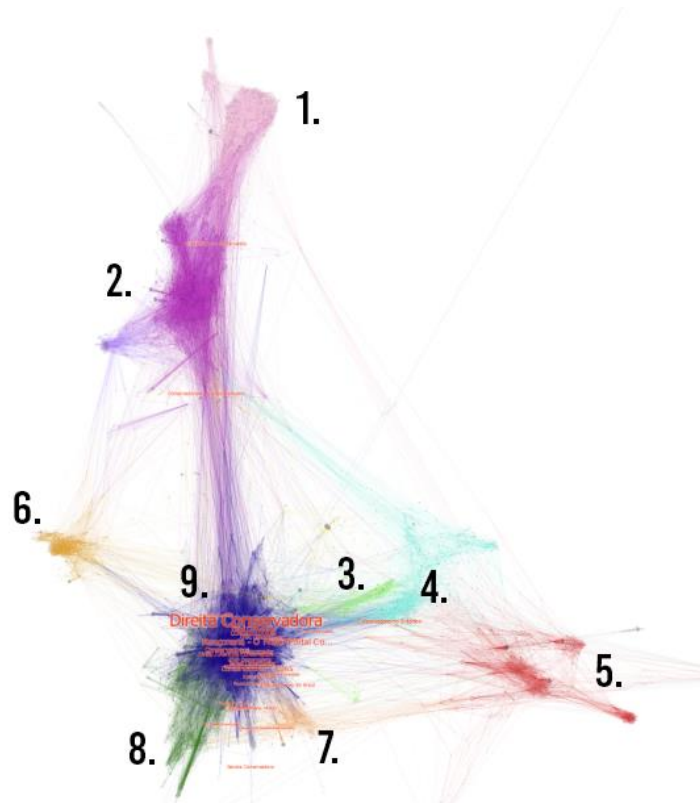
---

<sup>566</sup> LERNER, 2019, p. 69.

<sup>567</sup> Ibid., 2019, p. 235.

<sup>568</sup> Ibid.

Figura 12 – Rede Conservadora Facebook



Fonte: Lerner, 2019, p. 89

As comunidades 1. Mulheres Cristianismo (lilás) e 2. Protestante Histórica (roxa) revelam como setores evangélicos se inserem na rede, nem tanto em virtude de seus conteúdos políticos, mas principalmente a partir de manifestações de afirmação da fé cristã. No canto direito, a comunidade 5. Conservadora Britânica (vermelho) se conecta à 7. Comunidade Monarquista brasileira (laranja) e à 4. Comunidade Liberal-conservative Think Tanks (turquesa), intimamente associada à 3. Comunidade Conservadora Norte-Americana (verde claro). Mesmo na 6. Comunidade Israelense (amarelo), que se integra à rede através da 2. Comunidade Protestante Histórica (roxa) e da 9. Comunidade Conservadora Política, predominam páginas norte-americanas como *Israel in the USA*, *StandWithUs*, *Christians United for Israel (CUFI)*. Ou seja, o mapeamento de Lerner revela expressiva influência da direita dos Estados Unidos sobre a rede conservadora brasileira.

Na parte de baixo, a 8. Comunidade Política Institucional (verde escuro) reúne políticos como Ronaldo Caiado (DEM) e instituições como o Senado Federal e o Exército Brasileiro, quase em sobreposição à 9. Comunidade Conservadora

Política. Reunindo quase um quarto do total da rede, o agrupamento central combina páginas variadas: de políticos de direita a celebridades, passando por lideranças religiosas, humoristas e movimentos sociais. Em linhas gerais, defendem as polícias e o Exército; combatem as ideologias de esquerda, o feminismo e apoiam as privatizações. Sendo que a maior parte dos conteúdos divulgados faz oposição a algum grupo identificado como ameaça: no geral, pessoas de esquerda, feministas, ateus ou militantes LGBT. A página de maior centralidade é a de Jair Bolsonaro, seguida de Olavo de Carvalho, Direita Conservadora e do deputado federal Eduardo Bolsonaro.

## 5.2. Triunfo da reação conectada nas urnas

O início da carreira política do militar Jair Messias Bolsonaro remonta ao ano de 1987, quando o capitão foi acusado, em reportagem publicada pela revista *Veja*, de liderar plano para instalar bombas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), no Rio de Janeiro. O objetivo seria pressionar o comando da Força a defender o aumento do soldo dos praças. Bolsonaro foi processado e absolvido num julgamento até hoje contestado, mas permaneceu como *persona non grata* no Exército, proibido de entrar em quartéis ou de participar de festas militares<sup>569</sup>.

A matéria da *Veja* sobre as bombas, no entanto, aumentou ainda mais a popularidade conquistada com a publicação 13 meses antes, na mesma revista, de um artigo no qual o capitão defendia o aumento do soldo dos militares. Com essa base de eleitores, Bolsonaro foi eleito vereador do Rio em 1988 pelo Partido Democrata Cristão, com 11 mil votos. Dois anos depois, tornou-se deputado federal e continuou atuando em defesa dos interesses corporativos dos militares através de intervenções feitas para chamar a atenção da imprensa: em 1992 permaneceu sentado em cima de seu Chevette azul enquanto o veículo era guinchado da frente da Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), e no mesmo ano organizou a “marcha de esposas” dos militares em Brasília<sup>570</sup>.

Por minar a hierarquia militar e ser uma “má influência” para os soldados, o deputado federal teve sua entrada proibida em 1991 pelo Comando de Operações

---

<sup>569</sup> OYAMA, 2020, p. 35.

<sup>570</sup> *Ibid.*, 2020, p. 37.

Terrestres em qualquer dependência militar do Rio de Janeiro<sup>571</sup>. A boa relação com a cúpula das Forças Armadas só seria restabelecida em 2011, quando o deputado passou a atuar intensamente no Congresso contra a criação da Comissão Nacional da Verdade, anunciada pelo governo Dilma Rousseff e que era considerada pelos militares uma tentativa de vingança da esquerda derrotada em 1964. Até então, o deputado tinha se concentrado nos temas da segurança pública e na defesa dos interesses corporativos militares, mas também colecionava processos de cassação no Conselho de Ética da Câmara por declarações pedindo o fechamento do Congresso (1993) e o fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1999)<sup>572</sup>. Foi nesse período também marcado pelo avanço de pautas progressistas no plano institucional, que Bolsonaro deu uma guinada, passando a enfatizar temas morais conservadores e se voltando contra conquistas dos movimentos sociais, em especial os LGBTQs, feministas, indígenas e quilombolas. Palavras como “militar”, “forças armadas”, “benefícios”, “salários” deram lugar em seus discursos na Câmara a termos como “gay”, “esquerda”, “direitos humanos”, “PT” e “Cuba”, que tiveram pico de recorrência no mandato de 2011 a 2014, conforme monitorou Lerner (2019).

O protagonismo na mobilização contra o material didático anti-homofobia, chamado por Bolsonaro de “Kit Gay”, também expandiu suas bases de apoio e o projetou nacionalmente, aproveitando o deputado cada oportunidade para polemizar sobre o tema em programas da TV aberta, como o SuperPop, da Rede TV, e o CQC, da Band. A defesa da família tradicional somou-se, então, à apologia da ditadura militar numa retórica de idealização do passado, apresentado como um período de estabilidade e segurança. Esse elemento abertamente reacionário também servia de justificativa para a promoção do punitivismo e do encarceramento em massa como forma de combater a violência urbana, que desde Pierucci (1987) se mostravam pautas populares entre os eleitores mais à direita.

Essa noção de ordem compreendida a partir do tema da segurança pública pela chave da repressão policial também vai se difundir nos Estados Unidos, sobretudo a partir de Nixon, e em regiões periféricas como Filipinas e a África Subsaariana<sup>573</sup>. Só que no Brasil o fenômeno ganhou uma nova dimensão com a

---

<sup>571</sup> Ibid., 2020, p. 37.

<sup>572</sup> DIBAI, 2018, p. 75.

<sup>573</sup> CESARINO, 2019, p. 540.



intervenção crescente do aparato policial sobre a vida política. Desde os anos 2000, a “judicialização da política” também vinha sendo cotidianamente promovida pela grande mídia através da cobertura manipuladora de operações policiais espetaculosas, que vendiam a ilusão de que o Judiciário poderia passar o Brasil a limpo<sup>574</sup>. A partir da Lava Jato, esse processo histórico de crescente descrédito institucional, que havia aberto o caminho para junho de 2013, ganhou novo impulso a partir da parceria oficial, estabelecida pelo juiz Sérgio Moro, entre Judiciário, Ministério Público e a grande mídia. Os vazamentos de informações e grampos ilegais para a TV, bem como o circo orquestrado em torno de buscas e conduções coercitivas arbitrárias, buscavam deliberadamente inflamar e dirigir a opinião pública contra o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, chegando o procurador Deltan Dallagnol a convocar a população a participar das manifestações pela derrubada da presidente Dilma Rousseff<sup>575</sup>.

Como resultado, 63,7% dos paulistanos que protestaram pelo impeachment em 2015 disseram acreditar que a solução para a crise política era “entregar o poder para um juiz honesto”<sup>576</sup>. Em manifestação de apoio à Lava Jato realizada em São Paulo dois anos depois, 82,6% dos entrevistados se disseram a favor do aumento de pena para punir criminosos, e 84,6% manifestaram apoio à redução da maioria penal (Solano, 2018, p. 4). Assim, o punitivismo, o antipartidarismo e o antipetismo se misturavam, levando o deputado Jair Bolsonaro a enxergar uma oportunidade de capitalizar eleitoralmente o caldo cultural do lavajatismo e o sentimento de descrédito das instituições, apresentando-se como um candidato anti-PT, anticorrupção e antiestablishment nas eleições presidenciais, apesar das três décadas de atuação parlamentar por diversos partidos do Centrão.

Buscou se aproximar, então, de lideranças evangélicas, que durante anos fizeram parte da base de apoio de Lula e Dilma, mas haviam se afastado com o aprofundamento da crise econômica que minou a popularidade do petismo nas bases protestantes (Valle, 2018). Mesmo se dizendo católico e fazendo parte da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana<sup>577</sup>, Bolsonaro foi batizado em maio de 2016 no Rio Jordão, em Israel, pelo Pastor Everaldo, líder do Partido

---

<sup>574</sup> Ibid.

<sup>575</sup> CHALOUB; PERLATTO, 2018, p. 15.

<sup>576</sup> ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 176.

<sup>577</sup> MIGUEL, 2019, p. 105.

Social Cristão. E passou a frequentar o circuito brasileiro de organizações pró-mercado, onde seria apresentado pelo fundador do IEE, Winston Ling, a Paulo Guedes, economista ultraliberal formado em Chicago<sup>578</sup>.

A estratégia da campanha seria 90% centrada nas redes sociais, conforme revelou Bolsonaro ao general Augusto Heleno em 2016<sup>579</sup>. Segundo demonstrado pelas pesquisas empíricas de Santos Junior, Lerner, Ortellado e Ribeiro, o deputado havia se consolidado como figura central do ecossistema midiático digital de direita, ultrapassando o escritor Olavo de Carvalho, que desempenhara esse papel nas primeiras duas décadas da internet do Brasil. Além da visão do seu filho Carlos, um anticomunista radical altamente conectado que acompanhava as estratégias de comunicação da extrema direita ao redor do mundo, muito do sucesso de Bolsonaro se deve ao potencial de seu estilo agressivo e provocador diante das dinâmicas de circulação de informação nas redes digitais.

Antes da internet se massificar, o parlamentar já utilizava a TV e a imprensa profissional para ganhar repercussão através de ataques às instituições democráticas, a minorias e de declarações em defesa de torturadores da ditadura militar. Enquanto muitos se sentiam representados por uma pretensa espontaneidade ou coragem de falar a verdade, rompendo a censura do “politicamente correto”<sup>580</sup>, os que se indignavam acabavam amplificando, involuntariamente, a relevância de Bolsonaro na internet, ao repercutir suas declarações ultrajantes, ainda que de maneira crítica. Nas redes digitais, o velho “façam mal, mas façam de mim” não apenas funciona, como adquire dimensão algorítmica<sup>581</sup>.

Durante toda sua carreira, o deputado havia atuado dentro do Congresso e na mídia como um verdadeiro “troll”, compreendido no jargão da internet como um usuário que busca desestabilizar discussões através de provocações e ofensas<sup>582</sup>. Quando passou a se dedicar à produção de conteúdo multiplataforma, alcançou rápida proeminência nas redes, transbordando o ecossistema midiático de direita para atingir públicos até então alheios à política.

---

<sup>578</sup> ROCHA; PUGLIA, 2019, p. 18.

<sup>579</sup> OYAMA, 2020, p. 39.

<sup>580</sup> CESARINO, 2019, p. 540.

<sup>581</sup> Ibid., p. 541.

<sup>582</sup> SORJ, 2018, p. 64.

Na mesma linha, o magnata Donald Trump havia contrariado os prognósticos para se eleger presidente dos Estados Unidos em 2016, “trollando” sistematicamente a imprensa, a academia e a intelectualidade progressista com mentiras, teorias da conspiração e ataques às minorias, que ao serem respondidos alavancavam sua presença on-line. A família Bolsonaro teve então a certeza de ter encontrado o caminho para o Palácio do Planalto, contando, inclusive, com orientação de Steve Bannon<sup>583</sup>, um dos principais assessores da campanha de Trump e militante reacionário que vinha tentando articular um movimento de extrema direita internacional.

Seguindo o exemplo norte-americano, a campanha bolsonarista adotaria, sob inspiração de modernas técnicas de marketing digital e das táticas militares de guerra híbrida<sup>584</sup>, estratégias de mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios, centrada na lógica de espelho invertido do inimigo; além da criação de canais exclusivos de comunicação direta com seu público através da “deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional)” (Cesarino, 2019, p. 533).

Além de dispensar mediações, essa comunicação direta também deveria ser microdirecionada, produzindo uma multiplicidade de conteúdos cuidadosamente desenhados para impactar emocionalmente cada pequena fração do eleitorado. Na campanha de Trump, essa segmentação precisa foi tornada possível pela transferência ilegal de dados de milhões de usuários do Facebook à empresa Cambridge Analytica, mas a realidade do ecossistema midiático brasileiro era diferente.

Com 137 milhões de usuários em 2018 (65% da população), o WhatsApp havia superado o Facebook, utilizado por 128 milhões de brasileiros<sup>585</sup>. O uso do Facebook como fonte de notícias também havia caído 17 pontos em dois anos, enquanto o WhatsApp cresceu, alcançando a marca de 46%<sup>586</sup>. Em maio de 2018, caminhoneiros utilizaram grupos do WhatsApp para organizar uma paralisação nacional em protesto contra os preços dos combustíveis, provocando grave crise de

---

<sup>583</sup> KALIL, 2018, p. 6.

<sup>584</sup> CESARINO, 2020, p. 115.

<sup>585</sup> BASTOS; FUDISSAKO, 2019, p. 1.

<sup>586</sup> SANTOS et al., 2019, p. 310.

abastecimento em diferentes regiões do país. O governo Temer tentou responder da maneira tradicional, negociando com lideranças dos principais sindicatos do setor, mas o acordo foi imediatamente rejeitado pelos caminhoneiros, que decidiram manter a paralisação em deliberações feitas nos grupos do aplicativo de mensagens. Tratava-se de uma paralisação de tipo novo, que articulava, através de complexas “redes policêntricas segmentadas e integradas”<sup>587</sup>, as centenas de lideranças responsáveis por cada bloqueio em pontos específicos da malha rodoviária brasileira.

Além da impressionante demonstração do potencial político do WhatsApp, a greve também revelou expressivo sentimento antiesquerda entre os caminhoneiros [muitos pediam intervenção militar] aliado a um amplo apoio à pré-candidatura de Bolsonaro<sup>588</sup>, que aparecia em segundo lugar nas pesquisas com 17% das intenções de voto, atrás de Lula, que liderava com 34%<sup>589</sup>. Mesmo condenado pelo juiz Sérgio Moro em fevereiro de 2018, o ex-presidente continuava liderando as pesquisas, o que provocou uma radicalização ainda mais intensa do antiesquerdismo na sociedade. No final de março, a caravana de ônibus de Lula foi recebida a tiros numa estrada do Paraná, e duas semanas depois a vereadora de esquerda Marielle Franco, do PSOL, seria brutalmente assassinada no centro do Rio de Janeiro, num crime político ainda não solucionado pela Polícia Civil.

A confirmação da sentença de Moro em segunda instância e a prisão no dia 7 de abril acabaram tirando Lula da corrida presidencial, e abriram caminho para o crescimento da candidatura de Bolsonaro. Depois de trocar o Patriota pelo Partido Social Liberal, o candidato anunciou o ultraliberal Paulo Guedes como ministro da Fazenda ainda no primeiro semestre de 2018, com objetivo de afastar as desconfianças que ainda pairavam no mercado financeiro e no circuito de organizações pelo Estado Mínimo em virtude de seu histórico parlamentar estatista. A promessa era de privatizar o máximo de ativos do governo federal.

Do ponto de vista da comunicação da campanha, a estratégia, inspirada em Trump, de produzir e enviar diferentes mensagens para cada segmento do eleitorado teria que se adaptar às dinâmicas do WhatsApp, central no ecossistema

---

<sup>587</sup> SANTOS et al., 2019, p. 318.

<sup>588</sup> PIAUÍ, 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/falta-combinar-no-whatsapp/>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

<sup>589</sup> G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/lula-tem-34-bolsonaro-17-e-marina-9-aponta-pesquisa-datafolha-para-2018.ghtml>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

comunicacional brasileiro. As limitações de visibilidade e de tamanho dos grupos afastavam o aplicativo de mensagens criptografadas fim-a-fim<sup>590</sup> do “modelo de rede que caracteriza o Facebook, em que atores bem conectados possuem uma vantagem cumulativa, atraindo mais conexões e concentrando centralidade” (Santos et al., 2019, p. 317).

Em 2016, Trump havia utilizado “muitas vozes diferentes para falar com pessoas diferentes, colocando em primeiro plano diferentes questões e usando diferentes mídias para fazer isso”, lembra Maly (2018), mas essa estratificação dos públicos-alvo foi feita, sobretudo, no Facebook, através de recursos pagos como o impulsionamento microdirecionado de conteúdo ou a compra de *dark posts*<sup>591</sup>. O WhatsApp, ao contrário, “não possui perfis públicos localizáveis por busca, algoritmos de impulsionamento de visibilidade, agregação automática de informação social ou entrega direcionada de conteúdo”. Na verdade, limita o número de encaminhamentos diretos e o número de pessoas que podem pertencer a cada grupo (Santos et al., 2019, p. 312).

Se por um lado o limite à quantidade de pessoas nos grupos estimula a segmentação, esta assume forma mais espontânea e contingente, já que as estruturas das redes de grupos interconectados são determinadas pelas opções pessoais de usuários ao distribuírem-se em grupos (Santos et al., 2019, p. 316). Por mais que Bolsonaro estivesse presente em todas as principais redes, liderando entre os políticos no Facebook, Twitter, YouTube e Instagram, a construção de uma ampla rede de WhatsApp, com capilaridade nacional em diversos núcleos sociais e que tornasse efetiva no Brasil uma estratégia de comunicação “caleidoscópica”<sup>592</sup>, como a de Trump e a do Brexit, exigiria um esforço de articulação política no sentido mais tradicional.

---

<sup>590</sup> A inovação da criptografia fim-a-fim está em permitir que qualquer usuário possa criptografar suas mensagens em seu próprio celular com uma chave de criptografia segura, protegendo-o até mesmo de agências de espionagem governamentais, que dificilmente seriam capazes de decodificar o seu conteúdo [...] A mensagem criptografada é decodificada apenas no dispositivo do destinatário, ficando assim imune a interceptações que possam ocorrer durante o seu trânsito pela rede [...] o WhatsApp não tinha como apelo inicial a característica de fornecer criptografia fim-a-fim. Foi provavelmente uma decisão comercial, movida por pressão dos concorrentes pós-Snowden e de uma demanda de mercado, que leva o WhatsApp a finalmente adotar este recurso para todos usuários em 2016 (Santos et al., 2019, p. 314).

<sup>591</sup> Anúncio feito no Facebook a partir da publicação de um conteúdo novo que só vai aparecer na linha do tempo do público específico, determinado pela segmentação aplicada na criação da campanha.

<sup>592</sup> CESARINO, 2019, p. 549.

Fazia anos que a equipe de Bolsonaro vinha mapeando e estabelecendo contato com influenciadores digitais de direita de todo país, e esses apoiadores eram reunidos em grupos de WhatsApp e Facebook, que eram alimentados por um fluxo incessante de conteúdo de promoção do candidato e de ataque aos seus adversários, sobretudo o PT. Acostumado desde o início da carreira a nutrir relações próximas com eleitores, através de cartas e contatos pessoais, Bolsonaro participou regularmente de reuniões virtuais em vídeo e, muitas vezes, viajou para encontrar com apoiadores, especialmente os influentes nas redes. Nesse trabalho, o deputado contou com o apoio dos três filhos políticos, e assim uma infinidade de grupos de Facebook, e principalmente WhatsApp, formaram-se ao longo dos anos em torno de sua candidatura, dando origem a uma rede muito mais ampla do que a de qualquer outro candidato, segundo Benevenuto<sup>593</sup>. A estratégia também foi seguida com sucesso por seus principais correligionários.

Quatro meses antes de ser eleito senador por São Paulo com 8 milhões de votos<sup>594</sup>, o Major Olímpio disse que seria capaz de atingir 220 mil pessoas em poucos minutos com uma única mensagem disparada na sua rede privada de WhatsApp, composta por 897 grupos de todas as partes do país: desde ativistas de direita até clubes de motociclistas, passando por agentes penitenciários, policiais militares, parentes de vítimas de violência, entre outros simpatizantes de Bolsonaro. Além dos quase 900 grupos no seu aparelho pessoal, Major Olímpio ainda teria à sua disposição aparelhos de dois assessores com outras centenas de grupos diferentes<sup>595</sup>.

A repercussão do atentado à faca sofrido por Bolsonaro em setembro na cidade de Juiz de Fora durante a campanha eleitoral fez suas redes sociais crescerem 25% (chegou no segundo turno com 17 milhões de seguidores), e a recuperação do candidato no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, recebeu ampla cobertura da grande mídia, enquanto os outros candidatos permaneceram restritos às regras de comunicação eleitoral. O episódio, no entanto, não chegou a provocar uma inflexão nas intenções de votos, uma vez que a tendência de crescimento já existia. Um dia

---

<sup>593</sup> MELLO, 2020, p. 34.

<sup>594</sup> G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/major-olimpio-psl-e-mara-gabrilli-psdb-sao-eleitos-senadores-por-sp.ghtml>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

<sup>595</sup> GOULART, 2018. Disponível em: <[https://piaui.folha.uol.com.br/oito-segundos-na-teve-897-grupos-de-whatsapp/?doing\\_wp\\_cron=1532695021.3929150104522705078125](https://piaui.folha.uol.com.br/oito-segundos-na-teve-897-grupos-de-whatsapp/?doing_wp_cron=1532695021.3929150104522705078125)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

antes da facada, os tracking da IDEA Big Data apontava 20% de votos espontâneos para Bolsonaro<sup>596</sup>.

Menos de um mês depois, o juiz Sérgio Moro retirou repentinamente o sigilo da delação premiada do petista Antonio Palocci, ex-ministro de Lula e Dilma preso pela Operação Lava Jato, que foi amplamente divulgada pela mídia a poucos dias da votação que levou o candidato do PSL para o segundo turno com Fernando Haddad (PT). No dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito Presidente da República com 57 milhões de votos – contra 47 milhões do candidato do PT -, e quadro dias depois da divulgação do resultado, Sérgio Moro foi anunciado como Ministro da Justiça do novo governo, após se reunir com Bolsonaro em sua residência no condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro.

Como o resultado surpreendeu muitos especialistas, parte da oposição derrotada passou a atribuir a vitória de Bolsonaro à atuação massiva na internet de “amplificadores falsos”, fossem perfis falsos controlados por pessoas ou robôs programados para fazer parecer que o candidato tinha adesão nas redes maior do que tinha de fato, estimulando pessoas a aderir a uma onda de opinião que acreditavam ser espontânea. O emprego de *bots*<sup>597</sup> nesse tipo de estratégia política havia chamado atenção nas eleições presidenciais mexicanas de 2012 e na eleição de Trump nos Estados Unidos em 2016<sup>598</sup>, mas não é possível afirmar que seu papel tenha sido determinante na vitória de Bolsonaro.

Uma análise dos perfis no Twitter dos candidatos à Presidência realizada pelo InternetLab quatro meses antes da eleição, entre os dias 4 e 28 de junho de 2018, revelou que 33,8% dos seguidores de Jair Bolsonaro (PSL) eram robôs, número inferior à candidata Marina Silva (Rede), com 36,2%, e aos 45,8% de *bots* entre os seguidores de Geraldo Alckmin (PSDB). O recordista, no entanto, era o senador Alvaro Dias (Podemos), que tinha 64,3% de seguidores formados por robôs (Lago; Massaro, 2018). Mesmo com o investimento em perfis falsos automatizados

---

<sup>596</sup> OYAMA, 2020, p. 83.

<sup>597</sup> Programas de computador que automatizam reações e comportamentos a partir de instruções dadas por seus programadores. No entanto, os bots – ou robôs - não são necessariamente maliciosos. São, na verdade, amplamente utilizados no funcionamento de mecanismos de busca, como o Google, e estima-se que 62% de todo tráfego da internet seja feito por programas automatizados. Mesmo no âmbito específico da política, robôs também podem ser programados para aperfeiçoar o debate público nas redes digitais, mas – no geral – têm sido utilizados no sentido contrário, distorcendo as discussões em favor dos interesses de determinado agente político (SORJ et al., 2018, p.56.).

<sup>598</sup> SORJ et al., 2018, p. 58.

no Twitter, os candidatos terminaram o primeiro turno com votações pouco expressivas: Alckmin (4,7%), Marina (1%), Dias (0,8%).

Outra dinâmica que distorceu o debate eleitoral de 2018 foi a contratação de disparos de mensagens em massa no WhatsApp. Conforme revelado pela jornalista Patrícia Campos Mello (2020), empresas de marketing digital eram contratadas por empresários para disparar mensagens em favor de Bolsonaro e contra a candidatura de Haddad, grande parte delas com conteúdo falso. O presidente eleito se defendeu dizendo que não poderia se responsabilizar por atos de apoiadores sem nenhum vínculo com sua campanha, mas como a contratação dos disparos foi feita, grande parte das vezes, por empresas, poderiam caracterizar caixa dois indireto, já que desde 2015 o Supremo Tribunal Federal havia entendido que apenas pessoas físicas poderiam contribuir para campanhas. E, de qualquer forma, essas doações deveriam ser declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral, constando na prestação de contas dos candidatos. Em outubro de 2019, o gerente de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp, Ben Supple, reconheceu que a plataforma havia sido usada de maneira irregular na campanha: “Na eleição brasileira do ano passado houve a atuação de empresas fornecedoras de envios maciços de mensagens, que violaram nossos termos de uso para atingir um grande número de pessoas” (Campos, 2020, p. 66).

As revelações e a confissão pública da empresa americana fizeram o TSE declarar ilegal, em dezembro de 2019, o envio de mensagens políticas em massa, mas as investigações em torno da campanha de 2018 não foram levadas adiante pelo Tribunal. As empresas contratadas para fazer disparos em massa também utilizavam ilegalmente dados, como números de CPF, de milhões de pessoas, mas por mais que esse tipo de prática tenha impactado o resultado eleitoral, sua eficácia também dependia da replicação espontânea dos conteúdos por usuários comuns, via contágio (Cesarino, 2019, p. 535).

Um monitoramento realizado por Santos et al. (2019) ao longo do ano de 2018 em uma rede de 9.812 perfis distribuídos por 90 grupos sobre política no WhatsApp revelou que a viralização de mensagens no aplicativo envolve ao menos três etapas:

primeiro a etapa de produção e difusão inicial; em seguida sua circulação em grupos segmentados dedicados a política, interconectados por membros mais dispostos a compartilhá-la e inseri-la em uma dinâmica de viralização; e por fim grupos periféricos não dedicados a política, quantitativamente mais numerosos,

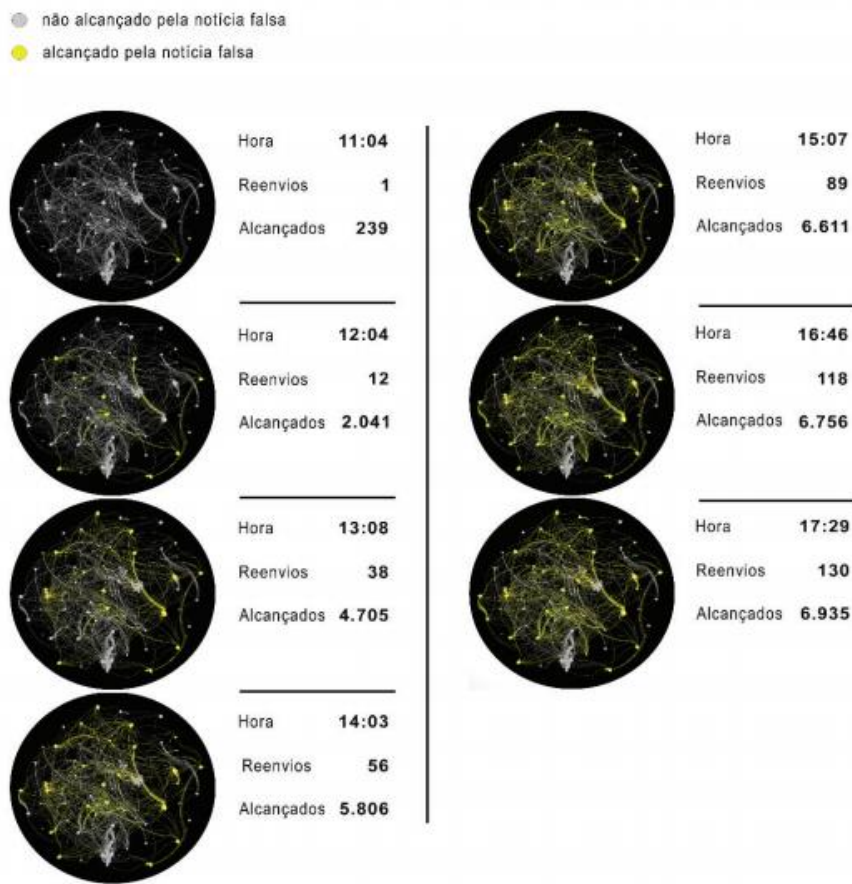


embora proporcionalmente irrelevantes na etapa mais intensa da viralização (Santos et al., 2019, p. 327).

Ainda que a viralização de uma mensagem, especialmente uma notícia falsa, exija um aumento exponencial de visibilidade a cada encaminhamento, acima dos índices normais de compartilhamento em redes de contatos privados, esse processo depende da cooperação articulada de grupos bem posicionados. O que revelaria, diante do sucesso de comunicação de Bolsonaro, uma “apropriação bem-sucedida do WhatsApp” por seus apoiadores, bem como o domínio de “um conhecimento específico voltado para viralização sistemática de conteúdo” (Santos et al., 2019, p. 315).

Essa dinâmica foi ilustrada por Santos et al. (2019) através do mapeamento gráfico da trajetória de viralização percorrida na rede de WhatsApp por uma notícia falsa que, em apenas poucas horas, atingiu 6.935 dos 9.812 perfis. Segundo a mensagem difundida, o Tribunal Superior Eleitoral teria informado a anulação de 7,2 milhões de votos e que 2 milhões teriam sido necessários para que Bolsonaro vencesse no primeiro turno. Em cinza, estão os usuários e grupos sem contato com a notícia, e em amarelo, aqueles que tiveram contato; sendo as linhas representações das conexões entre eles:

Figura 13 – Notícia Falsa sobre o TSE viralizando



Fonte: Santos et al., 2019, p. 324.

Se para atingir diversos pontos da rede uma informação deve necessariamente passar por determinado grupo, isso significa que esse grupo tem um nível de centralidade nessa rede, “aumentando quando outros grupos centrais passam a estar conectados graças a este grupo em particular”<sup>599</sup>. É por isso que, quando nos aproximamos dos grupos com maior centralidade, tendemos a nos aproximar da fonte primária da notícia falsa<sup>600</sup>.

a notícia progride preferencialmente de grupos com maior centralidade para grupos periféricos – numa lógica policêntrica, quando outros grupos centrais são atingidos a dinâmica se repete, propagando a viralização. A cada etapa, a multiplicação faz com que a quantidade de informações replicadas para o próximo conjunto de grupos seja exponencialmente maior do que a anterior (Santos et al., 2019, p. 323).

<sup>599</sup> SANTOS et al., 2019, p. 320.

<sup>600</sup> Ibid., p. 327.

Esse processo comunicativo varia no tempo, em função dos diferentes estágios de encaminhamento, mas a informação segue dos nós mais centrais para os periféricos, onde ficam os WhatsApps pessoais e os grupos de família e amigos. À medida que os variados tipos de conteúdo se afastam dos centros unificados e estruturados em direção às periferias pulverizadas da rede, a distribuição desses conteúdos vai se segmentando “espontaneamente, ao serem repassados por usuários comuns àqueles contatos mais propensos a serem afetados por cada um deles” (Cesarino, 2019, p. 549).

São os apoiadores voluntários os principais responsáveis pela circulação e, grande parte das vezes, pela produção dos conteúdos em favor de Bolsonaro e contra seus adversários. Daí que muitos respondam às acusações de artificialidade do apoio ao ex-capitão se autodeclarando, ironicamente, “robôs do Bolsonaro”<sup>601</sup>. Ainda que recusem o termo, por associá-lo à esquerda, trata-se de um novo tipo de militância virtual – com traço populista (Cesarino, 2019 e 2020) – que ao mesmo tempo que estabelece uma comunicação sem mediação com o líder, volta-se ao restante da sociedade a partir da lógica antagonística do nós (patriotas verde amarelos) contra eles, os inimigos vermelhos<sup>602</sup>.

Por apreender os discursos e intervenções contraditórias de Bolsonaro através da lente das redes progressistas, seus opositores tenderam a ignorar a complexidade e a abrangência das novas dinâmicas do ecossistema comunicacional brasileiro. O que enxergavam como “falta de coerência e baixa capacidade de articulação política” atuava, na verdade, como uma eficiente estratégia de comunicação caleidoscópica: “ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do “mito” – como é chamado por seus eleitores – consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores” (Kalil, 2018, p. 2).

Assim, chegavam às margens das redes de WhatsApp diferentes Bolsonaros: para a dona de casa era o cristão defensor da família, enquanto para o pai preocupado com a segurança dos filhos se apresentava como o político que colocaria fim à violência urbana, ao mesmo tempo que se colocava como defensor da meritocracia para a classe média branca escolarizada e era enxergado como o

---

<sup>601</sup> CESARINO, 2019, p. 533.

<sup>602</sup> Ibid., p. 542.

demolidor das convenções politicamente corretas por adolescentes altamente conectados e sexualmente inseguros. Essa multiplicidade, no entanto, ao invés de se dispersar em incoerência, conforme percebido pela esquerda, conseguiu através da segmentação espontânea do WhatsApp articular esses inúmeros “pedaços identitários” numa unidade compreendida através da noção de “pessoa fractal” (2019).

Entre 2016 e 2019, a antropóloga Isabela Kalil coletou informações sobre apoiadores de Bolsonaro através de entrevistas, observação de manifestações/eventos e análise de conteúdo e interações na internet, especialmente em grupos de WhatsApp. Sendo identificados, ao final, 16 tipos de apoiadores, eleitores e potenciais eleitores do ex-capitão, de acordo com marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião, formas de engajamento e crenças, além de desejos, aspirações e objetos de repúdio<sup>603</sup>:

- 1) **As pessoas de bem:** Instituições fortalecidas para o fim da impunidade.
- 2) **Masculinidade viril:** Armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos.
- 3) **Nerds, gamers, hackers e haters:** A construção de um mito.
- 4) **Militares e ex-militares:** Guerra às drogas como solução para a segurança pública.
- 5) **Femininas e “bolsogatas”:** Mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”.
- 6) **Mães de direita:** Por uma escola sem “ideologia de gênero”.
- 7) **Homossexuais conservadores:** “Homem é homem”, não importa se gay ou hétero.
- 8) **Etnias de direita:** Minorias perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro.
- 9) **Estudantes pela liberdade:** Voto rebelde contra a “doutrinação marxista”.
- 10) **Periféricos de direita:** Os "pobres" que desejam o "Estado mínimo".
- 11) **Meritocratas:** O antipetismo dos liberais que “venceram pelo próprio mérito”.
- 12) **Influenciadores digitais:** Liberais e conservadores “salvando o Brasil

---

<sup>603</sup> KALIL, 2018, p. 1.

de se tornar uma Venezuela”.

**13) Líderes religiosos:** A defesa da família contra o “kit gay” e outros pecados.

**14) Fieis religiosos Cristãos:** pela “família tradicional”.

**15) Monarquistas:** O retorno a um passado glorioso.

**16) Isentos:** “Política não se discute” (Kalil, 2019).

A popularidade entre segmentos de jovens e adolescentes (3 e 9) se associa, em parte, a frustrações com o consumismo e à “desestabilização da masculinidade hegemônica” pela violência urbana e pelas transformações nas relações de gênero (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018), mas não deixa de ter forte relação com a tendência, também identificada por Nagle (2017) na *alt-right* norte-americana e em sites como o 4chan, das novas gerações enxergarem na rejeição ao “politicamente correto” uma nova forma de transgressão e rebeldia, especialmente diante do fato de terem crescido com um governo progressista no poder (Solano, 2018).

O discurso liberal aparece de forma mais nítida nos segmentos meritocráticos (11) e na atuação de influenciadores digitais (12), mas, no geral, há um predomínio de diferentes formas de conservadorismo, ainda que não seja possível distinguir uma separação mais clara entre o plano da distribuição econômica e do reconhecimento, como também apontou a pesquisa de Cesarino nas redes bolsonaristas de WhatsApp (2019, p. 539).

Um tema especialmente presente é a defesa da ordem e da segurança pública, que pautou as duas primeiras décadas de atuação política de Bolsonaro e lhe rendeu ampla capilaridade entre militares (4). Desde a pesquisa de Pierucci em 1987, o tema se mostrava popular e seguiu mobilizando as bases de direita, atingindo setores periféricos (10) e dialogando com noções convencionais de masculinidade viril (2) através da defesa da velha tradição nacional de justicamentos privados (Schwarcz; Starling, 2015, p. 1127.).

Por outro lado, a pesquisa também identificou segmentos voltados ao fim da impunidade através do fortalecimento das instituições (1), e mesmo os setores centrados na defesa dos costumes da família tradicional, no geral, buscavam questionar a reputação de Bolsonaro como um político “misógino, racista e

homofóbico” divulgando amplamente manifestações de apoio à sua candidatura de pequenos grupos de homossexuais conservadores (7) e grupos étnicos negros, indígenas e imigrantes (8). Assim, a fronteira antagonística discursiva não era traçada entre brancos e negros, homens e mulheres, héteros e gays [como apontaria a esquerda], mas “entre a militância feminista, LGBT e movimentos negros e os ‘cidadãos de bem’<sup>604</sup>, compreendidos como uma ‘espécie de repositório’<sup>605</sup> que consegue expressar sinteticamente insatisfações com as mais variadas formas de degradação do mundo (econômica, social, cultural, moral, etc.) percebidas por esses grupos como responsabilidade das esquerdas.

Daí que as mães de direita (6) se sintam representadas por Bolsonaro no combate à “ideologia de gênero” nas escolas – que transborda a preocupação com o ensino de noções fluídas de gênero para abarcar teorias da conspiração sobre pedofilia –; e que mulheres de direita (5) se coloquem radicalmente contra o movimento feminista, que promoveu as manifestações nacionais do #EleNão durante a campanha presidencial. Assim como os movimentos negro e LGBT, o objetivo das feministas seria propagar discursos de ódio “vitimistas” para dividir a sociedade e conquistar privilégios (Cesarino, 2019, p. 543).

Analisados em conjunto, os diferentes perfis de apoiadores de Bolsonaro convergem com a pesquisa qualitativa realizada pela equipe da Fundação Tide Setubal junto a 120 brasileiros em 2019, que apontou o pensamento mais conservador como uma forma de sociabilidade calcada no que é concreto e palpável, em oposição a formas abstratas de pensamento e compreensão do mundo.

Nesse sentido, o conservador seria, sobretudo, uma “pessoa enraizada”, apegada “à sua comunidade de pertencimento, às suas raízes, seus costumes”. Sendo a ordem social estruturada por dois conjuntos simbólicos principais: “1) o “hierárquico”, baseado em valores como tradição, disciplina e autoridade; e 2) o “cristão”, que adota uma ética cristã como reguladora do mundo” (Fundação Tide Setubal, 2019). Os dois eixos atravessam a maior parte dos perfis bolsonaristas identificados por Kalil, assumindo a dimensão religiosa – tanto evangélica quanto católica - forma mais estrita com a atuação dos fiéis (14) e o protagonismo das

---

<sup>604</sup> CESARINO, 2019, p. 541.

<sup>605</sup> KALIL, 2018, p. 10.

lideranças religiosas (13) na defesa da “família tradicional” diante das ameaças colocadas pelas transformações sociais impulsionadas pela esquerda, compreendida num sentido dilatado de alteridade.

Assim como acontece com os entrevistados pela equipe da Fundação Tide Setubal (2019), a preocupação com um amplo processo de degradação da sociedade, em suas múltiplas dimensões, leva os diferentes segmentos bolsonaristas a assumir uma visão idealizada do passado, enxergado como um período de ordem e moralidade onde se viveria melhor, em contraposição à atualidade, marcada pela desordem, decadência, imoralidade, caos e inversão de valores. Se entre os monarquistas (15) a tendência assume forma pitoresca, no caso dos segmentos religiosos, dos saudosos da ditadura militar e, principalmente, dos setores armamentistas e profissionais de segurança com conexões com milícias, o reacionarismo pode trazer consequências dramáticas do ponto de vista democrático.

Diante da descrença generalizada entre os entrevistados em relação à capacidade da política, do Estado e de saídas coletivas solucionarem os problemas nacionais<sup>606</sup>, a estratégia de comunicação de Bolsonaro conseguiu apresentar o candidato de diferentes formas, a diferentes públicos, como um personagem providencial, capaz de restabelecer a ordem perdida, recuperando “os valores tradicionais, a segurança e a disciplina em todos os âmbitos do espaço público” (seja nas ruas, na mídia, nas escolas/universidades ou no Estado). Isso porque o “espaço público” é tomado como principal esfera de degradação social, enquanto a vida privada familiar permaneceria como refúgio, desde que preservasse as práticas cristãs (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 99).

As interações nas redes sociais digitais (especialmente em grupos de WhatsApp) contribui para reforçar a visão de mundo conservadora ao fornecer sentido de pertencimento a um amplo setor social unido pela sensação comum de desamparo perante transformações aceleradas e, muitas vezes, incompreensíveis. Ao invés de promover um diálogo em sentido pedagógico, buscando desmistificar, desconstruir preconceitos e promover a compreensão dos avanços das pautas pela igualdade - sobretudo às ligadas a mulheres, LGBTs, negros e minorias -, grande parte da militância progressista se fechou em práticas centradas na performance

---

<sup>606</sup> FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL, 2019, p. 103.

individual de um repertório fechado de referências, ideias, palavras de ordem e preferências estéticas em detrimento da eficácia da comunicação política. E isso se manifestou na pesquisa da Tide Setubal (2019) na frustração de grande parte dos entrevistados, que mesmo desejando dialogar com pessoas diferentes percebiam os canais de comunicação obstruídos pelo que chamavam de “lacração” e “vitimismo”: enquanto a primeira é compreendida como “uma forma arrogante e autoritária de comunicação que impossibilitaria o diálogo, pois uma pessoa se coloca acima da outra de antemão e encerra o diálogo bruscamente com uma fala de efeito”; a segunda também impossibilitaria o diálogo, “na medida em que uma pessoa se coloca de antemão como vítima por ser mulher, negra ou LGBT, ou seja, abaixo da outra”. Para os conservadores entrevistados, o diálogo só é possível a partir de uma base de “igualdade comunicativa” entre os interlocutores, sem “lacração” ou “vitimismo” (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 184).

Em grande parte, a tendência progressista de colocar a exemplaridade do comportamento pessoal acima do poder de intervir eficazmente nas coisas (Nunes, 2020)<sup>607</sup> foi impulsionada pela hiperconectividade e pela mediatização exacerbada da vida social, que continua borrando a distinção entre espaço público e espaço privado em torno da qual o “sistema de direitos, os valores e a vida cotidiana das sociedades modernas foram construídos” (Sorj et al, 2018, p.10).

Só que essas dinâmicas foram aproveitadas em sentido inverso pela estratégia de comunicação de Bolsonaro. Cada segmento do eleitorado era impactado por uma versão diferente do candidato, adaptada à sua sensibilidade, anseios e visão de mundo, mas essa multiplicidade identitária era unificada por uma simplicidade discursiva, dominada pela linguagem dos memes, que tirava proveito da diluição das fronteiras

entre a esfera político-eleitoral e outros domínios da vida, como o culto às celebridades, parentesco, religião, indústria do entretenimento (música, filmes, séries), esportes (futebol, lutas, clubes de tiro) e, em especial, a linguagem e as dinâmicas identitárias e de sociabilidade próprias das redes sociais (Cesarino, 2020, p. 112).

---

<sup>607</sup> II SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2mDSJxcA5G8>>. Acesso em: 8 ago. 2020.



Enquanto os canais de diálogo entre militantes progressistas e parcelas conservadoras da sociedade pareciam obstruídos pela falta de “igualdade comunicativa”, a estratégia bolsonarista conseguia incluir no debate político brasileiros que até então não se interessavam pelo tema ou não se sentiam qualificados a emitir opinião, mas adquiriram confiança a partir da simplificação discursiva memética que resumiu toda complexidade dos problemas brasileiros à dinâmica binária populista do nós (“cidadãos de bem” e patriotas) contra eles (comunistas, inimigos da pátria, corruptores de todas as esferas da sociedade). A distinção cromática entre o verde amarelo, apropriado pela direita, e o vermelho, da esquerda simbolizada pelo PT, facilitou ainda mais a simplificação discursiva, assim como a desqualificação da autoridade do sistema de peritos<sup>608</sup>.

O esforço sistemático para retirar credibilidade de cientistas, jornalistas e outros intelectuais profissionais, segue sendo apresentado, revestido de retórica antielitista, como impulso pretensamente legítimo de equalização comunicacional entre conhecimentos embasados cientificamente e opiniões pessoais desprovidas de qualquer tipo de fundamentação.

Com a eclosão inesperada da pandemia do COVID-19, a questão da pós-verdade e das notícias falsas – que não é exclusiva do Brasil -, ganhou nova dimensão, mas a própria resiliência de discursos negacionistas mesmo diante da magnitude da tragédia humanitária - não somente na internet como dentro do próprio governo federal – não deixa de expressar a gravidade e a complexidade de um cenário que segue sendo transformado por ciclos cibernéticos cada vez mais capilares, incidindo de modo profundo sobre as subjetividades, afetos e visões de mundo dos usuários<sup>609</sup>.

---

<sup>608</sup> CESARINO, 2020, p. 114.

<sup>609</sup> Ibid., p. 115.

## 6 Considerações finais

Este trabalho foi concebido em duas partes. Na primeira, buscou-se verificar a hipótese de que a união entre liberalismo econômico e conservadorismo comportamental, que caracteriza o campo da direita no Brasil contemporâneo, deita raízes anteriores à penetração das redes internacionais de organizações voltadas à promoção da ideologia de livre-mercado e à emergência das chamadas “guerras culturais” em reação aos novos movimentos sociais surgidos nos anos 1960 no contexto de crise do Estado de bem-estar social nos países centrais.

A transição do período marcado pela Guerra Fria para um novo estágio de desenvolvimento da economia de mercado globalizada teria consolidado, no campo da direita dos Estados Unidos, a conciliação entre uma atitude afirmativa perante a modernidade capitalista e uma postura de combate à modernidade cultural. Como essa dinâmica, identificada por Habermas nos anos 1980, seguiu se irradiando das nações centrais para as periféricas, foi preciso iniciar o trabalho reconstruindo, em linhas gerais, o processo de ascensão e queda do Estado de bem-estar social com objetivo de compreender a dimensão sistêmica na qual se insere o caso brasileiro.

Em seus diagnósticos neoconservadores, Habermas havia apontado, a partir da comparação entre Estados Unidos e Alemanha, que o fenômeno se acomodaria de maneira distinta em cada país, sofrendo maior ou menor resistência de acordo com suas tradições culturais e políticas. No caso do Brasil, um país onde, desde o momento da independência, prevaleceu nas elites dirigentes a lógica do “conservar mudando”, as noções de liberalismo e conservadorismo permaneciam especialmente imbricadas.

Além disso, quando a rede internacional de *think tanks* neoliberais construída desde a década de 1930, sob liderança de intelectuais como Hayek e Mises, assentou-se efetivamente no Brasil durante a transição democrática, nos anos 1980, encontrou um campo da direita desorganizado na sociedade civil e constrangido de sua filiação ideológica pelo desgaste dos 21 anos de ditadura militar. Isso facilitou a primazia do liberalismo econômico no processo de reorganização das direitas para o retorno do jogo democrático, mas também participaram ativamente de associações como a CEDES idealizadores do desenvolvimentismo estatizante da ditadura, lideranças ruralistas da SRB,

intelectuais conservadores do IBF, reacionários católicos da TFP, além de veteranos da articulação civil pelo golpe militar de 1964.

O caráter orgânico da articulação entre liberais e conservadores de diferentes matizes no início dos anos 1980 apontava no sentido da confirmação da primeira hipótese da pesquisa, mas a constatação, nessa mesma análise, de continuidades geracionais importantes entre os frequentadores dos novos *think tanks* pró-mercado e a articulação civil pelo golpe de 1964 indicava que a unidade entre liberalismo econômico e diferentes conservadorismos tem raízes ainda mais profundas na história nacional.

No início dos anos 1960, empresários, economistas e outros intelectuais dedicados à promoção do livre-mercado, que já atuavam em associações patronais, reuniram-se em organizações como o IPES e o IBAD para atuar em articulação com os militares da ESG, os teóricos conservadores do IBF e organizações conservadoras católicas voltadas à defesa da família tradicional, como a TFP (masculina) e a CAMDE (feminina), com objetivo de derrubar o governo de João Goulart. Além das relações de proximidade entre as organizações, a reconstrução desse momento histórico também revelou a importância do anticomunismo como elemento unificador dos diferentes segmentos da direita brasileira.

Isso foi deixado claro no texto do Ato Institucional nº 1, mas o anticomunismo já havia servido de justificativa para a ditadura do Estado Novo em 1937, permanecendo ainda hoje institucionalizado nas Forças Armadas brasileiras através de elaborados rituais anuais em memória dos mortos nas quarteladas de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Além da retórica nacionalista organicista, a tradição anticomunista também impulsionou, ao longo dos anos, mobilizações cristãs contrárias à laicização da sociedade e à corrupção dos costumes tradicionais – como a campanha da direita católica contra legalização do divórcio –, bem como reações em defesa da propriedade privada e da retração do Estado na economia.

Muitos dos militantes dessa matriz anticomunista liberal, que participaram da articulação civil, assumiram postos-chave na gestão pública após o golpe de 1964 sem abrir mão, todavia, de suas funções em empresas privadas. Ainda que tenha havido disputas intraburguesas, esses intelectuais ligados ao IPES e à ANPES conseguiram instrumentalizar o Estado em benefício de seus interesses particulares, ao mesmo tempo que implementavam, sob liderança do ministro do Planejamento Roberto Campos, reformas liberalizantes voltadas à abertura econômica e à

democratização do acesso à terra. Com a queda de Campos e a ascensão de Delfim Netto em 1967, houve uma guinada na política econômica, que abandonou a reforma agrária em favor da modernização da grande propriedade rural e intensificou aceleradamente a participação do Estado na economia.

O pluripartidarismo já havia sido abolido em 1965, durante o governo “liberal” de Castelo Branco, quando o IPES e a ANPES foram desativados, e seus intelectuais perderam espaço na máquina pública para burocratas alinhados ao projeto estatizante. Mesmo assim, as elites empresariais e intelectuais liberais não tiveram dificuldade de se adaptar à mudança de cenário, sobretudo com os ganhos do milagre econômico e o aumento da lucratividade provocado pelo achatamento salarial. Permaneceram acomodadas aos “contatos de primeiro grau” com ministros e burocratas dos altos escalões: como disse um ex-coordenador da União Brasileira de Empresários, bastava conversar com “no máximo, quatro pessoas” para ter uma demanda transformada em decreto-lei<sup>610</sup>.

Parte da elite empresarial, incluindo a FIESP e multinacionais como a Ford e a Volkswagen, também ajudou a financiar o aparelho de repressão e tortura, especialmente com o apoio à Operação Bandeirante, criada em 1969 com objetivo de centralizar o comando da vigilância e da violência de Estado. Com exceção do pequeno grupo liderado pelo empresário Henry Maksoud, que desde a compra da revista Visão em 1974 vinha promovendo a ideologia de livre-mercado e criticando a estatização recorde da economia, os principais empresários brasileiros só se afastaram da ditadura militar depois que dinâmicas sistêmicas deterioraram a situação econômica do país. O fim do “sistema de Bretton Woods” no governo Nixon, seguido de sucessivas elevações nas taxas de juros nos Estados Unidos e dos “choques do petróleo” fizeram a dívida brasileira se multiplicar e tornaram a balança comercial deficitária, ao mesmo tempo que grandes massas de trabalhadores voltavam a se organizar no ABC Paulista a partir de um novo tipo de sindicalismo liderado pelo metalúrgico Lula.

Mesmo assim, a ditadura insistia na abertura do regime, pressionando o empresariado a se reorganizar para as disputas que se dariam em torno da elaboração de uma constituição democrática. O primeiro passo de reorganização foi dado com a divulgação em 1978 do “Primeiro Documento dos Empresários”, e se

---

<sup>610</sup> ROCHA, 2018, p. 82

seguiu com a criação de associações como CEDES, GMP, IL e IEE. Essa mobilização foi canalizada no plano institucional dentro do Partido da Frente Liberal, criado em 1985 visando atuar na Assembleia Nacional Constituinte em defesa dos interesses das elites empresariais urbanas e agrárias que compunham seus quadros dirigentes.

No entanto, o peso do bloco empresarial foi em parte minimizado pela hábil atuação do Movimento de Unidade Progressista, que apesar de reduzido – contava com apenas 40 de um total de 559 parlamentares – conseguiu mobilizar dispositivos regimentais e grupos de pressão da sociedade civil para imprimir à Constituição de 1988 um caráter mais avançado do que poderia se esperar de uma Assembleia predominantemente conservadora. O que gerou reação imediata da elite intelectual de direita.

Mesmo o enfraquecimento de organizações tradicionalistas católicas como a TFP começava a ser compensado pela expansão demográfica e pela crescente organização política evangélica, que foi apontada por Sarney como a grande “novidade” da ANC, mas já havia se manifestado na proximidade com o governo Figueiredo. Durante os trabalhos da Constituinte, a bancada evangélica atuou junto a conservadores católicos na defesa dos valores da família tradicional, com foco especial no aborto e nos direitos da população LGBT. No mesmo ano de 1987, Pierucci entrevistou bases da direita paulistana e diagnosticou a mesma ênfase em temas comportamentais a partir da percepção de uma crise moral na sociedade, além do mesmo constrangimento em relação à identidade política de direita que se manifestava entre parlamentares.

Como dado novo a pesquisa apontou a emergência do tema da segurança pública como questão central diante da escalada da violência urbana, sendo percebido a partir da necessidade de proteger o “cidadão de bem” através da intensificação da repressão policial, que estaria sendo bloqueada por uma perversa política de “direitos humanos” promovida pela Igreja católica com objetivo de “defender bandidos”.

Outra novidade foi o enfraquecimento do sentimento anticomunista, que simplesmente desapareceu entre os entrevistados. Como historicamente o anticomunismo desempenhara papel-chave para dar sentido de urgência e unificar as diferentes frações direitistas numa ação reativa contra um inimigo comum - inclusive mobilizando grandes manifestações de rua em 1964 -, a reativação das

direitas como fenômeno de massa dependia da popularização de um novo tipo de ameaça vermelha que conseguisse imprimir unidade narrativa, num mundo sem a União Soviética, a qualquer ação ou articulação desestabilizadora da ordem social numa perspectiva contra-hegemônica<sup>611</sup>.

Num momento histórico em que as direitas norte-americanas retornavam ao senso comum, à religião e intensificavam a moralização dos debates públicos responsabilizando os intelectuais progressistas por todos os males contemporâneos (Habermas, 2015), pensadores conservadores como Del Noce, na Itália, e Scruton, na Inglaterra, encontravam na influência crescente da obra gramsciana o caminho para adaptar o anticomunismo à realidade das guerras culturais, que se anunciavam como principal campo de disputa diante do aparente consenso neoliberal entre progressistas e conservadores que predominou nos países centrais após o fim da Guerra Fria.

Esse movimento intelectual foi captado inicialmente na América Latina por reacionários católicos argentinos, agrupados na revista *Gladius*, e pelo Exército brasileiro; ambos os grupos preocupados com os rumos que a região poderia tomar com o fim de seus regimes ditatoriais. Esses círculos, no entanto, permaneciam restritos, e a popularização da teoria “gramscista” no Brasil foi impulsionada, sobretudo, pela atuação do escritor Olavo de Carvalho através de conferências, livros e artigos na imprensa, passando a escrever, a partir de 2000, em veículos de grande circulação, como o jornal *O Globo*.

Além de promover um novo espantalho vermelho, Carvalho difundiu a ideia de que a vida cultural brasileira havia sido dominada, com conivência da ditadura militar, por um consenso gramsciano velado que silenciaria vozes dissonantes, sobretudo na academia e na mídia profissional. Ainda que a denúncia da intelectualidade progressista estivesse longe de ser uma novidade, a associação de uma leitura maniqueísta de Gramsci ao Partido dos Trabalhadores e a novas teorias da conspiração, com a do Foro de São Paulo, conseguiu articular uma narrativa com apelo entre leitores de direita. O mais importante foi que a teoria da hegemonia gramsciana forneceu a esses atores políticos uma autoimagem de resistência – resgatando parte do orgulho constrangido pela ditadura militar –, além de ter apresentado os instrumentos a serem utilizados na disputa por hegemonia.

---

<sup>611</sup> GONÇALVES, 2016, p. 32.

Nesse contexto, a internet comercial foi introduzida no Brasil em 1995 e, desde o primeiro momento, foi percebida pelo grupo de intelectuais liderados por Carvalho como espaço preferencial de atuação política, apesar do alcance inicialmente limitado da rede no país. Aqui entramos na segunda parte do trabalho, passando a analisar a trajetória das direitas brasileiras com ênfase na internet, seus impactos sociopolíticos e como as possibilidades abertas por cada novo ciclo de popularização e desenvolvimento tecnológico foram aproveitadas por atores políticos de direita, especialmente os voltados à disputa por hegemonia cultural.

Do ponto de vista metodológico, a primeira parte da análise tem a função de estabelecer o cenário político, cultural e social sobre a qual a internet atuaria ao longo dos anos, evitando, assim, o equívoco do “internet-centrismo” apontado por Morozov (2011). Pois como alerta o pensador bielorrusso, a internet não apenas altera a paisagem social na qual penetra e se espalha, como ela mesma tem sua forma e racionalidade moldadas pela realidade de cada território.

A recusa de perceber o fenômeno em sua complexidade dialética, incluindo seu lado negativo, também se associava à crença “cyber-utópica” na natureza emancipatória da comunicação on-line (Morozov, 2011), que era compartilhada, no início do desenvolvimento da rede mundial de computadores, tanto por atores políticos de esquerda quanto de direita, ainda que os segundos tenham mostrado, no Brasil, um senso mais apurado para as potencialidades das novas tecnologias.

Enquanto a esquerda atuava através de blogs e sites pulverizados, Olavo de Carvalho buscou centralizar as páginas de direita em torno do Mídia Sem Máscara, site criado em 2002 no contexto da eleição de Lula (PT) à Presidência. Assim, intelectuais dedicados à promoção de um liberalismo econômico radical, ligados aos *think tanks* que voltaram a crescer após período de desmobilização durante os governos FHC (1994-2002), integravam sua atuação ao trabalho de grupos religiosos em defesa da família tradicional (contra o aborto e contra os movimentos feministas e LGBT), além de defensores da ditadura militar e militantes de direita de outros países: especialmente Estados Unidos, Venezuela e Colômbia.

Ao ser concebido como um verdadeiro partido político digital (Patschiki, 2012), o MSM aproximou intelectuais de direita de todo o país, integrou as pautas e intensificou a unidade ideológica liberal-conservadora, ao mesmo tempo que empreendeu um trabalho de formação de novos quadros para a militância digital, ensinando a atuar de acordo com as dinâmicas específicas da internet em espaços

como fóruns, listas de e-mail, comentários de sites, chats de portais e chats via programas-cliente IRC. Esse treinamento preparou os leitores-militantes para a transição de um modelo de web marcado pela interconexão de nós mais estáveis (como blogs e sites) e pela digitalização de conteúdos off-line para um tipo mais denso e dinâmico de conexões entre computadores, caracterizado pelo “alto grau de interatividade, colaboração e produção/uso/consumo de conteúdos pelos próprios usuários” (Martino, 2014, p. 12).

Assim, quando o Orkut, lançado em 2004, tornou-se a primeira rede social de sucesso no Brasil, sendo acessada dois anos depois por 72% dos usuários domésticos<sup>612</sup>, grupos ligados ao MSM criaram diversas comunidades e fóruns para levar adiante o trabalho de difusão de sua visão de mundo, de formação de novos quadros e de articulação de internautas de direita de todo o país. Nesse momento, começaram a se destacar grupos de jovens dedicados à promoção de uma versão radicalizada da ideologia de livre-mercado, que a partir da plataforma tentaram fundar um Partido Libertário, criaram organizações como o Instituto Mises Brasil e impulsionaram a renovação geracional dos *think tanks* liberais tradicionais (Rocha, 2018). Com os usuários olavistas do Orkut, a juventude ultraliberal compartilhava a sensação de marginalização diante da hegemonia gramsciana no debate público, e esse sentimento se intensificou com a reeleição de Lula em 2006, a expansão de governos de esquerda na América do Sul e os impactos da eleição do democrata Barack Obama no cenário político norte-americano.

O surgimento de um amplo movimento de direita radical com capilaridade nacional, atuando fora da burocracia do Partido Republicano a partir de grupos de base articulados de maneira descentralizada, inspirou a intelectualidade reunida em torno do MSM. Muitos moravam nos Estados Unidos, como o escritor anti-LGBT Julio Severo e o próprio Olavo de Carvalho, que se mudara para a Virgínia em 2005 após ser demitido de diversos veículos de comunicação brasileiros. O *Tea Party* emergira do caldo das manifestações contra os bilionários planos de resgate das empresas responsáveis pela crise de 2008 e se constituiu no ano seguinte dedicado à denúncia incessante de um pretense projeto do governo Obama de implementar o socialismo no país.

---

<sup>612</sup> ROVAI, 2018, p. 297.



Isso contribuiu para reforçar, entre as bases conectadas da direita brasileira, a denúncia da gestão petista também como socialista, além da absorção de temas até então estranhos à realidade política nacional, como as “guerras culturais”, o “globalismo” e a defesa do Ocidente judaico-cristão num cenário mundial de “choque de civilizações”. Esse tipo de discurso se acomodou principalmente nos setores conservadores cristãos, unidos em torno da defesa da família, e que ganhavam novo impulso com a continuidade do processo de expansão demográfica e de organização política evangélica. Durante os dois governos Lula, essas bases protestantes haviam se aproximado do PT em virtude da melhora nas condições materiais de vida, mas permaneceram reticentes em relação às pautas comportamentais da esquerda (centradas na liberação dos corpos), uma vez que a disciplinarização empreendida pelas sociabilidades evangélicas se colocava como elemento de inserção social e promoção da dignidade de setores subalternos na sociedade de mercado.

Essa tensão se expressou de forma mais clara com a proeminência que o tema do aborto assumiu nas eleições presidenciais de 2010, sendo decisiva a atuação de blogueiros progressistas na vitória de Dilma Rousseff, mesmo após o recuo de candidata perante pressão de grupos religiosos. A televisão continuava central na campanha, mas a parcela de brasileiros conectados à internet havia passado de 28%, no pleito anterior, para 41%<sup>613</sup> da população, ainda que concentrados nos segmentos de maior renda. Entre 2011 e 2012, o Facebook dobrou sua penetração na América Latina e superou o Orkut como rede social mais popular do Brasil. Sua ferramenta de organização de eventos passou, então, a ser amplamente utilizada na organização de atos políticos, como as “Marchas das Vadias”, que, inspiradas na *SlutWalk* canadense, multiplicaram-se pelo território nacional pedindo o fim do machismo e a igualdade efetiva entre homem e mulher.

Só que as mesmas redes sociais que tornavam a organização dessas mobilizações possíveis eram utilizadas para difundir uma concepção negativa do movimento feminista, viralizando imagens de episódios pontuais de excessos performáticos como se representassem toda a luta por igualdade entre mulheres e homens. Acontecendo o mesmo com as paradas LGBT. A repercussão maior de imagens e vídeos sensacionalistas em detrimento de conteúdos que explicassem os

---

<sup>613</sup> ROVAI, 2018, p. 303.

reais sentidos de luta faz parte das dinâmicas e da arquitetura das redes sociais, mas não deixou de ser impulsionada de maneira deliberada - e com enquadramentos propositalmente distorcidos - por movimentos conservadores que intensificavam sua organização em resposta ao avanço de pautas progressistas também no plano institucional.

Enquanto a aprovação da Cominação Nacional da Verdade em 2011 indignou a cúpula militar, o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo pelo STF no mesmo ano, seguido da legalização do aborto em casos de anencefalia fetal em 2012, revoltou grupos conservadores religiosos, que se sentiram novamente atingidos pela invasão do Estado na esfera privada familiar com a sanção em 2014 da Lei que proibia castigo físico para crianças e adolescentes. Também foi reconhecida a legalidade de cotas raciais em universidades públicas (2012) e foi aprovada PEC ampliando os direitos trabalhistas das domésticas (2013).

Além da organização de grupos religiosos no Congresso, a reação dos setores conservadores ao avanço institucional de pautas progressistas recebeu impulso do sucesso comercial de livros que, ao serem publicados por grandes editoras, legitimavam socialmente teorias da conspiração e discursos ressentidos contra minorias e movimentos sociais, além de pregações abertamente reacionárias de criminalização do campo progressista, que eram alimentadas pelo avanço da judicialização da política impulsionada diariamente pela grande mídia.

Essas dinâmicas, no entanto, pareciam ignoradas pelos analistas e pelo campo progressista, acomodado, ao centro, pelas seguidas vitórias eleitorais do PT. Mesmo em sua franja radical, a possibilidade de retrocesso parecia fora do horizonte. Quando a repercussão no Facebook da violência da repressão policial transformou, em junho de 2013, pequenas manifestações pelo passe livre nos transportes numa ampla mobilização de dimensão nacional, vanguardas progressistas frustradas com a conversão do PT em partido da ordem e com os sucessivos escândalos de corrupção enxergaram uma oportunidade histórica de imprimir ritmo revolucionário ao reformismo fraco conciliador, substituindo o quadro institucional de 1988, desgastado pelo presidencialismo de coalizão, por uma nova ordem emergida organicamente das práticas de autonomia radicalmente horizontais tornadas possíveis por redes digitais policêntricas.

Esse “cyber-utopismo” se inspirava na Primavera Árabe, nos Indignados espanhóis, no Occupy Wall Street e recusava a tradição da esquerda marxista em favor de um referencial anarquista centrado na ação direta exemplar de destruição performática de símbolos do capitalismo (táticas *Black Bloc*) e na rejeição de qualquer tipo de autoridade instituída. Autores como Hardt, Negri e Castells buscavam legitimar e fornecer fundamentação teórica a esse horizonte utópico, mas a defesa intransigente da autonomia dos sujeitos em relação a qualquer forma de autoridade aliada à pretensão de reunir as mais variadas demandas sob a ação de uma multidão unificada não poderia impedir a eclosão de contradições. Primeiro por que a perspectiva “internet-centrista” ignorava a realidade brasileira, marcada pela desigualdade, pela desinformação, por um recente passado autoritário, pela “semicidadania”, pela banalização da violência cotidiana e por elementos culturais ligados ao “ajuste de contas privados”<sup>614</sup>.

Acreditar que o tensionamento da crise de representatividade levaria naturalmente a um processo revolucionário igualitário significava ignorar o fortalecimento molecular do conservadorismo, bem como os reflexos do desgaste do PT sobre toda a esquerda e o impacto social da cobertura midiática sensacionalista e apologética dos abusos crescentes do aparato policial-judiciário contra a classe política. Em parte, porque muitos na esquerda também vibravam com as prisões da elite político-empresarial e se consideravam senhores naturais das ruas, como revelaram análises feitas no calor do momento: entre elas a do próprio Castells (2013).

A descentralização, o espontaneísmo e o caráter vago de lemas como “vem pra rua” e “o gigante acordou” fizeram com que setores de direita, alguns com pautas opostas às do MPL, aderissem às manifestações, sobretudo depois que a grande mídia mudou o enquadramento da cobertura, buscando direcionar os atos contra o governo petista através da ênfase no tema da corrupção, centrado na pauta da PEC 37. Foi quando um violento antipartidarismo explodiu no ápice das manifestações, multiplicando, em todo o país, episódios de agressão a membros de organizações e movimentos sociais.

Grupos reacionários radicalmente antipetistas e defensores da intervenção militar, como o Revoltados On Line, projetaram-se nesses episódios de violência,

---

<sup>614</sup> SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 1127.

ao mesmo tempo que as páginas anticorrupção do Facebook, que tinha sido a principal plataforma de mobilização dos atos, cresciam rapidamente em relevância e se deslocavam à direita do ecossistema midiático, com o desgaste crescente do petismo provocado pela ampla repercussão da Operação Lava Jato, deflagrada em 2014.

Essa polarização das páginas de política no Facebook se aprofundou após as eleições presidenciais de 2014, não somente em virtude da vitória apertada e do clima de animosidade da campanha, mas pelo fato da candidatura derrotada questionar o resultado das urnas com base em denúncias nas redes sociais. Menos de uma semana após a votação, grupos de direita passaram a convocar, pelo Facebook, manifestações de rua exigindo o impeachment da presidente recém-eleita, e as mobilizações foram ganhando força com o apoio da mídia tradicional e o agravamento da crise econômica. A deterioração do cenário era puxada pela desvalorização das commodities, pela inflação dos serviços e pela queda de arrecadação e investimento público estimulada pelas isenções tributárias concedidas ao setor produtivo e pela política fiscal contracionista implementada contrariando o que havia sido prometido durante a campanha.

O estelionato eleitoral fez com que a presidente perdesse apoio mesmo entre seus eleitores, chegando a 23% de aprovação em fevereiro de 2015<sup>615</sup>. No mês seguinte, cerca de um milhão de pessoas tomaram as ruas de mais de 100 municípios de todo país para exigir seu impeachment. Mesmo que parte dos manifestantes não tivesse preferências ideológicas claras e predominasse um antipartidarismo amplo, a fusão da pauta anticorrupção com o antipetismo, incluindo forte presença de velhos discursos anticomunistas, caracterizaram os atos do dia 15 de março como a maior mobilização de rua das direitas brasileiras desde 1964. Os atos do Cansei de 2007 em São Paulo e os protestos do Vem Pra Rua durante as eleições de 2014 também haviam se delineado explicitamente à direita, mas a dimensão dos atos foi sempre reduzida, nunca ultrapassando 20 mil pessoas<sup>616</sup>; enquanto as manifestações anticorrupção que ocorreram em diferentes cidades entre 2011 e 2012 não tinham inclinação ideológica clara, nem direcionamento contra determinado agrupamento político.

---

<sup>615</sup> TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 202.

<sup>616</sup> Ibid., 2015, p. 199.

Manifestações antipetistas ainda maiores voltaram a acontecer no dia 13 de março de 2016, e quando o Congresso aprovou a abertura do processo de impeachment pouco mais de um mês depois, a sessão, transmitida ao vivo pela TV aberta, foi acompanhada em telões colocados em locais públicos por multidões vestidas de verde amarelo ou vermelho, que vibravam a cada voto como se fossem gols numa partida final entre dois times de futebol rivais.

Em parte, essa polarização se explica pela segregação progressiva dos públicos consumidores de comunicação política no Facebook, identificada por Ortellado e Ribeiro (2018) num momento de expansão expressiva da rede no país. Em 2014, 97% da classe A, 82% da B e 49% da classe C tinham acesso à internet<sup>617</sup>, e a plataforma alcançava 95% das pessoas conectadas<sup>618</sup>, superando o acesso direto a veículos tradicionais de imprensa como principal fonte/agregador de informação dos brasileiros<sup>619</sup>. Além da prática de excluir pessoas com posições contrárias da rede pessoal de contatos, contribuíram também para a cisão do ecossistema político no Facebook a arquitetura da rede, seus algoritmos e, sobretudo, o viés inconsciente que faz com que cada usuário busque e interaja com informações que confirmem suas opiniões.

No caso específico do Brasil, o “efeito bolha” foi estimulado ainda pela radicalização das páginas anticorrupção, deslocadas cada vez mais à direita pelo impacto da atuação articulada entre Operação Lava Jato e grande mídia. Esse cluster, cuja relevância havia crescido em 2013, agrupou-se à rede de páginas antipetistas caracterizadas, segundo Santos Junior (2019), por um radical antipartidarismo e sentimentos antiestablishment, que influenciados pela teoria da hegemonia gramsciana difundida por Olavo de Carvalho, pregavam a criminalização do PT, questionavam a confiabilidade do processo eleitoral e fomentavam desconfianças também em relação ao PSDB, por sua falta de convicção direitista.

Além da ruptura de conexões com o agrupamento de páginas progressistas e as dinâmicas características da rede, outro fator que estimulava a radicalização do ecossistema de direita no Facebook era o posicionamento abertamente reacionário de suas duas figuras centrais: Olavo de Carvalho e o então deputado federal Jair

---

<sup>617</sup> ROVAI, 2018, p. 51.

<sup>618</sup> LERNER, 2019, p. 59.

<sup>619</sup> SANTOS JUNIOR, 2019, p. 34.

Bolsonaro, que passara a investir sistematicamente em redes sociais e desde a legislatura 2011-15 transcendera a atuação parlamentar estritamente corporativa, junto a militares e policiais, para abraçar pautas comportamentais conservadoras defendidas por grupos religiosos.

Como pesquisas realizadas nos atos contra e a favor do impeachment revelaram que, mesmo tendo perfis demográficos similares, manifestantes de direita utilizavam a internet para se mobilizar em proporção muito maior do que os manifestantes de esquerda (75% contra 23%)<sup>620</sup>, fica a hipótese, a ser testada por novas pesquisas, de que uma maior conectividade, dentro desse cenário de cisão comunicativa, contribuiu para promover uma radicalização especialmente acentuada à direita do espectro político brasileiro.

Outro elemento que parece apontar nessa direção é o predomínio absoluto da direita no YouTube: o número de inscritos em canais direitistas em 2019 era mais de quatro vezes maior do que o volume de seguidores de youtubers de esquerda e de canais da grande imprensa somados. Os usuários de direita tendiam ainda a ter menos interações com canais de veículos de comunicação tradicional, fechando-se em seus próprios agrupamentos<sup>621</sup>. O dado é significativo tanto pelo crescimento acelerado da plataforma de vídeos do Google no Brasil, que atinge hoje 120 milhões de pessoas<sup>622</sup> e tem rivalizado em média de consumo com a televisão<sup>623</sup>; mas também pelo fato do YouTube ser apontado por diversos estudos como um relevante vetor de radicalização política e de difusão de teorias da conspiração, ainda que não haja consenso entre pesquisadores se o fenômeno é causado por dinâmicas algorítmicas ou orgânicas.

Também no YouTube Jair Bolsonaro é o político mais influente, assim como no Facebook, no Instagram e no Twitter. Antes da campanha eleitoral de 2018, o então deputado já havia ultrapassado o escritor Olavo de Carvalho como figura central do ecossistema midiático digital de direita, em grande parte devido ao eficiente trabalho de uma equipe de comunicação antenada com as práticas da extrema direita mundial, mas principalmente porque o comportamento de “troll” de

---

<sup>620</sup> FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto Manifestações de Março/2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2020.

<sup>621</sup> OLIVEIRA; RIBEIRO; ORTELLADO, 2019.

<sup>622</sup> ESTEVES, 2020, p. 34.

<sup>623</sup> Ibid., p. 34.

Bolsonaro dentro e fora do Congresso alavancava sua relevância nas redes, seja através da adesão de pessoas atraídas pelo que enxergavam como “autenticidade” e “coragem” contra o “politicamente correto”, seja pela repercussão negativa de seus opositores.

Sua estratégia de comunicação também captou a ascensão do WhatsApp, que atingia 137 milhões de brasileiros em 2018 (contra 128 milhões do Facebook)<sup>624</sup>, superando também o Facebook como a principal fonte de notícias, utilizada por 46% dos usuários do país<sup>625</sup>. Como grande parte dos analistas e adversários foi surpreendida pela eleição de Bolsonaro, intensificaram-se acusações atribuindo a vitória à atuação de “amplificadores falsos”, como robôs, e à contratação de empresas para fazer disparos ilegais em massa no WhatsApp. No entanto, pesquisas do InternetLab revelaram que a proporção de *bots* entre os seguidores de Bolsonaro no Twitter era menor do que a de Marina Silva, Geraldo Alckmin e Alvaro Dias, e mesmo que um executivo do WhatsApp tenha reconhecido, em 2019, a atuação ilegal durante a campanha de “empresas fornecedoras de envios maciços de mensagens” que violavam os termos de uso da plataforma<sup>626</sup>, a eficácia desse tipo de prática ilegal dependia da replicação espontânea dos conteúdos por usuários comuns que conectam as redes policêntricas, segmentadas e integradas que caracterizam o aplicativo de mensagens privadas criptografadas fim-a-fim.

São os apoiadores de Bolsonaro os principais responsáveis pela estruturação da rede e pela circulação das informações, quando também não produzem seus conteúdos. Esse novo tipo de militância digital, segundo Santos et al. (2019), mostrou poder de apropriação bem-sucedida das dinâmicas do aplicativo, bem como domínio de técnicas de viralização. A família Bolsonaro e sua equipe levaram anos construindo essa rede de apoiadores, mapeando influenciadores digitais, participando de reuniões virtuais e viajando todo o país para consolidar, através de grupos de WhatsApp e Facebook, o apoio de produtores de conteúdo, articuladores político e propagandistas.

Consolidou-se, assim, uma poderosa estratégia de comunicação sem mediação e permanentemente mobilizada por um fluxo contínuo de conteúdos

---

<sup>624</sup> BASTOS; FUDISSAKO, 2019, p. 1.

<sup>625</sup> SANTOS et al., 2019, p. 310.

<sup>626</sup> CAMPOS, 2020, p. 66.

alarmistas e conspiratórios, que através da simplificação discursiva memética reduzem a complexidade dos problemas nacionais à dinâmica antagonística, de traço populista<sup>627</sup>, do nós (“cidadãos de bem” e “patriotas”) contra eles (“comunistas”, inimigos da pátria e corruptores de todas as esferas da sociedade).

Assim, Bolsonaro conseguiu capitalizar eleitoralmente o caldo cultural do lavajatismo, o desgaste do PT e o sentimento de descrédito com as instituições políticas para se apresentar, apesar de seu longo histórico parlamentar no Centrão, como um candidato antiestablishment, personagem providencial capaz de restabelecer a ordem perdida, recuperando os valores cristãos, a família tradicional, a segurança, a disciplina e as hierarquias. Só o candidato poderia pôr fim à sensação de caos e degradação de todas as esferas da vida social que angustiava parcelas expressivas da sociedade brasileira.

A eficácia dessa estratégia sem mediações deve-se, em grande parte, à segmentação precisa da comunicação, que produziu mensagens específicas para impactar cada parcela do eleitorado. Só que diferente da eleição de Trump e da votação do Brexit, centradas no Facebook, a segmentação dos conteúdos no WhatsApp se dá de maneira mais espontânea, avançando à medida que as mensagens se deslocam dos grupos centrais para as periferias das redes, onde estão os grupos de família. Assim, diferentes versões de Bolsonaro se propagavam, cada uma moldada para persuadir um perfil específico de apoiador em potencial.

O que era percebido pela oposição como incoerência discursiva se revelava uma estratégia de comunicação adaptada às dinâmicas de microdirecionamento predominantes num ecossistema midiático dinâmico, caracterizado pela descentralização da produção de conteúdo e pelo avanço da digitalização sobre todas as esferas da experiência humana<sup>628</sup>.

Ao invés de se dispersar na projeção de uma imagem incoerente, a comunicação “caleidoscópica”<sup>629</sup> de Bolsonaro nas redes se unificava na simplicidade discursiva, que reduzindo a complexidade do real à dicotomia do “nós, o povo” (verde amarelos) contra os inimigos (vermelhos) através da linguagem imagética dos memes conseguiu incluir milhões de brasileiros no debate político. Com a brecha aberta pela dificuldade de setores progressistas de se adaptarem às

---

<sup>627</sup> CESARINO, 2020.

<sup>628</sup> CESARINO, 2020, p. 115

<sup>629</sup> CESARINO, 2019, p. 549.



novas dinâmicas para se comunicar com eficácia com setores externos aos seus grupos sociais, a estratégia de comunicação bolsonarista, inspirada por movimentos de extrema direita de outros países, assumiu a retórica de democratização comunicativa, encobrindo, assim, os efeitos socialmente perversos de sua ação.

Isso porque além de incentivar a ruptura do tecido social através do aprofundamento de visões de mundo marcadas pelo antagonismo inconciliável, sobretudo contra minorias e movimentos sociais organizados, o avanço do reacionarismo digital depende também da deslegitimação constante de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional)<sup>630</sup>.

Em um país com indicadores de educação alarmantes como o Brasil, a desqualificação da autoridade do sistema de peritos, somada às dificuldades de controle do fluxo de informações falsas, podem ter graves consequências sociais. Não somente do ponto de vista da qualidade do debate público, como também, de maneira mais direta, no setor da saúde, onde já se fazem sentir os danos causados pela desinformação sobre medicamentos e vacinas. Esse fenômeno ganha impulso com as teorias da conspiração que se difundem, hoje, de maneira acelerada, mas já estavam presentes, desde os primeiros anos da internet comercial no Brasil, em projetos políticos reacionários, hostis às instituições de ensino e pesquisa, como o *Mídia Sem Máscara*.

Nem mesmo a tragédia humanitária provocada pelo COVID-19 foi capaz de bloquear o avanço do negacionismo e do irracionalismo nas redes digitais, encontrando a guerra à Ciência respaldo no próprio governo Bolsonaro, como demonstra a condução da pandemia e os ataques ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais em virtude da divulgação de dados sobre desmatamento na Amazônia e no Pantanal.

Mesmo que a criptografia dificulte o rastreamento de informações falsas no WhatsApp, e a estrutura descentralizada faça com que as dinâmicas da rede sejam pouco impactadas pela retirada do ar de determinados grupos por decisão judicial, a pesquisa de Santos et al. mostrou que é possível combater a desinformação “sem permitir abusos e o acesso em massa pelo Estado” (2019, p. 331).

---

<sup>630</sup> CESARINO, 2019, p. 533.

Nesse processo, a sociedade civil organizada desempenha papel fundamental, seja persuadindo anunciantes a retirarem publicidade de sites de desinformação e discurso de ódio – em iniciativas como o *Sleeping Giants*<sup>631</sup> -, ou pressionando as empresas de tecnologia a colaborarem efetivamente com investigações legítimas, cumprindo a legislação brasileira. Como, por exemplo, o Artigo 15 do Marco Civil da Internet, que exige que provedores mantenham “registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses”<sup>632</sup>, sendo obrigados a fornecê-los somente por determinação judicial.

Ao regulamentar o uso da internet no Brasil, a legislação em vigor desde 2014 estabelece princípios, garantias, direitos e deveres a serem observados tanto por usuários quanto por provedores, mas as constantes transformações tecnológicas e o poder de mercado crescente de algumas poucas empresas transnacionais norte-americanas tornam o esforço para fazer valer “a finalidade social da rede” e os princípios da “neutralidade”, “privacidade” e “liberdade de expressão”<sup>633</sup> um desafio ininterrupto, que não pode deixar de envolver toda a sociedade.

Ainda que o Artigo 26 atribua ao Estado o dever constitucional de capacitar os brasileiros ao “uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico”<sup>634</sup>, essa tarefa não pode ser exclusiva do poder público, nem de órgãos nacionais colegiados como o Comitê Gestor da Internet<sup>635</sup>.

Cabe à coletividade a promoção de debates e reflexões constantes sobre os impactos, não só da desinformação, mas também do processo de digitalização crescente das diferentes esferas da vida sobre subjetividades, afetos e visões de mundo, num movimento contínuo que avança no ritmo de ciclos cibernéticos cada vez mais capilares<sup>636</sup>, projetados por grandes corporações a partir de modelos de

---

<sup>631</sup> *Sleeping Giants* é um grupo de ciberativistas que monitora a distribuição de publicidade na internet para persuadir empresas a removerem suas propagandas de meios de comunicação que publiquem notícias falsas e discurso de ódio.

<sup>632</sup> LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)>. Acesso em: 4 set. 2020.

<sup>633</sup> *Ibid.*

<sup>634</sup> *Ibid.*

<sup>635</sup> CGI. Disponível: <<https://www.cgi.br>>. Acesso em: 9 set. 2020.

<sup>636</sup> CESARINO, 2020, p. 115.

negócio que lucram explorando a “vulnerabilidade da psicologia humana”, segundo têm alertado ex-executivos do Vale do Silício<sup>637</sup>.

Nossas formas de pensar e de se relacionar com os outros e com a própria realidade continuam se modificando para se adaptar, ao menos parcialmente, às transformações sociais provocadas pelas mídias digitais. Por isso mesmo é que a tomada de consciência desse processo incessante só pode partir de um movimento igualmente ininterrupto de autorreflexão e análise crítica empreendido coletivamente a partir de informações cientificamente fundamentadas e de amplos esforços pedagógicos dialógicos, voltados à capacitar um número cada vez maior de cidadãos a compreender, de maneira autônoma, as dinâmicas e os desafios colocados pelas novas tecnologias de comunicação digital.

---

<sup>637</sup> ELOLA, 2018. El País. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/tecnologia/1518803440\\_033920.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/tecnologia/1518803440_033920.html)>. Acesso em: 8 ago. 2020.

## 7

**Referências bibliográficas**

ALCANTARA, A. P. B.; ITUASSU, C. T.; MOURA, L. R. C. A beleza compensa: um estudo do capital erótico como fonte de poder simbólico. **Farol – Revista de estudos organizacionais e sociedade**, v.6, n.15., p. 219-254, abr. 2019.

ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n.50, 2017. Não paginado.

ALONSO, A. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP Especial**, p. 49-58, jun. 2017.

ALTHUSSER, L. **For Marx**. Londres: The Penguin Press, 1969.

ANDRADE, G. I. F. et al. (Orgs). **Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas**. Volume 3: Direitas na Europa. Goiânia: Edições Gárgula, 2020.

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

AZEVEDO, R. **O país dos Petralhas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito Achado na Rua: gramscianos, “gramsciados” e reclamações**. Publicado em 26 ago. 2008. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/direitoachado-na-rua-gramscianos-gramsciados-ereclamacoes/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BARCELOS, R. O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 1, n.125, p. 0-11, nov. 2017.

BASTOS, D.; FUDISSAKO, F. **Streaming Summit – Facebook**. 2018.

BECKER, V.; ALVES, K. C. Análise da queda da audiência do Jornal Nacional e os impactos no telejornalismo. **Comunicação & Inovação**, v.16, n.32, p. 87-102, set-dez. 2015.

BECKER, V.; GAMBARO, D. Audiência televisiva em queda: mudanças no jornalismo e na programação da TV aberta. **Conexão – Comunicação e Cultura**, v.15, n.29, p. 59-80, jan-jun. 2016.

BERTONE, E. A. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Rio de Janeiro, 2018. 601p. Tese (doutorado). Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada: tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous pelo Centro Bíblico Católico**. São Paulo: Editora AVE-MARIA, 1995.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, G. M. Populações Meridionais do Brasil. In:\_\_\_**Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010. p. 119-146.

BUCKLEY JR., W. F. **God and Man at Yale: The Superstitions of Academic Freedom.** Washington, DC: Regnery Publishing, 2001.

BURKE, E. **Reflections on The Revolution in France and on the Proceedings in Certain Societies in London Relative to that Event in a Letter Intended to have been sent to a Gentleman in Paris.** [S.I.:s.n.], 1790.

CAMPOS, L. S. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. **Revista de Estudos da Religião**, p. 9-47, dez. 2008.

CARVALHO, H.; BUGALHO, H. **Meu pai, o guru do presidente.** Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247, 2020.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, O. **A nova era e a revolução cultural:** Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.

\_\_\_\_\_. **Aristóteles em Nova Perspectiva:** Introdução à Teoria dos Quatro Discursos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **Como Vencer um Debate Sem Precisar Ter Razão. Comentários à “Dialética Erística” de Arthur Schopenhauer.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. **Digitais do Foro de São Paulo.** Diário do Comércio, 28 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://olavodecarvalho.org/digitais-do-foro-de-saopaulo/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel ou A Confusão Demoníaca.** Campinas: Vide Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Anti-Gramsci ~ 1 - Apostila do Seminário de Filosofia Introdução à Filosofia pelo Método Crítico-Dialético.** Publicado em 10 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/o-antigramsci-1/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras.** Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. **O jardim das aflições:** de Epicuro à ressurreição de César - Ensaio sobre o materialismo e a religião civil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil:** aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014). Niterói, 2016. 479p. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: \_\_\_\_ **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEI, V. et al. (Orgs.). **O que resta das jornadas de junho.** Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet&sociedade**, v.1, n.1, p. 91-120, fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo neoliberalismo e pessoa fractal. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online), v.62, n.3, p. 530-557. 2019.

CHALOUB, J. G. S. **O liberalismo entre o espírito e a espada:** a UDN e a República de 1946. Rio de Janeiro, 2015. 311p. Tese (doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política. **Insight Inteligência**, n.72, ano XIX; jan/fev/mar, 2016.

CHALOUB, J; LIMA, P.; PERLATTO, F. Direitas no Brasil contemporâneo. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v.13, n.2, dez. 2018.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: \_\_\_\_ **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015. p. 115-144.

CORDEIRO, J. M. “A nação que se salvou a si mesma”. **Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974).** Niterói, 2008. 165p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

COSTELLA, A. F. **Comunicação do grito ao satélite: história dos meios de comunicação.** Campos dos Jordão: Editora Mantiqueira, 2014.

COUTINHO, C. N. **Cadernos do cárcere, volume 1 / Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.** São Paulo: Três Estrelas, 2017.

COUTINHO, S. A. A. **A Revolução Gramscista no Ocidente: a Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Ombro a Ombro, 2002.

COWAN, B. A. “Nosso Terreno” crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. **Varia História, Belo Horizonte**, v.30, n.52, p. 101-125, jan./abr. 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIBAI, P. C. **A direita radical no brasil pós-democratização: o caso de Jair Bolsonaro.** Salvador, 2018. 151p. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Estudos e pesquisas**, n.79, dez. 2015.

DREIFUSS, R. A. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

EMMANUEL, A. **Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade.** New York and London: Monthly Review Press, 1972.

ESTEVES, B. O Algoritmo da Ágora. **Piauí**, n.160, ano 14, p. 32-41, jan. 2020.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERNANDES, E; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua.** São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.

FORESTI, F. L. F. **O Arauto da Contra-Revolução: O pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968 – 1976).** São Paulo, 2013. 276p. Dissertação (mestrado). História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **American Affairs**, v. 1, n. 4, p. 46-64, inverno de 2017.

FREIRE, G. R. **Ideias sem fio**: Um panorama sobre podcasts no Brasil. Brasília, 2015. 75p. Monografia (bacharel). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao Impeachment. Campinas, 1993. 303p. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

FUKUYAMA, F. **The End Of History and the Last Man**. Nova York: The Free Press, 1992.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>>. Acesso em: 9 set. 2020.

GALVÃO, A. C.; Z Aidan, J. C. S. M.; SALGUEIRO, W. **Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**. Campinas: Pontes Editores, 2019.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAZIER, B. **John M. Keynes**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GILLEY, S. A emergência do pontificado moderno, 1721-1878. In:\_\_\_ **O livro de ouro dos Papas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 240-75.

GONÇALVES, F. J. M. **A restauração conservadora da filosofia**: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil. Goiânia, 2016. 282p. Tese (doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás.

GONÇALVES, R. J. M.; RIBEIRO, M. V.; ANDRADE, G. I. F. (Orgs.). **Tempos conservadores**: estudos críticos sobre as direitas. Volume 2: Direitas no Cone Sul. Goiânia: Edições Gárgula, 2018.

GOMES, F. J. S. Integrismo. In:\_\_\_ **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Ideias, Instituições e Personagens**. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999. p. 362.

GOULART, J. Oito segundos na tevê; 897 grupos de WhatsApp. **Piauí**, 26 jul. 2018. Disponível em: < [https://piaui.folha.uol.com.br/oito-segundos-na-teve-897-grupos-de-whatsapp/?doing\\_wp\\_cron=1532695021.3929150104522705078125](https://piaui.folha.uol.com.br/oito-segundos-na-teve-897-grupos-de-whatsapp/?doing_wp_cron=1532695021.3929150104522705078125)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, Vol 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.



\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, Vol 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere, Vol 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRESPLAN, J. **Revolução Francesa e Iluminismo.** São Paulo: Contexto, 2019.

HABERMAS, J. **A Nova Obscuridade: pequenos escritos políticos.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HAKIM, C. **Capital erótico.** Rio de Janeiro: Best Business, 2012.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve história da humanidade.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude: war and democracy in the Age of Empire.** Nova York: The Penguin Press, 2004.

HARTMAN, A. **A war for the soul of America: a history of the culture wars.** Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HAYEK, F. H. **The Road to Serfdom.** Nova York: Routledge Classics, 2001.

HOBSBAWM, E. **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOVELER, R. C. Cronologia da campanha golpista e contrarreformista no Brasil (Março/2015-agosto/2016). In: **\_\_\_Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências.** 1ª ed. Curitiba: Kaygangue, 2017. p. 225-253.

HUGHES, E. **A Cypherpunk's Manifesto.** Mar. 1993. Disponível em: <<https://www.activism.net/cypherpunk/manifesto.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

HUNTER, J. D. **Culture Wars: The Struggle To Control The Family, Art, Education, Law, And Politics In America.** Nova York: Basic Books, 1991.

HUNTINGTON, S. P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.** Nova York: Simon & Schuster, 1996.

IANNI, O. **Enigmas da Modernidade-Mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Pnad 2013: Internet pelo celular é utilizada em mais da metade dos domicílios que acessam a Rede.** Abr. 2015. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9840-pnad-2013-internet-pelo-celular-e-utilizada-em-mais-da-metade-dos-domicilios-que-acessam-a-rede>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

IBGE. **PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem.** Jun. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2010.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro 2018.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGO, L; MASSARO, H. **Bots ou não? Um estudo preliminar sobre o perfil dos seguidores dos pré-candidatos à Presidência da República no Twitter.** Internetlab, 2018. Não paginado.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição: entre a Política e a profissão.** São Paulo, 1999. 273p. Tese (doutorado). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

LENIN, V. **Imperialism: The Highest Stage of Capitalism.** Sidney: Resistance Books, 1999.

LERNER, C. **A Mentalidade Conservadora no Brasil: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012 - 2018).** São Bernardo do Campo, 2019. 255p. Tese (Doutorado). Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** São Paulo: Boitempo, 2017.

LILLA, M. Dois caminhos para a direita francesa: Marion Maréchal e a vanguarda do conservadorismo europeu. **Piauí**, n.149, ano 13, p. 30-35, fev. 2019.

LUCCHESI, A. Reflexões sobre intolerância no Tempo Presente: A quebrada da ressaca conservadora na Web. In: **\_\_\_Pensando a Tolerância e a Cidadania Tolerância e a Cidadania.** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

LYNCH, C. E. C. O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, n.17, p. 212-234, mai. 2007.

MACHADO, M. D. C. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura y Religión**, v.VII, n.2, p. 48-68, jun./dez. 2013.

MAGALHÃES, M. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIA, T. V.; PONTIN, F. Cidadania, semi-cidadania e democracia no Brasil contemporâneo. In: **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raque, 2019. p. 144-160.

MAINARDI, D. **Lula é minha Anta**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MALY, I. Populism as a mediatized communicative relation: the birth of algorithmic populism. **Tilburg Papers in Culture Studies**, n.213, out. 2018.

MARIGHELLA, C. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido do comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MCCANN, H. **O livro do feminismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. (Org). **Constituição de 1988: o avanço do retrocesso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1990.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v.32, n.3, set./dez. 2017.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MOROZOV, E. **The net delusion: the dark side of internet freedom**. Nova York: PublicAffairs, 2011.

MOTTA, R. P. S. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, 2000. 368p. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOTTA, R. P. S. **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. **Reinventando o capitalismo de Estado: o Leviatã nos negócios: Brasil e outros países**. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.

MUSSI, D.; BIANCHI, A. Os inimigos de Gramsci. **Jacobin Brasil**, São Paulo, nov. 2019.

NAGLE, Angela. **Kill All Normies: Online Culture Wars From 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right**. London: Zero Books, 2017.

ONOFRE, G. F. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do Século XX**. Niterói, 2018. 368p. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

OLIVEIRA, P. C. **Revolução e Contra-Revolução**. São Paulo: Artpress, 1998.

OLIVEIRA, H. F.; RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. **Uma descrição dos canais políticos do Youtube**. Monitor do Debate Político no Meio Digital, Nota Técnica 5. São Paulo: USP, 2019.

ORTEGA Y GASSET, J. **A Rebelião das massas**. [S.l.:s.n.], 1930.

ORTELLADO, P. Legados de junho: como o levante da sociedade civil contra o estado virou briga entre "coxinhas" e "petralhas". **Época**, Rio de Janeiro, 8 jun. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/legados-de-junho-como-o-levante-da-sociedade-civil-contra-o-estado-virou-briga-entre-coxinhas-e-petralhas.html>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. Mapping Brazil's political polarization online. *The Conversation*. 2018. **The Conversation**, Waltham, 3 ago. 2018. Disponível em <[https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=facebookbutton](https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434?utm_source=facebook&utm_medium=facebookbutton)>. Acesso em: 27 jan 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Revista Perseu: História, Memória e Política**, n.11, ano7, p. 169-180, 2016.

OYAMA, T. **Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PAES, E. R. B. D. **Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): Ideologia reformista, economicismo e direito a uma época de mudanças**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PATSCHIKI, L. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. Marechal Cândido Rondon, 2012. 419p. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PATSCHIKI, L.; SMANIOTTO, M. A.; BARBOSA, J. R. (Orgs.). **Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas**. Goiânia: Edições Gárgula, 2016.

PAULA, C. J. Gustavo Corção: militante da ordem e da autoridade. In: **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2010.

PAVARIN, G. O ostracismo do maior revoltado online. **Piauí**, 26 mai. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

PERLATTO, F. Progressistas, conservadores e a disputa política na Assembleia Constituinte de 1987-1988. **Centro de Estudos de Direito e Sociedade Boletim**, jan./fev. 2009.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n.19, dez., p. 26-45. 1987.

PIKETTY, T. **Le capital au XXI<sup>e</sup> siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

PILATTI, A. **A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (Orgs.). **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 53-60.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

PINTO, C. R. J. P. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 15-53.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PONDÉ, L. F. **A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo**. São Paulo: LeYa, 2014.

\_\_\_\_\_. **A formação de um pessimista.** In: Por que virei à direita. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 50-81.

POPOLIN, G. Intervenção militar já: os memes da internet e o imaginário da nova direita brasileira sobre a ditadura civil-militar. In:\_\_\_ **Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data.** São Paulo: INTERCOM, 2019. p. 283-307.

PUGLIA, L. S. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil. **Contemporâneo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 13, n. 2, dez. 2018.

PUGLIA, L. Profissionalização e fragmentação temática: trajetória de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. **Enfoques**, v.14, n.2, dez. 2015.

ROCHA, C. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In:\_\_\_**As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 123-174.

\_\_\_\_\_. **“Menos Marx, mais Mises”:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). São Paulo, 2018. 232p. Tese (doutorado). Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Think tanks ultraliberais e a nova direita brasileira. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 11, n.125, p. 6-7, nov. 2017.

ROCHA, C.; MEDEIROS, J. “Vão todos tomar no...”: a política de choque e a esfera pública”. **Horizontes ao Sul**, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

ROCHA, C.; PUGLIA, L. Os ideólogos de Jair Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 12, n.139, p. 18-19, fev. 2019.

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático:** a história do jornalismo digital no Brasil. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTANA, J. R.; WAISSE, S. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.9, n.2, p. 203-218, jul./dez. 2016.

SANTOS, J. G. B. et al. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **C&S – São Bernardo do Campo**, v.41, n.2, p. 307-334, mai./ago. 2019.

SANTOS JUNIOR, M. A. **Vai pra Cuba!!! A Rede Antipetista na eleição de 2014.** Niterói, 2016. 199p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense.

\_\_\_\_\_. **#VaipraCuba!:** a gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Appris, 2019.

SAWAYA, M. R. **Dicionário de Informática e Internet.** São Paulo: Nobel, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCRUTON, R. **Tolos, fraudes e militantes:** pensadores da Nova Esquerda. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SECCO, L. Gramscismo: uma ideologia da extrema-direita. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 8 mai. 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SHIRKY, Clay. Q&A with Clay Shirky on Twitter and Iran. **TEDBlog**, 16 jun. 2009. Disponível em: <[https://blog.ted.com/qa\\_with\\_clay\\_sh/](https://blog.ted.com/qa_with_clay_sh/)>. Acesso em: 7 mar. 2020.

SILVA, F. M. G. **Questão agrária e modernização no Brasil.** Rio de Janeiro, 2014. 248p. Tese (doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, L. N. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**. v.13, n.2, dez. 2018.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro:** a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOCIALBAKERS. **Latin America Is The Fastest Growing Facebook Region.** Jun. 2012. Disponível em: <<https://www.socialbakers.com/blog/652-latin-america-is-the-fastest-growing-facebook-region>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLANO, E. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil Análise**, n.42, mai. 2018.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. 2016: o ano da polarização? **Friedrich Ebert Stiftung Brasil Análise**, n.22, mar. 2017.

SOLANO, E.; ROCHA, C. (Orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SORJ, B. et al. Sobrevivendo nas redes: guia do cidadão. **Ensaio democracia digital**, n.3, mar. 2018.

SOUTO, L. S. V. **O Movimento Passe Livre e as Jornadas de Junho: Mobilidade e direito à cidade em pauta nas ruas**. Rio de Janeiro, 2015. 94p. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOUZA, E. R. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. In:\_\_\_**Epidemiologia, serviços e tecnologias em saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. p. 187-205.

SOUZA, J. **A Radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015) In:\_\_\_**Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

TELLES, H. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula PUC SP**, n.19, p. 97-125, 2016.

\_\_\_\_\_. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional?. In:\_\_\_**As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-89.

VALLE, V. S. M. **Religião, Lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016**. São Paulo, 2018. 265p. Tese (doutorado). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

VAROUFAKIS, Y. **The Global Minotaur: America, the True Origins of the Financial Crisis and the Future of the World Economy**. Londres: Zed Books, 2011.

VELASCO E CRUZ, S. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In:\_\_\_**Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 13-47.



VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WERNECK VIANNA, L. **A modernização sem o moderno:** análises de conjuntura na era Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A revolução passiva:** iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual:** entrevistas com Luiz Werneck Vianna. Seleção: Paula Martins Salles. Brasília: Verbena Editora, 2018.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WINK, G. Olavo de Carvalho e a Verdade de Deus. In \_\_\_ **Pensadores-chave da direita radical.** Rio de Janeiro: Red Tapioca, 2020. No prelo.

WU, T. **Impérios da comunicação:** Do telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZITTRAIN, J. **The Future of the Internet:** And How to Stop It. Londres: Yale University Press, 2008.